



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

JUSSIMARA LOPES DE JESUS SIMÕES

**DE COADJUVANTES A PROTAGONISTAS:
CENAS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DE MULHERES EM BIOGRAFIAS DE
ANA ARRUDA CALLADO**

**SALVADOR
2024**

JUSSIMARA LOPES DE JESUS SIMÕES

**DE COADJUVANTES A PROTAGONISTAS:
CENAS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DE MULHERES EM BIOGRAFIAS DE
ANA ARRUDA CALLADO**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação
em Literatura e Cultura, da Universidade Federal
da Bahia, como requisito para obtenção do grau de
Doutora em Literatura e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos da Silva
Pereira

SALVADOR
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lopes de Jesus Simões, Jussimara
De coadjuvantes a protagonistas: cenas da história
e da memória de mulheres em biografias de Ana Arruda
Callado / Jussimara Lopes de Jesus Simões. --
Salvador, 2024.
174 f.

Orientador: Antonio Marcos da Silva Pereira.
Tese (Doutorado - Programa de pós-Graduação em
Literatura e Cultura) -- Universidade Federal da
Bahia, Instituto de Letras, 2024.

1. Biografia. 2. Estudos de gênero. 3. História das
Mulheres. 4. Ana Arruda Callado. I. da Silva Pereira,
Antonio Marcos. II. Título.

JUSSIMARA LOPES DE JESUS SIMÕES

**DE COADJUVANTES A PROTAGONISTAS:
CENAS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DE MULHERES EM BIOGRAFIAS DE
ANA ARRUDA CALLADO**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, Área de concentração Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura, Linha de Pesquisa Documentos da Memória Cultural, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Literatura e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 18/ 10 /2024

Antonio Marcos da Silva Pereira- Orientador
Doutor em Estudos Linguísticos- UFMG
Universidade Federal da Bahia

Jailma dos Santos Pedreira Moreira
Doutora em Letras e Linguística – UFBA
Universidade do Estado da Bahia

Márcia Maria da Silva Barreiros
Doutora em História- PUC-SP
Universidade do Estado da Bahia

Milena Britto de Queiroz
Doutora em Letras e Linguística – UFBA
Universidade Federal da Bahia

Nancy Rita Ferreira Vieira
Doutora em Letras e Linguística – UFBA
Universidade Federal da Bahia



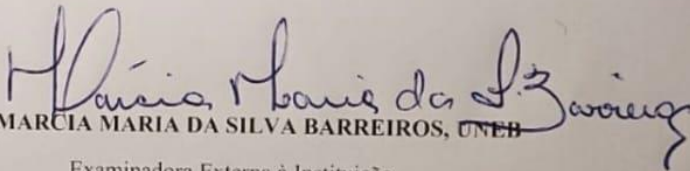
Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA
(PPGLITCULT)

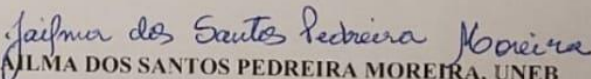
ATA Nº 17

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA (PPGLITCULT), realizada em 18/10/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM LITERATURA E CULTURA no. 17, área de concentração Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura, do(a) candidato(a) JUSSIMARA LOPES DE JESUS, de matrícula 2019109860, intitulada DE COADJUVANTES A PROTAGONISTAS:

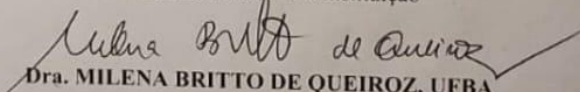
CENAS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DE MULHERES EM BIOGRAFIAS DE ANA ARRUDA CALLADO. Às 14:00 do citado dia, Instituto de Letras, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. ANTONIO MARCOS DA SILVA PEREIRA que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. Dra. MILENA BRITTO DE QUEIROZ, Prof^ª. Dra. NANCY RITA FERREIRA VIEIRA, Prof^ª. Dra. MARCIA MARIA DA SILVA BARREIROS e Prof^ª. Dra. JAILMA DOS SANTOS PEDREIRA MOREIRA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. MARCIA MARIA DA SILVA BARREIROS, UNEB

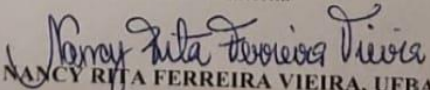
Examinadora Externa à Instituição


Dra. JAILMA DOS SANTOS PEDREIRA MOREIRA, UNEB

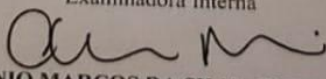
Examinadora Externa à Instituição


Dra. MILENA BRITTO DE QUEIROZ, UFBA

Examinadora Interna


Dra. NANCY RITA FERREIRA VIEIRA, UFBA

Examinadora Interna


Dr. ANTONIO MARCOS DA SILVA PEREIRA, UFBA

Presidente

Para minha mãe Celina Lopes, sempre.

AGRADECIMENTOS

Nesta etapa, trago como condição especial lembrar que todo esse processo não foi vivido de maneira solitária, mas com muito apoio e suporte. A conquista dessa formação é decorrente da comunhão de diversos fatores e das intervenções de algumas pessoas, docentes e instituições que trouxeram parcelas de colaboração em diferentes modos e meios e para os quais gostaria de destacar aqui muita gratidão e alegria:

A Deus, que de maneira graciosa e muito fiel tem cuidado de mim e dos meus.

Aos meus familiares, por estarem firmados no compromisso de me conduzirem bem nos diversos processos da vida, por me darem amparo, aconselhamento e amor sempre que precisei.

Ao professor Dr. Antonio Marcos Pereira, pela aceitação para orientar este trabalho, pela leveza e competência na condução do processo, valorizando o cuidado, o respeito, a disponibilidade e o incentivo e pela indicação de caminhos produtivos e oferta de aportes teóricos fundamentais sobre o “fazer biográfico”.

Aos participantes do NEG(A), Núcleo de Estudos dos Gêneros Autobiográficos, que mesmo num tempo tão breve me proporcionaram momentos muito prazerosos de descobertas, ótimos textos, bons estudos e gostosas conversas.

Às professoras que, gentilmente, aceitaram fazer parte desta banca de defesa. Em especial minha gratidão às professoras Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira e Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira, pelas generosas contribuições, pelas valiosas sugestões e pela acuidade analítica com que se debruçaram sobre parte da minha escrita apresentada na Banca de Exame de Qualificação.

Ao corpo docente do Programa de Pós Graduações em Literatura e Cultura, por propiciar que eu vivenciasse, nesses últimos anos, um contexto de aprendizagem de forte engajamento, bastante humanizado e bem fundamentado.

Ao IFBAIANO, minha recente base profissional, pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento do conhecimento e do aperfeiçoamento profissional e acadêmico dos seus profissionais e estudantes.

*Alguém deve rever, escrever
e assinar os autos do
Passado antes que o Tempo
passe tudo a raso.*

Cora Coralina (1965)

RESUMO

A presença da mulher na produção biográfica no Brasil no século XX, a sua importância enquanto autora e protagonista é o tema central desta tese, que apresenta como corpus quatro biografias produzidas pela escritora Ana Arruda Callado: Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995), Maria Martins: uma biografia (2004), Lygia: a recordista. Um esboço biográfico (2009) e Berta Ribeiro: aos índios, com amor. Uma Biografia (2016). Esta tese aponta que é possível observar como estes textos atuam como revisores de silenciamentos e omissões sobre a importância da atuação e da presença feminina na historiografia brasileira e indica como precisam ser incorporados ao repertório de produções que agenciam políticas de subjetividade sobre as mulheres. O percurso analítico deste trabalho sobre parte da produção biográfica de Callado destaca a importância de se identificar as correspondências entre os estudos de gênero (Scott, 1997), a história das mulheres e a crítica biográfica (Varikas, 1988; Perrot, 1989; Del Priore, 2020). O estudo prossegue com análises de eixos temáticos como, atributos do privado e do público, sob a égide das relações de gênero (Aboim, 2012; Ota, 2013; Okim, 2008; Benhabib, 1987; Pateman, 2013, 1996), observando a sua recorrência nas abordagens sobre biografia e mulheres; trata da exploração das famigeradas relações e tensões entre o factual e o ficcional na produção biográfica, sob o enfoque da integração do biográfico e do histórico como alicerce do seu projeto de escrita (Loriga, 1998; Bourdieu, 2006; Revel, 2010; Saer, 2012). Por fim, examina os conceitos “relação empática” (Soihet, 2003), “relação de intersubjetividade” (Varikas, 2015), (Arfuch, 2009) e “relação de reciprocidade” (Rago, 2001), a fim de verificar os fundamentos do uso estratégico desta escrita por e sobre mulheres como ferramenta de auto representação, de análise e de crítica dos sistemas, instituições e valores na sociedade brasileiras. Esta tese ajuda a visibilizar Ana Arruda Callado como a escritora brasileira que até esse momento mais produziu biografias de mulheres, aponta a ainda tímida fortuna crítica sobre seu trabalho e informa o quanto e como ela contribuiu para ampliar o repertório desses textos e trazer mais referências e abordagens para os estudos de gênero e de crítica biográfica.

Palavras-chave: Biografia; Gênero; História das mulheres; Ana Arruda Callado

ABSTRACT

The presence of women in biographical production in Brazil in the 20th century, their importance as authors and protagonists is the central theme of this thesis, which presents as a corpus four biographies produced by the writer Ana Arruda Callado: *Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira* (1995), *Maria Martins: uma biografia* (2004), *Lygia: a recordista. A biographical sketch* (2009) and *Berta Ribeiro: to the Indians, with love. A Biography* (2016). This thesis points out that it is possible to observe how these texts act as revisers of silences and omissions about the importance of women's role and presence in Brazilian historiography and indicates how they need to be incorporated into the repertoire of productions that agency subjectivity policies about women. The analytical path of this work on part of Callado's biographical production highlights the importance of identifying the correspondences between gender studies (Scott, 1997), women's history and biographical criticism (Varikas, 1988; Perrot, 1989; Del Priore, 2020). The study goes on to analyze thematic axes such as attributes of the private and the public, under the aegis of gender relations (Aboim, 2012; Ota, 2013; Okim, 2008; Benhabib, 1987; Pateman, 2013, 1996), observing their recurrence in approaches to biography and women; it explores the infamous relationships and tensions between the factual and the fictional in biographical production, under the focus of integrating the biographical and the historical as a whole. observing their recurrence in approaches to biography and women; it explores the infamous relationships and tensions between the factual and the fictional in biographical production, focusing on the integration of the biographical and the historical as the foundation of their writing project (Loriga, 1998; Bourdieu, 2006; Revel, 2010; Saer, 2012). Finally, it examines the concepts of “empathic relationship” (Soihet, 2003), “relationship of intersubjectivity” (Varikas, 2015), (Arfuch, 2009) and “relationship of reciprocity” (Rago, 2001), in order to verify the foundations of the strategic use of this writing by and about women as a tool for self-representation, analysis and criticism of the systems, institutions and values in Brazilian society. This thesis helps to make Ana Arruda Callado visible as Brazilian writer to have produced the most biographies women, points out the still timid critical fortune on her work and informs how much and how she has contributed to expanding the repertoire of these texts and bringing more references and approaches to gender studies and biographical criticism.

Keywords: Biography; Gender; Women's history; Ana Arruda Callado

RESUMEN

La presencia de las mujeres en la producción biográfica en Brasil en el siglo XX, su importancia como autoras y protagonistas es el tema central de esta tesis, que presenta como corpus cuatro biografías producidas por la escritora Ana Arruda Callado: *Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira* (1995), *Maria Martins: uma biografia* (2004), *Lygia: a recordista. A biographical sketch* (2009) y *Berta Ribeiro: to the Indians, with love. Uma biografia* (2016). Esta tesis señala que es posible observar cómo estos textos actúan como revisores de silencios y omisiones sobre la importancia del papel y la presencia de las mujeres en la historiografía brasileña y cómo necesitan ser incorporados al repertorio de producciones que agencian políticas de subjetividad sobre las mujeres. El recorrido analítico de este trabajo sobre parte de la producción biográfica de Callado destaca la importancia de identificar las correspondencias entre los estudios de género (Scott, 1997), la historia de las mujeres y la crítica biográfica (Varikas, 1988; Perrot, 1989; Del Priore, 2020). El estudio pasa a analizar ejes temáticos como los atributos de lo privado y lo público, bajo la égida de las relaciones de género (Aboim, 2012; Ota, 2013; Okim, 2008; Benhabib, 1987; Pateman, 2013, 1996), observando su recurrencia en los abordajes de la biografía y de las mujeres; Explora las notorias relaciones y tensiones entre lo factual y lo ficcional en la producción biográfica, centrándose en la integración de lo biográfico y lo histórico como fundamento de su proyecto de escritura (Loriga, 1998; Bourdieu, 2006; Revel, 2010; Saer, 2012). Por último, examina los conceptos de «relación empática» (Soihet, 2003), «relación de intersubjetividad» (Varikas, 2015), (Arfuch, 2009) y «relación de reciprocidad» (Rago, 2001), con el fin de verificar los fundamentos del uso estratégico de esta escritura de y sobre mujeres como herramienta de autorrepresentación, análisis y crítica de los sistemas, instituciones y valores de la sociedad brasileña. Esta tesis contribuye a visibilizar a Ana Arruda Callado como escritora brasileña que más biografías de mujeres ha producido, señala la todavía tímida fortuna crítica sobre su obra e informa cuánto y cómo ha contribuido a ampliar el repertorio de estos textos y a aportar más referencias y enfoques a los estudios de género y a la crítica biográfica.

Palabras clave: Biografía; Género; Historia de las mujeres; Ana Arruda Callado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Ana Arruda Callado
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CCBB	Centro Cultural Banco do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAM	Museu de Arte Moderna
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOMA	The Museum of Modern Art
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UDN	União Democrática Nacional
UNB	Universidade de Brasília
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Ressonâncias da presença feminina na produção biográfica brasileira do século XX. 24	
1.1 Expansão e compromissos da produção de biografias de mulheres no Brasil	25
1.2 Biografias de mulheres e as novas perspectivas para a História	37
1.3 A produção biográfica de Ana Arruda Callado: contextualização e características	44
2. Espaços, experiências e memórias mobilizados nos textos biográficos femininos de Ana Arruda Callado	63
2.1 O privado e o público na biografia feminina	64
2.2 Da esfera privada: a família e o domínio patriarcal articulados no texto biográfico	81
2.3 Da esfera pública: o biográfico que incorpora produção de arquivos e de memórias de mulheres	101
3. Os trânsitos da escrita de si: dimensões e contornos das relações entre biografia feminina e revisão historiográfica	124
3.1 Índices do ficcional e do factual na escrita biográfica	125
3.2 Análises das reproduções do factual e do ficcional no projeto biográfico de Ana Arruda Callado	140
3.2 “Retrato”, “Um esboço biográfico” e “Uma biografia”: o que implicam e como se configuram essas nomeações?	147
3.3 Intersubjetividade, reciprocidade, atitude empática: as relações intercambiáveis entre Ana Arruda Callado e suas protagonistas	152
Considerações Finais	161
Referências	166

Introdução

O desejo de pesquisar e escrever um trabalho acadêmico desse porte a partir de livros biográficos de Ana Arruda Callado surgiu de um encontro inusitado com uma reportagem denominada “Ana Callado: Garimpeira de memórias”, publicado pela Revista Claudia, em março de 2014. A partir daí, enveredando por leituras destes livros, de entrevistas, outras publicações sobre a escritora e da seleção e estudo de textos sobre crítica biográfica, concebi uma proposta de trabalho que culminou com a escrita dessa tese. Foi um encontro muito significativo e proveitoso, porque pude construir uma abordagem acerca de dois aspectos que me interessam: o gosto especial por produções biográficas em diversas modalidades e formatos e o desejo de expandir a minha leitura e estudo acerca de gênero e de textos produzidos por e sobre mulheres

O título que escolhi para este trabalho, “De coadjuvantes a protagonistas: cenas da história e da memória de mulheres em biografias de Ana Arruda Callado” reflete minha observação do quanto foi reiteradamente apresentada por essa escritora a necessidade de construir novas vias para visibilidade, valorização e registro de figuras femininas, a partir das suas contribuições e suas atuações para o desenvolvimento do Brasil no século XX. Interpreto a ascensão desse protagonismo, ilustrado neste trabalho através do estudo de quatro das oito personagens elencadas por AAC, como a manifestação do vigor e da capacidade feminina, impulsionada pelo exercício da escrita e das práticas política, acadêmica, artística, cultural, assistencial, literária e pela construção de representatividade em prol de uma reelaboração da historiografia brasileira. A mudança de posicionamento acerca da condição de coadjuvantes, representada neste título, traduz minha apreciação acerca dos movimentos descritos nas biografias em prol da retirada delas da condição de sombra, auxiliar, dependente ou desconhecida e se refere a como identifiquei na configuração do trabalho delas e sobre elas um instrumental para recondução e defesa de condutas femininas crítico-reflexivas e emancipadas. Este reposicionamento proposto pela biógrafa, no seu exercício do papel de “Garimpeira de memórias” expõe traços de uma produção política de subjetividade que ora reverbera ecos e dissonâncias de uma tradição patriarcal ora contrasta, ao projetar novos e significativos direcionamentos para as práticas femininas num contexto histórico específico.

Ao se dedicar especialmente a este gênero textual, Ana Arruda Callado produziu oito livros e assim se consolidou como a escritora brasileira que mais publicou biografias femininas. A autora ainda é muito pouco estudada na Academia Brasileira, sobretudo se considerarmos

que o que produziu tem trazido muitas contribuições aos estudos históricos, à história das mulheres, às pesquisas sobre autoria feminina e às reflexões sobre algumas questões relacionadas aos estudos de gênero e tal omissão ou desconhecimento sobre suas publicações ainda ressoa como consequência das dissonâncias valorativas sobre os gêneros que ainda ecoam em nossa sociedade.

A primeira obra intitulada **Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira**, produzida em coautoria com Denilde Leitão, foi publicada em 1995 e retrata o pioneirismo de Maria José Pereira Barbosa Lima (1906- 2002) ao criar a Campanha Pernambucana Pró-Infância, cuja base era a assistência social, educacional e médica de crianças no Recife. No ano seguinte, 1996, traz a história de *Jenny Pimentel de Borba* (1906-1984), escritora, jornalista e militante feminista brasileira. Sob o título de **Jenny: Amazona, valquíria e Vitória-régia**, esta obra destaca a dedicação de Jenny ao movimento de emancipação de mulheres nas várias revistas em que atuou, sobretudo na Revista *Walkírias*, de forte tendência feminista nos anos 30. Em 1999 publica **Adalgisa Nery, muito amada e muito só**, que retrata a vida de Adalgisa Maria Ferreira (1905-1980), poetisa, jornalista e política dos anos de 1960 a 1969, quando teve seu mandato cassado pelo AI5. Manteve em uso artístico o sobrenome Nery, oriundo do seu primeiro casamento com o pintor, filósofo, poeta e arquiteto Ismael Nery, figura de destaque no Modernismo brasileiro. Sua quarta biografia foi produzida em 2004 e procurou recompor a trajetória de Maria de Lourdes Alves Martins (1894-1973), renomada escultora, desenhista, gravurista, pintora, escritora brasileira. Intitulado **Maria Martins: uma biografia**, este livro retoma os circuitos de produção e exposição das obras desta artista, sobretudo os de grande repercussão em contextos internacionais, como EUA e Europa, onde viveu por muitos anos. Em 2009 se dedica à produção de **Lygia: a recordista. Um esboço biográfico**, sobre Lygia Maria Lessa Bastos (1919-2020), professora carioca, a qual ingressou na carreira política como vereadora e também foi deputada estadual e federal. Destaca-se por ter sido a mulher de carreira política mais duradoura, permanecendo na cena pública por quase 40 anos. Publica, em 2011, **Darcy: a outra face de Vargas**, para retratar Darcy Sarmanho Vargas (1895-1968), esposa de Getúlio Vargas e a primeira-dama do país por dezenove anos. As referências a ela destacam ao seu envolvimento com as questões sociais e assistenciais. Em 2016, lança a obra **Berta Ribeiro- aos índios com amor. Uma biografia**. Esta recompõe a história de Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), uma antropóloga, etnóloga e museóloga brasileira, autoridade em cultura material dos povos indígenas do Brasil, que foi casada com o também antropólogo e senador Darcy Ribeiro. Sua última biografia, até o momento, publicada em 2022, foi **Maria Yedda-**

Formadora de gente, que retrata a história de Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011), professora emérita e pesquisadora da UFRJ, que se dedicou à profissionalização da historiografia brasileira, encabeçou a criação da linha de pesquisa em História Agrária na UFF e foi secretária municipal e estadual de educação no Rio de Janeiro.

Callado nos oferta histórias de vida femininas engendradas em escritura biográfica, numa textualidade especialmente concebida para dirigir ao leitores alguns traços remanescentes de experiências significativas do passado que não podem ser mais injustamente ocultadas, apagadas, mal escritas, distorcidas por vozes outras que não as suas próprias, visto que a escrita é uma das armas mais potentes contra o esquecimento. Essa escritora ajuda a iluminar os olhares sobre o que e para que escrevemos e compreender como pela escritura somos transformadas e ajudamos no desvendamento das inverdades que recaiam sobre nós. Por outro lado, nos impulsiona a assumirmos essa prática enquanto instrumento que fortalece o reconhecimento de nossas identidade, de nossas potencialidades, de nossas subjetividades, de nossas competências e habilidades, de nossos interesses e informa o quanto, quando e como estamos intervindo e atuando em várias frentes no nosso cotidiano.

Nossas vidas femininas, ao serem vocalizadas em escritura biográfica ou em outros modos de escrita, que transbordam em tessitura discursiva, seja, científica, estética, simbólica, política e subjetiva, nos ajudam a assumir um protagonismo crítico e criativo, porque trazemos nas práticas culturais, literárias ou acadêmicas meios de transformação e de representação para alterar os modos de fazer e de dizer já consolidados, reforçando o nosso perfil criativo e crítico e reorientando o olhar da sociedade sobre nós. Callado, através de seus textos e do repertório que buscar elencar sobre e a partir das biografadas, ilustra que, para a mulher, a prática da escrita existe como ato de sobrevivência, pois quem escreve tem poder, exercita-se em conhecimento e em expressão e isso traz desenvolvimentos na vida da escrevente e na vida de outras pessoas.

Ao ler “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, de Gloria Anzaldúa (2000), um belo texto que conheci recentemente, observei na robustez e intensidade das suas palavras a defesa de uma escrita que pode nos emancipar, que pode nos retirar do isolamento e denunciar mazelas e injustiças que nos assolam, que foram reforçadas por parâmetros de violência e subjugação a respeito de sexualidade, gênero, classe e etnicidade, dentre outros. Seu texto, carregado de tonalidades autorreferenciais, primorosamente discute e analisa as interdições e as condições desfavoráveis das práticas de escrita das mulheres periféricas, sobretudo as que se encontram em situações de fronteira e migração, ao mesmo

tempo que exalta a vitalidade do ato de escrever como instrumento essencial de sobrevivência e de existência. E assim ela descreve e defende seus fundamentos:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (Anzaldúa, 2000, p. 232).

Deste modo, reconheço como um importante referencial nesse texto de Anzaldúa a manifestação crítica e consciente de que o exercício da leitura e o domínio da escrita se constituem importantes instrumentos de manifesto e de construção do poder das mulheres para promover mudanças das suas condições socioeconômicas, como também alterar significativamente os rumos da produção da história e da memória com novas políticas de subjetividade.

O que Ana Arruda Callado, Virgínia Woolf, Glória Anzaldúa, Michelle Perrot, Eleni Varikas, Mary Del Priore, Rachel Soihet, Margareth Rago, Joan Scott e muitas outras pesquisadoras e escritoras aqui arroladas, sinalizam no percurso deste trabalho é que, para nos tornarmos personagens protagonistas ou assumirmos a autoria e o domínio de novos caminhos para nossa vivência, devemos resistir e persistir, com atuações micropolíticas, através da conquista da formação, de nos munirmos de informação e de conhecimento, da defesa da livre manifestação do pensamento, da apropriação de um repertório dos mecanismos informais e dos sistemas oficiais de registro, de publicação, de arquivamento, de documentação, de acesso aos bens culturais, seja para consumo ou para produção, pois é fato que a conquista de subsídios adequados para nos desenvolvermos profissional, intelectual, academicamente ou em outras áreas, para nós é ainda um grande desafio.

Quando observo o posicionamento de Anzaldúa (2000), compreendo sua defesa de que é possível desenvolver uma relação intrínseca entre escrita e vida, entre escrita e realidade, enquanto necessidade de se expressar e promover conquistas. Creio também que através do ato de produzir textos em diferentes vias e modalidades, velhas realidades são aperfeiçoadas e novas realidades são (re)criadas. Assim, não desconsiderando a superação de vários entraves

comuns a vida das mulheres hoje, é que a contemplo como uma atividade estratégica que propicia realizações importantes, pois como ela afirma: “porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.” (p.234).

Ana Arruda Callado apresentou a mim e ao público sua leitura de determinadas personagens marcantes, que assim como ela incorporaram as características de um período e de um contexto do nosso país intensamente reconfigurado por mudanças, como foram grandes partícipes desses processos e o quanto essas contribuições têm reverberado e trazido desdobramentos sobre as vivências femininas até os dias atuais. Visualizando a relevância e a aproximação temática nessas produções, a partir de índices e aspectos que são de grande relevância para as mulheres e para a sua vida em sociedade, pude identificar que a escrita biográfica pode ser um instrumento privilegiado para reconstituir e analisar como a escrita da história as representou (ou as ignorou) em suas múltiplas dimensões e complexidades. Paralelo a isso, Callado também trouxe à cena representações de comportamentos, paradigmas e discursos que ainda operam sobre um índice de hierarquização e sobreposição masculinos engendrados num imaginário coletivo e estampados na dissimulação das relações sociais, familiares e numa dinâmica social mais ampla, fortemente arraigadas na configuração da sociedade brasileira do século XX e da qual ela também é oriunda.

O percurso pelo biográfico, apresentado a nós por Callado, traz histórias de mulheres como importantes sujeitos sociais e com elas revela e desnuda informações de foro íntimo e do contexto histórico brasileiro, que são descortinadas em camadas atravessadas por múltiplas nuances. Com isso, ela nos mostra o quanto pode ser significativo buscar no transbordamento do biográfico a verificação das entrelinhas, dos vestígios, das bordas e dos rastros que foram encobertos pelos sistemas de constituição da memória oficial, pois é neste acesso ao passado que os efeitos de rememoração e a revelação de determinados aspectos serão impactados no nosso presente. Anzaldúa, ao afirmar que “Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais.”, (2000, p. 235), reforça e revela as potências e impossibilidades engendradas no biográfico ou em outras formas de escrita de si, as complexas correlações entre o vivido, o narrado, o imaginado, o rememorado, num novelo narrativo que manifesta estratégias e recursos de recomposição de uma vivência entrelaçada por outras vivências como a da própria biógrafa, por exemplo.

AAC expõe oito vidas femininas a partir da coleta e manuseio prodigiosos de vestígios, arquivos, documentos, índices e referências produzidos por e sobre essas personagens em diversas fontes e meios, e se indigna quando constata que era “um grupo de mulheres que foram

pioneiras, mesmo com a posição inferiorizada que a sociedade insistia em impor às mulheres, em pleno século XX.” (Callado, 2011, p. 1). Ao nos apresentar Maria José Pereira Barbosa Lima (1906-2002), Maria de Lourdes Alves Martins (1894-1973), Lygia Maria Lessa Bastos (1919- 2020), Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), cujas biografias que as retratam são objetos de estudo nessa tese, ela descortina um panorama significativo de personagens que pertenceram a um circuito da elite econômica e cultural do Centro-Sul do Brasil do início do século e com as quais teve contato, dentre muitas situações, estabelecendo relações de amizade, se aproximando de modo mais íntimo em decorrência da produção do livro ou tendo breve convívio em situações pontuais, como participação em eventos, jantares ou outras circunstâncias. Estas, que se constituíram uma amostra de uma geração, e que têm nessas produções suas vidas, suas obras e suas atividades escrutinadas com rigor e acuidade, atuaram em contraponto aos moldes tradicionais e representaram o desenvolvimento de novos hábitos sociais em circulação nos principais espaços urbanos, engendraram novos modos de ser e de viver, por meio da educação formal, da posse de direitos políticos, do exercício profissional, dentre outras práticas.

A visão aqui citada das vidas embaralhadas, pode ser também interpretada a partir do caso da historiadora Margareth Rago com suas sete personagens representadas no livro **A ventura de contar-se** (2018), e descrita por Márcio Seligman-Silva no seu prefácio como “heteroautobiografia”, ou seja, “uma escrita de si que se dá através da reinscrição das vidas de outras mulheres” (p. 17). Seligman-Silva aponta que a “energia da escrita” em seu caráter (auto)performático advém da comunhão geracional, do estar presente e de modo central sem se assumir explicitamente também uma personagem dessa história (p. 18). Assim, observo que o contexto das personagens, que também era o de Callado, mesmo com uma diferença média de duas, três décadas, se movimenta em torno de um eixo comum que engloba: acesso aos principais periódicos e outros meios de comunicação produzidos no período, na condição de escritoras ou retratadas neles em reportagens, notícias, outros textos e programas; vínculo com espaços artísticos, da política e acadêmicos de grande referência; estabelecimento de relações com artistas, intelectuais, políticos, escritores, pesquisadores e outros profissionais bastante referendados no circuito midiático, em registros históricos nacionais e outras publicações nacionais e internacionais; e criação e execução de trabalhos e ações que representaram envolvimento direto ou indireto com os principais fatos, acontecimentos e eventos do século passado. Estes livros também se aproximam da era Vargas, considerando-se a longa abrangência de dezenove anos de seu governo (entre 1930-1945 e 1951-1954). Nas biografias,

são descritas as diferentes vinculações que as biografadas estabelecem com esse ex-presidente, representadas por: oposição política, como no caso de Lygia Lessa Bastos; laços de amizade e vínculos políticos, com Maria Martins e Adalgisa Nery; realizações de algumas conquistas para as mulheres no seu governo, como o direito ao voto, estes ilustrados na Revista Walkírias (1934-1960), fundada por Jenny Pimentel de Borba; e a intensa repressão política do seu governo com os imigrantes judeus, que afetou tragicamente Berta Ribeiro e sua família.

Ana Arruda Callado nasceu em Recife-PE, em 19 de maio de 1937. Sua vinda com a sua família para o Rio de Janeiro ocorreu quando ela tinha oito anos e foi motivada por razões profissionais do pai. Formou-se em jornalismo pela Faculdade Nacional de Filosofia (1957), começou a trabalhar como repórter no Jornal do Brasil em 1958. Recebeu o Prêmio Herbert Moses, em 1958, ao publicar uma série de reportagens “Reforma Agrária: todo mundo fala, mas ninguém faz”. Em 1959 recebe menção honrosa do Prêmio Esso por escrever matérias sobre infância abandonada, no ano de 1962 passou a trabalhar na Tribuna da Imprensa e em 1966 tornou-se a primeira mulher a assumir a chefia de reportagem no jornal Diário Carioca. Ainda nessa área, fez parte da equipe que criou o jornal alternativo O Sol, em 1967. Passou a lecionar aulas de Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos 1970 e lá obteve o título de Doutora em Comunicação Social. Lecionou também na Universidade Federal Fluminense e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Casou-se com Antonio Callado em 1977 e tornou-se viúva em 1997. Na década de 1990, foi coordenadora editorial da Revista Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Além das oito biografias, ela escreveu romance policial, o roteiro da adaptação em quadrinhos do romance Pedro Mico (2011), uma coleção de livros de memórias e organizou obras sobre seu falecido esposo¹.

A partir do que nos oferta com suas diversas produções, Callado se tornou figura emblemática pelo seu compromisso com a afirmação do valor das mulheres na história e a memória no Brasil e por ser defensora da profissionalização delas nos vários setores. De família numerosa (seus pais tiveram 15 filhos, 03, homens, 12 mulheres) e autodenominando-se “uma nordestina, patriota” (Del Priore, 2023), demonstra ter gratidão ao pai pelo generoso e contínuo

¹ **Os editoriais da Abolição:** um momento-chave para a linguagem jornalística no Brasil (1989), **Uma história: muitas vidas:** biografia (1999), **Uma aula de matar** (2003), **Pedro Mico: em quadrinhos** (2011), **Antonio Callado: Fotobiografia** (2013), **O país que não teve infância:** as sacadas de Antonio Callado (2017), **Meninos, eu ouvi** (2018), **Meninos, falei** (2019), **Meninos, eu trabalhei** (2020), **Meninos, cansei** (2021), **Meninos, estou aqui** (2023).

incentivo à leitura na infância e afirma ter se inspirado nas ideias dele, quando desde garota o ouvia dizer que “mulher tinha que ter uma profissão, mulher que vive às custas de homem não é respeitável” (Del Priore, 2023). Aos vinte anos, envereda pelo jornalismo e já atua no enfrentamento aos desafios inerentes a um cenário carioca efervescente e ainda muito demarcado pela prevalência do domínio e poder masculino em diversas frentes. Ganha destaque na mídia da época pelo pioneirismo na chefia de reportagem (Callado, 2013) e reiteradamente denuncia a gritante ausência de mulheres em cargos de chefia, em altos escalões da indústria, nas instâncias políticas, na magistratura, nos negócios, na Academia Brasileira de Letras e em outros setores, o que denota o seu engajamento com as questões de gênero em várias instâncias. Sobre suas experiências pessoais com a ditadura, relata com amargura os dias de prisão, ocorrida em 1973, e afirma ter “horror em falar” (Callado, 2012) do sofrimento vivido em 42 dias no Doi-Codi e 08 dias no quartel do exército, como também a morte de seu pai neste período e relata a confirmação de sua inocência em julgamento realizado em 1977, que teve como suas testemunhas de defesa Prudente de Moraes e Alberto Dines (Callado, 2013, p. 13-14).

Através das entrevistas e de outros textos em que se apresenta, Callado expõe alguns biografemas (elementos, recursos biográficos), construindo um mapeamento informativo sobre si, que já ensaia ou traduz-se em rascunho de uma futura biografia que deseja ser produzida sobre ela e conduzida por um sobrinho (é possível a vislumbrar manejando arquivos, produzindo acervos, organizando exemplares de seus livros, escolhendo fotografias, selecionando documentos, registrando nomes de pessoas para atuarem como testemunhas). Por ter produzido livros envoltos na escrita de si, demonstra saber qual e como ocorre a pesquisa e o manejo com as fontes, tem uma noção de como explorar esses recursos em narrativa e quais campos de significado sobre ela serão construídos nessa tessitura narrativa futura. São traços de sua existência, fragmentos de suas experiências em diferentes fases da vida que procura destacar, fazer sobressair aos olhos do público, os “rascunhando” através de entrevistas e depoimentos. Uma possível constatação é a de que estas personas se imbricam: ao mesmo tempo em que expõe e explica suas obras biográficas e seus trabalhos como escritora, tanto quanto fala das protagonistas de suas biografias, trata um pouco de si, sob diferentes perspectivas, indicando diferentes linhas temáticas que compuseram a sua vida: família, casamento, ditadura, escrita, jornalismo, carreira docente na universidade, perfis femininos, formação familiar, etc.

No artigo: “A memória do feminino: um esboço do catálogo biográfico da Companhia das Letras e Record (1990-2020)”, os autores Felipe Adam e Antonio Hohlfeldt nos apresentam uma avaliação da circulação de biografias e autobiografias no mercado editorial brasileiro em três décadas, embasados nos catálogos virtuais de duas maiores editoras brasileiras. Ao discutir conceitos como memória e arquivo e enfocarem o estudo numa perspectiva de gênero, estes autores assinalam que “é necessário questionar a cultura que se consome no Brasil, através das obras biográficas.” (2021, p.55), pois o controle e a manipulação da informação atuam em consenso para muitas vezes modular o que se deve ser preservado em memória. Ao exporem o tensionamento entre lembrança e esquecimento, na observação das estratégias de clivagem entre memória dos dominantes, a oficial, e memória de categorias subalternizadas, se reportam as seguintes considerações de Philippe Lejeune: “[...] escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes” (2014, p. 131), que reforçam o quanto a prática de escrita ainda traz fortes condicionantes socioeconômicos como os de gênero e étnicos.

Eles ressaltam a resistência feminina perante a invisibilidade neste mercado editorial e na produção e consumo de bens culturais, constataam um aumento significativo da participação feminina na autoria da escrita de si, entretanto, refletem a respeito do quanto ela ainda está comprometida com uma representação mais aproximada do multifacetado mosaico étnico e de gênero do país (2021, p. 62) ao enfatizarem, a partir de dados quantitativos, “a baixa quantidade de mulheres protagonistas em textos biográficos” (p. 65). Mesmo considerando uma contemporaneidade que se mobiliza em torno de uma “compulsão por memória”, os pesquisadores sinalizam o baixo reconhecimento cultural das histórias femininas e problematizam quais parâmetros de consumo de bens culturais ainda estão sendo impostos, produzidos e consumidos (p.69).

Assim, observo que escrita feminina de biografias e de outras formas de escrita de si gradativamente têm se consolidado em território brasileiro e internacional, correspondendo a um recurso valioso de interpretação e representação da atuação das mulheres em diferentes mobilizações e vertentes. Ressalto que os dados quantitativos ainda ressoam como um marco, mas não ofuscam a busca de historicizar os ganhos e conquistas femininas, os entraves e desafios mediante uma sociedade que ainda muito as estigmatiza e a necessidade de circulação disso no cenário contemporâneo, em meios culturais, acadêmicos e artísticos, até mesmo como um mecanismo que incentiva e viabiliza a proliferação de novos repertórios desses textos.

Para compor a estruturação dessa tese, optei pela inserção de um recurso que considerei relevante, por se traduzir como procedimentos que trazem um incremento na perspectiva de abordagem que apresento. O recurso efetivado nesse trabalho se refere à inclusão de textos de Virgínia Woolf no início dos capítulos para, em caráter introdutório, ilustrar e trazer alguns esclarecimentos acerca dos eixos temáticos explorados nos capítulos, como também responder a um interesse particular de conhecer, ler e estudar algumas produções dessa escritora. Considerando a profundidade e boa fundamentação de suas análises, cuja pauta sobre as relações de gênero perpassava suas reflexões sobre o meio social, a vida e a discussão sobre os problemas vigentes, como também a sua apurada sensibilidade e erudição, os seus preciosos exercícios literários e estilísticos, trouxeram contribuições muito significativas para as abordagens que desenvolvo no decorrer desse trabalho.

A seleção das quatro biografias para desenvolver esses estudos se fundamentou basicamente na eleição das produções que apresentaram em seus títulos designações que trouxessem especificidades relacionadas ao “fazer biográfico”. Ao identificar em seus subtítulos os termos “retrato”, “um esboço biográfico”, “Uma biografia”, observei que as referidas nomeações precisavam ser investigadas, a fim de compreender os propósitos e caracterizações que a escritora quis articular nesses textos e analisar possíveis implicações teórico-conceituais e metodológicas em torno dessas nomeações. Assim, busquei também trazer um entrecruzamento dessas estratégias com observações e análises que ela apresentou sobre a sua escrita de biografias em algumas entrevistas.

O capítulo um apresenta a contextualização das filiações entre biografia e história e analisa como o biográfico projeta a relevância do estudo e recuperação de autores, obras e personagens esquecidos pela História, pela historiografia literária, pela crítica, dentre outros. Amparada em estudos de crítica biográfica de Mary Del Priore (2009), Eneida Maria de Souza (2002), Francois Dosse (2009), Leonor Arfuch (2010, 2012), Giovanni Levi (1996), Sabina Loriga (1998), discuto, ainda, como as mudanças da biografia e das novas dimensões das personagens atuam em consonância com as reconfigurações das bases teórico-metodológicas da história, das revisões conceituais, analíticas e da exploração multirreferencial e intercambiante dos campos disciplinares.

Em se tratando do que exponho com relação às questões multitemáticas relacionadas a gênero, à produção de biografias nesse âmbito e à análise crítico-metodológica e informativa sobre biografias, busquei embasamento em produções de Mary Del Priore (2020, 2009), Margareth Rago (2013, 1995), Joan Scott (1997), Janet Malcom (2012). Na discussão sobre

como os estudos biográficos ajudam a ampliar as perspectivas da produção historiográfica, tendo como referência as vivências, a construção de memórias e os novos modos de ações políticas de mulheres, trago como referências as produções de Rachel Soihet (2003), Eleni Varikas (1988), Michelle Perrot (1989), Christine Planté (1988), Vanessa Gemis (2008).

Ainda neste entorno, apresento as contextualizações, características e configurações gerais da escrita biográfica de Ana Arruda Callado e discuto as projeções que ela desenvolveu para essas produções, como as de torná-las instrumentos de consolidação de uma memória feminina e de recomposição da história e da cultura do país. Por fim, trago uma descrição sobre o corpus selecionado para estudo nessa tese, as quatro biografias Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995); Maria Martins, uma biografia (2004); Lygia, a recordista: um esboço biográfico (2009); e Berta Ribeiro: aos índios, com amor. Uma biografia (2016), destacando as principais informações e características sobre as personagens referendadas e referendo aspectos e temas nelas inseridos.

O capítulo dois está disposto em três tópicos e nele são apresentados olhares teóricos e críticos acerca dos conceitos privado e público, em sua ancoragem liberal e patriarcal e são descritos os movimentos em prol da reestruturação dessa tradição teórica pelos estudos feministas. Ademais, assentada nas bases conceituais apresentadas por Hanah Arendt (2017) e Jurgen Habermas (1984), descrevo a importância dessas análises para a compreensão dos embasamentos teórico-científicos da sociedade Ocidental e da permanência dos seus potenciais efeitos nas relações sociais em diversas instâncias. Fundamentada nos escritos das pesquisadoras Sofia Aboim (2012), Maria Eduarda Ota (2013), Susan Moller Okim (2008), Seyla Benhabib (1987), Carole Pateman (2013, 1996), Eleni Varikas (1996), Michelle Perrot (1998), construo uma análise que relaciona a pensamento feminista e a sua reflexão crítica sobre a separação entre essas esferas, destaco como essa dicotomia se consolidou como balizadora de outras dualidades que estruturaram os parâmetros de estigmatizações, opressões e hierarquização entre os indivíduos, sob vários aspectos, como étnicos, de gênero, etários, e informo como a produção biográfica tem reverberado os impactos e as dissonâncias dessas esferas na configuração das vivências femininas. Discorro ainda sobre os aspectos como violência e subjugação representados pela ocultação e silenciamento sobre indivíduos, suas histórias, suas identidades, constituição da memória coletiva e políticas de produção de arquivos a partir dos olhares teóricos de Philippe Artières (1998), Michelle Perrot (1998), Luciana Quillet Heymann (1997), Jacques Derrida (2001), Olívia Maria Gomes da Cunha (2004), Constância Lima Duarte (2009).

Pautada em crítica feminista e em sua revisão teórico-crítica sobre o público e o privado, também examinei como as interpretações sobre essas esferas estão representadas nas quatro biografias de Ana Arruda Callado, identificando as estratégias e os recursos que a autora utiliza para expor valores, práticas e parâmetros que predominavam sobre as relações e o uso dos espaços entre homens e mulheres no Brasil do início do século passado. Ao observar a veiculação de temas do cotidiano nesses livros, a exemplo de ambiente doméstico e familiar, centrados inicialmente em aspectos da privacidade feminina, analiso como politicamente são discutidos os locais e ações comumente condicionados para as mulheres. Sobre a esfera pública nesses textos biográficos, trago as averiguações de AAC sobre a expansão do acesso e da participação das personagens em várias áreas e setores, ao ilustrar as suas contribuições para desenvolvimento e transformação do país, derivadas das diversas atividades e produções que executaram. Observo como a biógrafa descreve a concepção de centros urbanos mais feminizados e mais dinâmicos, cuja maior consequência foi a necessidade de rearticular paradigmas de representações simbólicas e materiais sobre as mulheres e a extensão do biográfico como instrumento de afirmação dos seus valores e das suas identidades.

Concentrada em uma discussão sobre as famigeradas relações e tensões entre o factual e o ficcional na produção biográfica, a proposta para o capítulo três é investigar sobre os potenciais e as limitações do projeto de Ana Arruda Callado, dado o caráter híbrido inerente à composição desse gênero textual e o seu propósito de construir biografias femininas para produzir uma revisão da historiografia brasileira. Ao identificar a preocupação da escritora em integrar o biográfico e o histórico como alicerce de seu projeto, investigo sua potente mobilização em torno do arcabouço de pesquisa que a aproxima da priorização do factual como principal sustentáculo nos seus textos, trazendo um painel descritivo de cada obra com inserções em caráter informativo e de contextualização.

A filiação entre fato e ficção se constitui um dos territórios mais intrincados da biografia, como também incorpora o seu caráter mais produtivo, tanto temática quanto formal e esteticamente. Essas imbricações são estudadas neste capítulo, embasadas em aplicações conceituais como “hibridismo”, de François Dosse (2009), “amálgama”, “simbiose”, “mescla”, “mistura”, de Virgínia Woolf (2007) e “fluidez epistemológica”, de Alexandre de Sá Avelar (2015). Sobre as confluências entre o polo ficcional e o polo factual no contexto biográfico, diferentes paradigmas de escrita e de modelos explicativos do biográfico e do histórico, a larga tradição e vitalidade do gênero biografia e jogos de significação através da linguagem e da narratividade, recorro aos estudos de autores como Sabina Loriga (1998), Pierre Bourdieu

(2006), Jacques Revel (2010), Alexandre de Sá Avelar (2010, 2014), Paul Ricoeur (2010), Juan José Saer (2012) e Roland Barthes (2004).

Outro aspecto em estudo neste capítulo se refere à apuração das inter-relações entre a biógrafa e suas biografadas, dada a constatação de que foram expoentes do início do século XX e apresentaram referenciais que se traduziram em forte correspondência entre ambas. Assim, trago também como enfoque a mobilização dessa escritora em torno da revisão desse silenciamento como uma correspondente dos conceitos “relação empática” (Rachel Soihet, 2003), “relação de intersubjetividade” (Eleni Varikas, 2015), (Leonor Arfuch, 2009), “relação de reciprocidade” (Margareth Rago, 2001), que se fundamenta no uso estratégico desse gênero textual como ferramenta de auto representação e de análise e crítica dos sistemas e valores da sociedade brasileiras, nos últimos dois séculos. Ainda nesse contexto, embasada nos aspectos teórico-metodológicos da crítica biográfica, investigo as qualificações “retrato”, “um esboço biográfico”, “uma biografia” que são registradas no corpus aqui estudado, observando se há diferentes características na exploração dos temas e na forma como esses textos foram estruturados.

A atuação emblemática de AAC com seus escritos, tem descortinado ressonâncias, trânsitos, expansões, compromissos, experiências e memórias de um tempo, de lugares, de personagens, de temas bastante significativos para a identificação e conhecimento de um contexto e de um período do Brasil. Tem destacado o que a investigar a reconstrução social, cultural e histórica pelas mulheres e escolhe para isso o desvendamento de como essas personagens irromperam discursivamente e assumiram diversas frentes de ação, possibilitando transformarem ao mundo e a si mesmas. Outrossim, seu projeto de escrita, impulsionado por motivações pessoais e pela assumpção de um compromisso de registro que também se configura político-social, descortina para nós as nuances de uma sociedade patriarcal ideologizada pelas classes dominantes da qual ela também fez parte e ainda demonstra ter certo compromisso. Mesmo inscrevendo as suas personagens como produtoras e intérpretes da história, devido, inclusive ao acesso privilegiado ao conhecimento e aos meios de produção social, cultural e acadêmica, registra, descreve e sistematiza informações que trazem a configuração dessa problemática, mas não investe em um repertório mais contundente de crítica à permanência desse processo. E, se regularmente procura ressaltar sua satisfação de enveredar por descobertas e revelações sobre suas personagens e poder expor isso aos leitores, a reforça, sobremaneira, pelo reconhecimento do legado e do pioneirismo delas e da relevância de se ampliar esse repertório, pois como ela afirma: “ainda há mulheres a desvendar.” (Callado, 2011).



CAPÍTULO 1

RESSONÂNCIAS DA PRESENÇA FEMININA NA PRODUÇÃO BIOGRÁFICA BRASILEIRA DO SÉCULO XX



1.1 Expansão e compromissos da produção de biografias de mulheres no Brasil

Mas, quanto a esse ponto, as mulheres também estão passando a ser mais independentes em suas opiniões. Começam a respeitar suas próprias noções sobre valores. E por essa razão o tema de seus romances começa a mostrar certas mudanças. Ao que parece, elas estão menos interessadas em si mesmas e, por outro lado, mais interessadas em outras mulheres. No começo do século XIX, os romances de mulheres eram em grande parte autobiográficos. Um dos motivos que as levavam a escrever era o desejo de expor o próprio sofrimento, de defender sua causa. Agora que esse desejo não é mais tão premente, as mulheres começam a explorar seu próprio sexo, a escrever sobre mulheres como jamais tinham escrito antes; pois claro está que mulheres na literatura, até bem recentemente, eram uma criação dos homens.

(Virgínia Woolf, **Mulheres e ficção**. 1979, p. 15-16)

No livro **Um teto todo seu**, de Virginia Woolf, baseado em palestras que proferiu em 1928 nas faculdades de Newnham e Girton, ela traz reflexões contundentes sobre a identidade feminina e as características da produção literária de mulheres com alguns dos seus principais intuitos. Neste livro e em **Mulheres e ficção (1979)**, Woolf traz a sua defesa dos contextos e direitos referentes a prática profissional da escrita que elas desenvolveram e identifica limitações e impasses em relação a essa prática, tais como: a construção da própria identidade, livre exercício do pensamento, direito à autonomia financeira e intelectual, demonstração de capacidade de escrita e do uso dela para análise e expressão sobre o mundo. A escritora e editora britânica acentua os paradoxos e as injustiças de um contexto fortemente influenciado pelos resquícios dos paradigmas da era vitoriana no início do século XX. Ao mesmo tempo, também denuncia a dissimetria entre os gêneros, fortemente inscrita nos diversos mecanismos de validação e desenvolvimento social e evoca a apresentação do potencial da voz feminina, capaz de tanto se auto representar quanto de se contrapor a uma representação historicamente uniforme dos indivíduos.

Considerando-se o conjunto de suas produções, torna-se patente a defesa de uma visão mais incisiva sobre o exercício da intelectualidade feminina e o franco processo de reformulação da imagem social da mulher, o que evidentemente interpenetra seus argumentos, os quais estão formatados em diferentes modalidades de textos. Ao apresentar uma consciência da função social da escrita, Woolf articula esses argumentos em favor da reserva de valor, tempo, espaço e concentração para que as mulheres possam desenvolver-se linguisticamente e

discursivamente e ter condições de construir reflexões acerca dos seguintes questionamentos: teria acesso a uma formação? Teria o reconhecimento da sua profissão de escritora? Teria tempo para escrever? Teria direito a um lugar reservado para fazê-lo? Teria realizada a divulgação do que produziu? Teria o devido reconhecimento? Teria a liberdade para tratar de qualquer tema? Teria espaço para participar dos ambientes acadêmicos e artísticos e ver seus textos circulando nesses meios?

Woolf também se dedicou à crítica biográfica e construiu argumentos em múltiplas bases temáticas, a exemplo da experimentação estética, observando propósitos, configurações, características formais e o surgimento de novas formas de produção desses textos. Suas análises se concentram sobre as formas como as personagens são representadas, as tentativas de superação de modelos e referências consolidados, as múltiplas perspectivas de exploração do fato e da ficção, a averiguação sobre a postura, o estilo e o tom que o biógrafo assume em seu texto e essas análises ajudaram a compreender a dimensão libertária, as contradições e as limitações do gênero em produções de sua época. O que se destaca, sobretudo, nessa imersão ao biográfico que a escritora traz é o quanto o seu posicionamento teórico, crítico e as suas experimentações na escrita ficcional ajudaram a promover uma expansão da presença feminina enquanto autoria e tema e pôr em evidência esse gênero textual que traz em seu bojo tantas controvérsias quanto características criativas, atrativas e sedutoras.

Conhecer ou revisitar perfis em detalhes e informações ainda não revelados; desnudar certas curiosidades sobre indivíduos, numa postura voyeurística; permitir saber sobre histórias de vida que, concebidas a partir da perspectiva de singularidades ou de um caráter de excepcionalidade, destacaram-se em detalhes que se tornaram proeminentes na tessitura social, artística, cultural e histórica de um país, eis aqui algumas das funções atribuídas e corporificadas pelas biografias. Modalizadas em obras escritas, eventualmente reconstituídas em linguagens audiovisuais e cênicas, se desenrolam numa profusão avassaladora que nunca se esgota, mas que, pelo contrário, se reconfigura em novas modalidades e estratégias de narratividade alavancadas pelo cenário tecnológico e midiático da sociedade contemporânea.

Há muitas projeções em torno das produções biográficas e têm ganhado destaque as que trazem como pauta a procura por reconstituição de vivências através do viés investigativo, com teor jornalístico, ou pelas novas projeções das constituições historiográficas, pautadas em conceitos como memória e arquivo. Isso por consequência tem favorecido outras possíveis interpretações e reposicionamentos sobre percursos individuais inerentes aos processos de representação e valoração implicados nas relações em sociedade.

Tais formas de narratividade trazem em si incorporadas, a partir de um manejo instrumental e interpretativo, a interseção dos múltiplos e complexos aspectos constituintes da tessitura de uma vida, que ora é reelaborada como uma encenação contínua em bricolagem. E é no entrecruzamento de diferentes vias de análise desses textos que os campos de referência são acionados, favorecendo novos procedimentos analíticos através de “aberturas teóricas e de enfraquecimento de territórios disciplinares”. (Souza, 2002, p. 111)

Há uma multiplicidade de questões em pauta que reverberam o valor significativo das “escritas de si” para a História, a Literatura e a Cultura, como a sua longa permanência e vitalidade nos circuitos editoriais, e expressam uma profusão de aspectos que continuam emergindo à medida que as suas reconfigurações são apresentadas pela teoria e pela crítica, assim como são identificadas as novas formas de produção e divulgação desses textos. Ângela de Castro Gomes traz um debate significativo sobre as “produções de si” (2004, p. 11) ao analisar os limites e possibilidades do trabalho historiográfico quanto ao uso de um conjunto de fontes documentais como diários, correspondências, biografias e autobiografias. Sua abordagem sobre as “produções de si” se concentra nas contribuições ao debate teórico-metodológico a respeito desses tipos de textos, que englobam ações referentes à produção escrita e à memória, a partir da sua utilização como “fontes privilegiadas de análise e objetos da pesquisa histórica” (p. 09) e literária. E expandindo essa discussão para o tema da autoria, ela afirma o seguinte:

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. [...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (Gomes, 2004, p. 14).

Um dos papéis de destaque do gênero textual biografia é evidenciar a relevância do estudo e recuperação de autores, obras e personagens esquecidos pela História, pela historiografia literária, pela crítica, dentre outros. A biografia, como resgate de um indivíduo ignorado ou alinhavado em discursos legitimados, se configura como meio de promoção do diálogo de múltiplas vozes que se misturam e se modificam no convívio umas com as outras. A personagem inscrita na obra biográfica é, assim, uma condensação e concentração de fatos resgatados, de textos inscritos num contexto, de recomposição de um silêncio ou ocultamento sobre ela no contexto da crítica, de revisões conceituais, analíticas e metodológicas que vão emergindo.

Em consonância com esses aspectos, temos a abordagem de Mary Dell Priore, no artigo intitulado “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”, em que, ao mapear as mudanças nas configurações e propósitos da biografia, busca associar essas mudanças às reconfigurações das bases teórico-metodológicas da história. A historiadora, também escritora de biografias históricas, ressalta como esse duplo processo permitiu reflexões acerca das formas de narrativa e da relação entre indivíduo e sociedade nos textos biográficos e historiográficos:

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual. (Priore, 2009, p. 9)

Como uma das principais referências no campo dos estudos biográficos a partir de um enfoque multidisciplinar, a professora e pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010), traz em suas análises que a escrita biográfica enquanto narração exerce uma função essencial, que é o ordenamento da vivência, a qual contribui para torná-la inteligível e transforma a experiência fragmentária e caótica em ordenação do tempo, produzindo-se assim uma identidade.

Além de poderem ser classificadas como mecanismos de um intenso e contínuo processo de interdependência, inter-relação e debates, principalmente nas últimas décadas, as filiações entre a biografia e a história têm sido constantemente empregadas com instrumentos de compreensão das diversas formas de representação do fazer e do ser em sociedade. O novo empenho de ambas situa-se em investir ou investigar as causas e os impactos das ausências, silêncios e ocultamentos sobre indivíduos e seus acervos de representações no espaço coletivo e dar destaque a grupos e categorias sociais que estavam à margem das esferas legitimadas de registro. É a partir da necessidade de reavaliação do político e da concepção da nova história política, que no final do século XX vão ser expostas as tensões em torno das diversas formas de relação em sociedade. Essa nova empreitada promove profundas transformações nos sistemas de poder, trazendo em evidência novos personagens, que vão ser reabilitados na condição de protagonistas.

O que se observa é que, ao acontecerem as transformações dos paradigmas epistemológicos referentes ao estudo do homem em sociedade e dos contínuos movimentos que

compõem as relações sociais, houve, por consequência, as constantes reconfigurações dos textos biográficos. As novas modalidades de textualização dessas narrativas serão impulsionadas pela interlocução entre os estudos históricos e outros campos científicos e virão em decorrência da necessidade de se empreender análises multirreferenciais (históricas, linguísticas, sociais, culturais, políticas, psicológicas, econômicas) da realidade e dos indivíduos.

A biografia, *locus* textual privilegiado, vai favorecer esse alargamento das perspectivas de representação e produção de significados e também vai atender a necessidade de se dar mais visibilidade aos anônimos da história e auxiliar na investigação do que fundamentou a sua ausência durante muito tempo. E é na esfera de uma transversalidade, com a ascensão e exploração de novas fontes, categorias e métodos que serão empregados novos instrumentos para abrir baús, vasculhar arquivos, revirar cômodos, remexer papéis, pois:

Em todos os domínios que dependem da transversalidade, a escrita biográfica dá um passo à frente, pois se estriba num entrelaçamento de disciplinas que abre caminho para hipóteses não reducionistas. Entre história e ficção, jornalismo e história, o fato de captar os mil e um desvios da existência humana é a seara do biógrafo, que extrai o mel de todos os traços à sua disposição a fim de responder ao enigma colocado pelo sentido da vida (Dosse, 2009. p.122)

Tanto quanto ressalta a estratégia da transversalidade como um operador conceitual relevante no estudo do biográfico, o historiador francês François Dosse, no livro *O desafio Biográfico* (2009), traz um panorama analítico e crítico das diferentes concepções de textos biográficos em diferentes momentos históricos, cujas fases ele irá chamar de “idade”. Nesse trabalho primoroso, ele constrói uma divisão metodológica e temática que tenta recompor a evolução das biografias e, dentre as fases que classifica e caracteriza, destacamos a que nos apresenta a “idade hermenêutica”. Para Dosse, se “[...] o gênero encarou exigências diferentes segundo os momentos históricos” (2009. p. 406), nos anos 1970/1980 houve a necessidade de compreensão das ações individuais e de como elas se refletem na totalização de um sistema social, com suas contradições e conflitos, onde os escritores também procuraram desenvolver abordagens sobre a complexa rede de identificações e heterogeneidades, visto que “Em vez de partir do indivíduo médio ou típico de uma categoria socioprofissional, a *microstoria* [...] ocupa-se de estudos de caso, de microcosmos, valorizando as situações-limite de crise” (p. 254).

As interferências da micro história se ocupam do resgate de micro ações individuais num emaranhado complexo de redes de sociabilidade e a narrativa biográfica vai exercer importante função através deste processo. Este redimensionamento da construção do objeto

pelo historiador promoveu o reescalonamento de possibilidades diferentes de interpretação dos sujeitos, dos contextos e das ações, das privacidades e das identificações.

Buscar compreender o indivíduo da história também na sua rede de relações, como defende a nova história política, abre novos caminhos e projeções para se tomar o gênero biográfico como questão, como possibilidade teórico-metodológica. Essa microanálise possibilita perceber como nas vastas estruturas sociais se constituem acontecimentos individuais a partir do espaço social e de experimentação e possibilita fazer estudos de períodos, de mentalidades, de sistemas de valores, ou seja das diversas configurações inerentes às relações entre um indivíduo, seu contexto de vivência e o tempo em que isso transcorre. Como principal modalidade, para que um historiador dê conta de uma categoria social está o acompanhamento e a apresentação da “história de vida” de um indivíduo e de sua ancoragem em sociedade.

Há na escrita biográfica uma resposta à intensa disposição pela leitura de uma vida outra, à necessidade de se desvendar o que comporta esse outro eu, identificando jogos identitários e mascaramentos. Por meio do relato, uma vivência é revisitada e revisada, um biografado é constituído por estratégias discursivas do seu biógrafo, por esse olhar do outro, pois “o sujeito deve ser pensado a partir da sua ‘outridade’, do contexto de diálogo que dá sentido a seu discurso” (Arfuch, 2010, p.11).

Para Giovanni Levi, a biografia também funciona como meio para assinalar o caráter contraditório dos sistemas normativos, pois, ao reabilitar indivíduos como sujeitos históricos, que se concentram nos interstícios da liberdade na atuação social, ressalta a possível falência dos sistemas de representação embasados em macro estruturas e determinismos abstratos. Ele ainda assinala como o método biográfico se constitui campo ideal para a composição de uma “rede de uma antidisciplina”, na medida em que aplica o redirecionamento dos enfoques sobre as percepções das pluralidades de vivências dos acontecimentos (Levi, 1996, p. 180).

Na visão da historiadora Sabina Loriga, o cultivo à dimensão ética da história deve ser constituído a partir da restituição de diferentes vozes que constituíram a pluralidade do passado. Neste sentido, a escrita biográfica pode também ser empregada como forma de conhecimento histórico e como um meio de reinterpretação das vivências, o que ajudaria a compreender como se formaram as relações entre o individual e o coletivo, entre o comunitário e o nacional, entre as instituições e os sujeitos que as compõem. Assim, para a autora, cabe fazer ecoar essa pluralidade representada a partir do biográfico, por que:

A redescoberta da biografia remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao ‘cotidiano’, a ‘subjetividades outras’: por exemplo, a história oral, os estudos

sobre cultura popular e a história das mulheres. O desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico. (Loriga, 1998, p. 225)

O cotidiano ou as “subjetividades outras” a que se refere Loriga evidencia as mudanças de perspectiva de representação dos fatos históricos, onde há o redimensionamento dos discursos sobre contextos, temas, personagens, sistemas de valores, *modus vivendi*, processos enunciativos, entre outros. Nesse compasso, as análises macro referenciais e panorâmicas cedem espaço a abordagens micro referenciais e delimitadas, promovendo assim, a ascensão de expressões como microanálise, micropolítica e micro história e a produção biográfica, esta última que em suas múltiplas dimensões e configurações, se encarrega involuntariamente de dar suporte a essas novas nuances e proposições do discurso histórico.

A incorporação das mulheres enquanto categoria de análise a partir das revisões da historiografia favorece também a ampliação de abordagens sobre questões multitemáticas relacionadas ao gênero e a produção de biografias nesse âmbito vai ser um importante instrumento para a efetivação mais intensa dos processos de circulação das escritas de si. Se a exploração sobre algumas poucas personagens femininas em biografias já estava em pauta há muitos séculos, antes enquadrado numa apropriação discursiva predominantemente masculina, em fins do século XIX e no decorrer do século XX, o direito das mulheres à concepção desses e de diversos outros textos e de se constituir também personagem será efetivado a partir do desenvolvimento de novas políticas de identidade e de enunciação.

A abordagem biográfica tem se constituído um importante instrumento para uma identificação da experiência social das mulheres e para a consolidação de uma identidade feminina em diversos aspectos. Tendo em vista uma perspectiva de recomposição da memória cultural e histórica do nosso país, a produção de textos biográficos por e sobre mulheres visa incorporar informações e práticas discursivas que favoreçam o reconhecimento delas em seus diversos campos de atuação, cujas bases serão melhor consolidadas a partir da expansão gradativa de sua presença na esfera pública.

Com isso, o que se observa é a constituição de um novo cenário histórico, cultural, literário em que se torna favorável o trânsito de novas políticas de subjetividade, a exemplo das pautas femininas, que são veiculadas com o propósito de colocar em evidência os valores e as potencialidades das mulheres a partir da exposição de suas experiências e contribuições para a sociedade. Por ser bastante empregada como uma ferramenta de reflexão teórica e crítica, no âmbito dos estudos históricos, do jornalismo e da crítica literária, as biografias de mulheres apresentam muitas informações sobre as transformações nas relações entre os gêneros e sobre

como, quando e porque transcorreram tais mudanças de paradigmas em relação aos processos de representação, ao acesso ao poder e domínios das práticas discursivas. A consciência da apropriação da escrita como mecanismo que favorece a circulação de discursos e de (re)constituição de vivências através do (auto)biográfico, se torna a via pela qual uma quantidade significativa de textos sobre gênero vai se ampliando.

A garantia de visibilidade e de voz feminina através desses textos vem responder à necessidade das mulheres serem adequadamente integradas como sujeitos a um processo de historicidade, que confronte as variadas formas de interdição e cuja ênfase se situa no combate aos sistemas de domínio, regulação, silenciamento e subjugação, construídos a partir de parâmetros hegemônicos masculinos e consolidados há séculos. Essa subjetividade feminina, destacada pela abordagem biográfica, visa traduzir e expressar a libertação dos corpos, linguagens, pensamentos e ações e incorpora a necessidade de reorientação do olhar sobre o gênero enquanto categoria de análise.

O conceito de subjetividade aqui aplicado está diretamente atrelado a noção de processos de subjetivação apresentados por Michel Foucault (1984/2004), onde a reconstrução de trajetórias femininas propiciou nova compreensão acerca do sentido de prática de subjetivação como prática de si, da busca de práticas de liberdade e do reposicionamento dos sujeitos mediante jogos de poder e de verdade e todo esse processo ajudou a promover a transformação do mundo e de si mesmas.

À luz de Foucault, as práticas de subjetivação, pondo em questão os modos de sujeição, se enquadram em abordagens analítico-críticas que se ocupam no desenvolvimento de novas políticas de subjetividade, contrapondo-se aos esquemas binários de representação em voga. Associado a esse pensamento teórico-crítico, se aplicaria um sentido ético-político de confronto à escassez de fontes de informação e aos modos de sujeição que têm como principais alvos categorias e grupos sociais não visibilizados em sociedade.

Uma das consequências desse pensamento de Foucault está aqui referendado na ideia de que a mulher ao escrever, ao se construir através de textualidades, linguagens e discursos, inscreve-se num tempo, numa memória, numa projeção de identidade, torna-se registro. Inclusive, ela sabe que a escrita é voz, é potência, é valor. Inscrever-se é fazer-se existir (Artières, 1998), é se fazer conhecer numa projeção de si a princípio mais compromissada com a projeção de uma subjetividade. E esse processo se constitui no contexto do ainda não dito, do ainda não conhecido, do ainda não devidamente divulgado, ou até mesmo de reverificações e de ressignificações do que já se fora instalado na memória coletiva. As mulheres em suas

relações e em suas práticas de escrita, como uma imagem reiterada, se embasariam na perspectiva da enunciação feminina enquanto estratégia de resistência e de enfrentamento a constituição de uma “Memória sem rastros” (Perrot, 1989, p. 13).

Textos biográficos têm sido usados como fonte de contribuições também para ampliar o conhecimento acerca das múltiplas manifestações e formas de poder, das diversas formas de percepção e de experiências que contribuem para o fazer histórico. A partir de uma nova compreensão sobre as correlações entre os conceitos individual e coletivo, totalidade e diversidade, micro e macro referências foram construídas outras formas de compreensão sobre os modelos e métodos de interpretação e registro das diversas formas de vivência e categorias em sociedade e sobre os equívocos e limitações do fazer histórico sobre elas.

A abrangência de estudos biográficos sobre as mulheres, assim como a constituição da história das mulheres, estão relacionadas a eclosão de vários objetos de estudo mobilizados por fatores sociológicos, políticos e científicos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Com o objetivo de promover a reconstrução histórica do percurso de múltiplas categorias sociais em todos os campos, essa nova composição de estudos e pesquisas traz como enfoque a revisão e a reelaboração das informações sobre elas já consolidadas nos múltiplos sistemas em vigência.

Uma maior expansão das biografias de mulheres enquanto autoria e tema, como vimos anteriormente, vem corresponder aos processos de transformação que vão ser bastante acelerados no último século, assim como responderão ao objetivo de expor as incoerências e as limitações que faziam parte do repertório da história e de outras áreas do conhecimento. Como a história reflete ao mesmo tempo as interações entre a dinâmica e o contexto, as transformações teórico-metodológicas que ela vai incorporando visarão atender as diversidades de perspectivas que estarão em pauta na tessitura social, a partir, sobretudo, dos anos 1970.

Dentre essas novas perspectivas, as relacionadas as abordagens sobre mulheres vão ganhando novos territórios de expressão, que irão destacar a sua consciência de existência histórica e ativar a narrativa como processo de recepção dessas experiências, visto que são reflexo também das transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher (Del Priore, 2020, p.10).

Para isso, foi necessário investir em um amplo trabalho de desconstrução de linguagens e imagens projetadas sobre elas, deliberadamente envoltas num percurso discursivo muito problemático e limitante, isso porque era emblemática a circulação da ideia de mulher como ser impotente, frágil e dependente. As mulheres buscaram então empregar a escrita, a palavra e a

imagem como vias para desconstruir essas projeções, ao compreenderem que a linguagem era produtora de significados e articuladora de novos valores para as experiências, pois “o feminino foi recriado social, cultural e historicamente pelas próprias mulheres. A cultura feminina, nessa direção, foi repensada em sua importância, redescoberta em sua novidade, revalorizada em suas possibilidades de contribuição, antes ignoradas ou subestimadas.” (Rago, 1995, p. 25)

Desse modo, a “escrita da história” passa a ser também uma atribuição feminina que visa responder ao rápido compasso com que suas práticas e produções se disseminam nos espaços públicos e trazer outros direcionamentos sobre como operacionalizar os arquivos, eventos e movimentos que deles são resultantes. Porém, essa escrita da história não terá um caráter excludente e de segmentação do devir histórico, pois a história das mulheres, em sua concepção e desenvolvimento, investirá em abordagens e estudos que se concentrarão na análise dos processos históricos a partir de um enfoque em aspectos relacionais, o que implica basicamente em pesquisar e construir narrativas e relatos a partir das diversas redes de relações que têm o gênero como condição intermediária, assim como:

O impacto da presença feminina na historiografia aparece no questionamento de uma história centrada no conceito de homem enquanto sujeito universal, mostrando as fragmentações pelo sexo. Ao mesmo tempo, explicita-se a preocupação em desfazer a noção abstrata de “mulher” referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram.

Além disso, o impulso feminista desta produção evidencia-se na vontade de provar a capacidade criativa das mulheres enquanto sujeitos sociais capazes de fazerem a História, de investirem contra as múltiplas manifestações do poder, e enquanto elaboradoras de iniciativas, de formas de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social, tanto quanto as masculinas. (Rago, 1995, p. 84-85)

Conforme observamos nessa afirmação de Margareth Rago, as mulheres foram extremamente ameaçadas pelos processos de exclusão, silêncio e clausura e precisaram se mobilizar em torno de estratégias de enfrentamento dessa condição, ao mesmo tempo em que buscaram desenvolver seus empreendimentos em torno de uma mobilização sistemática para o reconhecimento do seu valor, da sua identidade, da sua colaboração e do seu compromisso com o desenvolvimento social e com a constituição dos processos históricos.

Na medida em que se expandia a presença das mulheres em espaços públicos, se evidenciava a necessidade de se investir em novos temas, conceitos e operadores de análise e no desmembramento da ideia de uma construção hierárquica de representação do mundo baseado nas relações de gênero. Associado a esses aspectos, era necessário mobilizar processos democráticos de circulações dos discursos que precisariam refletir mais e melhor os novos

movimentos em sociedade em direção ao reconhecimento de suas contribuições e de seus direitos.

Dentre as ferramentas de análise que se consolidaram para subsidiar os estudos feministas e o desenvolvimento dos estudos no âmbito da história das mulheres, a que se destacou foi gênero como categoria de análise. O emprego desse conceito enveredou por diversos setores de produção do conhecimento e tem ajudado a esclarecer como se constituiu a base do pensamento ocidental, fortemente marcada por dualidades e binarismos e também tem evidenciado como essa base se consolidou nos diversos sistemas de representação².

Uma grande referência em pesquisa dos estudos de gênero enquanto categoria de análise é Joan Scott, historiadora norte-americana, marxista e intelectual feminista. Ela construiu uma abordagem teórica consistente em torno da projeção do uso do conceito a partir de perspectivas multidisciplinares, enfocando a disseminação e a identificação da participação feminina nos processos, a organização das relações sociais e a análise da constituição das relações de poder. Seu empreendimento teórico favoreceu que identificássemos como se consolidaram as tradições, quais eram os reflexos dos seus equívocos em relação à absorção das diferenças e como elas estão incorporadas nas diversas estruturas de organização, pois, na sua concepção:

O gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (Scott, 1992, p.87)

A ênfase na multidisciplinaridade defendida por Scott se somaria ao emprego de um viés político, na medida em que são discutidas as noções de identidade a partir do estudo sobre como as culturas e as sociedades se constituíram e como foram agenciados nos seus cernes os sistemas de dominação e de poder. Nesse sentido, houve também a exposição e a denúncia das modalidades de hierarquização dos gêneros como princípio regulador da vida em sociedade, assim como a exploração das noções de relacionamento enquadradas em binarismos e encenadas em dualidades, indicando os princípios limitadores e abusivos daí decorrentes. Para Scott, a função atribuída à história no estudo sobre gênero seria:

² A expressão “história das mulheres”, no contexto epistemológico contemporâneo, como área acadêmica consolidada, se refere a um campo historiográfico de múltiplas concepções e correntes de abordagem. Michelle Perrot assinala que nos anos 60 e 70, diversos fatores “concorreram para a emergência do objeto “mulher”, nas ciências humanas em geral e na história em particular”, sendo tais fatores políticos, científicos e sociológicos. PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-20

Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento (Scott, 1994, p. 25-26).

Assim, em suas análises Johan Scott procurou discutir como as identidades subjetivas de homens e mulheres se inserem em construções sociais e trouxe também a problemática da construção de significados e valores a partir de sistemas de exclusão, tendo o gênero como elemento constitutivo das relações. E, ao investir nessa rede de percepções diferenciadas sobre o passado e o presente, ajudou a tornar factível a incorporação da experiência social das mulheres na história, revelando assim as profundas transformações na produção do conhecimento histórico.

As transformações do conhecimento histórico amplamente evidenciadas pelos estudos feministas e pela história das mulheres não só favoreceram a inserção gradativa da identidade feminina como instrumento de análise de diversos aspectos sociais e culturais, como também foram subsidiadas pelas novas mobilizações teóricas, metodológicas e conceituais no seu corpus disciplinar. Tais mobilizações surgiram em decorrência da necessidade cada vez mais iminente de se ampliar as ferramentas de análise e de crítica das identidades plurais, para a montagem de um novo arcabouço de representação das estruturas e sistemas construídos em grande volatilidade.

Nesse fluxo da expansão de métodos e fontes, várias estratégias foram empregadas com ênfase na rearticulação das perspectivas de sujeito e objetos dos discursos e dos processos, como também foram mobilizadas novas vias para se descortinar experiências ocultas do passado a partir da ascensão da história oral e da expansão de formas de acesso, manejo e abordagens sobre arquivos, documentos e fontes, por exemplo.

Tais desdobramentos ajudaram a constituir uma base de melhor percepção da participação feminina nos acontecimentos, pois, sendo tecida no cotidiano, essa trama identitária envolve muitas áreas de atuação. Assim, uma gama de correntes de interpretação sobre mulheres foi se constituindo, desbravando as características, funções e importância das suas multiplicidades de experiências.

No que se refere a esse avanço na abordagem do feminino, a produção biográfica de mulheres tem sido um importante instrumento para a identificação e compreensão das estratégias de resistência e de buscas de meios de representação que elas têm empreendido. Já tendo uma grande representatividade, mas também visando garantir mais expansão no mercado

editorial, a biografia de gênero tem se consolidado como parte significativa do acervo estético-cultural do país, por incorporar certos conteúdos e temas que ensejam pautas que correspondam mais estritamente aos seus anseios, desejos e projetos.

1.2 Biografias de mulheres e as novas perspectivas para a História

O desejo de consumir memórias e de ler vidas retratadas nos diversos textos que envolvem a escrita de si é algo bastante antigo e nesses vários séculos de existência tem correspondido às diferentes aspirações inerentes às múltiplas reconfigurações sociais e históricas. Mesmo estando vulneráveis às transformações nos parâmetros de valores e credibilidade que as mudanças no conhecimento histórico promoveram, as produções biográficas não perderam seu vislumbre, sua vitalidade e suas qualidades perante o público. A busca pela compreensão dos mecanismos de produção das obras biográficas perpassa a necessidade de compreender como a perspectiva (auto)biográfica se constitui enquanto expressão de subjetividade e terreno fecundo de experimentação estética.

Um dos contextos de produção de obras biográficas que tem sido evidenciado nos âmbitos editorial, cênico e audiovisual é o de produção feminina, em que mulheres atuam como biógrafas e/ou biografadas. Como já assinalamos ser este um território profícuo e amplo, passou a ser visibilizado também como um campo de atuação das políticas da diferença em que, por exemplo, diferentes configurações da identidade de gênero vêm ganhando espaço.

Em se tratando da associação entre biografia e mulher, as possibilidades de reenquadramentos têm sido diversas, visto que a representação de múltiplas pautas referentes às diferentes questões sobre e das mulheres circula com boa recepção e fluidez enquanto autoria e tema. Em algumas análises sobre as especificidades na produção desse gênero por mulheres, são apresentadas algumas concepções de que a sua peculiar sensibilidade e o seu olhar atento sobre as causas femininas contribuem para a ampliação de novos horizontes de percepção sobre as marcas impressas no corpus textual de biografias. Outro aspecto também assinalado na crítica biográfica está no investimento em novas categorias analíticas a partir de outros enquadramentos de memórias e eventos, destacando-se em diversos momentos a denúncia sobre vivências atravessadas por relações de poder social e sexualmente hierarquizadas. (Souza, 2002, p. 114).

O empreendimento de tornar as mulheres sujeitos protagonistas, sendo a que escreve a biografia ou que é biografada, ganhou espaço privilegiado nesse território e tem servido

substancialmente para reforçar a quebra do silêncio e da invisibilidade delas. O cerne da questão que outrora se situava na problemática da apropriação da identidade feminina pela dominação masculina no uso das linguagens, nas formas de interpretação e no acesso aos discursos, foi se expandindo para a necessidade de colocar em protagonismo as memórias e as ações femininas como recurso para os diversos textos referentes a elas e por elas publicados.

Em consonância com tais aspectos temos a abordagem de Rachel Soihet, que no artigo “Mulheres e Biografia. Significados para a história.” (2003) apresenta o quanto os estudos biográficos ajudam a ampliar as perspectivas da produção historiográfica, tendo como referência as vivências de mulheres. Para a historiadora, a produção dessas biografias a partir do século XIX, se constituiu importante instrumento para a identificação e análise das suas experiências histórico-sociais, principalmente no que se refere aos enquadramentos estabelecidos entre as relações de gênero, as dificuldades e as limitações de acesso das mulheres à escrita e as interações entre a vida pública e a vida privada.

Ao analisar “o enfoque biográfico para a história das mulheres e para os estudos feministas” (2003, p. 38), Soihet assinala a relevância da longa tradição do uso de produções biográficas por mulheres assim como o seu amplo ressurgimento e destaca a importância de se explicitar os desafios ideológicos para a abertura de mais caminhos para a exploração dos limites e possibilidades dos métodos biográficos nesse contexto. Ela também enfatiza o valor da ascensão das histórias individuais como elemento concreto e de grande importância na historiografia, pois indica que esta, ao referendá-las no âmbito do cotidiano, as ressalta como o embasamento que ajuda a moldar o pensamento social e a redefinir os campos de atuação do político.

Citando Ricoeur, Leonor Arfuch (2010, p. 111) nos diz que, “contamos histórias porque, afinal de contas, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas.”, neste sentido, uma noção do mérito e do valor das questões de gênero enquanto tema para a história tem sido reiteradamente reconstruída a partir das primeiras formas de história das mulheres em biografias, como as produções de Christine de Pisan, ganhando mais ênfase no século XIX com a evolução de diversas produções sobre as mulheres (Soihet, 2003; Varikas, 1988). Resistindo às condições desfavoráveis que as expeliam dos espaços de poder construídos nas esferas públicas, diversas mulheres buscaram construir canais de auto representação em produções escritas, inclusive as literárias, que incorporassem seus valores a características afirmativas, tendo a apropriação e disseminação da sua escrita como principais estratégias.

Como acentua Eleni Varikas, “a função dessas biografias, mesmo que não explicitada, foi a de provar que a capacidade feminina era idêntica à masculina: a de fazer história, de construir civilização” (apud Soihet, 1988, p. 39), uma noção de civilização talvez aqui compreendida como abertura para novas possibilidades de transformação da humanidade, de incorporação de novos repertórios que sinalizem a presença de justiça, equidade e revisão de valores e de discursos. Para a filósofa, considerando-se a grande carência de fontes na historiografia sobre mulheres, que foi condicionada pelo domínio na historiografia tradicional de uma postura de objetividade e dominação masculina, uma nova noção de subjetividade passa a ser requerida e a biografia vai servir de referência para a “subversão dos modelos recebidos” (p. 39). Além dessas análises, há outras abordagens de pesquisadoras das relações entre biografias, mulheres e história, (Varikas; Rago; Perrot; Del Priore; 1988, 2003, 2005, 2009) que ajudaram a construir novas bases metodológicas e novas ferramentas de reflexão teórica sobre o fazer biográfico. Como base analítica comum, essas pesquisadoras destacam os três principais fatores a serem considerados e profundamente analisados em torno da problemática da subalternização feminina: como foram configuradas as estratégias de controle e de subjugação da memória, do discurso e da imagem em relação a questão de gênero; como e por que as mulheres tiveram acesso tardio a escrita; e como o patriarcalismo as enclausurou numa projeção de pouca ou nenhuma visibilidade, restringindo-as ao contexto privado “modelar”.

Em paralelo a busca da compreensão de como, quando e por que esses fatores foram se disseminando, a partir do século XIX vai haver um forte empreendimento na construção de novos repertórios textuais, cujas configurações da identidade feminina vão ser reencenadas em novas perspectivas, mesmo buscando manter o caráter edificante como algo prontamente incorporado ao biográfico, desde a época medieval. O objetivo é ainda se apropriar da função de edificação, mas se embasando “em modelos femininos alternativos à imagem do feminino passivo, fútil ou desinteressante” (Varikas, 1988, p. 43) e investindo em um novo modo de ação política, o que significa dar evidência a mulheres a partir das suas diferentes contribuições para o desenvolvimento social em várias áreas e disseminar a necessidade do reajustamento de suas imagens, seja pela dissimetria dos valores e da representação delas ou pela distorção a que foram sujeitadas durante muito tempo.

Ao abordar criticamente sobre a autoria feminina no século XIX, Christine Planté (1988, p. 51), pioneira dos estudos de gênero e literatura na França, denunciou os sistemas predeterminados na sociedade ocidental em relação aos papéis destinados às mulheres na escrita, em contraposição aos construídos para os homens, ressaltando o caráter de inferioridade

que é atribuído à sua capacidade criadora e as limitações a que suas produções eram condicionadas temática ou estilisticamente. A elas era designado o cumprimento de uma escrita utilitária, de caráter didático, privado ou moral, em que produziam obras de educação, tratados de boas maneiras, romances e biografias femininas tradicionalistas.

Em contrapartida, ao evocar a diversidade das produções de escritoras do final do século XIX e início do século XX, tanto na forma quanto no conteúdo, Christine Planté (1988) descreve um cenário de reconstrução da historiografia literária associado ao agenciamento de novas demandas de escrita e representação das mulheres, cuja mobilização vai se disseminar por outros territórios, inclusive o brasileiro. Em relação às produções biográficas neste período, a escritora dá destaque as dificuldades metodológicas e a necessidade de incorporar esses textos como ferramenta de reflexão teórica e instrumento para a reescrita crítica da história. Michelle Perrot, em **Minha História das Mulheres** (2007) trata do silêncio rompido pelo desenvolvimento desse novo campo historiográfico e informa sobre a propagação da escrita biográfica feminina na França do século XIX, como escrita profissional de mulheres aristocráticas em que “são cada vez mais numerosas, escrevendo biografias de mulheres: rainhas, santas, cortesãs, ‘mulheres excepcionais’” (p. 18)

Dentre os temas básicos que aborda em torno da necessidade de expansão de biografias cuja autoria é feminina, aponta as correlações entre os movimentos feministas e a ampliação desses textos com diferentes propósitos inter-relacionados, tais como: o investimento na busca por outra visão histórica, a identificação das dificuldades metodológicas ocasionadas pela carência de arquivos e fontes, a análise do apagamento genealógico e social do nome da mulher e das condições de uso de pseudônimos e outras consequências para o não reconhecimento de sua identidade e subjetividade. No que se refere à ausência do registro dos nomes femininos de origem, visto que as relações familiares condicionavam à mulher a assumpção do nome do pai e do esposo, os questionamentos e análises se concentram no apagamento e desconhecimento da identidade feminina autônoma e no condicionamento de seu valor social ao vínculo com figuras masculinas.

A “reescrita crítica da história” por meio da biografia de mulheres (Gemis, 2008) vai ser consolidada através de diferentes mecanismos e terá como propósito a apresentação de novos conjuntos de referências, investindo em perfis femininos arrojados, com base em: realocação da situação de coadjuvante para protagonista, nas condições de destaque para o não apagamento do seu nome próprio, não vinculação às relações de parentesco com “homens ilustres” e saída dos estereótipos; construção de novos percursos de sociabilidade em direção

ao redimensionando das noções de público e privado para essa categoria social; criação de novos modos de auto representação através do acesso a escrita e da publicação de suas produções; concepção do valor documental, histórico e cultural do que produzem e busca do auto agenciamento dos seus arquivos;

A atualização desse conjunto de referências está associada ao que aponta Margareth Rago, em sua análise sobre os novos modos de existência empreendidos pelos feminismos do século XIX e início do século XX. Sob a ótica da historiadora, foi necessário que houvesse renovação no imaginário político e cultural para uma defesa mais ética de outros lugares sociais para as mulheres e sua cultura (2013, p. 27). Os novos lugares sociais de que Rago trata, envolvem incorporação de mais mecanismos de representação da subjetividade feminina e de desenvolvimento de novos métodos de enfrentamento das dificuldades de inserção das mulheres no mundo intelectual e profissional, o que implicaria na intervenção cada vez maior delas em espaços públicos. Em torno disso, visava-se dissolver o estigma e a marginalização associados a expressão “mulher pública”, que estavam bastante arraigados no pensamento ocidental e que traziam como atribuição comportamentos vulgares ou imorais. Por outro lado, a realocação da sua presença para essa esfera pode ser traduzido como uma respostas as novas demandas sociais e econômicas advindas da modernização do país, como também correspondeu a necessidade de efetivação de novos processos de socialização, que vão ser considerados revolucionários, visto que:

[...] até mesmo intelectuais pouco atentos às questões de gênero não podem deixar de reconhecer que a única revolução que realmente vingou, no século XX, foi a feminista, provocando não apenas o acesso das mulheres à cidadania, mas acentuando um fenômeno igualmente profundo, embora menos perceptível, pelo menos até recentemente: a feminização da cultura (Rago, 2009, p.33).

Sabemos que os propósitos de construção de novas políticas de identidade fazem parte dos novos processos de socialização, pois como muito bem registra Michelle Perrot, “O mundo muda, modificam-se as fronteiras, também entre os sexos” (1998, p. 86). No Brasil, os ecos de tais reivindicações espelhavam influências, debates e outras manifestações que estavam em desenvolvimento em outros países e neste entorno as pautas se concentravam no direito à educação e ao trabalho e na busca pela construção de canais de expressão promovidos pelo domínio da cultura, da escrita e da arte.

As novas configurações de ação das mulheres incorporaram as intensas transformações do início do século, das quais se tornaram participantes diretas, seja por vias de consolidação de uma nova identidade, seja pelas atividades que passam a exercer nos novos contextos de

industrialização, modernização e sociabilidade do Brasil. A entrada no mercado de trabalho e suas mobilizações em torno de comunidades femininas de assistencialismo foram amostras dos caminhos para sua presença mais expandida nos espaços públicos em seus diversos setores e contextos.

Ao tratar de experiências profissionais para mulheres em 1931, cotejando-as com a sua prática profissional de escritora e com as condições que a levaram a esse patamar, Virgínia Woolf destacou os entraves e os complexos desafios para o exercício profissional delas que estavam em pauta, enfatizando a complexa correlação para as atribuições a elas destinadas nos ambientes privados (do lar, do casamento, da família) e públicos (do trabalho, da política, da imprensa). Buscando também trazer reflexões em torno de um conhecimento mais integrado do universo feminino a partir de uma análise mais efetiva sobre suas experiências trouxe a seguinte questão: “[...] o que é uma mulher? Juro que não sei. E duvido que vocês saibam. E duvido que alguém possa saber enquanto ela não se expressar em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas.” (Woolf, 2012, p. 5). O que Woolf aqui indica como necessidade de reconhecimento através da capacidade feminina de se expressar numa perspectiva mais ampla, vai ser bastante efetivado a partir do desenvolvimento da vida urbana e no interior dela de um “processo de feminização” na sociedade brasileira (Del Priore, 2020, p. 151), considerando-se os registros que se proliferam sobre mulheres que se destacaram em diferentes áreas, cujo olhar personalizado sobre elas vai identificar com mais acuidade o nível de sua participação política em cena pública, o que produziram e como pleiteavam direitos, principalmente os relacionados à educação e ao trabalho.

Associada à necessidade de se expressar e conquistar novos territórios de experiências, para assim buscar garantir um reconhecimento da sua identidade, foi imprescindível que elas construíssem estrategicamente movimentos que advogavam em favor de pautas e lutas de acesso a cidadania. Assim, ganhando “nome, voz e rosto” (Del Priore, p. 233) buscaram a consolidação da sua presença em produções na imprensa e na literatura, o que favoreceu muito o estabelecimento de novos espaços de divulgação e publicação e os textos que produziam passaram a ajudar na interpretação do complexo quadro de experiências que viveram nesse período.

Os novos conhecimentos e as novas práticas que as mulheres absorveram, como também a expansão da escrita e das formas de publicação dos textos por elas produzidos irrigaram variados campos de registro e memória. Desse modo, foi possível ter recursos para identificar como se desenvolveram as relações entre essas mulheres e os diversos grupos sociais a que

pertenceram, permitindo construir uma diversidade de retratos da suas redes de sociabilidade e de como se posicionaram em relação as estruturas normativas em voga.

É através do acesso a esse cabedal de informações que se construiu a possibilidade de sabermos a importância e o papel político da biografia histórica de mulheres no século XX, a partir da emergência do seu conteúdo na história. Esse trabalho biográfico trouxe como atributo significativo que se identifique e analise as relações sociais que elas construíram em seu mundo, em seu cotidiano, nas suas micro atuações e as repercussões delas em uma macro estrutura, pois, como afirma Leonor Arfuch:

Sabemos que não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade; consequentemente, toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade. (2010, p.100)

Leonor Arfuch, num outro texto denominado “Antibiografias? Novas experiências no limite” (2012, p. 14) expõe a ampla tradição e as constantes transformações do que hoje se reconhece como o (auto)biográfico. Ao discutir como traço sintomático a reconfiguração da subjetividade enquanto uma necessidade contemporânea, numa perspectiva relacional e contingente, em que “ficção e factualidade se unem de modo indissociável” (p.14), a pesquisadora argentina expõe como os novos mecanismos de composição e de recepção de obras participantes do “espaço biográfico” sinalizam novos engendramentos de representações dos sujeitos, como a relação entre o público e o privado e a necessária valoração das diferentes esferas, segmentos e perspectivas em atuação na contemporaneidade.

A reabilitação da biografia histórica, ambientada em novas perspectivas de representação da complexa e heterogênea formação dos grupos e categorias sociais, ajudou a resgatar experiências femininas desconhecidas ou desvalorizadas e a construir novos referenciais para se compreender como se desenvolviam as políticas de subjetividade no âmbito do cotidiano. Neste sentido, o uso de trajetórias individuais ou singulares, que são constituídas através de diversos discursos que moldam o pensamento social, passou a ser matéria central desses textos e os estudos e análises deles passaram a ser embasados em uma perspectiva multidisciplinar.

As pesquisadoras de biografias de autoria feminina sobre mulheres têm colaborado para evidenciar as diversas funções desses textos, desde a política e histórica até a estética e literária. Essas produções ajudam a reconfigurar as diversas referências sobre as suas diferentes dimensões e áreas como as sociais, históricas, políticas, filosóficas, artísticas. O projeto iminente na constituição delas tem sido o de identificar as limitações e as contradições dos

sujeitos, associando-as às ações revolucionárias e transformações que os envolvem e os impactos delas no âmbito coletivo. Também considera que as qualificações, as características a serem evidenciadas, os critérios de valor que atribuem uma singularidade ou excepcionalidade são resultantes dos parâmetros que estão em voga. Pelo viés das relações de gênero, fez-se importante projetar textos biográficos que enveredassem sobre esse território de múltiplas identidades e que ajudassem a identificar como, por que e quem ajudou a construir o panorama de um século de um país como o nosso que tem vivido profundas e significativas mobilizações.

Ancorada nessas perspectivas e características, temos a produção biográfica de Ana Arruda Callado. Única brasileira que mais produziu biografias de mulheres do século XX, ela contribuiu para ampliar, de modo bastante significativo, o repertório desses textos ao transitar sobre temas, informações e reflexões que ajudam a construir mais referências e novas abordagens nos estudos de gênero e da crítica biográfica. Com base numa amostra dos “perfis”, “retratos”, “esboços biográficos” que ela produziu, podemos identificar e analisar como foram concebidos cenários, situações e personagens, fatos e transformações do século XX e compreender como foram configurados estes processos de narratividade para tornar personagens femininas visíveis, inteligíveis e registradas na memória historiográfica, artística e cultural do nosso país. As biografias que Callado produziu foram: **Dona Maria José**: retrato de uma cidadã brasileira (1995); **Jenny: Amazona, Valquíria e Vitória-Régia** (1996); **Adalgisa Nery**: muito amada e muito só (1999); **Maria Martins, uma biografia** (2004). **Lygia, a recordista**: um esboço biográfico (2009); **Darcy: a outra face de Vargas** (2011); **Berta Ribeiro – Aos índios, com amor** (2016); **Maria Yedda- Formadora de gente** (2022). O volume dessa produções expressa e reforça o interesse da escritora por essa causa, a escrita e a produção de histórias sobre mulheres e aponta para a necessidade e possibilidade de serem desenvolvidas mais abordagens sobre personagens que potencialmente atuaram no amplo e complexo repertório social e histórico do Brasil.

1.3 A produção biográfica de Ana Arruda Callado: contextualização e características

O fascínio pelo eu biográfico ajudou a se disseminar uma infinidade de produções multimodais que trazem a figura feminina como tema central. Elas reproduzem um crescimento vertiginoso do gênero no mercado editorial e midiático e procuram corresponder às expectativas

do público em relação aos aspectos da intimidade, às histórias pessoais de determinados indivíduos, com seus segredos, curiosidades e até mesmo acesso a informações privilegiadas. Por outro lado, considerando-se as múltiplas funções e propósitos que essas produções irão assumir, temos como amostra uma ampliação significativa do repertório sobre essas personagens que foram alavancadas no cenário histórico social brasileiro. O objetivo é registrar a necessidade de evidenciar as especificidades dos seus trabalhos e as contribuições para o desenvolvimento e a transformação do país, com base no que produziram em diversas áreas e setores e como “[...] promoveram novos modelos de subjetividade e novos modos de existência múltiplos e libertários para as mulheres”. (Rago, 2013, p. 26). Assim, foram produzidas, por exemplo, diversas obras sobre Patrícia Galvão³, Olga Benário⁴, Tarsila do Amaral⁵, Aracy de Carvalho⁶, Nise da Silveira⁷, Bertha Lutz⁸ e várias outras mulheres muito atuantes no século XX e elas ajudam a identificar como trabalharam intensamente para interferir num conjunto de representações, de silêncios, de atuações, de simbolismos sobre a mulher e sobre a sociedade brasileira.

O crescimento vertiginoso desses tipos de produção e suas incorporações em linguagens multimodais vem corresponder à necessidade de retextualizar experiências vividas e tornar inteligíveis, acessíveis e reconhecíveis personagens femininas e suas habilidades para reagir as normas e convenções sociais tão hostis a elas.

³ O "Álbum de Pagu" ou **Pagu - nascimento, vida, paixão e morte (1929)**. Publicado nas revistas Código nº 2, Salvador, 1975 e Através nº 2, Duas Cidades; São Paulo, 1978. **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão**. [Organização Geraldo Galvão Ferraz]. Rio de Janeiro: Agir/Ediouro, 2005; CAMPOS, Augusto de. **PAGU: Patrícia Galvão: VIDA-OBRA**. 1 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

⁴ **OLGA: Muitas paixões numa só vida**. Direção: Jayme Monjardim. Brasil: Globo Filmes, Nexus Cinema e Vídeo, Europa Filmes e Lumière, 2004. 1 DVD (141 min.), son., color; WERNER, Ruth. **Olga Benario: a história de uma mulher corajosa**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. PEREIRA, Joacil de Britto. **Olga Benario Prestes**. Recife: Fundação Cultural Cidade do Recife, 2003

⁵ AMARAL, Aracy. **Tarsila: sua obra e seu tempo**. Vol. 1. São Paulo: Perspectiva: EDUSP, 1975. Estudos, 33; AZEVEDO, Heloiza de Aquino. **Tarsila do Amaral - a primeira-dama da arte brasileira**. 4 ed. Campinas: Educação & Cia.; Árvore do Saber, 2005, ilustrações de Maria Nireuda Alves Longobardi; JÚNIOR, Jehoval. **Tarsila Eterna**. Capivari: Editora EME, 2008

⁶ SCHPUN, Mônica Raísa. **Justa. Aracy de Carvalho e o resgate dos judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira/ Record, 2ª ed., 2011; **Passaporte para a liberdade**. Direção: Jayme Monjardim. Brasil: TV Globo, Sony Pictures Television e Floresta, 2021. Minissérie (400 min.), son., color;

⁷ **Nise da Silveira**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n. 1, mar. 2002. CÂMARA. Fernando Portela. **Vida e obra de Nise da Silveira**. Psiquiatria on line Brasil, vol. 7, n. 9, set. 2002. **NISE: o coração da loucura**. Direção de Roberto Berliner. Rio de Janeiro: Imagem Filmes, 2015. 1 DVD (108 min)

⁸ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes **Bertha Lutz** [recurso eletrônico] – 2. ed.– Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. – (Série perfil parlamentar; n. 73 e-book), LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 148 p. (Coleção Educadores); **Bertha Lutz: A mulher na carta da ONU**. Direção Guto Barra e Tatiana Issa. Brasil: HBO Latin America Originals, 2019. 98 min. (documentário, son. color)

Em se tratando desses exemplos de múltiplas formas de representação das escritas de si sobre mulheres brasileiras do século XX, como as que aqui apresentamos e cujo repertório vem cada vez mais se expandindo, podemos assinalar que o exercício dessa escrita ou de outras formas de registro e as diferentes estratégias de publicá-las são ferramentas eficazes para a consolidação de uma memória feminina e de recomposição da história e da cultura do país, visto que:

[...] como um segundo nascimento, uma forma de vir de novo ao mundo pelas palavras, através da composição do mito pessoal. (...). Rememorar é organizar o empírico e dar-lhe o sentido e a coerência que não possuía, respondendo às necessidades do presente e do futuro, transformando o informe da vivência em experiência (Noronha, 2017, p. 63).

Sendo a memória (“segundo nascimento”) elemento imprescindível da constituição da subjetividade humana, devemos reforçar a perspectiva de que a distinção discursiva das mulheres (“vir ao mundo pelas palavras”) atua como mecanismo de transformação das inter-relações e de retextualização dos sistemas de representação em voga (“transformar o informe da vivência em experiência”).

A intensa produção das escritas de si, em suas várias modalidades e formatos, concentradas nas questões femininas e incrementadas pela gradativa ascensão das mulheres nos espaços públicos visou atender ao propósito de um melhor reconhecimento da identidade feminina, como projeto empreendido prioritariamente pelas próprias mulheres, visto que “a compreensão da vida de uma mulher dependeria da possibilidade de uma relação empática que só poderia vir de outra mulher” (Soihet, 2003, p. 42). Assim, uma diversidade de textos que tratavam das causas femininas ajudaram a descrever, divulgar e informar quais e como foram os seus diversos graus de participação em fatos, contextos, acontecimentos desse século de grandes efervescências e transformações e conceitos como autoria, atuação e registro ganharam um status importante para elas. Passando a ser reconhecidas e valorizadas pelos seus diversos processos de produção, essas mulheres ajudaram significativamente a reconfigurar os paradigmas de vivência e a reconstrução da tradição em sociedade a partir do investimento em novos repertórios de representação e divulgar isso passou a ser uma necessidade, se tornou uma importante via de politização da subjetividade.

Nesse contexto de abordagem e análises aqui apresentadas, apresentamos Ana Arruda Callado que desenvolveu um multiforme trabalho biográfico, literário, acadêmico e jornalístico, que trouxe como enfoque e principal causa a defesa da inserção das mulheres como objeto de estudo da historiografia a partir da valorização das transformações na forma e nos propósitos de investigação sobre elas nos vários segmentos sociais.

De grande arrojo e forte engajamento, assim pode ser adjetivado o trabalho investigativo e biográfico que a escritora e jornalista Ana Arruda Callado desenvolveu sobre oito mulheres brasileiras, na perspectiva de poder colaborar com a constituição e o ajuste de referências sobre a história do país a partir de um olhar feminino. Sua enunciação sobre essas questões se concentra basicamente, em destacar a inter-relação entre escrita, história, memória e poder de representação das mulheres e como esses aspectos estão entrelaçados ao multifacetado e efervescente Brasil do século XX, contexto de vivência das suas biografadas. Procurando atestar a sua escrita como um compromisso, elege estrategicamente personagens que representam oposições e reinterpretações a “uma análise social que exclui, marginaliza ou interpreta equivocadamente as experiências femininas” (Soihet, 2003, p. 41).

Você escreveu biografias de mulheres fortes e politizadas: Adalgisa Nery, Maria José Barbosa Lima, Jenny, Maria Martins e Lygia Lessa bastos. É uma busca por si mesma?

AAC- penso que um escritor só escreve por si mesmo. Quando comecei a procurar as “minhas mulheres”, fui atrás de pessoas que eram diferentes de mim. Mas descobri que era uma mentira.

Por que biografar mulheres?

AAC- Primeiro porque elas não são mulheres espetacularmente famosas. Escrevo sobre mulheres comuns, mas que contribuíram para as artes. São mulheres ilustres. Tenho interesse em contar a história contemporânea do Brasil através de um olhar feminino. Sou patriota, quero redescobrir o Brasil. (Cultura RJ, 2010, p. 01)

Ana Arruda Callado foi uma das primeiras mulheres a cursar jornalismo, em meados dos anos 1950. Esse pioneirismo também adentrou a prática profissional ao ser a primeira mulher a atuar na redação de jornal carioca e também a se tornar a primeira chefe de reportagem no Brasil. O faro investigativo e a postura arrojada, aliados à perspectiva de promover redirecionamentos de postura e de ideologia sobre a atuação profissional de mulheres, a partir da sua própria experiência em contextos jornalísticos, certamente lhe deram subsídios para a composição das suas obras biográficas, assim como, através do vasculhamento de arquivos, do olhar aguçado pela pesquisa documental, das operações interpretativas das várias fontes, ela encontrou o embasamento e outras motivações para produzir biografias.

Aliado a esses aspectos, é evidente seu interesse pelos problemas e desafios relacionados aos discursos de representação sobre as mulheres, sobretudo quanto aos embates que elas enfrentaram ao adentrar nos ambientes públicos e neles atuarem em vários setores. Seu olhar pungente também é acionado pela necessidade que a si condiciona de apresentar os impactos sócio-políticos, artísticos e culturais da atuação delas em vários setores da sociedade brasileira, desde as primeiras décadas do século XX.

Toda biografia nasce de uma motivação e em alguns casos ela é declarada, ou até mesmo justificada, na própria obra. Um aspecto para mim instigante é o fato de Callado iniciar sua empreitada com a escrita de biografias aos 58 anos, numa fase amadurecida, em que já consolidou amplo reconhecimento profissional, acadêmico e intelectual. Assim, visualizo que esta pode ser também uma pauta da pesquisa a ser registrada, a investigar e compreender as razões do seu investimento nesta imersão tão densa em história de mulheres nessa fase de sua vida. Ela explica e descreve brevemente as motivações nas biografias e em entrevistas⁹, em que se destacam: produção de tese de doutorado, solicitações ou encomendas de editoras (que tematizam a publicação de “perfis de personalidades de destaque” em várias áreas), descoberta das produções dessas mulheres (estéticas, políticas, literárias, jornalísticas), motivações pessoais, tais como curiosidade, vontade de conhecer melhor determinada personagem, etc. Outro dado a ser destacado é o fato da escritora começar a desenvolver sua produção de biografias com mais densidade após a morte de seu esposo. Este fato coincide com a situação de Berta Ribeiro, o que nos sugere que ambas passaram a se dedicar mais à empreitada de investir em projetos próprios e de se firmarem num conhecimento público a partir do ato de desvencilharem-se da sobreposição de figuras conjugais e intelectuais masculinas, cujo reconhecimento sócio cultural destes já estava consolidado.

AAC parece querer cumprir várias missões, o que abarcaria o entrecruzamento e a multiplicidade de perspectivas inerentes à produção de biografias. Para ela, é necessário buscar elucidações para uma série de possibilidades da vivência e do engajamento das oito mulheres em meio a um contexto normativo específico. Num discurso reiterado, a jornalista e acadêmica reforça em suas biografias, principalmente no momento de apresentá-las, a necessidade de

⁹ CALLADO, Ana Arruda. **Biografias de mulheres**. Youtube, 28/11/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofllQhgHRwg>.

CALLADO, Ana Arruda. **As paixões de Ana Arruda Callado**. Revista Cultura.RJ. 02/01/2010. <http://www.cultura.rj.gov.br/entrevistas/as-paixoes-de-ana-arruda-callado>.

CALLADO, Ana Arruda. **ANA ARRUDA CALLADO (Jornalista e Escritora) - Uma pioneira no "Olhar Feminino do Mercado"**. Entrevista concedida a Alexandre Peconick. Revista NEWSLET, ed. 35, p. 6-7, 15/10/2012. http://www.grupolet.com/noticias_20121015_AnaArruda%20ENTREVISTA.asp.

CALLADO, Ana Arruda. **Pioneira do jornalismo brasileiro assina biografias de mulheres que fizeram história no país**. Entrevista concedida a Mariana Peixoto. <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2017/07/09/noticias-artes-e-livros,209392/pioneira-do-jornalismo-brasileiro-assina-biografias-de-mulheres-que-fi.shtml>. 09/07/2017.

CALLADO, Ana Arruda. **Ana Arruda Callado: uma mulher de sorte**. Entrevista concedida a Paulo Chico e Francisco Uchoa. Jornal da ABI, ed. 388, p. 16-25, março de 2013. <https://doisPontosBlog.wordpress.com/2013/12/19/ana-arruda-callado-uma-mulher-de-sorte/>.

ZAIDAN, Patrícia. **Ana Callado: garimpeira de memórias**. Janeiro/2014. http://planetasustentavel.abril.com.br/inc/pop_print.html/. Revista Claudia.

indagação sobre o não desvendamento da força delas e afirma também que: “É possível saber mais sobre o status das mulheres naquelas décadas. Saber como se situava a produção jornalística e literária feminina do ponto de vista político e cultural” (Callado, 2011). Por outro lado, questiona as distorções presentes nas visões parciais e no desconhecimento sobre elas, derivadas sobretudo, da colocação de figuras masculinas como seus suportes e suas vias de acesso à vida pública ou como subsidiários dos seus talentos. Um dos pontos cruciais para a escrita dessas biografias e que estão em confluência, segundo ela, é o fato de tais personagens serem muito parcialmente apresentadas ao reconhecimento público, seja através da mídia da época ou dos registros da historiográficos, que se contrapõe a uma patente valorização da atuação de seus companheiros ou parentes. Aparece em evidência que a sua pauta de escrita se insere nessa necessidade de se evidenciar um redimensionamento do enfoque na atualidade sobre histórias das vidas dessas mulheres.

A sua primeira biografia, **Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira**, foi produzida em 1995 em coautoria com Denilde Leitão, também jornalista. O livro foi concebido a partir de quase dois anos de entrevistas com Maria José Pereira Barbosa Lima (1908-2002) e encontros com seus familiares e amigos, e traz como principal configuração narrativa os “saborosos relatos na primeira pessoa” (Callado, 1995, p. 08), conforme nos apresentam as autoras, numa breve introdução. Ambas ressaltam que o trabalho foi impulsionado pela necessidade de conhecer mais apropriadamente essa personagem, que criou a Campanha Pernambucana Pró Infância, em 1948, para a assistência médica, educacional e alimentar de mais de 3.000 crianças de Recife e Olinda. Visam assim contrapor as muitas referências a ela que se assentam exclusivamente na imagem da esposa do político José Barbosa Sobrinho, governador de Pernambuco (de 1948 a 1951), que também atuou como jornalista, deputado federal e acadêmico em importantes cenários da imprensa e da política brasileira do Sudeste e do Nordeste.

As autoras buscaram justificar a escolha dessa biografada considerando que “Deve haver muitas outras mulheres com histórias de vida merecedoras de relato” (p. 08) e também dão subsídio a essa escolha abordando a necessidade de ressaltar o quanto ela “[...] nunca era vista, nas muitas ocasiões em que o Brasil inteiro olhava para o Dr. Barbosa” (p. 08). Apesar disso reforçam uma imagem reiterada da “esposa de”, explicitada pelo discurso de enfoque à figura do patriarca da família e explicitam também a ideia de uma conformidade social para essa personagem, enquadrando-a numa figuração de mãe e esposa devotada, de primeira-dama, de “cidadã” e de agente que empreende para dar suporte à conformação de uma

representação positiva do político Barbosa Sobrinho. Para Leitão e Callado, D. Maria José precisa ser alavancada para a condição de protagonista numa biografia, num contexto em que os holofotes e os registros orais e escritos, de jornais, revistas e outros meios de comunicação evidenciavam exclusivamente as qualidades e conquistas do seu esposo na áreas política, jornalística e acadêmica, durante os 62 anos de casados. Em linhas gerais, assim definem a proposta do livro:

É a história dessa mulher, Maria José Barbosa Lima, que se conta neste livro. [...] Deve haver muitas outras mulheres com histórias de vida merecedoras de relato. Mas a de Dona Maria José teve outro apelo para nós, jornalistas, além da extraordinária ação contra a fome que ela desenvolve até hoje, com coragem e dinamismo raros. [...] Maria José Pereira Barbosa Lima, onze anos mais moça que o marido, nunca era vista, nas muitas ocasiões em que o Brasil inteiro olhava para o Dr. Barbosa. [...] Era uma patriota, como ele. Diferente. Faz questão de ser. Diz que não gosta de política, não entende de política, mas fez política a vida toda. A política do combate à miséria, à fome, para ela – e para nós- o maior mal do Brasil. (Callado, 1995, p. 9)

Com o objetivo de retirá-la da condição de “sombra” (p. 08-09), concedem a ela o espaço de visibilidade e locução, através da rememoração de fatos, contextos, situações e personagens envolvidos com ela e que no livro estão configurados em seções temáticas. Nele se cumpre um repertório básico e habitual dos textos biográficos, com a apresentação em registros cronológicos do histórico familiar, da sua mocidade com a descrição de experiências especiais, do casamento e do desenvolvimento do núcleo familiar, algumas peculiaridades sobre as relações de parentesco (perfil de sua avó, mãe e neta, concepção da família, problemas de saúde, criação dos filhos e netos) experiências sociais e históricas por ela vividas, etc. Este livro apresenta como eixo temático a constituição das bases familiares e o intenso envolvimento de D. Maria José com as causas assistenciais para crianças e suas famílias, visando consolidar o “retrato de uma cidadã brasileira”. Isso por consequência conduz o enredo a se concentrar no detalhamento e descrição dos seguintes temas: o seu perfil de engajamento com as causas assistenciais, a promoção de eventos beneficentes, as instituições que criou, a rede de relações e de colaboradores que constituiu, a produção de livro, notícias, entrevistas e reportagens sobre os seus projetos, a abrangência e os impactos sociais das suas campanhas e projetos.

Conforme assinala Margareth Rago (1995, p. 82), os estudos de gênero, pautados em questões femininas e desenvolvidos em meados do último século destacaram a necessidade de “revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista”. Essa pauta se destaca na composição da biografia de D. Maria José, principalmente na ênfase em personagens femininas em praticamente todo o texto.

Por isso, investiu na incorporação de capítulos com descrições da avó, da mãe e da neta, para reforçar uma árvore genealógica concentrada numa rede familiar que privilegia a identidade feminina, estratégia também presente nas referências recorrentes a outras personagens femininas que a ajudaram no desenvolvimento dos projetos sociais e cuja convivência social estava atrelada aos sistemas político-social em vigência, tanto em Pernambuco, quanto no Rio de Janeiro.

Há também um espaço de interlocução entre biógrafas e biografada constituído através de momentos de conversa, participação em eventos e visitas monitoradas, entrevistas com amigos e parentes, viagens a lugares especialmente indicados pela protagonista. As autoras buscam traduzir as peculiaridades e particularidades de D. Maria José e o recurso a adjetivação é empregado como uma estratégia narrativa recorrente de exaltação da biografada. Para reforçar a imagem da mulher num tom pragmático, ativo e participativo, pautado em causas sociais como fome, pobreza, desigualdade e injustiça, ambas autoras investem na busca por desmitificar a imagem recorrente de “primeira dama” como um elemento acessório do marido renomado e grande figura pública. Como consequência, visam afastar a ideia da mulher como elemento figurativo bastante arraigada no imaginário da população brasileira, pois já se considera urgente e necessário desmitificar a ideia de que as mulheres estariam “destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio do mar abissal.” (Perrot, 2007, p. 16)

Na tentativa de definir e caracterizar o texto biográfico que produziram, Denilde Leitão e Ana Arruda Callado classificam as entrevistas como “saborosos relatos” e recorrem a uma série de vocábulos como relato, perfil, história de, lembranças, pequenas anedotas, retrato, depoimento para classificar essa produção. Nela são registradas as fontes utilizadas, como livro do Nelson Chaves (**Criança, fome e vida**, de 1982), notícia, reportagem, fotografias (estas últimas produzidas especialmente durante as visitas das biógrafas), cartas, textos de homenagem, etc. A exploração dessas fontes e arquivos na biografia de D. Maria José reforçam a ideia de “espaço biográfico” constituída por Lejeune que o descreve como um conjunto de dados e informações que compõem a vida a ser narrada e que auxiliam na interpretação desta. Sob o olhar deste ensaísta, a escrita de si é a “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (2014, p. 16). Em se tratando dessa personagem, “testemunha e protagonista de nossa História ao longo do século XX” (Callado, 1995, p. 110), essa oportunidade de auto inscrever-se através da tomada de posse do relato, está diretamente

relacionada à possibilidade de apresentar uma competência enunciativa tomando a dianteira da produção do relato, à oportunidade de ver publicitada a sua história de vida em que são destacadas as suas potencialidades, as suas conquistas, as relações que estabeleceu, a expansão e os impactos dos seus projetos pessoais e sociais.

A conquista por um espaço próprio de enunciação, aqui representado pelas narrativas de D. Maria José, garantem-lhe a oportunidade de divagar por questões cotidianas e reminiscências relacionadas a experiências que busca destacar, tais como: seu pioneirismo na busca da conquista do acesso feminino ao Clube de Associação desportiva de sua cidade natal, direito de dirigir aos dezessete anos, assistência e defesa contínua das pessoas necessitadas desde a juventude, apoio à família e aos seus compromissos sociais, situações inusitadas de confronto com os poderes públicos em defesa das suas causas assistenciais, assumpção do projeto de construção da casa da família, estabelecimento de boas relações com esposas de políticos opositores em prol de suas campanhas, dentre outros. A prática enunciativa exercitada nessa biografia, que confere a biografada um rosto, voz, corpo e identidade, se relaciona diretamente a ideia de modos e práticas de ação política das “escritas de si” que ajudam a sobressaírem “[...] experiências intensas, miúdas e constantes de construção de outros modos de pensar, agir e existir em prol da autonomia feminina.” (Rago, 2013, p. 28).

Produzido sob encomenda da Editora Griphus em 2004, o livro **Maria Martins, uma biografia** trata da apresentação dos principais aspectos da vida de Maria de Lourdes Alves Martins (1894-1973), escultora, desenhista, gravurista, pintora e escritora, que se destacou nos cenários artísticos nacional e internacional a partir dos anos 40. Construído a partir de um convite da editora, este livro traz como enfoque a recomposição de temas, personagens e contextos por onde circulou essa singular representante do Surrealismo em artes plásticas e nele Callado visou reintroduzir e ampliar informações peculiares e particulares para operar no desvendamento da imagem e da identidade dessa figura feminina em evidência nas artes, na cultura e até na política.

O texto está formatado por capítulos classificados por datas, que não estão organizadas em sequência cronológica e neles são recompostas informações históricas, sociais, culturais e políticas, com a incorporação de particularidades e peculiaridades sobre Maria, sua família e seus casamentos, assim como são reconstituídos cenários e episódios da história do Brasil do início do século passado. No entanto, a descrição no livro está vinculada, em boa medida, às experiências de três figuras masculinas das relações pessoais da protagonista: João Luiz Alves, seu pai, que exerceu cargos no legislativo (deputado e senador), foi Ministro de governo,

Ministro do STF e membro da Academia Brasileira de Letras; seu primeiro esposo, Octavio Tarquínio de Souza Amaranto, que foi Ministro do TCU e escritor da História do Brasil; e seu segundo esposo Carlos Martins Pereira e Souza, que atuou como embaixador em países da Europa, Ásia e Estados Unidos durante a Primeira e Segunda Guerra Mundiais.

Adotada como estratégia narrativa, a concepção dessa biografia em fragmentos temporais não sequenciados, associados a fatos e acontecimentos de destaque da história pessoal ou da história do país protagonizados pelos personagens elencados, indica uma possível intenção da escritora em construir um texto singular no âmbito das escritas de si, mas que desse conta da incorporação de informações essenciais e bastante corriqueiras no contexto biográfico, como genealogia de Maria Martins com descrição da família, breves relatos sobre as vivências na infância e adolescência, características dos seus casamentos, perfil socioeconômico das pessoas com que teve vínculos, ressaltando em grande parte a intensa produção artística dela, suas relações muito intensas e contínuas com os mais renomados expoentes nacionais e internacionais das artes do início do século XX e suas experiências políticas decorrentes do cargo de embaixatriz.

Este livro se empenha em reconstruir informações esmiuçadas sobre o cotidiano do casal em suas relações pessoais, profissionais e diplomáticas nas áreas política, econômica, artística e cultural, visando desvendar como transcorreram episódios significativos da história de Maria Martins em meio a relações intensas com os principais artistas, intelectuais e políticos. Esse intenso convívio é retratado através de depoimentos, diversos textos publicados, fotografias e outros acervos documentais e fontes a que Callado recorre com a ajuda da pesquisadora Ileana Pradilla, os quais reforçam o investimento de Maria no desenvolvimento das artes e da cultura e neles transbordam as possíveis caracterizações dessa personagem (em personalidade, ações e posicionamentos), na tentativa de reconstruir sua imagem a partir do vasculhamento do seu comportamento em situações cotidianas, dos impactos dos trabalhos que desenvolveu em diversos setores, da forma como configurou suas controversas relações amorosas e familiares, do seu potencial criativo, arrojado e de grande sociabilidade.

Outro marco referencial em evidência na biografia é a caracterização da elite brasileira em seus hábitos mais comuns, nos perfis das atividades que desenvolveram e nas intervenções que produziram, visto que Maria era “habituada a conviver com poderosos” (p. 2) e “nascera inserida na mais alta elite brasileira, tanto política quanto cultural” (p. 10). O texto esmiúça como esse grupo em seu status socioeconômico, com seus mais destacados e abastados representantes, ajudou a produzir as transformações e o desenvolvimento do país nessas

primeiras décadas. São reproduzidas também suas principais referências discursivas, evocando em que parâmetros se situaram, quais eram os seus ideais e como conceberam sua atuação na conjuntura institucional e política do país.

As análises das obras da protagonista, as publicações com os pareceres dos críticos e a sua vinculação com a produção de acervos e espaços de artes são um os principais conteúdos do livro, que visam ressaltar a singularidade de seu trabalho, o conteúdo de suas produções em parceria com outros intelectuais e artistas e o seu engajamento em prol do investimento e da organização dos sistemas de produção, representação, divulgação e exposição artísticos. A contextualização sobre as convenções artísticas, em consonância com a apresentação das estruturas, dos materiais, das figurações e dos temas dos seus trabalhos é assim o recurso do texto que auxilia na consolidação e propagação da história de Maria Martins.

Em 2009, Callado se dedica à produção de **Lygia: a recordista. Um esboço biográfico**, sobre Lygia Maria Lessa Bastos (1919- 2020), professora carioca que ingressou na carreira política como vereadora em 1947 e se reelegeu nos anos de 1950, 1954 e 1958; também foi deputada estadual, em 1960, 1962, 1966 e 1970 e deputada federal, cujos mandatos se iniciaram em 1974 e 1978. O adjetivo “recordista” ganha destaque por Lygia ter sido a mulher de carreira política mais duradoura, permanecendo na cena pública por 32 anos e também a que mais venceu eleições e participou de legislaturas no Brasil e na América Latina. Sobre a ex-parlamentar, Ana Arruda Callado ressalta sua vitalidade e a sua potência política, a prodigalidade de sua atuação na vida pública e a sua simplicidade nos hábitos e costumes:

Lygia ajudou muito no desenho do retrato de Adalgisa e a cada encontro nosso eu ia descobrindo novas qualidades nela: a coerência, a fidelidade partidária, só rompida pela fidelidade aos princípios, a firmeza mas não teimosia, pois sabe voltar atrás quando convencida, a preocupação permanente com a educação e com a defesa das mulheres. [...] A ideia de registrar sua trajetória política veio bem depois. Lygia me contava episódios de sua vida de vereadora, de constituinte, de deputada, me falava do pai, do avô. Mas foi quando a descobri, além de recordista em mandatos parlamentares, pioneira nos esportes e amiga das artes e de artistas, que me dei conta da história que tinha em mãos. Propus escrever esta história e ela aceitou, de pois de confessar que havia algum tempo começara a ditar suas memórias em gravador, mas que parara porque lhe veio a preocupação de não ferir ninguém e, por isso, preferia que outra pessoa escrevesse sobre ela, seus afetos e desafetos. (Callado, 2009, p. 8)

Visando reconstituir a “extraordinária trajetória” de Lygia, Callado investe em entrevistas que se transformam em vários encontros regados a muitas conversas, troca de informações e compartilhamento de materiais diversos para a produção dessa biografia e busca também informar as motivações da escrita desse livro e as circunstâncias de sua produção: “Não me passou as notas já ditadas. Mas me passou muitos documentos, me deu o prazer de inúmeras

conversas no restaurante Lamas.” (p. 8), o que informa o grau de intimidade conquistado entre ambas a partir da produção do livro.

Trajetória aqui incorpora como campo de significação a noção de percurso, de movimento progressivo e construtivo em direção à composição de metas, de concretização de objetivos que paulatinamente vão sendo incorporados. O vocábulo, empregado de modo recorrente nesta biografia visa ilustrar a densidade de informações recolhidas no longo tempo de atuação nas áreas política, esportiva e educacional de Lygia e intensificar a ideia de que a excepcionalidade do seu percurso no contexto político partidário merecia tornar-se público e amplamente reconhecido enquanto aspecto peculiar da identidade dela. Essa densidade é no texto construída através do grande acervo documental que a biografada oferece à biógrafa, que está representado por diversos tipos de textos englobados em categorias como da imprensa, pessoais, oficiais, etc. A organização criteriosa desse acervo, segundo o que está indicado no livro, foi feita pela própria Lygia, cujo objetivo, a princípio, era produzir sua autobiografia a partir dos registros recolhidos por ela e sobre ela. Considerando-se que “a narração de uma vida, longe de vir ‘representar’ algo já existente, impõe sua forma (e seu sentido) à própria vida” (Arfuch, 2010, p. 30), observa-se que essa produção planejada dos arquivos, no intuito de desenvolver a “escrita de si” expressa, na sua riqueza de detalhes, no seu esquadrinhamento e no seu apego a uma reconstituição, uma reprodução autoconsciente da sua própria história.

Segundo Artiéres, [...] “a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar a nossas vidas”. (1998, p. 11), ou seja, a produção de arquivos da própria vida está fortemente condicionada ao estabelecimento de uma identidade e a concepção de uma memória que se quer consolidar. Assim, a mobilização de Lygia Lessa Bastos em torno da organização sistemática dos documentos relativos a sua vida pública, sobretudo os que se relacionam a sua vida parlamentar, ajudou-a a reinterpretar e redefinir esses materiais para constituir um parâmetro da trajetória de si que pretendia registrar e esse processo foi favorecido pela abrangência dos textos e pelo intenso fluxo de produção deles em diversos contextos e setores aos quais ela conseguiu acessar.

Para reforçar a ideia de trajetória vitoriosa e extraordinária de Lygia na política, nos esportes e na educação, Ana Arruda Callado associa esses conceitos a outro que registra no título: “recordista”. O emprego desse conceito expressa a ideia de construção de um perfil feminino único, dotado de exclusividade e originalidade, mas que denota sobretudo uma competência técnica, o desenvolvimento de ações incomuns, ainda mais em se tratando de uma mulher atuando no poder legislativo, nos âmbitos municipal, estadual e federal, enquanto área

predominantemente masculina. Callado busca ressaltar a competência da parlamentar, a sua postura contundente e os impactos das causas que defendeu explorando seus contextos de abordagem política em relação ao divórcio, a condições mais justas de trabalho, ao direito ao reconhecimento do valor e do potencial feminino em diversas áreas, principalmente a trabalhista.

Quanto ao sumário, a escritora opta por uma configuração que é recorrente em suas biografias, cujo desenvolvimento enfoca a progressão cronológica com a divisão em seções temáticas. Há um nítido interesse na reconstituição do contexto e do histórico familiar da biografada, identificando os personagens que mais a influenciaram e auxiliaram no seu desenvolvimento profissional e político. São dedicadas também abordagens mais detalhadas sobre sua relação com os esportes e a educação na juventude antes de investir na carreira política. Sua vida como parlamentar ocupa boa parte do texto, trazendo vários destaques como suas alianças partidárias, seus mandatos, as principais causas em que procurou intervir, como divórcio, oficialização de cartório e cassinos, desenvolvimento da educação em vários aspectos, incentivo e valorização das artes e dos artistas, etc. Outro recurso bastante explorado em suas biografias e a inserção de um acervo de imagens, nos apresentando um conjunto de registros fotográficos que estão correlacionados à ordem do conteúdo da biografia apresentado no sumário e que servem como conjunto verbo-visual de memórias produzidas sobre Lygia, como também auxiliam o leitor a identificar os familiares, as personalidades, fatos, contextos e atividades diretamente relacionados a ela.

Objetivando “fazê-la mais conhecida das novas gerações” (p. 09), nessa biografia são minuciosamente apresentadas informações acerca da atuação de Lygia nos quatro principais setores com que mais se envolveu: política, artes, educação e esportes. Incorporadas a essas informações que vêm embasadas em notícias, reportagens, cartas, poemas, músicas, fotografias, numerosos pronunciamentos, narrativas orais diversificadas (testemunhos, depoimentos, entrevistas), etc, são apresentados as mais diversas personalidades de destaque do século XX no Brasil, que tiveram bastante registros na mídia, na política e na história brasileira, com a sobreposição de figuras masculinas. O livro traz descrições das relações que Lygia estabeleceu com essas personalidades nos diversos contextos e situações, como também ressalta em vários momentos a escassa presença feminina e as causas disso.

A sua penúltima biografia, publicada em 2016, é dedicada a apresentar a história de Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), denominada **Berta Ribeiro. Aos índios com amor. Uma biografia**. Uma das justificativas para essa escolha se refere ao enorme e significativo

investimento que Berta fez nos estudos sobre os índios e, aliado a isso, suas abordagens sobre proteção ambiental e preservação cultural. Para muitos e em vários contextos no Brasil do início do século XX, Berta Ribeiro era a esposa de Darcy Ribeiro e sua insuperável auxiliar (organizava e datilografava seus trabalhos, assim como traduzia textos para ele estudar). Ao produzir uma biografia dedicada a ela, o que Ana Arruda Callado promove é a reorientação do olhar público sobre essa mulher, pondo em destaque detalhes da sua vida pessoal e profissional a partir de investigações e coleta de documentos, entrevistas, cartas, depoimentos e outras fontes. Como enuncia a biógrafa, para a concepção da obra, busca aproximar-se também das pessoas que conviveram com ela e de alguns espaços por onde viveu e assim reconstituir o seu perfil. Deste modo, reatualiza para nós, através desses fragmentos da memória de e sobre Berta Ribeiro as suas experiências nos âmbitos privado e público da política, da cultura, da ciência, das artes.

Antropóloga, etnóloga, pesquisadora, escritora, Berta Gleizer Ribeiro foi muito mais do que a apaixonada e dedicada esposa de Darcy Ribeiro. Pesquisadora incansável, Berta publicou diversos livros sobre a questão indígena, [...] Berta era eminentemente desbravadora. Sua dedicação e espírito nesse sentido foi exercido em inúmeras pesquisas de campo que se multiplicaram até quase o fim da vida. (Callado, 2016, p. 2)

Seu trabalho visa esmiuçar os principais fatos vivenciados por Berta desde a sua chegada ao Brasil em fuga com a família, em 1932 até a sua morte no Rio de Janeiro, em novembro de 1997. Dedicar o início da narrativa a descrever sua infância triste e o grande sofrimento familiar pelo qual ela passa na infância, até que, de modo lacunar, num grande salto temporal, apresenta a sua chegada à juventude, quando conhece Darcy Ribeiro.

Num texto bastante respaldado em citações diretas, em que são usados trechos de cartas e entrevistas em predominância, são colocadas em evidências diversas vozes que procuram contribuir para a configuração do perfil dessa mulher. Junto a uma coletânea de fotos, que servem para ilustrar os diferentes temas que compuseram a obra, e embasadas em trocas de correspondências e em depoimentos sobre a ampla e íntima convivência com ela, estas são empregadas para constituir os pareceres sobre o seu perfil psicológico, intelectual, estético e profissional. É a partir dessas vozes e imagens, que buscam explicar, apresentar, informar, analisar e, principalmente, compor uma imagem bem articulada da personagem que Ana Arruda Callado conceberá a biografia, operacionalizando esses recursos e ajustando-os em linhas temáticas que constituem o sumário do livro.

Como principal embasamento e formatação da narrativa, chama a atenção os jogos dualísticos incorporados na tentativa de recomposição da história de Berta Ribeiro. Em primeiro

plano, se refere ao quanto sua carreira é construída de acordo com os movimentos profissionais e políticos de Darcy Ribeiro e numa segunda perspectiva traz os desdobramentos de uma carreira em grande ascensão quando dele se separa nos anos 70. Neste sentido, a dupla via pela qual sua história é recomposta se embasa em movimentos e mudanças que tem como principal referencial os percursos dos desníveis da sua relação com o antropólogo, escritor e político, referendados constantemente com base na representação de sua instabilidade emocional e sua apresentação de sentimentos exacerbados. Como assinala um trecho da obra, que é um depoimento da amiga Maria Stella de Amorim:

Depois da separação, com mais de 50 anos de idade, Berta não pretendeu aceitar nenhuma forma de “adoção” durante a vida. Empreendeu a construção da própria vida, intelectual e materialmente independente, pois todas as “adoções” que tivera durante a infância e a adolescência lhe foram impostas, em circunstâncias que não lhe permitiam recusá-las. (Callado, 2016, p. 69)

De início, na biografia ganham destaques os intensos acontecimentos políticos e culturais que impactam a vida do casal, com enfoque nos episódios referentes à Ditadura no Brasil. Eles se concentram nos movimentos políticos e profissionais assumidos por Darcy Ribeiro e na necessidade de acompanhá-lo em viagens, com destaque para o período de exílio, assessorá-lo e executar diversas atividades para ele: revisar seus textos, datilografá-los, traduzir textos para seu estudo, etc. A respeito desses episódios Callado chega a declarar, nesta etapa da obra, que se Berta tivera família e profissão, fora por conta da influência dele como esposo, indicando, equivocadamente, que os aspectos de composição da sua identidade e do seu talento se embasaram e estavam condicionados exclusivamente a sua relação conjugal. De modo contraditório, ela descreve várias produções e trabalhos em que Berta atuou enquanto fora casada, mas na biografia ainda ressalta que sua carreira até a separação permaneceu praticamente estagnada e que suas perspectivas pessoais estavam amortecidas pela dedicação e subserviência ao marido, o que evidencia a tentativa de atrelar a vida da personagem e todo o seu desenvolvimento social, profissional e intelectual, às influências que o cônjuge exercia sobre ela.

Segundo o livro, a sua reorientação pessoal e assumpção de novos percursos para sua carreira são ocasionados pela separação e pela necessidade de restaurar sua identidade. Neste momento da narrativa, a biógrafa busca mapear o itinerário de produção e formação, ressaltando a intensidade e o vigor com que Berta se dedica à causa indígena. Nos anos 70, o destaque dado a seu reposicionamento propicia-lhe a intervenção e produção em diversos setores: acadêmico, político, cultural, editorial e artístico, com enfoque na busca de se tornar a maior especialista

em cultura material dos indígenas no Brasil do seu tempo, patamar que acaba conquistando. Os diversos saberes indígenas se tornam a sua paixão, com destaque também para a divulgação e defesa do saber ecológico.

Como desbravadora que ia a campo desenvolver suas abordagens, a partir da interação e investigação direta com diferentes povos indígenas de vários estados do Brasil, construiu importantes bases metodológicas e de classificação para pesquisas de cultura material e na documentação etnomuseológica dos acervos etnográficos. A partir dos anos 1970 até sua morte, exerce múltiplas funções, o que indica seus campos de interesse vastos e contundentes como a antropologia, a museologia, a arte e até mesmo a ecologia. Em decorrência disso, atua em várias frentes, tais como pesquisadora e formadora de coleções em museus, escritora de livros, de capítulos de livros, de dezenas de artigos, professora de universidade em cursos de graduação e pós-graduação. Essa intensa produção acadêmica, artística e cultural é apresentada na biografia a partir de seu próprio depoimento em memorial:

Entre 1977 e 1987, publico cinco livros e 28 artigos entre revistas especializadas, produzo um filme-documentário em videocassete sobre os índios Assuriní e Awareté, e coordeno três volumes de **Suma etnológica brasileira**, edição atualizada de **Handbook of South American Indians**. (Callado, 2016, p. 68)

A intensa e engajada produtividade de Berta Ribeiro não lhe isenta do enfrentamento de adversidades. São narradas situações de confrontos pela aceitação, reconhecimento e valorização do seu trabalho, principalmente na esfera pública e no setor político e sofre intervenções de cunho discriminatório pelos temas e pelas causas nele agenciados. Segundo a biografia, seus projetos, suas pesquisas, as causas sobre os povos indígenas, sua defesa da preservação e divulgação adequada dos patrimônios culturais de comunidades tradicionais, a dedicação ao ensino como um meio catalizador dessas opiniões, tudo isso era estrategicamente assumido por Berta e ao enveredar por vários contextos e empreendimentos, suas potencialidades intelectual, política e ideológica eram evidenciadas.

Para a produção das biografias, a biógrafa investe em um circuito de investigações, cujos exercícios metodológicos, analíticos e críticos vão variando. Assim como mudam os roteiros dos personagens, suas operações de manejo com informações que coleta são redirecionados. Mesmo produzidos por uma mesma pessoa, sob circunstâncias sociais, históricas, estéticas e políticas convergentes, a mobilidade discursiva desses textos nos ajuda a compreender o quanto o terreno do biográfico pode ser movediço, cambiante e especialmente heterogêneo, ao ensaiar novas formas de narratividades sobre vidas e ressaltar a vitalidade das práticas discursivas e da abertura enunciativa.

A medida que Callado vai produzindo biografias, a cada novo texto, as estratégias narrativas vão sendo rearticuladas, representando uma possível necessidade de ajustar o discurso de acordo com novas experiências de escrita adquiridas, com um novo repertório e acervo documental com os quais tem que operar e com um novo sujeito a interpretar. Todo esse processo representa a necessidade de leitura, releitura, interpretação e produção de significados de acordo com os repertórios textuais e simbólicos a que vai tendo acesso, como também os exercícios de operacionalização com as fontes, a sua busca de acesso aos arquivos, as formas de abordagens e exploração das informações com os seus depoentes e entrevistados vão sendo sujeitas a novas intervenções. Por outro lado, devemos levar em consideração que essas personagens veicularam heterogeneidades discursivas, corporificadas em suas experiências pessoais e contextuais, nas suas personalidades e atuações profissionais, nos seus temperamentos e em diversos outros aspectos e eventos que condicionaram as suas diversas mobilizações, cuja tentativa de descrição é apresentada ao biografá-las.

A base em que está circunscrita a biografia é a narrativa, ou seja, a construção do personagem, do enredo, os ajustamentos de tempo e espaço serão constituídos de acordo com o modo de narrar do escritor e com suas referências temáticas e contextuais também, num panorama híbrido de invenção, narração e interpretação. Observar a sistematicidade no manejo do arquivo a partir do acesso a ego-documentos como diários, correspondências, memórias autobiográficas e outras fontes ricas, do ponto de vista da crítica, como notícias, reportagens, processos, produções acadêmicas e artísticas, fontes judiciárias, documentos oficiais, etc, nos proporciona uma melhor reconhecimento das relações entre produto e processo, nos ajudam a compreender também como e porque ocorre o desenvolvimento de interpretação dos fatos e dados e quais intenções implícitas ou explícitas estão em jogo na produção de uma “história de vida”.

AAC personifica no seu trabalho a tentativa de retextualizar vidas de mulheres e com propósitos predefinidos, busca reconstituir pistas sobre elas para produzir caminhos de leituras com múltiplas perspectivas. Isso nos remete a um livro, **A mulher calada (2012)**, de Janet Malcom que nos traz um análise crítico-metodológica e informativa muito bem elaborada sobre a produção de biografias, embasada nas amostras de várias narrativas produzidas sobre a poetisa norte-americana Sylvia Plath, principalmente a partir da grande repercussão e dos discursos em torno de causa de sua morte trágica (em 1963, se suicidou com o gás do fogão, enquanto os filhos dormiam no quarto ao lado, pouco tempo depois do término do casamento tumultuado que mantinha com o poeta Ted Hughes). No sentido de problematizar várias questões em torno

do objeto de sua investigação, as biografias, Malcom constrói uma “biografia das biografias”, tomando como mote as narrativas sobre Silvia Plath. Visando conceituar biografia, ela nos diz:

A biografia pode ser comparada a um livro em que um estranho faz rabiscos. Depois que morremos, nossa história passa às mãos de desconhecidos. O biógrafo não se vê como alguém que toma nossa vida emprestado, mas como seu novo proprietário, com o direito de escrever e sublinhar onde quiser. (Malcom, 2012, p. 201)

Se a perspectiva de abordagem sobre gênero é altamente provocativa, ela não deixa de estar diretamente relacionada aos métodos de interpretação das fontes, que por sua vez denunciam intenções diversas mediadas sobretudo pela necessidade de redimensionamento dos rastros recolhidos do passado, mesmo com seus riscos e limitações, equívocos ou distorções, fator com o qual Ana Arruda Callado afirma saber que está lidando, ao explicar a produção desses textos:

Uma biografia é uma grande reportagem?

É isso que eu digo. Toda vez que falam: “Você que é uma escritora...” Eu digo: “Calma. Eu sou uma jornalista que escreve perfis em forma de livro”. É perfil. Inclusive faço questão de dizer que as minhas biografias são perfis. Uma biografia mesmo é uma coisa impossível. Ninguém faz uma biografia...[...] Eu acho que ninguém, nunca, vai conseguir retratar uma vida inteira. Nem a própria pessoa. Na autobiografia também. A gente não se lembra desses detalhes... Vai esquecer da verdade, vai falsear, vai inventar. Uma vez eu escrevi um texto em que eu citava exatamente a impossibilidade de se fazer uma biografia, citei o exemplo do Sartre. Ele escreveu a biografia do Gustave Flaubert. São dois volumes, desse tamanho, é uma coisa monstruosa, 900 páginas ou coisa assim. E muita gente achou ruim isso. “Sartre está doido! Diminuiu as aulas, diminuiu os cursos de Filosofia para poder escrever a biografia de Flaubert?” Aí foram perguntar a ele: “Por que você escreveu essa biografia?” E ele: “Porque eu achei que era a pessoa mais diferente de mim que podia existir e tentei descobrir”. E aí perguntaram: “E descobriu?” E ele disse: “Mais ou menos”. (risos) Sartre, né? Monstro... Bom, isso é pra dizer que não dá para fazer biografia e o que eu quero é mostrar a inserção dessas mulheres na História do Brasil. (Callado, 2013)

Seus movimentos discursivos juntamente com o detalhamento dos dados cronológicos se ocupam em tentar nos direcionar aos principais dados, fatos e transformações do século XX vividos direta e indiretamente por essas personagens e indicar quais os seus modos e níveis de participação nesses eventos. Conquista do direito ao voto feminino, 2ª Guerra Mundial, Revolução de 1930, Golpe do Estado Novo, influências do Nazi-Fascismo no Brasil, Movimento das Diretas Já, promulgação da Constituição Brasileira são alguns dos episódios descritos e analisados como estratégia de contextualizar as oito mulheres biografadas e assim devidamente associá-las aos registros da historiografia nacional. Por outro lado, também ressalta os intercâmbios que elas estabeleceram com inúmeros intelectuais, artistas, acadêmicos, políticos e jornalistas, destacando as suas intensas circulações nos espaços

públicos e a produção de uma visibilidade e projeção, para com isso justificar a necessidade de enquadrá-las como parte importante do repertório historiográfico desse século.

É necessário ressaltar outro aspecto peculiar em seus textos, ambos percorrem linhas temáticas comuns, exploram conteúdos semelhantes, destacando, claro, detalhes mais específicos sobre as subjetividades e as contextualizações das personagens. Destacam-se como temas bastante explorados as relações familiares pré e pós casamento, em que investe na constituição de uma genealogia, informando como essas relações se constituíram, quais filiações nelas estão demarcadas e as interferências dessas relações (sejam positivas ou negativas) na vida pública que elas buscaram constituir. Ressalta os seus intercâmbios entre os âmbitos privado (do lar, da família, do casamento, dos filhos, das relações com os outros parentes) com o público, caracterizando-o a partir das intensas redes de relações e intervenções que produziram socialmente. A construção de vida pública, (ilustrada em conceitos como, visibilidade, divulgação, circulação, exposição) conteúdo mais substancial em seus textos, também recebe da biógrafa um grande investimento informativo e descritivo, pois o vasto recolhimento de informações que empreende sobre a vida pública dessas mulheres é seu principal recurso para fundamentar seus argumentos em torno da necessidade do registro dessas histórias, dando-lhes a validade política e de subjetividade que merecem enquanto partícipes e mediadoras dos principais eventos do século XX.

As histórias das mulheres assinaladas e investigadas a partir das biografias construídas por Ana Arruda Callado representam possibilidades de discussão sobre expressões identitárias (considerando-se os estudos de gênero e os novos percursos da crítica cultural e feminista), assim como as práticas discursivas inerentes a essas obras embasam uma análise sobre o texto biográfico como acervo documental que oferece instrumentos para compreensão do percurso historiográfico e cultural do nosso país.



CAPÍTULO 2



ESPAÇOS, EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NO TEXTO BIOGRÁFICO FEMININO DE ANA ARRUDA CALLADO

2.1- O privado e o público na biografia feminina

Atrás de nós se estende o sistema patriarcal com a sua nulidade, sua imoralidade, sua hipocrisia, sua servilidade. À nossa frente se estendem a vida pública e o sistema profissional, com sua passividade, sua inveja, sua agressividade, sua cobiça. Um se fecha sobre nós como sobre as escravas de um harém, o outro nos obriga a rodopiar como larvas, cujas cabeças alcançam os pés, nos obrigando a girar em torno da árvore sagrada da propriedade.

(Virgínia Woolf, **Três Guinéus**, 1938, p. 142)

Em **Três Guinéus**, publicado em 1938, Virgínia Woolf traz num formato de ensaio-carta uma argumentação corrosiva, criativa, complexa e contundente sobre um questionamento: a projeção de se doar dinheiro para evitar a guerra (guinéu, moeda de ouro britânica até 1831) e encontrar respostas e meios para essa empreitada. Na concepção temática central do livro, em mais de 200 páginas e três seções, há a produção da carta de uma escritora em resposta a um advogado sobre essa questão controversa, em que são arrolados subtemas e textos que traduzem a problemática do contexto histórico do início do século XX: ascensão de regimes ditatoriais, guerras sucessivas, extrema desigualdade entre os gêneros e crítica ao fracasso e problemas derivados do domínio dos homens na vida pública.

Intercalando ironia e sarcasmo, Woolf preconiza a independência financeira e intelectual da mulher, porém prossegue assinalando as tensões que envolvem o sistema político da época e a necessidade de mudanças sociais profundas e alteração dos valores, sobretudo os que se referiam as condições de vida das mulheres, com a exclusão destas do poder nos âmbitos público e privado e ausência na política, na academia e na imprensa. Em sua defesa da capacidade feminina de transformação e maior desenvolvimento social, pelo trabalho, pelo estudo e pela escrita, ela expõe que o potencial produtivo feminino, além de subjugado e restrito ao âmbito doméstico, passa a ser manipulado em prol da manutenção de um sistema bélico e da segregação dos espaços e dos direitos, onde a mulher só é provisoriamente requisitada a adentrar de modo maciço na esfera pública para ter que assumir a manutenção da economia, a organização social e a liderança familiar na ausência compulsória dos homens em guerra.

Texto composto a partir da inter-relação entre ficção e não-ficção, **Três Guinéus** recompõe uma crítica a uma conjuntura política e histórica tradicional, extremamente comprometida com a cena pública, com a política e com a guerra enquanto práticas de poder masculinos, esta última definida pela escritora como instrumento de barbárie e de imposição da

virilidade. Remontando a temas como direitos das mulheres, identidade feminina, cidadania e nacionalismo e crítica ao nocivo poderio masculino, também historicamente reconhecidos nos textos de Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, Georges Sand, Flora Tristan¹⁰ Woolf, em seu ensaio, nos traz um olhar capital sobre o quanto os arranjos estruturais de dominação comprometem a capacidade feminina de conquistar espaços de autonomia e independência, tão necessários para a consolidação de sua subjetividade e, assim como em vários dos seus textos, destaca o quanto a esfera pública pode e deve ser um espaço que incorpore a presença feminina validando seus potenciais e seus direitos.

Muitos desses aspectos observados em **Três Guinéus** foram discutidos no capítulo um desse trabalho, onde vimos que historicamente se consolidou a ausência de visibilidade e registro de e sobre mulheres em biografias, assim como nos diversos textos em circulação na sociedade brasileira devido a “separação sexuada e topográfica entre privado e público” (Varikas, 1996, 60). Ainda situada numa perspectiva de levantar questionamentos quanto a ausência de textualidades sobre a experiência feminina, observo que há posicionamentos teóricos convergentes no que diz respeito à constatação de que desigualdades de gênero também foram produzidas a partir da consolidação do binômio público-privado na sociedade moderna liberal.

A referência ao binômio aparece constantemente nas abordagens sobre biografias e mulheres, o que reforça a importância de ser analisado, sobretudo visando caracterizá-lo, em sua representação dividida e condicionada socialmente por questões de gênero e como as esferas pública e privada são reproduzidas nas quatro biografias de Ana Arruda Callado que

¹⁰ **Olympe de Gouges** (1748-1793), que apresentou posição política contundente e combativa na França, escreveu cerca de oitenta títulos entre novelas, peças de teatro, panfletos, ensaios, manifestos, brochuras, artigos. Em 1791, visando uma manifestação pública produziu a **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**, documento jurídico que traz veemente chamamento pela emancipação feminina no período da Revolução Francesa. Ao tentar demonstrar as capacidades intelectuais e políticas do gênero, as convoca para defender um novo modelo de identidade feminina, com garantias dos direitos da mulher de participação e cidadania, designando seu papel nas teorias e práticas institucionais, para que seja inscrita na vida jurídica, política e social, o que fundamentaria uma sociedade mais justa. Foi presa, acusada de insurreição e guilhotinada em 03 de novembro de 1793, aos 45 anos de idade. **Mary Wollstonecraft** (1759-1797), filósofa que publicou **Reivindicação dos Direitos da Mulher (1792)**, primeiro tratado feminista em que defendeu princípios de igualdade moral e social entre os sexos, nele visou sistematizar um estudo sobre os desafios da emancipação feminina. Foi escritora de textos variados como romances, cartas, relatos de viagens, ensaios, tratados de pedagogia. **George Sand** (1804-1876) foi o pseudônimo adotado por Amandine-Aurore-Lucile Dupin. Romancista e memorialista francesa, escreveu de forma contínua entre 1830 e 1876 diversos gêneros literários: romances campestres, socialistas e sentimentais, contos, peças de teatro, artigos críticos publicados em jornais e ensaios políticos, textos autobiográficos e diversas correspondências cujos temas mais comuns eram experiências da mulher, casamento, igualdade de gênero, amor e suas aventuras românticas e sexuais. Também atuou na vida política, principalmente na Revolução de 1848, que iniciou o período da Segunda República Francesa. **Flora Tristan** (1803-1844), ativista e escritora franco-peruana, contribuiu para o desenvolvimento do socialismo francês, publicou livros, artigos, panfletos e ensaios sobre dois temas principais: a condição de subalternidade das mulheres e as condições precárias de vida e trabalho da classe operária.

aqui analisamos, a partir do levantamento dos índices, das referências e das configurações dessa esferas, nelas inseridas. Ressaltamos ainda a necessidade de, numa proposta analítica teórico-conceitual, compreender como foi composta a separação dicotômica da realidade social em esfera pública/privada enquanto conceito básico da teoria liberal e tema central do pensamento político do Ocidente (Okim, 2008, p. 305). Ao analisarmos essas biografias, consideramos a posição histórica, social, política e discursiva representada na sua experiência como mulher de classe média alta na sociedade brasileira e, nessa empreitada, reconhecemos as questões principais de organização social e paradigma das relações em seus múltiplos aspectos e observamos como essa composição dicotômica ainda mantém fortes ressonâncias na sociedade brasileira do século XX, contexto de referência dessas biografias.

Como assertivamente indica Rachel Soihet (2003), precisa-se considerar a relevância da biografia como um dos instrumentos de revisão da História e retirar das “vastas áreas da invisibilidade” (p. 34) os múltiplos indivíduos de significativa atuação social, ressaltando nesse panorama as mulheres. Em se tratando do destaque dado ao binômio aqui em discussão, a historiadora brasileira reforça a dificuldades dos historiadores “em penetrar no passado feminino, já que a presença das mulheres nos arquivos públicos revela-se extremamente reduzida” (p. 34), o que simboliza uma sistemática ausência delas na cena pública. Assinalando a tentativa de consolidação e reprodução do poder masculino a partir da interpenetração dessas esferas, Soihet também discute a manutenção da figura feminina na esfera privada e a escassez dela em “atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das futuras gerações.” (p. 35)

A crítica biográfica, centrada em novas possibilidades de apresentação sobre diversos aspectos estético-culturais, ao ser também associada aos estudos de gênero, traz uma série de argumentos e análises que ressaltam as limitações e contradições subjacentes à implementação das esferas privada e pública e as consequências disso nas formas como se estruturaram nas relações sociais. Com novos e impactantes formatos, conteúdos e propostas, essas produções auxiliam para que se veicule cada vez mais novas informações sobre as experiências humanas, “o que pressupõe uma revisão radical na maneira de pensar a história.” (Soihet, 2003. p. 47)

É a partir também da crítica feminista que investigamos como estão configuradas, nas produções de Ana Arruda Callado, interpretações dos atributos do privado e do público que foram consolidados na perspectiva liberal e patriarcal, e que ainda se mostram incrustadas em cenários e contextos que perpassaram o século XX. Observamos também como esses atributos estão projetados nas histórias de quatro mulheres, Maria José Barbosa Lima, Maria Martins,

Lygia Lessa Bastos e Berta Gleizer Ribeiro, a fim de poder definir a escritura da autora como articuladora de um projeto político e literário diretamente relacionado ao categoria textual que optou por publicar, assim como analisaremos nessa escritura como se instalam propósitos de revisão dos modos tradicionais de se construir a história brasileira, cuja dicotomia enquadra e modela as vivências, e a necessidade de reconstruí-la do ponto de vista do protagonismo feminino.

Ao tratarmos dos conceitos público e privado como centrais do pensamento político do Ocidente, buscamos observar a importância da reestruturação de uma tradição teórica a partir de uma perspectiva que mobiliza outras abordagens metodológicas e analíticas para a ciência e a teoria ocidentais. A produção teórica feminista, em suas contínuas e necessárias reconfigurações, pautada em múltiplas e profícuas abordagens e diversidades, tem o gênero como categoria central, e como um dos seus propósitos problematiza em seus múltiplos discursos o uso dessa dicotomia numa construção social embasada em relações de desigualdade, de hierarquização e de marginalização de várias categorias, inclusive das mulheres.

Sabemos que a tentativa de delimitação e de caracterização dessas esferas é tarefa complexa e infundável há séculos na sociedade ocidental. Mesmo que vários pesquisadores tenham sistematicamente se debruçado sobre os conceitos e seus impactos sobre a sociedade, tiveram que considerar as multiplicidades de transformações que ocorrem nas relações sociais, a diversidade de experiências históricas e político-culturais e observar os grandes riscos em relação a definições reducionistas ou a aplicação equivocada de caracterizações e ideias a eles relacionadas. O âmbito político evidencia o uso desses dois paradigmas como instrumentos de interpretação das sociedades e está presente em estudos desenvolvidos por dois representantes da filosofia política contemporânea que aqui destacaremos, os quais desenvolveram discussões sobre a estrutura ético-política de uso desses espaços: Hannah Arendt e Jurgen Habermas.

Para os autores, a política se configura o instrumentos pelo qual uma parcela minoritária constrói mecanismos de intervenção em comunidade, que enfoca a vida pública como ponto de partida e usa a regulamentação como aspecto indispensável para a criação de leis, o uso do poder, a construção dos parâmetros de autoridade e o ordenamento das instituições. O exercício da política tem nessa esfera sua condição privilegiada e enfoca a ação comunicativa, a interação entre os indivíduos e a dinâmica da circulação social como ponto favorável para tomada de decisões e exercício da cidadania.

Hannah Arendt em **A condição humana (2017)** discute a política como elemento central das relações humanas e analisa histórica e filosoficamente seu processo e seus efeitos,

da antiguidade até a modernidade. A partir do conceito *vida activa*, a filósofa vai analisar três concepções fundamentais da condição humana: o trabalho, a obra e a ação. No capítulo “Os domínios público e privado”, em cuja análise iremos nos ater, ela descreve e analisa o mundo público como o da ação e da liberdade de pensamento e de participação em prol de benefícios coletivos. Nesse “mundo comum”, o mundo da *polis*, a política está associada à arte da fala, do diálogo que correspondem ao poder comunitário de decisão e de compartilhamentos e assim ela está pautada na expectativa de um bem estar comum, ou seja, a linguagem é o principal fator de engajamento na esfera pública, pois “tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. A aparência aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos constitui a realidade.” (Arendt, 2017, p.61) e a ação humana será o principal fator nas “relações em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que [...] regulamentam todos seus assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco” (p. 48).

Se para ela o espaço público é território iminente de concepção do homem político (*bios politikos*), associado em locais representativos como a cidade e o Estado, no mundo privado as necessidades básicas são supridas e os desejos íntimos realizados, mas neste não há espaço para a construção de criticidade. Arendt, assim identifica dois sentidos para a ação a individual e a coletiva, onde o homem possui uma vida íntima (*idion*) e uma vida comum (*koinon*) e destaca que as bases para realização no mundo comum através da ação estão diretamente associadas ao suprimento das necessidades do indivíduo, nos seus condicionantes naturais e biológicos, pela obra e pelo trabalho no contexto da vida privada que é classificada como familiar. (p. 30)

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem compelidos por suas necessidades e carência. A força compulsiva era a própria vida, os penates, os deuses do lar, eram, segundo Plutarco, ‘os deuses que nos fazem viver e alimentar o nosso corpo’; e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia de outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar (p. 40-41).

Para Arendt, é na divisão dos papéis, vinculados à existência e a sua manutenção que as condições de subordinação feminina podem ser ressaltadas, pois há desigualdade no desígnio das atribuições entre os membros da família. Segundo sua análise, “no que tange aos membros da polis, a vida no lar existe em função da boa vida na polis” (p. 47), visto que a manutenção

do lar e preservação no âmbito da vida privada favoreciam que dela só se apresentasse na vida pública o que fosse relevante em prol da população masculina, garantia o direito à propriedade do homem e favorecia o seu acesso ao domínio público. Já para ela viver numa vida privada seria:

[...] estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não aparece, e, portanto, é como se não existisse (Arendt, 2017, p. 67).

Em contraposição a essa definição de privado, a compreensão de política para Arendt se situa num exercício de autonomia, de liberdade, igualdade e pluralidade de evocações que derivam de ações conjuntas em prol da coletividade e que tenham sua relevância estabelecida. Esses três princípios só realmente se efetivam na medida em que os indivíduos em suas singularidades são representados em igualdade de condições a partir de atos deliberativos ou exercícios argumentativos (p. 62), deste modo, o efeito da política só será conhecido se for construído com base na exposição e na busca de um amplo conhecimento dos interesses em pauta em um determinado contexto onde “[...] esse espaço público só se torna político quando assegurado numa cidade, quer dizer, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver tanto aos feitos memoráveis quanto aos nomes dos memoráveis autores.” (p.54).

Jurgen Habermas, outro pesquisador da esfera pública na era moderna, vai tratar desses conceitos enfocando a gestão democrática e os impactos da modernidade no gerenciamento de uma nova forma de democracia. Em seu estudo sobre o desenvolvimento dessa esfera, na Inglaterra, França e Alemanha do século XVII ao início do século XIX, apresentado no seu livro **Mudanças estruturais da esfera pública** (1984), o filósofo a discute, a partir da institucionalização do Estado moderno, como se caracteriza o espaço deliberativo e comunicativo, onde a razão comunicativa é elemento central para a veiculação dos sistemas normativos e estruturação da ordem social:

O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, era computada ela mesma no setor privado (Habermas, 1984, p. 208)

Em seu modelo teórico de abordagem dois conceitos terão destaque: democracia deliberativa e teoria da ação comunicativa. Na concepção de Habermas, nos séculos XVII e XVIII, a esfera pública está associada ao poder, que num sentido moderno significa poder

estatal, cujas regulamentações funcionam a partir de construções sistemáticas de competências e atribuições e outro fator de destaque na sua abordagem é que o exercício da deliberação abrangerá também aspectos e temas da esfera privada, visando preservá-la, valorizá-la e protegê-la. A identificação da esfera pública será ampliada, ao incorporar as inter-relações entre o Estado e a sociedade, em que a primeira instância atuará na satisfação das necessidades da segunda. Bastante influenciada pelo sistema capitalista burguês em ascensão na modernidade, a nova configuração da esfera pública em expansão por toda a Europa vai originar um “(...) novo sistema de trocas: a troca de mercadorias e de informações”. (p. 28), essa última representada pela imprensa e pelo correio. O pesquisador defende que a ampliação do acesso e a multiplicação das novas formas de publicidade, em associação à ampliação do acesso à produção cultural foram fatores cruciais para o desenvolvimento individual e coletivo de uma autoconsciência crítica.

A ideia de público para Habermas se refere ao que é de interesse de todos, ou seja, o cidadão da sociedade civil pode ser compreendido como cidadão estatal ou privado, mas que se mostra atuante nas propostas sobre como viver em conjunto e como desenvolver uma sociedade organizada, através de uma abordagem que associa história, cultura, política e economia e que enseja propostas de liberdade, abertura e estímulo a participação.

A partir do século XIX, sua concepção das esferas vai sofrer significativas alterações em consequência do registro das transformações econômicas e sociais, como o crescimento ostensivo do capital, o uso da imprensa para fins lucrativos (mercadológicos e de publicidade) e o avanço do monopólio industrial que passam a exercer grande influência nas decisões políticas. Passa-se a gerar uma massa de pensadores que se metamorfoseiam em consumidores, que têm seus interesses privados mobilizados em interesses mercadológicos, cujo cenário faz com que a construção racional de legitimidade política tenha suas possibilidades limitadas. Nas suas palavras:

Está rebentado o campo de ressonância de uma camada culta, criada para usar publicamente a razão, o público fragmentado em minorias de especialistas que não pensam publicamente e uma grande massa de consumidores por meio da comunicação pública de massa. Com isso, perdeu-se sobretudo a forma de comunicação específica de um público. (Habermas, 1984, p. 207)

O que o autor registra como massa de consumidores se refere a formação de um Estado influenciada por grupos econômicos, que busca integrar seu poder também para a sociedade através do consumo como instrumento compensatório. A ampliação da esfera pública passa a se caracterizar então pela manifestação de interesses privatizados, pela perda da função crítica

e do debate personalizado, em que o público pensador/crítico torna-se consumidor, sujeito as manipulações das políticas setorizadas, das novas instâncias administrativas e da publicidade/propaganda mais manipuladora e persuasiva.

A respeito dessa dicotomia moderna, numa perspectiva mais ampliada, projetando uma abordagem aplicada em torno das relações de gênero, observamos uma contundente apresentação de alternativas críticas no contexto cotidiano a respeito da tentativa de ocultação sobre como são configuradas as interações na esfera privada e, sobretudo, quais fatores condicionam a exclusão das mulheres da esfera pública e do exercício da cidadania, com direitos garantidos, tais como educação, propriedade, trabalho e inclusão política. Por outro lado, consideramos ser inegável as associações e intercâmbios entre essas esferas cujos efeitos das transformações em uma serão automaticamente percebidos na outra, pois “a vida privada, aqui conotada com a família, a intimidade, o Eu, foi moldada pelas mudanças operadas na vida pública” (Aboim, 2012, p. 97).

O pensamento feminista e a sua reflexão crítica sobre a separação entre essas esferas, sob a perspectiva de várias pesquisadoras, busca expor, a partir do levantamento de sua construção histórica, como são formuladas suas características, como transcorreram a constituição das relações de poder e a consolidação dessa fronteira nos sistemas, nas instituições e nas normas políticas e sociais. Focando na dicotomia público e privado como fundamento da dinâmica da modernidade e uma construção artificial, a socióloga portuguesa Sofia Aboim destaca as contínuas inter-relações entre esses campos, com suas “fronteiras confusas e intercambiáveis” e a importância de se discutir “as fronteiras construídas entre espaço coletivo de cidadania e de sociabilidade e espaço individual de intimidade e desigualdade” (2012, p. 97). Ao tratar da amplitude do uso dessa dicotomia como instrumento de “organização da sociedade na modernidade ocidental”, Aboim também registra-a como matriz fundadora de várias outras dicotomias enquadradas em diferenciações, oposições e desequilíbrios entre os indivíduos sob vários aspectos como étnicos, de gênero, etários, etc. (p. 95- 96).

Maria Eduarda Ota, socióloga brasileira, ao tratar da crítica feminista às teorias morais, afirma que, por serem universalistas, elas são fortes veiculadoras de dicotomias, presentes em abordagens de pensadores modernos como Hobbes e Rousseau, até os contemporâneos como John Rawls e Habermas e que essas dicotomias, empregadas como balizadoras da organização social, são extremamente prejudiciais às mulheres (Ota, 2013, p. 146). A filósofa política neozelandesa Susan Moller Okin, por sua vez, assinala os equívocos e limitações na exploração de ambos conceitos e critica o papel central na teoria liberal da apresentação de ambas esferas

como distintas, separadas e de configurações independentes (Okim, 2008, p. 306). Esta filósofa aponta como os estudos feministas ajudaram a expor as distorções de seus usos na teoria política, com destaque para as imprecisões em sua definição, para a falta de clareza e ambiguidades e afirma que, mesmo que essa dicotomia esteja em processo constante de redefinição, em que incorpora novas interpretações, os conceitos ainda abarcam aspectos significativos das teorias sociais, das práticas políticas e dos parâmetros das relações no cotidiano.

Em ampla abordagem no âmbito da teoria política e num contexto de ascensão da modernidade, a defesa da dualidade dessas esferas traz sobre a política uma compreensão limitada, pois opera com distorções a leitura, escritura e interpretação da realidade a partir das relações de poder. O que as pesquisadoras feministas do pós-1960 deliberadamente discutem é a problemática de se construir a distinção entre ambas a partir de uma apropriação discursiva masculina, cujas diretrizes são embasadas em condições privilegiadas para apenas uma parcela minoritária da população. Seyla Benhabib, cientista política e filósofa norte-americana, discute como essa dicotomia é prejudicial às mulheres, em se tratando de razão e justiça e propõe como tarefa da crítica feminista “desenvolver uma teoria que seja emancipatória e reflexiva” (Benhabib 1987, p. 91). Para a autora:

[...] o modo pelo qual a distinção entre as esferas pública e privada foi desenhada serviu para confinar mulheres e esferas de atividade tipicamente femininas, como trabalho doméstico, reprodução, nutrição e cuidado com crianças, doentes e idosos, ao domínio “privado” e mantê-las fora da agenda pública no estado liberal. (Benhabib, 1992, p. 108 apud Ota, 2013, p. 147)

Ao descrever o perigo do confinamento feminino como um padrão de vida estabelecido para esse grupo social, a filósofa também aponta para as restrições às suas possibilidades de construção de identidade e representação, assim como denuncia a “desistorização do domínio privado” (1987, p. 97), em que por muito tempo sobre esse grupo são ignoradas as potencialidades, os interesses e a colaboração para o desenvolvimento dos contextos públicos. A garantia da privacidade e da preservação para as relações de caráter íntimo no contexto familiar se enquadram no conceito de “desistorização” empenhado por Benhabib, numa crítica à ideia de que o espaço doméstico é não político, do mesmo modo que através deste conceito ela denuncia um projeto de domesticação, pautado numa articulação de ideias e informações em torno de uma concepção da natureza feminina, caracterizada pela procriação, confinamento, preservação da intimidade, inabilidade e inaptidão.

Na visão de Carole Pateman, filósofa britânica que pesquisa teoria política e feminismo, as teorias e práticas liberais moduladoras da estrutura social devem ser vistas como problema filosófico e político, principalmente por causa do caráter patriarcal inerente a elas e defende que o feminismo é um forte empreendedor dos ideais de justiça, igualdade e diferença que atuaria na profunda revisão desses conceitos (Pateman, 1996, p. 56). Em seu texto “Críticas feministas à dicotomia público/privado”, ela identifica relações entre o feminismo e liberalismo¹¹, mesmo ressaltando as complexidades e oposições que derivam dessa relação e o surgimento do conceito individualismo “como teoria geral da vida social” (p. 55). Tomando por tema central a crítica à separação e distinção entre as esferas pública e privada, ela reforça o problema político derivado da estrutura social do liberalismo. Este, por ser a-histórico e abstrato, apesar de defender princípios como liberdade e igualdade, maior poder de decisão, mais direitos ao poder e à propriedade, gerou profundas estruturas de desigualdade para várias categorias sociais, principalmente as mulheres porque elas “foram excluídas dos argumentos individualistas” (p. 58) e precisavam ser enquadradas em um sistema de classificações para uma efetiva manutenção da ordem social e política, visto que:

A maneira em que mulheres e homens são situados de forma diferenciada dentro da vida privada e do mundo público é, como indicarei, uma questão complexa, mas, subjacente a uma realidade complicada, há a crença de que as naturezas das mulheres são tais que elas são devidamente submetidas aos homens e seu lugar é na esfera doméstica e privada. Os homens corretamente habitam as duas esferas e tomam as decisões no âmbito delas. O argumento feminista essencial é de que a doutrina “separados, mas iguais” e o individualismo e o igualitarismo ostensivos da teoria liberal obscurecem a realidade patriarcal de uma estrutura social de desigualdade e a dominação das mulheres pelos homens. (Pateman, 1996, p. 57)

Ainda em sua análise sobre a base teórica liberal da separação entre as referidas esferas, ela vai denunciar o perfil do poder político nesse enquadramento e a ideia de divisão sexual como derivada de uma “subordinação natural” das mulheres, cujos *locus* representativo do privado é o doméstico, onde exerce as suas funções naturais e predestinadas (p. 58) em contraponto a uma visão de que “A participação na esfera pública é regida por critérios

¹¹ Nos séculos XVII e XVIII, ocorre uma significativa alteração das concepções políticas, através da emergência dos princípios liberais de “igualdade, liberdade e fraternidade”. O liberalismo se constituiu um movimento da burguesia embasado em um conjunto de ideias políticas, econômicas e éticas que tem como princípios a valorização da liberdade individual, a concessão de um maior poder de decisão política aos cidadãos, de igualdade perante as leis, de direito à propriedade privada. O liberalismo favoreceu a definição de atividades específicas dos indivíduos, que se assentava no poder masculino e no contrato sexual, e construiu a separação entre o público e o privado, entre o político e o doméstico, como consequência da separação entre Estado e Sociedade. (Ver PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.).

universais, impessoais e convencionais de êxitos, interesses, direitos, igualdade e propriedade-critérios liberais, aplicáveis somente aos homens” (p. 59).

A problematização teórica sobre o liberalismo, vem ser apresentada de modo mais aprofundado por Carole Pateman em **O Contrato sexual (1996)**, o qual traz como eixo a crítica à lógica própria que esse movimento vem empreendendo durante séculos e que, apesar de reafirmado numa posição de universalidade, está centrado numa “visão androcêntrica de mundo” (Pateman, 1996, p. 20). Em sua exposição da teoria do *Contrato social* e apresentação da teoria do *Contrato sexual* com uma reinterpretação feminista, ela expõe os pressupostos e limitações do Contrato social, produz uma análise da origem do poder político e traz uma crítica sobre o perfil da esfera pública, sobre o lugar do feminino, da construção social da figura da mulher e de sua exclusão do mundo político e das instituições, visando defender essencialmente que: “[...] o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato” (p.14).

Na sua análise, o contrato social é precedido de um contrato sexual sustentado na fundação da sociedade moderna, embasado na política da diferença, o qual tem vínculo direto com a ideia opositiva de liberdade e sujeição. Conformando sua análise para questões como a propriedade e a autonomia, Pateman descreve o referido contrato como uma espécie de “pacto original” formulado para fornecer os subsídios para o direito, para a dominação e para o acesso ilimitado ao corpo, a identidade, ao trabalho femininos, como assim ela o define e caracteriza:

O contrato sexual é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais da teoria social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação que metade do acordo está faltando. A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica porque o exercício desse direito é legitimado, porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual- o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (p. 15-16)

A singularidade desse texto de Pateman se situa na avaliação que produziu dos parâmetros do direito político na visão dos liberalistas clássicos e da legitimação do patriarcado a partir da instituição da teoria contratual. Neste texto, ela também analisa e expande sua crítica para a repartição das capacidades e dos atributos naturais, cuja diferenciação é fundamentada numa identidade sexual e instrumento utilizado para justificar a naturalização do caráter subordinado da mulher nas relações sociais públicas e privadas. A filósofa traz questionamentos sobre a constituição do indivíduo como base da vida social, enquanto forma de se pensar e viver

modulada pelo masculino e ressalta que é imprescindível visualizar o quanto “[...] as críticas feministas indicam que uma alternativa feminista ao liberalismo patriarcal plenamente desenvolvida ofereceria a primeira crítica verdadeiramente total do mesmo” (p. 22).

Outro aspecto que Pateman discute nesse livro é a inserção do conceito indivíduo como centro das teorias sócio-políticas e referência para a compreensão dos fenômenos sociais. Assim como questiona a dicotomização das esferas pública e privada e os atributos a ambas apresentados, onde o lugar da política está enquadrado no público, a filósofa expande essa noção, ao associá-la a análise sobre as prerrogativas da sociedade contratual no liberalismo. Visto que “A atenção teórica e prática passou a se fixar exclusivamente na área pública, na sociedade civil – ‘no social’ ou ‘na economia’- e se presumiu que a vida doméstica era irrelevante à teoria social e à política ou às preocupações dos homens de negócios” (Pateman, 2013, p.61), o “contrato” passa a subsidiar a ideia de que experiências particulares de um grupo específico de pessoas- onde neste caso o indivíduo é homem e branco- que representam uma dada figuração de autoridade, podem ser legitimados como paradigmas para o ser humano em geral, que se fundamentam no direito à liberdade e a propriedade material e de si, ou seja, do corpo, da casa, do trabalho, do casamento, das instituições.

O cerne das discussões das críticas feministas referentes a dicotomia se expande sobre as abordagens de que na teoria política, a concepção desta não foi adequadamente construída, em muitos casos pelas lacunas de referências, mas em parte significativa pela estratégica omissão ou distorção de informações. Buscando ajustar a definição e caracterização do privado como o “doméstico”, autoras do feminismo liberal revisionista vão analisar como são arrolados os discursos sobre família, trabalho, justiça e direitos, visualizando esses conceitos numa perspectiva política de gênero. Para desmitificar a noção de separação das esferas, elas discutiram de que modo as ações e as estruturas de poder executadas sobre os participantes da esfera doméstica estão intimamente relacionadas as tomadas de decisões e configurações estruturais estabelecidas na esfera pública, inclusive tornando-se delas dependentes e subsidiários, visto que “as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos [...] os problemas ‘pessoais’ só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política” (Pateman, 2013, p. 77).

Associado a isso, elas contemplam a família enquanto tema profundamente político, filiado a vida social e destacam situações e contextos como dependência econômica, subordinação jurídica, invisibilidade social, inaptidão laboral e outros como prioridades na teoria feminista para demonstrar que o estabelecimento das diferenças e desigualdades entre

homens e mulheres estão intimamente relacionadas a geração dos domínios doméstico e não-doméstico, nova terminologia para as esferas que defenderam como a mais coerente a ser adotada.

Michelle Perrot, historiadora francesa, em seu livro **As mulheres ou os silêncios da história (2005)**, traz importantes contribuições acerca dos vários recursos e estratégias de silenciamento da voz feminina na história do Ocidente entre os séculos XIX e XX e os seus sistemas de resistência para construir registros de experiência e espaços de memória, mesmo que em confinamento no privado. Ao discutir as esferas e as relações entre os sexos, ela destaca o tema família e a caracteriza como um importante instrumento de mediação entre o indivíduo, a sociedade e o Estado, que sendo pertencente as duas esferas se torna importante instrumento de comunicação entre elas. No seu destaque sobre a manutenção da divisão entre público e privado, ela identifica-a como uma forma de corresponder ao “argumento da natureza e da utilidade social” das mulheres (p. 460):

Sobre a importância da família, instância de regulação fundamenta, há unanimidade. Átomo da sociedade civil ela é a administradora dos “interesses privados” cuja boa manutenção é essencial para a marcha dos Estados. Pedra angular da produção, ela garante o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização. Fiadora da consciência nacional, ela vela sobre a sua pureza e sua saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. A “boa família” é o fundamento do Estado[...]. (Perrot, 2005, p. 458)

Perrot observa a manutenção da separação das esferas no século XIX e a valorização da família como principal amostra da forma de “governabilidade e racionalização” que ainda mantêm, séculos depois dos movimentos revolucionários, o enquadramento da divisão sexuada dos papéis, das tarefas e dos espaços (p. 459), cujas implicações teóricas e políticas contundentes, agora também virão embasadas na “biologização da diferença entre os sexos e sexualização do gênero” (p. 460).

Ao analisar as relações entre público, privado e poder das mulheres, a historiadora traz informações acerca da consolidação desse binômio nos séculos XIX e XX, pontuando o quanto a ascensão do pensamento científico nesse período vai corroborar os paradigmas sobre ele instituídos nos séculos anteriores (Perrot, 2020, p. 187). Essa “racionalidade harmoniosa” passa a auxiliar que o “velho discurso” incorpore “um novo vigor” para as velhas representações das diferenças entre os sexos a partir da indicação de seus espaços de atuação, dos referenciais a eles atribuídos e suas práticas discursivas. (p. 186), visto que:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. (p. 187)

O que Perrot e outros pesquisadores e pesquisadoras discutem é de que modo, com a expansão do pensamento científico a partir do século XIX, passou-se a reforçar a construção de uma identidade feminina a ser expressada na ordem física e anatômica, como também em uma ordem moral e social, ou seja, como houve um amplo investimento na criação e difusão de discursos com um olhar essencialista sobre a mulher, restritos a um determinismo biológico. Essa formação de um discurso científico e político de diferença sexual está assentada em princípios dicotômicos já consolidados num imaginário coletivo, como cultura/natureza, masculino/feminino, razão/emoção, isolamento/socialização, moralidade/poder, que estão implicados nas formas modernas de estruturação normativa, simbólica e institucional, pois:

Na consciência popular (e acadêmica), a dualidade entre feminino e masculino costuma servir para sintetizar ou representar a série (ou o círculo) de separações e oposições liberais: feminino ou — natureza, pessoal, emocional, amor, privado, intuição, moralidade atribuição, particular, sujeição; masculino ou - cultura, político, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade. A mais fundamental e geral dessas oposições associa as mulheres à natureza e os homens à cultura, e várias feministas contemporâneas definiram suas críticas nesses termos. (Pateman, 1996, p. 62)

Nesse cenário, a denúncia sobre a problemática se refere ao enquadramento desses atributos em que foram agregadas informações sobre a fisiologia e a anatomia feminina as quais eram usadas por cientistas e pesquisadores como justificativa para restringir as mulheres a função de reprodutoras e cuidadoras, enquanto aos homens era destinado o espaço da ciência, da política, da cultura (Jordanova; Matus; Laqueur; 1989; 1995; 2001). Tal discurso sexista e naturalista, sustentado pela ciência, pela cultura e pelo senso comum fortalecia a construção de um parâmetro normativo que subtraía a autonomia e a subjetividade delas, e que “insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidade e aptidões particulares. Ao homem o cérebro [...], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (Perrot, 2020, p. 186)

Se a naturalização das diferenciações sociais forjou por muito tempo pensamentos e comportamentos que respaldaram padrões de autoridade, dependência e subordinação, foi porque “as diferenças de gênero eram funcionais e essenciais como efeito da diferenciação estrutural imanente ao devir da modernidade” (Aboim, 2012, p. 98). Essas diferenciações,

amparadas em classificações e caracterizações estratégicas, corresponderam à necessidade de ordenar, estruturar, regulamentar e regularizar as experiências coletivas em polos opostos como uma forma de embasamento para o controle social.

E para atender aos propósitos de aprofundamento dessa discussão sobre a naturalização das diferenças sociais e a redefinição das esferas em “o doméstico e o não-doméstico”, pesquisadoras feministas promoveram a adesão e propagação do lema “O pessoal é político”¹² cujas ênfases são a crítica a desqualificação de pautas femininas, a necessidade de tornar mais visível o controle social e outras formas de violência sobre os corpos femininos, a denúncia da visão do contexto doméstico como apolítico e improdutivo, a revisão da definição restrita de política e a ampliação de discussão teórica sobre os diversos temas que citamos anteriormente. Na sua definição sobre o lema, Susan Okim registra a associação entre política e poder com as correspondências entre as esferas:

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de *poder*, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (Okin, 2008, p. 314)

Carole Pateman, na sua discussão sobre o lema, afirma que “Seu grande impacto foi desmascarar o caráter ideológico das afirmações liberais sobre o privado e o público” (2013, p. 71) e indica que ele auxilia na exposição e denúncia de aspectos problemáticos da vida doméstica, como os episódios de violência, mas não traz avanços na crítica ao Liberalismo patriarcal e aos aspectos que condicionam a vinculação dos gêneros com as esferas. Associado a essas questões, ela aponta o quanto as abordagens feministas propiciaram uma oportuna “concepção alternativa do político” que se ocupa do compartilhamento de valores e cidadania (p. 74), o que favorece que através dos “meios políticos e da ação política” (p. 71), haja intervenções nos problemas pessoais. No entanto, Pateman questiona a manutenção da associação do público ao político sem que haja qualquer relação com aspectos fundamentais da

¹² O lema “O pessoal é político” também utilizado como “O privado é político” surgiu no final dos anos 60 e é considerando o *slogan* da segunda onda do feminismo. Ele se concentrou na ideia de que os problemas pessoais das mulheres também são problemas políticos, pois as estruturas sociais e políticas estão diretamente relacionadas às experiências pessoais, ou seja, do âmbito privado. A popularidade da frase derivou de um ensaio de mesmo nome publicado por Carol Hanisch, uma feminista americana em 1968. Neste ensaio ela apresentou como as relações de poder em seus sistemas e estruturas poder ser moduladores das experiências pessoais, como as das mulheres. (Okim, 2008. Pateman, 2013. Varikas, 1996)

vida doméstica e registra a necessidade de aprofundamento dessa questão fundamental postulada pelas feministas, mas que ainda não foi adequadamente explicada por elas.

Eleni Varikas, professora e pesquisadora de Gênero e Teoria Política Moderna, da Universidade de Paris XVIII, buscou mapear o caráter revolucionário desse lema e os desafios da proposta a ele inerentes, através de uma contundente abordagem sobre o gênero como aspecto estruturante da política e da organização da diversidade humana. No seu texto “O pessoal é político – desventuras de uma promessa subversiva” (1996), Varikas discute a redefinição do político enquanto ferramenta das lutas feministas em prol da liberdade e da constituição do sujeito coletivo e apresenta, partindo da sua concepção de politização do privado, que as desigualdades apresentadas nas estruturas e instituições são sistêmicas.

Para Varikas (1996), “A liberdade das mulheres dependerá de sua capacidade de se manter ao mesmo tempo *dentro e fora*, de aguardar uma distância crítica, uma desconfiança sempre atenta frente ao poder e à sua capacidade de ‘cooptação’” (1996, p. 07) e assim defende que a ação feminina seja própria de um sujeito moderno que se coloque em condições de subverter os parâmetros de dominação, ao invés de apenas propor sua reformulação. Em sua releitura crítica do lema, ao observar que a organização social e política atuavam em modo de incompatibilidade com a efetiva liberação das mulheres, ela indica a subversão como base na construção de um processo de autonomia e de recriação das regras em comum. Enquanto destaca a necessidade de que se construa “elaborações teóricas mais sistemáticas” (p. 10) sobre esses aspectos, ressalta também possibilidades em que mulheres vivam sem uma servidão aos princípios moralizantes do privado e desafia “as divisões fundadoras do político” (p. 08), visto que o a forte propagação do lema “o pessoal é político” no movimento feminista não subestimava as estruturas e as instituições em proveito de uma transformação da vida cotidiana, assim como não se mantinha fora do político” (p. 08).

Outro aspecto controverso nessas abordagens se refere à utilização do termo público quando associado à representações sobre as mulheres, a partir da gradual expansão da presença delas nessa esfera, o qual adquiriu significados paradoxais que expressam o poder de caracterização e classificação dos homens sobre elas. A imposição de um sentido depreciativo para a expressão “mulher pública” foi bastante absorvida em decorrência da necessidade de monitorar e censurar sua presença “em público” e de garantir a manutenção da ordem e do desenvolvimento social através de cerceamento e controle, da sua imagem, dos seus movimentos e das suas ações. Como afirma Sennet (1988) “ao homem público correspondia a virtude cidadã; à mulher pública, o estigma da desonra por oposição à mulher privada, pura e

honrada”. A presença do corpo, da voz e da imagem feminina no espaço urbano, no “lado de fora”, para o sociólogo representa um “limbo moral”, “onde se corria o risco de perder a virtude, enxovalhar-se” (p. 39), concepção essa reiterada por vários discursos de caracterização do feminino.

Num amplo estudo sobre mulher e esfera pública, publicado em 1998 com o título de **Mulheres públicas**, Michelle Perrot vai nos apresentar uma análise pungente sobre as inter-relações entre gênero e a dicotomia público e privado, com o emprego de recursos textuais e iconográficos, para se embasar em alguns temas que envolveram as progressivas tentativas das mulheres de conquistar cidadania, nacionalidade e reconhecimento no contexto europeu do século XIX e as reiteradas estratégias de desqualificação e impedimentos que as atingiam. Perrot, nesse livro, constrói uma abordagem histórica da “política e a poética dos lugares” (p. 161), onde denuncia até a segregação dos espaços, papéis e direitos no ambiente privado e enfoca os vários movimentos de emancipação feminina no ambiente da *Polis*, a problemática que envolve a busca delas pela garantia de conquistas nessa esfera e como suas ações provocam expressivas movências das fronteiras entre “público, privado, político e pessoal” (p.161).

Objeto do discurso masculino em textos e imagens, instrumento de contemplação e de posse, enquadrada numa função de representação e ignorada como indivíduo (considerando-se o quanto ainda vigoram os parâmetros do Liberalismo), essa mulher do século XIX descobre que o acesso à palavra pública em suas diversas modalidades e circunstâncias favorece o acesso à cidadania política, algo que também pleiteava. Para isso, visando corresponder genuinamente as suas expectativas, ao seu imaginário e aos seus interesses, ela se apropria das práticas de escrita e leitura, a exemplo do valioso e abundante exercício da escrita epistolar, (observe-se a extraordinária produção de Georges Sand, com 24 volumes de correspondência, num total de 17.000 cartas¹³), do mesmo modo em que vai progressivamente se ocupando da imprensa, como consumidora e profissional dos jornais, assim como desenvolve-se profissionalmente enquanto produtora de literatura através do romance-folhetim.

Perrot traz como principal análise a dubiedade e efeitos da expressão “mulher pública” que se manifestava na ideia de poderia haver uma “ameaça do poder feminino o risco de degenerescência da raça e de decadência dos costumes” (1998, p. 192), mas que vai sendo

¹³ Cf. PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 76. Perrot ressalta ainda o papel significativo das cartas como meio de conversação política entre homens e mulheres e destaca a importância de George Sand para a Revolução de 1848 e como ela articulou discussões políticas bem fundamentadas sobre as questões republicanas em correspondência privada com políticos da França (Barbés, Louis Blanc, Emmanuel Arago, príncipe Jérôme) e da Itália (Giuseppe Mazzini).

paulatinamente minada pela “extensão do poder social das mulheres” (p. 191) e pela recomposição da paisagem urbana promovida pela expansão da presença feminina através da sua estratégica integração na cidade, do seu ingresso em novas instâncias de impacto social, garantidas pelo domínio da leitura e da escrita e pela noção crítica da sua condição. O que a historiadora transmite como importante registro é que através de um grupo expressivo de mulheres, múltiplas ações foram sendo concebidas e veiculadas em diversas áreas para que elas se apropriassem de linguagens, por diferentes meios e múltiplas circunstâncias e interesses, adotando-as como um recurso para se constituírem partícipes dos discursos da história a partir da tomada desses discursos para si, visando essencialmente que “Pela solidariedade, o espaço público das mulheres deveria ser sem limites” (Perrot, 1998, p. 154).

2.2- Da esfera privada: a família e o domínio patriarcal articulados no texto biográfico

A escrita biográfica em que são apresentadas “leituras femininas das experiências histórico-sociais” (Soihet, 2003, p. 35) tem se destacado em seu repertório pelo reconhecimento e divulgação das identidades e subjetividades de mulheres, cujos rostos, corpos e práticas sofreram contínuas intervenções, em diversos níveis em prol do seu silenciamento ou ocultamento. Essa modalidade textual também favoreceu o desenvolvimento de interpretações acerca das formas de vivência nas esferas pública e privada sob a égide das relações de gênero, em que um dos objetivos era desvendar as práticas, os valores e os parâmetros normativos e excludentes sobre essa categoria, os quais precisavam ser publicizados, pois:

Produzir relatos autobiográficos femininos, assim como escrever a história das mulheres, é, a meu ver, uma prática de resistência. Dar publicidade à própria vida é uma maneira de existir no mundo, de inscrever-se socialmente, de adquirir existência pública; é uma questão de reconhecimento social e de direitos. Dar publicidade ao próprio passado é uma maneira de apresentar-se segundo seu próprio olhar, muitas vezes destoante do olhar projetado socialmente; é, portanto, uma maneira de contrapor-se às formas de normalização imperantes em nossa cultura, que aciganam identidades e constroem estranhas classificações sociais, sexuais ou étnicas (Rago, 2017, p. 210).

Essa “prática de resistência” ressaltada por Margareth Rago inscreve a necessidade de tornar públicas, ou seja, tornar visíveis, audíveis, legíveis e compreensíveis as manifestações e expressões da existência feminina como aporte para o desenvolvimento de ações e processos que a favoreçam em prol da construção de seus próprios meios de representação e interação em sociedade, ampliando e possibilitando-lhe constituir novos caminhos pelo poder da sua escrita, da sua voz, do seu corpo e do seu imaginário.

Por essa via, é que o lugar notável da biografia de mulheres na sociedade brasileira, além de trazer, sob diferentes formas e meios, abordagens referentes aos níveis e formas de

participação delas nos diversos contextos da vida social, vem acentuar o quanto as questões de gênero são engendradas com um olhar diferenciado sobre temas particulares e contextos da intimidade. Considerando-se que “a história da vida privada também é a história política do cotidiano” (Perrot, 1993, p.13), no cenário biográfico, a evocação da privacidade, na esfera da reclusão e do refúgio se entreabre na projeção de oferecer informações que são concedidas aos leitores e críticos em caráter de permuta, na condição de que haja a propagação afirmativa do valor da imagem e da identidade feminina.

Observamos, desse modo, que a mobilização sobre temas referentes ao cotidiano se situa numa exposição sobre a politização do acesso e uso dos espaços, cuja demarcação está diretamente condicionada às funções sociais, conforme qualidades ontologicamente atribuídas para os gêneros. Tornar públicos aspectos da privacidade feminina, analisando-a em suas condições materiais, sociais, psicológicas, ajuda a promover resistências e olhares analíticos para um conjunto de condições materiais e ideológicas que favorecem moldes históricos de reprodução e perpetuação dos sistemas de dominação.

Ana Arruda Callado, através de seu consistente panorama de produções biográficas de oito mulheres, investiu em um trabalho de reconstituição das rasuras do passado sobre elas e expandiu as possibilidades para o público brasileiro as (re)conhecerem. Levando em consideração como elas atravessaram o século XX, o quanto atuaram com movimentos de ruptura para que seus acessos aos espaços fossem reconfigurados num período de sociabilidade ampla, Callado buscou elencar diferentes personagens para reconstruir aspectos e temas da história do Brasil, enquanto expoentes em áreas do conhecimento de grande relevância para o país, cuja procura conflituosa por canais de abertura para a esfera pública se concentravam no trabalho, no direito ao voto, na educação, na arte, na escrita e na cultura, considerando-se o paradigma de um mundo público que lhes era hostil. Ao afirmar que “[...] acrescentei ao meu objetivo inicial de saber mais sobre algumas mulheres que me despertavam curiosidade, a vontade de saber mais sobre a história recente do meu país do ponto de vista feminino. (2011)”, a biógrafa expressa sua disposição de as (re)constituir, (re)conhecer, (re)configurar e (re)construir no biográfico, do mesmo modo que visa apresentar papéis sociais femininos dentro de uma conjuntura socioeconômica, artística e cultural, como motivação para impulsionar as críticas e reorientar as análises sobre os impedimentos e cerceamentos da historiografia tradicional sobre essa categoria social, pautada em valores dados como imutáveis e consolidados.

Para adentrar nessas “histórias de vida” e apresentá-las aos leitores, a escritora empreende como ponto de partida e estratégia recorrente em suas biografias a abertura da intimidade no espaço privado, referendada *a priori* pela leitura da consolidação da formação familiar enquanto mote para assegurar a valorização da identidade e das experiências individuais e coletivas de suas personagens. Isso implica num processo de “rastreamento genealógico” que explique as “suas origens”, as suas procedências, a partir dos seus nichos pessoais e socioeconômicos em associação com os dados, informações, imagens e índices coletados sobre a infância, a família, a parentela, os nomes e sobrenomes, que serão considerados fatores determinantes da abertura de suas projeções para os diversos tipos de relacionamento e outras práticas sociais.

Com o propósito de definir um enquadramento das características do privado nas produções sobre Maria José Barbosa Lima, Maria de Lourdes Alves Martins, Lygia Maria Lessa Bastos e Berta Gleizer Ribeiro, Callado se embasará em ressonâncias ainda em voga do pensamento liberal, o qual adequa a divisão social em gêneros e nos papéis designados a cada um deles (Okim, 2008, p. 307). Nesta perspectiva, suas personagens são concebidas e apresentadas sob a ótica dos parâmetros de conduta social estabelecidos pelo domínio patriarcal, representados pelos avôs, pais, tios, irmãos, maridos, autoridades externas masculinas, domínio esse também ratificado pelo discurso feminino de seu entorno e que se consolida através da fundamentação em manuais, leis e outros registros formais e informais que embasavam as relações entre mulheres e homens nos anos iniciais do século XX. Segundo as narrativas, essas quatro mulheres se configuram em suas diferenças em vários aspectos, pelos seus locais de origem, pelas suas áreas de formação, pelos setores em que trabalharam e mobilizaram diferentes traços de identidade em circulação, sendo nas suas pluralidades constituintes da estrutura social do Brasil neste período. No entanto, comungam algumas características, onde suas relações sociais e as atividades que exercem, sejam educacionais, esportivas, políticas, religiosas e culturais, são designadas e monitoradas conforme os gerenciamentos dos costumes e dos valores de “boa conduta” e de respeito às convenções elaboradas no âmbito privado, para garantia da manutenção das fortes redes de sociabilidade familiar e do paradigma socioeconômico em que se enquadravam, ao mesmo tempo em que visavam ironicamente investir na preservação de relações de autoridade embasadas em um patriarcado, que limitava a sua autonomia (Pateman, 2013, p. 60).

Emoldurando-as como mulheres vinculadas à elite brasileira, o que esses textos retratam, além “da condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes” (Del Priore, 2006,

p. 248), é a necessidade de informar sobre o papel estratégico das instituições e nestas a preocupação estava centrada no controle do prestígio e na tradição de preservar a concepção da imagem de famílias fundacionais como via de ascensão social, pois desse período é possível constatar a influência de “Uma sólida barreira feita de opiniões de juristas, médicos e da própria opinião pública reagia a tudo que pudesse ferir as instituições básicas da sociedade, sobretudo a imagem da família e do casamento.” (p. 252). Nesse sentido, o percurso inicial de apresentação delas nestes textos tem como principais marcos referenciais nomes e sobrenomes que são elencados enquanto primeiros recursos de entrada para a vida social e validação pública, empregados como instrumentos para estabelecer hierarquia, garantir status socioeconômico e veicular referências.

Esses aspectos enquadram-se no que afirma Pierre Bourdieu (1998), que diz ser o nome próprio um recurso de atribuição de identidade constante e duradouro que resiste as diversas transformações das realidades biológicas e sociais. Como suporte do *status* civil, este nome sustenta os processos de validação e reconhecimento dos sujeitos em instâncias formais e informais e se desenvolve nas práticas, nas normas e nas representações, sendo que o seu reconhecimento corresponde a um:

Produto do rito de instituição inaugural que marca o acesso à existência social, ele é o objeto real de todos os ritos de instituição ou de nomeação sucessivos através dos quais a identidade social é construída: esses atos (comumente públicos e solenes) de atribuição, operados sob o controle e com a garantia do Estado, também são designações rígidas, ou seja, válidas para todos os mundos possíveis, que desenvolvem uma verdadeira descrição oficial desta espécie de essência social, transcendente às flutuações históricas, que a ordem social institui por meio do nome próprio; (Bourdieu, 1998, p. 05)

Se para Bourdieu o ato de nomear, e por efeito dominar, se refere a uma ordem social e a um rito institucional instaurado em permanência, determinadas mobilizações em torno da adesão da mulher ao sobrenome do esposo ou a parte masculina da família, por sua vez, correspondem a um expressivo marcador identitário reproduzido historicamente, cujo pressuposto é a apresentação para a sociedade de um símbolo de propriedade e domínio que se estende na consolidação de matrimônios. Mais que isso, a associação nome-sobrenome, enquanto recurso de identificação inicial das personagens, bastante referendado nessas quatro biografias, atesta a imposição material e subjetiva sobre as mulheres da elite brasileira e chancela uma permanente invisibilidade de trajetórias das linhagens maternas que é oriunda de práticas culturais e institucionais.

Na biografia, **Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995)**, cujo subtítulo é “Lembranças de Maria José Barbosa Lima”, Callado visa justificar, já nas primeiras

páginas do livro, a necessidade da identificação e de se observar mais atentamente os atributos e os valores dessa personagem, no entanto, isso ocorre curiosamente a partir da exaltação dos poderes e das ações políticas desempenhadas por seu esposo. Na apresentação das razões para tê-la como protagonista, o enfoque da abordagem nesse momento se concentra em Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, aspecto que é ilustrado pela expressão “nunca era vista” (Callado, 1995, p. 08) e evidenciado, a princípio, pelo seu papel contínuo de acompanhante do esposo em eventos e mera coadjuvante dos acontecimentos, como aqui é descrito:

Deve haver muitas outras mulheres com histórias de vida merecedoras de relato. Mas a de Dona Maria José teve um outro apelo para nós, jornalistas, além da extraordinária ação contra a miséria que ela desenvolve até hoje, com coragem e dinamismo raros. É que ela é casada com Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, o Dr. Barbosa Lima do Jornal do Brasil, das lutas pela liberdade de imprensa na ABI, da candidatura quixotesca contra a ditadura militar, da Constituinte, da luta nacionalista, do impeachment, do Brasil. [...] E ele está na cena política brasileira desde que, em 1924, tornou-se redator-chefe do Jornal do Brasil e em 1926 foi eleito pela primeira vez presidente da Associação Brasileira de Imprensa. (p. 08)

Assim como no texto biográfico se é ressaltado o amplo e consistente status político e social do cônjuge, esse status é apontado como uma espécie de chancela para o desenvolvimentos das ações beneméritas que levaram D. Maria José a ser reconhecida pelo seu trabalho assistencial de combate à fome e à miséria em Recife (PE) e Teresópolis (RJ) nos anos 40, reiterando a visão de que as relações na esfera pública que ela estabeleceu foram subsidiadas pelo aparato recebido através desse casamento, mesmo sendo “nascida em 1906 em uma família paulista tradicional e de recursos” (p.09).

Em sua elaboração dos depoimentos para tratar da sua base familiar e assim explicar a sua origem, ela evoca a tríade avó-mãe-neta (p. 10-16) para descrever as características, valores e princípios que herdara desse matriarcado, onde apresenta o processo de composição familiar em que os sobrenomes maternos estranhamente não são elencados (Perrot, 2007, p. 21). Sua narrativa nessa etapa se concentra em informar sobre fatos inusitados, experiências particulares, meios de aquisição de imóveis, o cotidiano e os costumes peculiares dessas gerações da família.

Esse texto de Ana Arruda Callado delinea em alguns aspectos o quanto os resquícios do pensamento liberal ainda ressoam quanto ao acesso a direitos e oportunidades e a proteção da propriedade como garantia estabelecida prioritariamente para as figuras masculinas (Pateman, p. 60). Na indicação de suas experiências de juventude anteriores ao casamento, referentes as três primeiras décadas do século XX, Maria José discorre sobre os parâmetros das experiências nesse período, em que mais se evidencia a ambientação feminina no espaço privado e a liberdade reservada apenas para as práticas religiosas em contraponto as suas

dificuldades de acesso a espaços, atividades e ambientes, como clubes, associação esportiva, colégios e direção de automóveis¹⁴, em decorrência da segregação social conforme os gêneros e da sua estrita circulação na esfera pública, sempre articulada por contínuo monitoramento e controle de suas ações:

Morávamos em casa grande. Éramos oito, duas irmãs e seis irmãos. Tinha até professora francesa em casa. Como papai não me deixava ir ao clube, arranjei professora de ginástica, de jogos, em casa. Muitas moças, amigas minhas, vinham fazer ginástica e esportes lá em casa. Então eu resolvi fundar uma Associação Desportiva Feminina. Papai achou estranho. (Callado, 1995, p. 17)

Em abordagem sobre como e porque são representadas as relações familiares no casamento a partir de obras literárias em prosa escritas por mulheres, Eurídice Figueiredo ressalta como em discursos femininos ou masculinos é concebida uma produção discursiva que elabora um ideal de feminilidade, que sobrevive até hoje e como o lar e a família são os principais recursos para constituição da identidade feminina (2020, p. 199). Nesse contexto, Figueiredo ressalta a problemática inerente à fortaleza desse ideal de feminilidade e suas transmissões através dos mecanismos institucionais e disciplinares (educação formal, religião, família) que produzem os paradigmas e sistemas de formatação da vida das mulheres durante séculos. Figueiredo cita ainda Maria Rita Khel, que afirma ser a produção literária um meio para se “dar voz e sentido a fenômenos emergentes de seu tempo” e um canal para que se expresse a “crise vivida pelas mulheres, entre os seus anseios de se tornarem sujeitos de um discurso e seu lugar preestabelecido como objetos do discurso formado pelos ideais de feminilidade de seu tempo.” (Khel apud Figueiredo, 2020, p.201).

Na narrativa biográfica, percebemos a capitalização de ações de Maria José que corroboram para a composição de uma identidade intrépida e que se traduz em iniciativas arrojadas, as quais resultam em atividades e projetos como a fundação de uma Associação Desportiva Feminina, a criação de Obra social voltada para crianças, a posse e direção de um carro. No entanto, observamos que há a permanência da noção de que “Como num passado remoto, a representação santificada da mãe-esposa-dona de casa ordeira e higiênica [...] No casamento, prevalecia o caráter assimétrico: a mulher reduzida ao papel de mãe e esposa; o pai, dedicado ao trabalho, à posse da mulher e à fiscalização dos filhos.” (Del Priore, 2020, p. 136).

¹⁴ No Brasil, Maria José Pereira Barbosa Lima e Rosa Helena Schorling foram as pioneiras em conseguir habilitação para dirigir, em 1932. Fontes: <https://www.2e4rodas.com.br/site/autocenter/mulheres-historia-do-automobilismo/> acessado em 21 de julho de 2022. <https://oglobo.globo.com/projetos/jornal-extra-de-carona-com-elas-evolucao-mulheres-locomocao/> acessado em 21 de julho de 2022. A incorporação da imagem de emancipação feminina a partir da posse da direção de automóveis está evidenciada na capa do **Jornal das Moças**, publicação nº 878, de 14 de abril de 1932.

Desse modo, notamos que nessa primeira etapa de texto, além da ausência da voz materna e de pouquíssimas amostras de suas intervenções sobre Maria e a família, há a preponderância da figura paterna, que funciona como o componente gerenciador e mediador da filha em seus propósitos, tudo isso associado a restrição do trânsito das mulheres à casa, lugar estipulado para a permanência e salvaguarda das convenções sociais, visto que ali se identifica a consolidação e forte disseminação de um ideário de domesticação da feminilidade.

Na evocação de suas reminiscências e dos relatos orais, enquanto instrumento de recomposição da identidade e da história de D. Maria José, Callado registra as experiências dela, como o casamento, o progresso financeiro, a constituição familiar, as conquistas materiais e o desenvolvimento pessoal e profissional do esposo e dos filhos, as ações beneméritas e as relações sociais e políticas que realizou como atribuições designadas naturalmente pelo exercício do matrimônio e da maternidade e intrinsecamente vinculadas ao parâmetro da identidade feminina que transitava nos principais centros urbanos do Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Os contornos da esfera privada no livro **Maria Martins, uma biografia** (2004) são esboçados muito mais no entorno do desenvolvimento pessoal e profissional e da composição familiar de seu pai João Luiz Alves (1870-1925). A descrição sobre as primeiras fases da vida de Maria de Lourdes são praticamente omitidas, salvo em referências bem restritas ao seu nascimento, a escola especial onde estudou em uma parte da infância, a breves participações em eventos promovidos para seu pai ou organizados por ele. As cenas e situações iniciais levantadas acerca da vida familiar dessa personagem, junto ao pai, mãe e irmãs são reconfiguradas textualmente em prol da exaltação das conquistas e prestígio que a figura paterna vai paulatinamente adquirindo em território mineiro e carioca, nas áreas política, jurídica e de escritor.

Em referência às décadas iniciais, esse texto de Ana Arruda Callado busca basicamente a evocação de perfis históricos familiares e profissionais de figuras masculinas, visando elencar sobrenomes proeminentes e evocar memórias de suas composições genealógicas a fim de ratificar os territórios de poder por onde atuaram no Brasil dos fins do século XIX e XX. A presença feminina das mulheres da família Alves nessa narrativa aparece inicialmente em condição ínfima e estrategicamente monitorada, num conservadorismo que as relegava aos parâmetros de convenção deliberadamente normativos, tais como: educação escolar rígida em internato (“O Sion é o colégio que prepara as meninas das famílias abastadas e ilustres do Brasil para viverem em sociedade e é aquela educação e o ensino de alto nível que o casal deseja para

suas ‘princesinhas’.” p. 24); busca pelo refinamento dos modos e costumes (“desde menina, habituada a conviver com poderosos”, p. 3; “nascera na mais alta elite brasileira, tanto política quanto cultural” p. 10); relações sociais seletivas (“não lhe falta linhagem para se casar” p. 30); e vivências em ambientes e eventos requintados (“representam o que há de mais destacado na sociedade brasileira, principalmente na elite política” p. 27).

Evidencia-se nesta biografia, nas primeiras páginas referentes à contextualização e à caracterização das principais personagens, uma problemática ausência feminina e adicione-se aí também a ocultação dos seus sobrenomes de referência, com enfoque apenas na mãe, em Maria e nas suas duas irmãs. Sobre estas, os relatos ocasionais associam os seus acessos a boas condições financeiras, status social e cultural como por herança e vinculação ao prestígio de seus avós, pais, esposos, etc, “porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (Perrot, 2007, p. 17). Como consequência disso, se a ideia a princípio é alçar Maria Martins à condição de protagonista, nesse texto essa condição só será efetivada a partir dos relatos sobre os anos 1930 e décadas subsequentes, quando são expostas referências pessoais e profissionais mais específicas sobre ela. Entretanto, o que se observa é que a biografia está assentada também na necessidade de explorar muitas informações sobre as origens familiares, a formação acadêmica e o desenvolvimento da carreira de Octavio Tarquínio de Souza e Carlos Martins Pereira e Souza, primeiro e segundo cônjuges da protagonista, ou até mesmo dos esposos de suas duas irmãs. E Callado já enuncia essa atenção mais deslocada para as figuras masculinas, ao explicar que:

[...] o prazer do trabalho cresceu quando me familiarizei um pouco com seu pai, grande figura de político, jurista e intelectual, para mim então apenas um nome de avenida no bairro carioca da Urca, o mineiro João Luiz Alves. E a trajetória do segundo e definitivo marido, o competente embaixador Carlos Martins, companheiro firme, do momento do início do romance até a morte, despertou em mim o desejo de uma biografia em separado. (2004, orelha do livro)

Num texto calcado em representação da “alta sociedade” do Centro-Sul do Brasil, contextos onde os representantes masculinos da família de Maria (pai, cônjuges, cunhados) constituíram fortes relações políticas, econômicas, intelectuais, jurídicas e diplomáticas, são elencados diversos referenciais de poder e sucesso, colocados em evidência no texto pelos nomes, sobrenomes, cargos importantes e pelo fácil trânsito por diversos espaços institucionais e acesso a vários cargos políticos. Ciente do quanto “os nomes próprios cavam reservas de significações escondidas e familiares” (Certeau, 1999, p. 184), Callado também busca

evidenciar o quanto as conexões que favoreciam os seus acessos ao domínio em diversos setores são decorrentes das redes de base familiar e dos laços de parentesco, que vão se consolidando até se perpetuarem na história oficial do país.

Na etapa inicial da biografia de Maria Martins, focada da sua infância até os primeiros anos da juventude, do primeiro casamento com Octavio Tarquínio de Souza e nos exemplos de outras poucas mulheres citadas, nos deparamos com uma textualidade que expressa a feminilidade moldada ainda por estereótipos, com ênfase na sacralização e mitificação do lar, do esposo e do matrimônio e vemos a personagem refém do domínio de uma imagética e de uma qualificação opressora, como no seguinte exemplo: “A situação do país e a posição de seu pai não permitem, porém que ela tome decisões pessoais. E isso é insuportável para quem já decidiu tomar as rédeas da sua vida.” (p. 40). Neste livro, pautado em ideias que foram disseminadas pelas elites intelectuais e propagadas para a população, vemos a reiteração de um padrão que vigorou por décadas e que estava expresso no Código Civil de 1916, no qual se espelhava uma sociedade patriarcal em que se excluía qualquer possibilidade de protagonismo social das mulheres.

Num capítulo (dezembro de 2002), em que busca narrar a sua ida a Campanha da Princesa em Minas Gerais, terra natal de Maria, algumas décadas depois de sua morte, para saber “o que esta rebelde cidade histórica mineira [...] guarda de sua ilustre filha Maria de Lourdes Alves Martins.” (p. 183), Ana Arruda Callado registra que “depois de três dias de conversas, inquirições e entrevistas, que Campanha não guarda uma única obra da escultora que ali nasceu.” (p. 183) e a desconhece quase que totalmente. Tratando como problemática e questionável a ausência de informações e outras menções a essa personagem, ela analisa que o espaço para reverências, registros, homenagens e monumentos está exclusivamente reservado para um seleto grupo de figuras masculinas, cuja ostentação dos sobrenomes se faz necessária para ajudar a corporificar uma identidade cidadina ilustre e celebrável. A biógrafa registra esse quase total desconhecimento sobre Maria Martins ao mesmo tempo em que identifica a exaltação de outros personagens, como: “Vital Brasil, conhecido mundialmente pelo soro contra o veneno de cobras que conseguiu produzir, é nome de rodovia de acesso à cidade, tem estátua na praça principal e a Casa de Vital Brasil [...], ou outros “ilustres e celebrados campanhenses”, como Valadão, cujo nome ilustra o fórum da cidade, os Bressane, os Stockler, os Lobo Leite e os Veiga (p. 184). A respeito dos processos cerimoniais relacionados a morte da artista, na biografia há o destaque para uma crítica as desigualdades e injustiças nas representações das relações de gênero, reforçada pela análise sobre a redução da imagem de

Maria à condição de “esposa de embaixador” e o cumprimento convencional de se ignorar os nomes das filhas e das irmãs e fazer sobressair os nomes dos respectivos maridos nos anúncios funerários:

Os anúncios colocados pela família, tanto o do falecimento como o da missa de sétimo dia (rezada na igreja Nossa Senhora do Carmo, no centro do Rio) têm como título “Embaixatriz Maria Martins”. No Brasil da gente elegante, preza-se mais o fato de uma mulher ter tido como marido um embaixador do que a profissão a que ela se dedicara com tanta energia e sucesso por décadas, é o comentário dos amigos artistas. Condizente ainda com a pouca importância que se costuma dar às mulheres, o nome das três filhas e das duas irmãs não consta do anúncio formalíssimo da missa, pois Lúcia está encoberta por “Dixon Donnelley, senhora, filhos e netos”, Nora por “Carlos Lecke Lobo, senhora e filhos” e Anna Maria, por Robin Jones, senhora e filhos” e, mesmo tratamento protocolar e frio, a irmã Maria Evangelina está subentendida em “Henrique Brito e Cunha, senhora, filhos e netos” e Maria Victória em “Ranulpho Bocayuva Cunha, senhora, filhos e netos”. (p. 94)

Ao descrever os principais fatos que promoverão as transformações do Brasil no início do século XX, a biógrafa nos conta de que modo, através da lente da família, as relações de domesticidade são representadas em sociedade, cujo papel para as mulheres, valorizado e apregoadado, era o de as manter na interioridade dos lares e as fixar no desempenho da maternidade: “As três filhas casadas, uma neta, o secretário de Finanças de Minas está em um grande momento de sua vida. [...] João Luiz tinha também antepassados ilustres, como os genros que de certa maneira escolhera. “(p. 31). Nesse entorno, ela também evidencia o investimento em endogamia, cujo parâmetro é produzir e registrar a história do país através de famílias dominantes e sua constituição de parentelas, que têm no patriarca o símbolo da integração e principal mediador do progresso nacional, conforme garantia do ordenamento e estruturação desse núcleo.

Em sua abordagem sobre a infância e juventude de Maria Martins, etapa na qual a esfera privada é bastante referendada, Callado apresenta o desenvolvimento da educação para o público feminino nesse período, no qual se considerava os parâmetros sobre os espaços e os limites neles destinados às mulheres atuando em prol da manutenção de um padrão de comportamento consolidado historicamente: “Agora ela se sentia de fato como uma princesa, título que sua cidade natal havia incorporado ao nome e que, na família, era usado no diminutivo para ela e suas duas irmãs, indicando a maneira como as três haviam sido criadas.” (p. 10) Esse padrão comportamental que regulamentava a vida dessas personagens, vinha prioritariamente embasado em uma série de encargos sobre a imagem feminina, amparadas em divisas da domesticidade, mas que, segundo o que é narrado sobre as décadas de 1940 e 1950, sofrerá

significativas transformações decorrentes do desenvolvimento intelectual e artístico, da inserção profissional e da expansão das relações sociais de Maria Marins no Brasil e no exterior.

Alguns temas, com seus respectivos contextos de representação e seus aspectos mais peculiares são recorrentes no que se refere à apresentação das experiências associadas a esfera privada nas biografias de Ana Arruda Callado. Na parte inicial do livro **Lygia, a recordista: um esboço biográfico** (2009), eles virão à tona especificamente a partir de relatos orais dos três irmãos de Lygia Maria Lessa Bastos, Luiz, Lucy e Léa, que se reúnem em uma residência no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, para apresentar à biógrafa, em caráter memorialístico, cenas e situações corriqueiras que trazem como enfoques temáticos a infância e a juventude, as casas onde moraram, a constituição familiar, o desenvolvimento profissional, o forte vínculo com os esportes, as relações e os afetos com os demais parentes e a indicação de aspectos históricos e sociais que comportam um conjunto de vivências nessas fases de suas vidas.

Aqui ainda se percebe o deslocamento do discurso de apresentação da personagem biografada para se concentrar na exaltação das figuras masculinas em detrimento de uma exposição valorativa das mulheres. Observando os parâmetros recorrentes nas biografias aqui destacadas, visualizamos a predominância de um conjunto descritivo em que essa exaltação é explicitada pela oferta de informações mais consistentes sobre homens, enfatizando o seu privilegiado acesso à cena pública, suas intervenções nas diversas instâncias de poder e a sua presença maciça nas narrativas em voga, sobretudo a histórica, aspectos confirmados por Michelle Perrot, ao analisar a problemática ausência das mulheres nos contextos de produção de memória e a esfera pública:

[...] o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares: a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafés, locais privilegiados de sociabilidade masculina; (1989, p. 10)

Na biografia sobre Lygia Bastos, a escritora traz indícios do quanto e como a mulher é muitas vezes anônima e emudecida pelas convenções e pela estruturação sexuada da cidade. Isso se constata ora pela reiterada ausência da apresentação de seu nome completo, ora pela ausência de uma abordagem mais aprofundada sobre ela algum capítulo, como por outras formas de sonegação de informações a seu respeito. Neste sentido, no texto, o destaque dado aos membros masculinos, como o irmão, o pai, os tios, os cunhados e o avô de Lygia se sustenta na perspectiva da preservação de um status amparado em recursos sociais, econômicos e simbólicos, como a origem social, a rede de parentesco, o poder material, o valor militar e no

projeto de manutenção de uma posição e garantia de sucessão aos descendentes como meio extensivo de preservação de conquistas por famílias tradicionais no Brasil do início do século XX.

Tanto é que sobre a genitora da biografada, evocada textualmente como “mãe” ou “mamãe” muito pouco se é mencionado, sendo-lhe reservados apenas alguns breves comentários dos quatro filhos que comportam em torno de cinco parágrafos (p. 19-21), cuja menção a ela sempre é ambientada no contexto doméstico e estritamente associada ao exercício dedicado e sofrido da maternidade e do casamento. Quanto as irmãs Léa Sussekind e Lucy Maria Ferreira Constantino, as informações se concentram em comentários sobre a infância e adolescência (p. 17-19) ou sobre prática profissional (p. 15), mas a ênfase é sobre seus casamentos, em que são indicados os seus cônjuges, o histórico da origem familiar deles, a formação acadêmica e onde atuaram profissionalmente (p. 14; p. 18-19). Já sobre o irmão, Luiz Gastão Lessa Bastos são destacadas sua exitosa experiência na carreira de Aviação do Exército e sua formação no Colégio Militar, ressaltando-se, claro, a sua inspiração na própria família: “É uma família de militares, na qual a figura permanentemente citada é a do avô general, com quem moraram durante a infância. Mas os dois tios da aviação, José e Átila, irmãos da mãe, são as referências de Luiz.” (p. 13)

Nos relatos sobre a vida social da família se sobrepõe a presença e a influência paterna nos vínculos com os esportes: “O esporte fazia parte da família. Os quatro filhos iam com o pai [...] ao Posto 6 para nadar. Mais tarde o pai alugou um quarto em Copacabana para que fossem à praia com mais conforto.” (p. 17); com o Carnaval e as artes: “Papai fazia bloco de rua. [...] papai levava a gente para tudo, até teatro rebolado. [...] O pai e o tio Diogo, dentista, eram carnavalescos. Fizeram o Bloco da Pá Virada de Botafogo, com estandarte e tudo. Saíam pela rua dando trote.” (p. 18) e com a política: “Durante sua vida parlamentar, o pai sempre foi seu principal assessor e ainda hoje ela faz referências constantes a ele. ‘A disciplina e o respeito aprendi com os militares. E gosto até hoje disso’, afirma.” (p. 22) e “Tudo que eu fazia, nos meus quase quarenta anos de mandatos parlamentares, era combinado com meu pai;” (p. 25)

Na biografia, a proeminência de um discurso centrado no patriarcado é evidenciada também na presença do capítulo denominado “O avô general, o pai professor”, dedicado a João Gomes Ribeiro Filho e José Lessa Bastos. Este capítulo traz como conteúdo a apresentação de uma síntese do histórico profissional desses dois homens, da intensa experiência militar deles e da ampla influência que exerceram sobre a filha e neta. Sobre o pai, o texto traz um levantamento de informações com início em 1903, extraídas da “Caderneta do Oficial” (p. 22)

que trata dos seus vínculos e movimentações com o militarismo, dos desafios e limitações que apresentou nessa área, da sua migração para a docência em História e Geografia em Colégios Militares do Ceará e do Rio de Janeiro e da sua relação com as artes, com a indicação de que escreveu peças teatrais e poesias. Quanto ao general João Gomes, informa que foi nomeado Ministro da Guerra em 1935, atuou como “pertinaz combatente do tenentismo e do comunismo” (p. 27) e formou-se em Engenharia, Matemática e Ciências Físicas. O texto confirma o forte vínculo do avô com a rigidez e os princípios do militarismo, sua rejeição aos vínculos políticos nesse meio que culminou com o seu combate a Revolta da Armada e a Coluna Prestes e com a sua oposição à Revolução de 1930, sendo que, ainda no cargo de Ministro da Guerra, se recusou a assinar o decreto do Estado Novo, o que ressalta a participação direta do seu avô em acontecimentos marcantes da História do Brasil do início do século XX.

O gradual acesso de Lygia à esfera pública é relatado a partir do contato dela com quatro atividades mais específicas: o domínio de direção automotiva, a prática de esportes, a atuação na docência e a intensa vida política. O acesso à automóveis e à prática de direção começam bem cedo, o que, segundo o texto, expressa o seu comportamento arrojado e a sua personalidade emancipada: “Aos 16 anos, Lygia já dirigia. ‘Requeri a carteira, mas o Estrella (Edgar Estrella, lendário diretor do departamento de Trânsito do Rio) me examinou e me reprovou. Eu seria a quinta mulher a ter carteira no Rio. Depois consegui tirar carteira e fui motorista de papai.’” (p.16). De acordo com esse trecho, nas primeiras décadas do século XX, uma ínfima parcela da população feminina tinha acesso a direção e a posse de carros era algo praticamente impossível, devido as limitações do seu ingresso ao trabalho e ao direito de adquirir propriedades. Ainda havia a sua submissão à censura da família e da sociedade, pois andar no trânsito estava diretamente relacionado à ideia de circular publicamente em espaço urbano sem restrições, ganhar visibilidade e “superexposição”, direito interditado para as mulheres, ou era conferida a elas uma incapacidade para dirigir, o que gerava uma presunção de risco iminente, ocasionado por uma ideia de incompetência técnica para tal prática. Como há todo um sistema de crenças de caráter depreciativo sobre o comportamento feminino no sistema de trânsito, ao buscar o direito a dirigir, Lygia estaria, segundo os paradigmas das relações sociais em voga, infringindo as normas vinculadas aos perfis das mulheres, perante as demandas sociais.

Para estas, recaíam posições de estranhamento e censura sobre a posse e direção de veículos, principalmente se associadas a sua condição civil, de acordo com a versão de sua irmã Léa, no seguinte trecho: “Lyginha sempre quis ser livre. [...] Aos 18 anos ficou noiva do Luiz, nosso primo; Luiz Gomes Ribeiro, aviador; quando ele foi para o Paraná, deixou o carro com

ela. Acho que foi aquela liberdade que ela experimentou que a fez acabar o noivado. Lygia não ia nunca se submeter a um marido; ela não quer ser obrigada a nada.” (p. 15). Nesse discurso da irmã de Lygia são reiteradas imagens em oposição sobre a identidade feminina, onde dirigir um carro é sinônimo de liberdade e poder, condições por direito masculinas. Isto em contraponto à assumpção do casamento, aqui relacionado a uma imagem de obrigatoriedades e restrições, o que ajuda a desvelar estereótipos sexistas e discriminatórios sobre essa categoria como uma das mais impactantes heranças culturais transmitidas pela sociedade.

O estímulo dado às mulheres para a prática de esportes é outro tema bastante referendado na biografia e apresentado mais especificamente no capítulo “Campeã de vôlei, basquete e tênis de mesa” (p. 31) que descreve o intenso vínculo de Lygia Lessa com uma diversidade de esportes, a conquista da graduação, a docência em Educação Física entre as décadas de 1930 e 1940 e a participação em competições, cuja ênfase já era dada por jornais e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo:

[...] Lygia já havia se destacado como atleta no Tijuca tênis Clube, onde foi campeã de vôlei e organizou o primeiro time de basquete feminino do Rio de Janeiro. O pai, como sempre, acompanhava tudo. ‘Papai me levava para a aula de datilografia e depois para os jogos. Ele foi diretor de esportes- não futebol, esportes amadores- do Vasco e eu fui com ele para jogar vôlei lá e cuidar da parte feminina dos esportes. Levei para lá alunas minhas. (p. 33)

Observamos nessa seção da biografia que o fundamento para a liberdade da prática esportiva das jovens da elite brasileira se ancorava na representação de uma feminilidade que atendesse a necessidade de aperfeiçoamento das suas capacidades físicas e morais e que desse modo correspondesse a um projeto de preparação do corpo feminino para a maternidade e para a regeneração e fortalecimento das bases da nação, pois “O esporte esteve, para Lygia, sempre ligado a uma ideia de patriotismo, único aspecto da ditadura Vargas que ela aprecia” (p. 43). No trecho a seguir, publicado na revista semanal *Sport Ilustrado*, de 09 de novembro de 1939 e reproduzido nesse capítulo, com o uso de uma linguagem de exaltação, são registradas imagens de mulheres que corporificam a metonímia de uma nação saudável, bela e forte, o que pressupõe a pretensa garantia de uma superioridade embasada em classe social, raça e hereditariedade:

Já é do domínio público esportivo a fidalguia da comunhão tijuicana e especialmente o carinho com que são tratados os elementos da elite que nos vários setores esportivos defendem as suas cores. Possuindo um admirável departamento feminino, brilham nele as mais graciosas e impressionantes figurinhas da nossa melhor sociedade. No *volley-ball*, no *basket*, no *tennis* e na natação, exercem essas gentis *sportswomen* uma irresistível atracção. (p. 37)

O aprimoramento do corpo feminino através de atividades físicas e esportivas era estimulado na classe social da qual Lygia e sua família faziam parte, por serem consideradas principais vias de propagação de ideologias nacionalistas embasadas em eugenia, com o propósito de manter-se a estruturação conservadora da sociedade brasileira (Del Priore, 2006, p. 244). Se era um fato que elas e as demais mulheres de sua geração foram estimuladas a ter mais acesso aos bens culturais e à escolarização, a consolidação desse projeto de esporte e patriotismo nos planos social e educacional viria reforçar tais objetivos:

Mas, pelo esporte ela se apaixonou. No Instituto de Educação, escola de excelência para a formação de professoras do primário, onde Lygia entrou em 1932, os esportes eram muito incentivados. Tanto que o curso teórico de Educação Física, depois do Normal, semente da atual Escola Nacional de Educação Física, era ministrado no instituto, sendo a parte prática no América Futebol Clube. (p. 31)

Desse modo, incorporando paradigmas do patriarcalismo militar, o investimento numa estrita relação entre educação, esporte e progresso é bastante referendado pelos discursos oficiais das autoridades civis e militares e nesse propósito Lygia passa a ser exaltada por atender a essas expectativas através da “[...] maneira eficiente por que cooperou para o brilhante êxito das comemorações da semana da Pátria, revelando assim, exata compreensão e decidido devotamento à causa da Educação nacionalista dos jovens brasileiros.” (p. 43) ou do “patriotismo, disciplina e interesse com que concorreu para o brilho das comemorações da Semana da Pátria.” (p. 44).

Como se observa na biografia, em consonância com a construção de princípios de estruturação social voltados para a elite no esporte, se destacam também os investimentos na formação das jovens que se concentrava na preparação delas para a prática docente. Essa era uma das principais áreas de formação permitida às mulheres no período e corroborava com o projeto de progresso em voga no país, que incorporava um discurso de consagração e permanência dos valores do lar como espelhamento da educação para as crianças e para os adolescentes. Visando a construção de um ideário que envolvia o desenvolvimento e conformação do corpo e da mente das mulheres, a associação com a feminização do trabalho docente também deu suporte para a reprodutibilidade dos papéis e temas domésticos em contextos profissionais, com ênfase no educacional, cujo teor era estendido para a consolidação da saúde física e moral da sociedade.

Em **Berta Ribeiro, Aos índios com amor: Uma biografia (2016)**, a apresentação dos primeiros anos de vida de Berta Gleizer Ribeiro adquire tons dramáticos decorrentes do sofrimento familiar que a atingiu na infância com a fuga da fome, da miséria e da perseguição

anticomunista e antissemita. De origem romena, nascida em 2 de outubro de 1924, Berta ficou órfã e foi trazida para o Brasil em 1932, juntamente com a irmã mais velha Jenny, pois o pai, sindicalista, judeu e comunista, fugindo das perseguições, tinha vindo ao Brasil em 1929 buscar emprego e a mãe cometera suicídio, “não conseguindo resistir aos constrangimentos e privações pelos quais passa para sustentar a ela e as filhas pequenas” (p.9). Aqui, Berta foi mantida sob a guarda do Partido Comunista Brasileiro, sendo abrigada por algumas famílias de militantes, ganhando amparo e oportunidade de estudos, até começar a trabalhar aos dezesseis anos como datilógrafa e conseguir alugar um quarto em uma pensão:

O fato é que, aos 11 anos, a menina Berta fica só, de início no Rio de Janeiro, morando ora com uma, ora com outra família de judeus comunistas, de certa forma tutelada pelo PCB. Depois é levada para São Paulo, onde fica com a família Fridman e pode então estudar, sem ser às escondidas como no Rio. (Callado, 2016, p. 23)

A narrativa sobre essa fase de sua vida, em capítulo intitulado “Infância sombria” (p. 9) vai se ocupar superficialmente dos contornos trágicos de suas experiências e focar a recuperação das informações acerca da prisão e expulsão do país de sua irmã Genny/Jenny, que se tornou operária de fábrica, decorrentes da acusação de que organizou o Congresso Comunista Juvenil, em São Paulo. A ampla repercussão, descrição e questionamentos sobre esse fato, oriundos de uma intensa mobilização pública e da imprensa, são evocados na biografia a partir de um variado acervo documental e de muitas citações, em contraponto a apresentação sobre Berta nessa seção, onde são registradas algumas informações bastante abreviadas e sem base documental sobre os seus anos da infância e da adolescência no Brasil, o que nos ajuda a compreender o título apresentado.

No capítulo seguinte “Berta ganha profissão e família” (p. 25), enviesado por uma lacuna temporal que indica as novas experiências da biografada aos 22 anos (a última referência era dos 16 anos, na página 23), é contemplado o primeiro encontro entre Darcy Ribeiro e Berta Gleizer em 1946, num Comício do Partido Comunista em São Paulo e a assumpção de um relacionamento entre ambos, culminando com um casamento em 1948. Esse trecho da biografia se ocupa da descrição dos primeiros anos de matrimônio, das atividades mobilizadas em torno do Partido Comunista e dos primeiros passos da protagonista no contexto dos estudos antropológicos: “Os dois eram parceiros na política e na antropologia, pois Berta acompanhava o marido nas expedições e organizava e datilografava o material coletado e analisado.” (p. 27). O vínculo familiar como um sustentáculo das relações nos âmbitos privado e público são parâmetros ainda bastante referendados no Brasil do século XX. Assim é que no texto, invocando a necessidade de Berta “ganhar uma família” a partir do elo com a mãe, com o irmão

e com a cunhada de Darcy e principalmente com o afetuoso apadrinhamento dos sobrinhos (o casal não teve filhos), ela teria o respaldo e o subsídio para o estabelecimento de fortes vínculos sociais, políticos e profissionais que viriam ancorados no desenvolvimento profissional, acadêmico e político de Darcy no Brasil e no exterior, como se é afirmado em: “Além de adquirir a profissão a que se dedicou até o fim da vida, Berta, ao casar-se com Darcy, é adotada pelos Ribeiros. [...] ‘Darcy me deu uma profissão e uma família, e reconhecimento é uma coisa importante para mim,’ dizia.” (p. 35)

Para Berta, que não tinha mais familiares no Brasil, a imagem de aquisição de uma família como um benefício necessário, promovida pela relação conjugal com Darcy, se torna imprescindível e é reiterada num discurso apresentado por ela, pelos “Ribeiros” e ratificado por amigos do casal. Assim, propagam a ideia de que incorporar-se a essa instituição representada nominalmente por esse sobrenome concederia a Berta o acolhimento afetivo, a possibilidade de novas vias de socialização, a segurança e a proteção mediante o problemático cenário político do Brasil, a aquisição de uma profissão e o desenvolvimento do seu status sócio econômico e intelectual. Segundo a narrativa, tais condições seriam fruto de uma concessão amparada na masculinidade, pois o desenvolvimento de Darcy em várias áreas e setores no Brasil e no mundo traria benefícios por extensão a sua esposa, visto que: “Os dois eram parceiros na política e na antropologia, pois Berta acompanhava o marido nas expedições e organizava e datilografava o material coletado e analisado.” (p. 27).

Outrossim, sendo colocada na condição de acompanhante e abnegada, visto que precisava seguir o esposo nas suas constantes mudanças, ocasionadas por oportunidades profissionais e crises políticas, ela também assumiu o papel de sua secretária particular bastante organizada e esmerada, dando suporte técnico e textual para suas pesquisas, organizando e sistematizando seus trabalhos e suas publicações:

Berta datilografou todos os manuscritos de Darcy de 1948 a 1974 (quando se separaram), além de fazer fichas, pesquisar bibliografia e traduzir para o português os livros em inglês, francês e espanhol para ele. Ela considerava esse trabalho como um importante complemento de sua formação antropológica. (p. 31)

Para Ana Arruda Callado, esse perfil colaborativo dela permaneceu ativo, mesmo depois de uma separação turbulenta e dos impactos emocionais que sofreu decorrentes da constante infidelidade do esposo. Afirmando que houve “uma troca que só enriqueceu o trabalho dessas duas mentes brilhantes” (Orelha do livro), AAC não teceu nenhuma observação, análise ou crítica ao perfil comportamental de Darcy Ribeiro sobre as condições da sua relação com Berta

delineado no texto, apenas se dedicou a ratificar a imagem de gratidão, desprendimento e dedicação desta, pois “Mesmo depois de separados, ela continuou a organizar muitos trabalhos dele, a fichar seus livros, enfim, a fazer o que fazia enquanto estavam casados: pôr ordem naquele turbilhão de ideias de Darcy, sistematizar o que aquele vulcão de imaginação ia criando.” (Orelha do livro) O que sobressai tanto no discurso da biógrafa quanto nos testemunhos de amigos do casal, registrados nesse texto, é a concepção de que a carreira do antropólogo foi consolidada em decorrência do trabalho complexo, sistemático e devotado de sua esposa, do qual ela se orgulhava e fazia questão de divulgar.

Apesar do cenário de turbulências de caráter pessoal e profissional, a partir de 1950, Berta buscou estabelecer novas redes de sociabilidade, pois: “agora fazia parte de um grupo seleto de intelectuais e conquistava grandes amizades” (p. 31.). Buscou também garantir formação acadêmica e começou a produzir muitos trabalhos, tornou-se docente, potencial produtora de trabalhos de pesquisa, de eventos e de publicações e assim foi compondo um repertório próprio e vislumbrou nele o embasamento para seus próprios interesses e perspectivas de desenvolvimento pessoal e intelectual: “É durante essas primeiras expedições acompanhando Darcy que ela resolve estudar para compreendê-los melhor. Mais tarde, os índios se tornariam sua paixão e protegê-los, sua missão. [...] Berta veio se tornar a maior especialista em cultura material dos indígenas do Brasil.” (p.28).

Os discursos que visam constatar a imagem de apagamento e de contínua prestatividade da protagonista para com seu cônjuge têm presença bastante encorpada no texto de Ana Callado e acabam representando o quanto isso era notório, mas não devidamente questionado: “Ela não era de aparecer. Quem aparecia era Darcy; Berta estava sempre por trás da cena.” (p. 48) Assim é que, em caráter explícito ou subliminar, amigos, parentes, colegas de profissão se ocupam da evocação de uma representação dessa mulher bastante compromissada com o trabalho e, sobretudo, com o desenvolvimento e o bem estar do cônjuge: “Quando estava com Darcy, ela estava encoberta, mas ela também cedia o lugar. [...] Darcy gostava e ela assim desejava.” (p. 49) Ocasionalmente distorções referentes ao desconhecimento e a ocultação do valor dos trabalhos de Berta, essa confluência de discursos reforçava a propagação figurativa da hegemonia masculina em várias instâncias, procedimento que era bastante comum no Brasil quando se tratava da associação de informações entre homens renomados em diversas áreas e a apresentação de suas respectivas esposas.

Ao trabalhar com o entrecruzamento de duas bases teóricas como os estudos de gênero e a história da Antropologia (2003), Mariza Corrêa constrói questionamentos significativos a

respeito da ocultação de informações sobre as trajetórias e carreiras de mulheres nesta área. Trazendo como principal argumento o quanto suas contribuições como produtoras de conhecimento foram ignoradas ou desvalorizadas, inclusive com abordagens estereotipadas ou de desqualificação, ela ressalta a grande divergência nos valores atribuídos aos trabalhos produzidos por seus esposos, assim como a vinculação de seus nomes e sobrenomes adotados após o casamento como a condição estabelecida para se tornarem meras espectadoras do discurso e da produção científica desses homens, ou via de acesso para um mínimo reconhecimento social:

[...] ao refletirmos sobre a notoriedade retrospectiva de Lévi-Strauss e ao “esquecimento” de Dina, começamos a nos perguntar o que tinha sido feito das pesquisadoras nessa história – personagens ainda mais secundárias do que os exemplos mencionados na extensa correspondência de Pierson. Salvo poucas exceções, elas aparecem, naquele momento, como *esposas* – a esposa de Donald Pierson, a esposa de Charles Wagley, a esposa de David Maybury-Lewis, a esposa de Darcy Ribeiro, a esposa de Eduardo Galvão, a esposa de Robert Murphy, a esposa de Charles Watson... a lista certamente poderia continuar. Todas elas adotaram o nome do marido ao casar, a ponto de ser muito difícil redescobri-las com seu próprio nome, mesmo quando descasadas, como no caso de Dina. Todas estiveram no campo e parecem ter sido auxiliares de pesquisa inestimáveis, segundo os relatos de seus próprios maridos. Só em poucos casos, no entanto, deixaram esse papel de auxiliares – caso de Yolanda Murphy, por exemplo [...] (Corrêa, 2003, p.21-22).

Note-se que nessa abordagem Mariza Corrêa discute a problemática em torno da depreciação ou estigmatização do trabalho feminino, construída e veiculada a partir de uma apropriação discursiva que lhes subtrai o valor, o poder e o reconhecimento devidos. Parte desse processo circunscreve a subtração de parte de seu nome para carregar o do esposo, que funciona como mecanismo de aceitação social e se incorpora a uma sobrecarga de valores simbólicos e materiais aos quais só terá acesso através da assumpção desse compromisso. Isso implica também no cerceamento do direito de gerenciar a sua vida com liberdade e autonomia, como também requisita múltiplas práticas de resistência para o livre exercício da sua subjetividade e questionamento das convenções sociais.

Outro aspecto também explorado na biografia é a supervalorização póstuma da imagem e do nome de Darcy. O antropólogo e político teve seu nome e seu legado artístico, cultural e político amplamente divulgado, principalmente em publicações oficiais e consolidadas nos âmbitos nacional e internacional. Como é bastante notável, a figura feminina está expressivamente ausente em topônimos e nomeações de monumentos de forte representação cultural, identitária e de valor histórico nas cidades brasileiras e esse tema também será explorado a partir de relatos de AAC sobre viagem que fez a cidade natal de Darcy Ribeiro e ainda reduto de parte da sua família, a qual também lhe fornece mais informações sobre a

convivência com Berta e suas particularidades. No seu discurso, a biógrafa procura descrever os diversos locais por onde as referências da família estão inscritas e ressaltar a extrema valorização da história da família através dessas cartografias:

Fui passear um pouco na cidade de Montes Claros com Jacy. E constatar a tremenda importância dos Ribeiros por lá. Além de Darcy, cuja presença relevante na história do Brasil é óbvia, a cidade celebra muito o irmão Mário, médico dermatologista, que foi prefeito de 1989 a 1992. [...] Passamos pela Avenida Mestra Fininha (mãe de Darcy e Mário); visitamos depois a Universidade Estadual, que fica na Avenida Mário Ribeiro e o campus é Darcy Ribeiro. O auditório e o Diretório Acadêmico têm o nome de Mário. [...] Há também na cidade a Praça dos Esportes Darcy Ribeiro e a Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro e o Shopping Popular Mário Ribeiro. (Callado, 2016, p. 37)

A cartografia dos espaços de grande importância para a cidade está permeada pelo registro dos nomes e sobrenomes dessa família, com ênfase nos irmãos Mário e Darcy e o investimento nessa toponímia se fixa na busca de, através de elementos arquitetônicos e suas figurações, um enquadramento valorativo cultural e patrimonial na cidade e para o seu reconhecimento histórico perante o país, por ser lugar de nascimento desses “nobres membros”. Na cidade de Montes Claros (MG) enquanto reduto dos Ribeiros, cujo cenário é descrito pela biógrafa nesse trecho, se ressalta o quanto a significação dessa nomeações atende ao propósito de instauração e permanência de poder político, simbólico e sócio econômico e de perpetuar essa base identitária na memória e na história oficial do país, derivada da masculinização de monumentos. Analisamos que, em contraponto ao que simbolicamente expressa essa extensa homenagem prestada pela cidade aos Ribeiros, e que sobre Darcy se expandiu por outros espaços pelo país, há uma problemática ausência de registros sobre Berta Gleizer nos diversos contextos do Brasil em que ela atuou de modo muito significativo, o que reforça a desigualdade no uso de topônimos femininos e o estabelecimento da potência dos paradigmas masculinos na esfera pública.

Nessa seção, busquei apresentar olhares teóricos e críticos acerca dos conceitos privado e público, em sua ancoragem liberal e patriarcal, os registros da reestruturação dessa tradição teórica pelos estudos feministas e a importância dessas análises para a compreensão dos fundamentos teórico-científicos da sociedade Ocidental e da permanência dos seus potenciais efeitos nas relações sociais em diversas instâncias. Numa análise que relaciona teoria política e abordagens de pesquisadoras feministas, destaco como essa dicotomia se consolidou como balizadora de outras dualidades que estruturaram os parâmetros de estigmatizações, opressões e hierarquização entre os indivíduos sob vários aspectos como étnicos, de gênero, etários, etc.

Pautada em crítica feminista, também examinei como as interpretações sobre a esfera privada estão configuradas nas quatro biografias de Ana Arruda Callado em análise nessa tese, identificando as estratégias e os recursos que a autora utiliza para expor valores, práticas e parâmetros que predominavam sobre as relações entre homens e mulheres no Brasil do início do século passado. Ao observar a mobilização de temas do cotidiano nesses livros, a exemplo de ambiente doméstico e família, centrados inicialmente em aspectos da privacidade feminina, como politicamente são discutidos os locais e ações comumente condicionados as mulheres, foi possível identificar os diferentes níveis e formas de participação das personagens em múltiplos âmbitos da sociedade e a extensão do biográfico como instrumento de afirmação dos seus valores e das suas identidades.

2.3- Da esfera pública: o biográfico que incorpora arquivos e memórias de mulheres

A concretização do aumento da presença feminina na esfera pública, a partir do início do século XX, é favorecida pelo contexto de modernização socioeconômica brasileira, que propiciou uma maior circulação de mulheres em várias áreas e setores de importantes cidades brasileiras e ocasionou uma maior contribuição delas para o seu desenvolvimento e transformação. Essa presença, também demarcada pela busca de melhores condições de vida e pelos diversos embates para a conquista de liberdade, cidadania e acesso a atuação política, vai ser notória devido as diversas intervenções que elas irão desenvolver a partir de atividades e produções que executarão em diversos contextos.

Assim, aliado a concepção da imagem de centros urbanos mais feminizados e mais dinâmicos, transcorreu a necessidade da transformação nas relações entre os gêneros, assim como foi necessário rearticular paradigmas de representações simbólicas e materiais sobre as mulheres. Em linhas gerais, dentre as causas indicadas para esse processo, destacamos o que relata o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior, citado por Mary Del Priore, num texto que descreve a chegada do feminismo no Brasil:

[...] as relações entre os homens e mulheres se alteraram profundamente, assustando os homens ligados ao passado rural e escravocrata. A sociedade se feminizava. ‘O patriarcalismo, sociedade do poder masculino, do império do país, assentada em relações paternalistas, de filhotismo e apadrinhamento, sociedade de parentelas, ia sendo modificado por um processo visto como de desvirilização, período de confusão entre as fronteiras de gênero, em que as mulheres começam a assumir lugares antes reservados aos homens.’” (Del Priore, 2020, p. 151)

A intensificação da circulação feminina em espaços públicos trará como resultados significativos, mas não menos conflituosos, a conquista de mais liberdade de manifestação e de organização e a possibilidade de se construir e veicular mais instrumentos que lhes garantisse mais visibilidade e registro, sob diversas formas e meios, aos quais terão acesso, principalmente devido ao domínio da leitura e da escrita, ingresso à escolarização e aos novos espaços de trabalho.

Em se tratando da produção biográfica sobre mulheres, que exploram temas e questões fulcrais das primeiras décadas do século passado, como as suas presenças mais ostensivas nas cidades e nas instituições, é possível contemplar os registros da intensificação dos movimentos que elas passaram a desenvolver em cena pública, que são ocasionados pelos variados empreendimentos com que se envolveram, como formação universitária, trabalhos e organizações assistenciais, escrita e publicação de livros, artigos e outros textos científicos, escrita literária e epistolar, publicações em jornais e revistas, promoção de eventos beneficentes, sociais e acadêmicos, elaboração de exposições e mostras, mecenato, criação de museus, elaboração de projetos de leis e de outros documentos oficiais, criações multiartísticas, prática docente, participação em competições esportivas, revisão e produção editorial, ministração de palestras, expedições e trabalhos de pesquisa de campo, engajamento político-ideológico, atuação em cargos de gestão, exercício de cargos políticos. Com este amplo acervo de experiências (e de tantas outras mais delas derivadas), executadas sobretudo em espaços sócio culturais de prestígio e sendo impulsionadas por diferentes interesses e causas, elas ajudaram a construir os fundamentos para se manifestar, se organizar, ter acesso às instituições e formação das bases para um possível reconhecimento da sua importância histórica nesse país.

O entendimento sobre o termo registro, ora apresentado, se refere ao conjunto de produções as quais uma parcela dessas mulheres passa a elaborar e divulgar suas experiências nos campos intelectual, artístico e político, que englobam diversas construções textuais orais e escritas, múltiplas produções documentais e imagéticas e variados acervos pessoais. Esses registros podem ser interpretados como produto e processo de sua ascensão na vida pública, da expansão de suas ações e dos novos sistemas de representação que elas ajudaram a construir, visando a recomposição de sua historicidade, proporcionando a valorização do desenvolvimento de arquivos e de memórias de mulheres.

No ensaio do historiador Philippe Artières intitulado “Arquivar a própria vida” (1998), temos uma abordagem sobre as razões que motivam pessoas a arquivarem a própria vida. Nele, o historiador explica as várias técnicas de construção da própria identidade engendradas pelo

sujeito ocidental desde a Antiguidade e assinala que o exercício de arquivamento da vida é praticado por todo indivíduo, por diversas razões, em algum momento da sua existência. Artiéres também analisa como na produção documental se faz necessário ponderar sobre os critérios de seleção, exclusão, conservação e descarte, pois constata ser inevitável que “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens.” (1998, p. 11). Assim, pois que as “práticas de arquivamento do eu (p. 18)” possibilitarão análises do entrecruzamento das experiências individuais e coletivas, que expressam as condições materiais, técnicas e simbólicas de uma época e dos que a ela se vincularam.

Esse pesquisador traz como perspectiva que o ato de arquivamento é uma prática cotidiana, impulsionada por diferentes objetivos e necessidades, que atende, *a priori*, a uma mobilização íntima, pessoal, mas que se amplia em sua constituição como instrumento resultante de um projeto de elaboração e de publicação de si, como imagem, narrativa, testemunho, a possíveis espectadores, ou seja uma elaboração discursiva, sob diversas formas e meios para a construção de uma auto representação e definição de uma singularidade. Tais análises por ele apresentadas sobre memória e arquivo trazem subsídios para compreendermos como e por que as mulheres passaram a atuar na construção e reconstrução de informações que incorporassem a ampliação dos horizontes de abordagem de e sobre elas em várias frentes, desenvolvendo olhares críticos sobre as relações de poder, a formação da nação e as novas formas para se pensar o discurso histórico.

Como resultante da apropriação e do domínio de formas e meios de “práticas de arquivamento do eu”, temos a presença feminina nos registros como uma pauta de reintegração que também deriva dos questionamentos e discussões sobre a problemática em torno da construção da narrativa histórica, concentrando-se nos modos e razões por que se selecionava, organizava, institucionalizava e tornava pública apenas a memória pautada em valores patriarcais.

Em uma abordagem sobre o século XIX, no texto “Práticas de memória feminina” (1989), a historiadora Michelle Perrot aponta a ausência das mulheres nas narrativas da história tradicional e a invisibilidade feminina nos arquivos de caráter público, que tratam de esferas importantes da vida social como as guerras, a política e a religião. Privilegiando a imagem de que as mulheres são especiais portadoras de elaboração e preservação da memória do privado, sejam como produtoras de textos pessoais (como correspondências e diários) ou como “guardiãs” de objetos, “pequenos museus da lembrança feminina” (p. 13), a pesquisadora

registra como elas foram relegadas a condição de subalternidade e consequentemente pouco capturadas no âmbito dos arquivos. Deste modo, ela analisa a complexidade da significação da deficiência documental sobre mulheres, a forma genérica e abstrata como estas são caracterizadas, como também descreve suas modalidades de registro e os seus temas recorrentes:

Assim, os modos de registros das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na sociedade (...) Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente, e pelo que resta de antigamente nas mulheres de hoje (o que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição. Às mulheres cabe conservar os rastros das infâncias por elas governadas. Às mulheres cabe a transmissão das histórias de família, feitas frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais juntas, acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em via de se apagarem. (Perrot, 1989, p.15)

Desenvolvendo sua leitura de uma época a partir da qual os processos eram regidos pela segmentação e hierarquização entre parâmetros masculinos e femininos, Perrot discute como os enquadramentos do privado e do público fundamentam esses processos. Expondo como “os arquivos públicos, olhar de homens sobre homens, calavam as mulheres.” (p. 11) ela traz contrapontos ao informar sobre os arquivos privados em que, “as mulheres neles se exprimiam de forma bem mais abundante” (p.11), arquivos estes como correspondências familiares, diários íntimos, textos do cotidiano, etc.

Uma outra estratégia também apontada pela historiadora acerca da “partilha da memória” (p.17) a que essa categoria social recorreu, no intuito de encontrar outras vias de expressão, é a da oralidade, enquanto instrumento para a rememoração. Atuando como potentes colaboradoras para se “reconstruir a história, factual ou cotidiana, de uma família ou de um bairro [...]” (p. 16) e recorrendo a “história dita oral” (p. 16), elas intervíram para ajudar a recompor a escassez de vestígios acerca do seu passado e do tratamento secundário ou de desqualificação ao que produziam.

Sendo assim, considerando que os arquivos são espaços legitimadores, produtores e difusores de determinadas memórias, verificamos que as suas institucionalizações relegaram os sujeitos femininos ao segundo plano da história devido à “deficiência documental” e ao “silêncio dos arquivos” (p. 10-11) sobre elas. Se a constituição da memória do privado foi designada às mulheres (p. 15) a história oral se tornou a sua “revanche” (p. 16) visto que a sua memória “é verbo” (p. 15).

Ao analisar como o feminismo buscou também intervir na discussão sobre a obscuridade em torno da vida de mulheres, a historiadora traz à tona a defesa das feministas de que era

necessário “Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória” (p. 17), visto que nas práticas socioculturais são esses aspectos que contribuem para a produção da história, considerando-se que as práticas e experiências são profundamente condicionadas por clivagens de gênero, étnicos, sexuais, socioeconômicos, dentre outros.

O que o seu texto expressa, é que mesmo diante de tanto fatores limitantes para a manifestação e registro de suas práticas e experiências, condicionados pelas intervenções de enclausuramento e controle masculinos e pelos impedimentos de sua presença na esfera pública, foi possível que as mulheres construíssem meios alternativos de registro, em que seus textos e os procedimentos de recordações e de resguardo de alguns elementos (“paixão das coisas”, p. 13) fossem preservados e considerados como importantes referências para posteriormente serem analisadas em caráter multidisciplinar.

Michele Perrot problematiza em seu estudo a prevalência de um projeto político que durante séculos atuou substantivamente com lógicas de exclusão e suas consequências na conformação dos discursos históricos. Essas análises da historiadora contribuíram para que se expandissem, até os dias atuais, questionamentos e críticas sobre a difusão das práticas de construção, seleção, organização e legitimação de acervos como patrimônios documentais e culturais e sobre a exclusão sistemática e as lacunas constitutivas destes em se tratando de memórias e arquivos de mulheres.

Com um olhar mais expandido sobre esses aspectos, percebemos a contínua confirmação de que não há passividade ou ausência de intencionalidade na produção de arquivos, visto que estes são concebidos através de processos articulados por diferentes interesses, os quais resultam em diversos meios de intervenção pessoal, institucional e social sobre eles. Visualizado também com uma estrutura lacunar, o processo arquivístico sempre se apresenta suscetível, em consequência da construção e ingerência de diversas vertentes, experiências e projeções sobre ele.

Num estudo sobre as relações entre memória, indivíduo e resíduo histórico, Luciana Quillet Heymann (1997) apresenta contundente abordagem sobre o processo sociológico de constituição dos conjuntos documentais privados. Em sua análise inicial do texto ela discute “A ilusão da unidade” que permeia a discussão desse tema, o papel relevante dos proprietários e/ou operadores dos arquivos e o sentido que é conferido ao modo de acumulação, considerando que “estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada

momento.” (1997, p. 44), sendo pois passível de perdas, acréscimos, interrupções e remanejamentos.

Como aponta Heymann (p. 44), na construção de sentido que se empreende na organização de um conjunto documental há uma visão de que é necessário que se preserve a sua “singularidade orgânica” (p. 43), ao mesmo tempo em que apresenta a constatação de que precisamos atentar para a ilusão de coerência e totalidade que a organização de um arquivo pode gerar. Segundo ela, há dois cuidados elementares que precisam ser observados em se tratando de “ilusão de unidade”, como a não associação direta da trajetória de um indivíduo com seu arquivo pessoal, considerando-se as inconstâncias entre o período de vida e o acúmulo da documentação, a exploração do material em sua composição diversificada e as interferências cronológicas no processo de acumulação. O outro cuidado se refere à associação da sua conformidade a um processo inalterado da memória do seu titular e à identificação das alterações desta em diversas instâncias, decorrentes das diferentes temporalidades e motivações e do seu caráter inconstante e polissêmico (p. 46).

A pesquisadora também discute a perspectiva de que o exercício de composição do arquivo se ocupa da necessidade de expressar parcelas de memória da sociedade, expor fragmentos de representação das práticas sociais e articular projetos de conformação de identidades, sobretudo para a “[...] preservação daquelas memórias reconhecidas como históricas.” (Heymann, 1997, p. 49). Assim, ela reforça a noção de que a produção de memória embasada em conjuntos documentais tem que ser interpretada a partir de seu caráter processual e dinâmico, com a assumpção de novos sentidos e significados, resultante das diferentes reconfigurações que eles sofreram e das interferências dos múltiplos agentes que a eles tiveram acesso.

Neste sentido, a produção de memória traz como principal agenda uma intenção política, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento de mecanismos de produção do conhecimento, de atribuição de valores e instrumento de acesso à cidadania e à informação. Concebidos a partir de processos de exclusão e de seleção do que seria escrito, inscrito, preservado e interpretado, diversos registros foram, durante muito tempo, em instituições e sistemas, potenciais articuladores de ritualizações, monumentalizações, sacralizações e empoderamentos de uma parcela minoritária e dominante em detrimento do descarte, ocultamento, subjugação e apagamento de referências muito significativas e expressivas de diversas categorias sociais.

No seu ensaio “Mal de arquivo: uma impressão freudiana” (2001), que articula uma discussão sobre problemas fundamentais intrínsecos à produção de arquivo e memória, e numa apreciação do conceito propriamente dito, Derrida¹⁵ analisa os princípios de conservação, manutenção, repressão e apagamento derivados das relações de poder e de autoridade (arcontes) sobre a produção e conservação desses registros. Ao afirmar que: “Não se renuncia jamais ao poder sobre um documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação”. (p. 07), ele vai inscrever, numa perspectiva crítica, como a tradição se ampara em conceitos como história, verdade e poder e como eles estão inter-relacionados com os sistemas de composição do arquivo.

O sentido de “mal de arquivo” a que o filósofo remete se concentra nos processos de apagamento de resíduos ou traços da memória, nos processos de recusa e qualificação inscritos pelo exercício da autoridade instituída (assim como pelo advento do arconte que expressava a lei e o lugar), os quais geram problemas de ordem psíquica, social ou política. É nesse entorno que assinalamos a necessidade de renovação dos arquivos de representações de vozes historicamente silenciadas e o reajustamento das narrativas convencionais dos fatos históricos e das produções artístico-culturais, onde o processo arquivístico, nos moldes questionados por Derrida, ainda são principais referências. Uma existência recomposta a partir da reorientação do acesso aos arquivos possibilita a leitura de uma personagem que ora resulta da construção de uma retextualização do passado, que precisa ser revisitado, frente a necessidade de reconhecimento de sujeitos outros também a ele pertencentes e participantes.

Em se tratando de uma amostra de denúncia sobre anarquivamento, temos uma abordagem de Constância Lima Duarte sobre a necessidade de recomposição de uma tradição literária escrita por mulheres, que resultou na produção de três volumes de **Escritoras Brasileiras do século XIX**. Pautada numa perspectiva que visa protagonizar a “mulher como sujeito do discurso literário” (p. 13) e numa crítica feminista que investe na recomposição de uma tradição literária escrita por mulheres, este trabalho intenso de pesquisa e investigação se ocupou da recomposição de novos arquivos e novas memórias. Vinculando-se a um “mal de arquivo” (Derrida, 2001), essa restauração de acervos e arquivos de mulheres, aqui apresentada por Constância Duarte, visou destituir estratégias de aniquilação, de erradicação, de exclusão,

¹⁵ Para Derrida, Arquivo remete ao vocábulo grego *Arkhe* que designa começo e comando. Coordenando dois princípios, o da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* e o princípio da lei, *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social. Cf. DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 11.

pois problematizou também o quanto o alijamento da memória canônica literária oficial, estava moldado por uma historiografia e crítica de tradição masculina.

Assim houve um grande investimento em pesquisa e investigação que tem ajudado a divulgar o quanto diversas mulheres, em séculos anteriores, ajudaram a compor a memória cultural do país através de produções de obras diversificadas, com manifestação de expressão e crítica sobre principais temas vivenciados nos seus contextos, pois:

Através de informações biobibliográficas, e da reprodução de páginas significativas de obras, é possível verificar como existiram tantas mulheres atuantes e produtivas, apesar de serem hoje desconhecidas e estarem ausentes da história literária nacional. Pesquisas como estas realizam ainda o questionamento da cultura hegemônica, estabelecem uma nova tradição literária e revelam a mulher como sujeito do discurso literário. Enfim, contribuem para a construção de uma história das mentalidades femininas e uma nova história das letras em nosso país. (Duarte, 2009, p. 13)

Ao considerarmos o arquivo como aporte e suporte para o gênero biográfico nos concentramos na noção de que seu uso serve para, ao mesmo tempo, registrar as complexidades e trazer a demarcação de características de um período, como também para incorporação de sentidos e significados do indivíduo e do seu tempo, os quais serão recompostos a partir de uma narratividade que recupera indícios e recursos sobre eles, em seus diversos vínculos e em suas vivências. A memória constituída e reproduzida na empreitada biográfica, agregando também as relações de gênero, ajuda a dar novas significações a identidades e subjetividades e a consolidar uma memória coletiva que compartilha dessa reelaboração de experiências.

O texto biográfico atua também como um possível intermediador para construir um indivíduo acessível por meio de representações em seus múltiplos contextos. Na tentativa de tornar coesa e coerente essa representação de suas complexas vertentes, se faz necessário categorizar, classificar, excluir, priorizar, demarcar o que precisa ser posto à tona, a vista dos possíveis leitores. Isso vale também pelos direcionamentos incorporados, na moldagem das performances orais: nas conversas informais, nas entrevistas, nos depoimentos e testemunhos de seus diversos informantes, no que é construído como indagação, questionamento ou curiosidade sobre quem será protagonista da biografia. Há um propósito, um projeto em torno dessa produção e a carga de intencionalidade é quem vai dar todo o revestimento discursivo e performático do texto, pois a moldura da imagem a ser construída é em boa parte fruto dos processos de subjetivação e das intervenções diretas dos biógrafos nos arquivos, cujos significado e composição histórica destes também serão considerados.

Ademais, Duarte nos auxilia na busca de compreensão sobre o nosso direito de nos tornarmos escritoras, dos desafios de explorarmos e modificarmos o valor literário através do

poder da linguagem, da escrita, da leitura e das políticas que são engendradas em torno desse processo, pauta muito apropriadamente discutida por Jailma Pedreira no artigo “Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais” (Moreira, p. 71-88, 2015). Tais questões que Jailma assinala e atualiza, em consonância com aspectos sobre o direito das mulheres à escrita e as vinculações entre linguagem e poder, apresentadas por Constância Lima Duarte, é a necessidade de revisão de políticas públicas e culturais para as mulheres pautada em diversidade. No artigo, a proposta central se assenta na propagação da importância da auto percepção e da auto valorização destas mulheres enquanto escritoras, que atuem em resistência e crítica a uma subjetividade cultural e real muito demarcada sob o signo da desigualdade, sobretudo quando se trata de “demarcações socioculturais aliadas ao gênero, bem como à classe social, à raça, à geração, à regionalidade.” (p. 76).

O que se observa na autorreflexão dessas mulheres evocada no texto de Jailma Pedreira, é a resistência em deslocar-se de lugares e funções atribuídas a elas, em refletir sobre os meios para desconstrução de uma identidade cultural mobilizada em torno de um poder simbólico e hegemônico. A autoria feminina, como amostra de desempenho crítico, cultural e também de exercício de uma autoridade intelectual, funciona como suporte para promover mudanças de paradigmas, quebra da invisibilidade e promoção do desenvolvimento de suas práticas a fim de subverter certos valores estéticos, ideológicos e políticos.

Considerando-se esta etapa de análise das biografias aqui abordadas, verificamos como Callado investe na busca de rastros, índices, informações, sutilezas e particularidades sobre suas personagens, oriundos de suas inserções mais ostensivas na esfera pública. Nessa empreitada, imbuída de curiosidade e de compromissos e preocupada com a garantia de acesso as informações e certificação de credibilidade (considerando-se o projeto catalizador dessas produções), a biógrafa compartilha em seus textos os meios e os métodos de acessibilidade aos recursos e fontes, identificando quais e como foram os subsídios para a constituição dos arquivos em suas instâncias materiais e simbólicas. Empreende investigações em diversas frentes, como a bibliográfica, a história oral e a documental, vai a campo, faz visitas, desenvolve entrevistas, registra depoimentos e testemunhos, participa de eventos e de outras atividades direta ou indiretamente relacionadas a suas personagens, ora com as próprias biografadas, ora com pessoas que tenham ou tiveram vínculos com elas, como amigos, familiares, colegas de trabalho, pesquisadores, etc. Na sua visão de que “[...] a memória é uma construção social e não um tesouro pessoal” (Callado, 2011), produz biografias defendendo o compromisso de empreender mais disseminação, conhecimento e política memorial, em que arquivos forneçam

subsídios e indícios para se compreender aspectos das histórias de vida dessas mulheres brasileiras.

Na biografia dedicada a **Dona Maria José (1995)**, os passos iniciais e mais expressivos de sua presença na cena pública estavam diretamente condicionados pelo acompanhamento nos compromissos do seu esposo em eventos e ações oficiais, onde o registro fotográfico, audiovisual ou textual sobre ambos em periódicos e programas de TV e rádio era uma consequência natural: “[...] quando se tratava de uma missa de sétimo dia de amigo, de cerimônias na Academia Brasileira de Letras, de pequenas homenagens ao marido, lá estava ela.” (p. 08). Mas, a sua ascensão na liderança da Campanha Pernambucana Pró Infância é que propiciará o desenvolvimento mais incisivo de sua presença e um melhor reconhecimento da sua identidade nesse contexto, cujas ações sociais trarão impactos bem significativos, visto que: “Fundou a Campanha da Criança, [...] estendia suas mãos com sinceridade àquelas crianças, amparando-as, oferecendo-lhes alimentação, assistência médica, educação, carinho e amor.” (p. 29)

Segundo narra a própria D. Maria José, neste livro, a necessidade de intervir nos problemas sociais tão graves, que impactavam sobretudo crianças e suas mães em condições de miserabilidade, se tornou uma missão impulsionada por suas concepções pessoais e se estendeu em ampla mobilização perante as mulheres da elite pernambucana, objetivando torná-las colaboradoras e contribuintes do projeto, cujos impactos assim descreve: “as sindicâncias a que procedi de início, com minhas excelentes companheiras de campanha, nas zonas pobres da cidade, desvendaram a nossos olhos a espantosa realidade.” (p. 32). Necessário foi, nesse intento, produzir eventos em torno dessa causa, angariar fundos em diversas fontes, acionar membros das classes mais abastadas, produzir documentos e desenvolver diversas atividades para estruturação dessa obra de assistência social, “que chegou a atender mais de 3.000 crianças pobres do Recife e de Olinda [...]” (p. 7)

Sabemos que a instrumentalização desses ritos assistenciais incorpora elementos figurativos da imagem de primeira-dama como agente benemerita, que se conformou no imaginário coletivo e se consolidou em símbolos e práticas na formação da sociedade brasileira, tendo como maior expoente Darcy Vargas, cujos projetos assistencialistas se expandiram em diversas frentes de ajuda no Brasil dos anos 40 e abrangeu todos os estados, conquistando o engajamento de todas as primeiras-damas desses locais. Na biografia **Darcy, a outra face de Vargas** (2011), Ana Arruda Callado informa como Darcy Sarmanho Vargas (1895-1968) atuou estrategicamente ao explorar o status político e econômico de condição de primeira dama para

introduzir “na pauta do governo federal do país o combate à pobreza” (orelha do livro) e descreve o seu pioneirismo ao criar diferentes projetos em torno dessa e de outras causas, como a Legião da Caridade, a Cidade das Meninas, Casa do Pequeno Jornaleiro e Legião Brasileira de Assistência.

D. Maria José, nas suas mobilizações entre Pernambuco e Rio de Janeiro, procurou explorar todos os artifícios e estratégias que eram bastante comuns em se tratando de um imaginário de clientelismo, paternalismo e assistencialismo e que diretamente favoreceram os projetos políticos de seu esposo enquanto governante. Está explícito, por exemplo, que o prestígio político-social e econômico da família Barbosa, assim como o amparo do Estado e da Igreja nesses programas assistenciais, favoreceram a consolidação do poder e da popularidade da esposa e do governador. Com a garantia de registros dos seus trabalhos em livros, reportagens e notícias, conforme descrito na biografia, foi-lhe impressa ampla visibilidade e boas condições para propagação dos seus projetos, centrados na representação e produção de discursos de uma imagem feminina mais afetiva, maternal, seja fazendo intervenções diretas, usando a autoridade de ser “esposa de”, como descreve em: “Fui até o cartório. Eles se assustaram. Estavam abrindo o cartório e eu lá. Porque me conheciam, ne? [...] Ficaram espantados, mas como eu era mulher do governador, fizeram.” (p. 39); buscando ampliar a rede de apoio: “Depois daquele primeiro chá, não parei de fazer contatos. Queria ver todas as senhoras da sociedade pernambucana trabalhando contra a miséria. E elas foram admiráveis.” (p. 45); ou tentando até mesmo reiteradamente enquadrar-se numa postura mais “apolítica”: “A senhora está dizendo contra, politicamente, não é? Mas eu não entendo de política, Dona Carmem. Sou zero em política.” (p. 46)

Em muitos casos, perdura até os dias atuais uma concepção de que o trabalho assistencial, reconhecido de modo mais expressivo como marca da “feminilidade” em ambientes não domésticos, pode ser convertido numa extensão das ações de governabilidade de homens, mas sem incorporar a qualidade da capitalização política e intelectual que eles executam, visto que há uma noção de que o trabalho com causas sociais, indicado prioritariamente para mulheres, seria um recurso a mais para o desenvolvimento de estratégias de poder e de domínio sobre instâncias e espaços que eles não conseguem acessar, fato explicitado no seguinte trecho:

Eu nunca quis saber de política. Nunca participei de campanha de Alexandre; isso era trabalho dele. Mas, quando saí de Pernambuco, nenhum político era mais contra ele – porque as mulheres deles trabalhavam comigo. (p. 31)

As reminiscências de D. Maria José, estimuladas pelo teor da proposta biográfica, expressam em fragmentos de memórias, enquadradas em eixos temáticos, seu ponto de vista sobre a realidade e suas experiências configuradas nos relatos sobre cenários, situações e personagens, onde situações corriqueiras ou pitorescas do cotidiano se sobrepõem. Usando a História Oral como recurso principal da narração de e sobre esta personagem, resultado de um trabalho de quase dois anos de entrevistas, Callado reconstrói sua singularidade buscando emoldurá-la no campo discursivo das escritas de si. A voz da protagonista enseja um projeto de auto representação que traga destaque para sua postura sempre proativa, colaborativa, arrojada e pioneira nas relações pessoais e profissionais. Deriva daí sua busca por propagar as diversos projetos em que investiu, sejam pessoais (construção da casa, práticas religiosas, Associação Esportiva, carro, cuidados com a família) ou sociais (Campanha Pernambucana Pró Infância, Parque Infantil, Casa do Pequeno Trabalhador) que propiciaram a conquista de uma visibilidade mais específica sobre si, a fim de mostrar suas potencialidades e registrar sua capacidade de atuar por conta própria (sem ser considerada a “sombra do Dr. Barbosa Lima”, p. 9) em ações bem consolidadas que mobilizaram transformações sociais.

A memória pode incorporar multiplicidades de teores, envoltos em diversos deslocamentos, pois, como nos afirma Maurice Halbwachs: “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ocupo, e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (1990, p. 51). Assim é que sua narrativa, sem uma ordem cronológica rígida, vem fragmentada em amostras de diferentes elementos através dos quais tenta recompor o seu passado, respondendo ao propósito do tempo presente, a criação de uma biografia sobre si, ressaltando o que considerou serem os aspectos mais significativos para apresentar sua identidade aos possíveis leitores. “Será que vão interessar a alguém essas minhas histórias?” (p. 56), nessa indagação da biografada, constatamos sua preocupação com possíveis adesões ao discurso de si que constrói e essas adesões seriam instrumentos afirmativos de consolidação da sua subjetividade em uma representação que é individual, mas ao mesmo tempo coletiva, articulada por elementos comuns de vivência relacionados às mulheres de sua geração e nível sócio econômico.

Em **D. Maria José** percebe-se uma ausência significativa a menção de nomes de pessoas com as quais se relacionou, reservando-se aos representantes da família e alguns personagens que se vincularam a situações pitorescas ou relevantes, do ponto de vista temático que ela estivesse explorando. Esse método, resgate de uma listagem extensa e detalhada de

personalidades, suas áreas de atuação e os fatos histórico-sociais dos quais fizeram parte, associando-os com as protagonistas, é um dado recorrente em biografias de Ana Arruda Callado. No entanto, no relato memorialístico de D. Maria, esse recurso é muito pouco explorado e cede espaço para a narração de peculiaridades dos fatos vivenciados por essa protagonista, em que “conta com bom-humor casos engraçados e momentos dramáticos” (p. 56). Personagens associados a esses fatos são apresentados de modo genérico (mães, filhos, crianças, irmãos, moça, rapaz, senhoras, etc) e sobrepõe-se a rememoração de cenas corriqueiras, reiterando o seu potencial e o seu empenho pelo êxito em suas diferentes ações beneméritas, como indicado em: “Para ajudar gente pobre e miserável, eu faço tudo. Tudo mesmo.” (p.57)

A sua expressiva movimentação no espaço público, em diversas instâncias e instituições, simbolizava a conquista de uma cidadania participativa e crítica, resultante de ampla mobilização em prol do desenvolvimento social, cujos resultados mais significativos foram: Criação de obra social (p. 27), capítulo do livro “Fome, criança e vida” (1982) dedicado a D. Maria José e sua obra em Pernambuco (p. 28), Criação da campanha da Criança (p. 29), promoção de Chás Beneficentes (p. 30, 44, 57), entrevistas para jornais sobre a Campanha Pernambucana Pró Infância (p. 31-32), formação de um comitê de auxílio no Rio de Janeiro (p.33), Criação do Parque Infantil (p. 39), Ministração de palestras (p. 41), criação da Casa do Pequeno Trabalhador em Teresópolis, RJ (p. 92 e 94), Recebimento de medalha de Mérito, da Câmara Municipal de Recife (p. 106). E é nessa junção de lembranças, assentada na reconstituição de atos e palavras em circunstâncias definidas (Halbwachs, 2013, p.31), que Ana Arruda Callado visou auxiliar D. Maria José a se inscrever como uma “mulher notável” para quem buscar conhecê-la através desse livro.

Nos seus discursos sobre a sua escrita biográfica, AAC busca continuamente ressaltar o seu propósito fundamental de construir uma crítica à historiografia, visto que esta foi se consolidando por meio da ausências de muitos referenciais que são significativos no corpus social. Nesse intuito é que, em se tratando da personagem Maria Martins, apresentada em **Maria Martins: uma biografia (2004)**, Callado apontou a necessidade de firmar um compromisso com o encontro de informações mais aprofundadas sobre essa personagem, desmistificando perfis superficiais ou distorcidos em vasta circulação, que restringiam sua imagem a esposa de embaixador e amante de alguns homens famosos nas áreas artística e política do século passado, como exemplifica no seguinte questionamento:

[...] É a de Maria Martins, ali apresentada por 18 esculturas e, nas paredes, algumas de suas poesias em francês, que haviam sido gravadas em metal e lançadas em álbum em

Nova York, em 1946. Aquela sala vale toda a exposição, sinto imediatamente. E depois de ver, mirar, admirar, saborear cada uma daquelas peças, uma indagação me ocorre e me dá uma sensação de revolta: por que, até aquele momento mágico, só ouvira falar de Maria como embaixatriz ou amante de Marcel Duchamp? (p.1)

Ao ressaltar esse possível paradoxo e ao se referir a uma artista e escritora que produziu tanto e que foi tão reconhecida nos meios internacionais entre artistas e intelectuais tão renomados, a biógrafa questiona o fato de que no seu país de origem houvesse tanto desconhecimento a seu respeito. Na sua posição de uma pesquisadora “[...] dedicada a desvendar o indesvendável mistério da força daquela artista, buscando elementos de sua vida.” [...] (p.1), ela identifica que uma das principais causas desse desconhecimento ou das distorções sobre a artista é decorrente da sua vida de embaixatriz, o que condicionou que passasse boa parte da vida adulta no exterior, iniciando sua produção e divulgação artísticas nos anos quarenta em território norte americano e europeu, só vindo a atuar no Brasil, nos anos 1950.

O desvendamento a que Callado se refere trata de uma intensiva busca de informações, auxiliada pelas pesquisas de Ileana Pradilla, a qual resulta num encontro com um abundante acervo de registros escritos, orais, imagéticos e audiovisuais sobre Maria Martins em diversas fontes. Esse material foi seu principal recurso para tentar reconstruir uma apresentação detalhada dos ambientes, circunstâncias e episódios, indivíduos e temas com os quais a artista direta e indiretamente se envolveu, em paralelo com a sua vinculação aos trabalhos de Carlos Martins como embaixador e às mobilizações que eles promoveram nos diversos países em que atuaram, ele, politicamente, ela artística e culturalmente, pois:

O sucesso de Carlos Martins deve-se também à sua mulher, que tem uma corte de admiradores nos Estados Unidos, na área cultural. O prestígio político e diplomático é de Martins; o prestígio intelectual é de Maria, definem os diplomatas brasileiros que convivem com o casal. Ao lado de uma vida social intensa, pois os Martins recebiam muito, Maria trabalha ardorosamente, aperfeiçoando sua arte com Jacques Lipchitz. (p. 137)

Dentre as fontes indicadas como recursos para a produção do texto, em que aparece um significativo conjunto de citações referentes a Maria Martins, temos: visita de Ana Arruda Callado à exposição em 2001 no RJ (CCBB), relatórios, artigos, crônicas sociais de jornais, discursos proferidos, catálogos de exposições, documentário, livros (sobre arte moderna e vanguardas), cartas, biografias, notícias, reportagens e entrevistas em jornais: Correio da Manhã, Jornal do Commercio, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, New York Times, Asahi Shimbun (Jornal japonês), New York Times, O Estado de São Paulo, Revista Vogue, Jornal de Letras, Diário Carioca, ensaio sobre "Escultura Moderna no Brasil" na revista Crítica de Arte,

entrevista a Clarice Lispector, na Revista Manchete e coluna no Correio da Manhã, denominada "Poeiras da vida".

A presença ostensiva de Maria nestes periódicos, citados na biografia, mesmo em se tratando de abordagens críticas ao seu trabalho, indica que houve intensa veiculação de informações, abrangência de público e promoções de visibilidade sobre essa artista. O recolhimento de registros sobre ela na imprensa, com a perspectiva de conjugar um consistente sistema de referências, ressalta a notoriedade dessa personagem por ser citada em publicações dos principais centros de poder econômico, político, cultural e artístico em importantes metrópoles do mundo. O destaque dado a sua fama e talento peculiares, que são evidenciados na biografia, já no início de sua apresentação ressaltam essa notabilidade:

Desde menina habituada a conviver com poderosos, embaixatriz pelo segundo casamento, Maria foi amiga de Picasso, Léger, André Breton, Piet Mondrian, Nelson Rockefeller, e muitos chefes de Estado. Entrevistou Mao Tsé-Tung em Pequim. O primeiro quadro de Mondrian a se incorporar ao acervo do Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMa, foi doação sua. No ateliê nova iorquino preparava espaguete para Rufino Tamayo, frequentemente sem dinheiro. Seu romance com Marcel Duchamp ficou na história da arte. Getúlio Vargas apreciava seus relatórios, endereçados ao 'Ilustre presidente e muito querido amigo'; Juscelino Kubitschek foi ao seu velório e pediu à amiga Heloísa Lustosa, diretora do MAM, que lhe providenciasse um igual. (p. 2)

Maria também publicou os livros **Amazônia (1943)**, que narra as lendas que inspiraram algumas de suas esculturas; **Ásia Maior: O Planeta China (1958)**, "o qual tece louvores à revolução chinesa e a Mao Tsé-Tung" (p. 61); **Brama, Gandhi e Nehru (1961)**, que "faz reflexões históricas, religiosas e políticas sobre o país [...] além de traçar o perfil biográfico dos dois líderes indianos." (p. 60) e "**Deuses Malditos: Nietzsche**" (1965), cujos lançamentos eram bastantes prestigiados e serviram para mostrar a versatilidade dessa artista e o seu empenho na amplitude do seu reconhecimento, conforme enuncia a biógrafa.

Oportunamente, neste livro, outro tema em evidência sobre a sua vida pública é a busca por reconstituir os locais e os eventos que a ajudaram a expor e a se consolidar enquanto artista e intelectual a partir da identificação de suas produções e de uma exibição bem estruturada delas, visto que se trata de "alguém que conhecia pessoalmente todos os artistas importantes do mundo." (p. 140). Neste sentido, a biógrafa fez um levantamento e registro de suas exposições, citando as internacionais: Corcoran Gallery of Art (Washington), Valentine Gallery (Nova York), The Surrealist Sculpture of Maria Martins (Nova York), Les Statues Magiques de Maria (Paris), Maria: New Sculptures (Nova York), Metropolitan Museum de Nova York; as nacionais: I Bienal Internacional de São Paulo, MAM (São Paulo), MAM (Rio de Janeiro),

Galeria Jean Boghici (Ipanema- RJ); a participação em 23 exposições coletivas, a realização de muitas exposições póstumas e a integração de obras nos principais Museus de Arte Moderna nacionais e internacionais (Brasil, EUA, França e Bélgica); fundação de duas Bienais, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, em parceria com Yolanda Penteado e recebimento de prêmio póstumo de melhor escultora nacional, na III Bienal Internacional de São Paulo.

Os agenciamentos em torno da construção de locais de representação do que Maria Martins produziu podem ser interpretados, na ótica de Pierre Nora, como “Lugares de memória, materiais, funcionais e simbólicos”, que se configurariam espaços em que a memória e a história viriam em confluência para conferir um sentido de identidade e de permanência (1993, p. 7). Associado a isso, conceitos como surrealismo, modernidade, vanguarda, feminilidade, natureza perpassam o conjunto das suas produções, fundamentando a sua participação para elaborar figurações no contexto dos movimentos estéticos desse período e suas repercussões no Brasil.

Como afirma o historiador francês, lugares de memória são “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos idênticos” (Nora, *idem*, p. 13), derivados de construções históricas. Enquanto portadores de documentos e monumentos, esses lugares revelam como o arcabouço dos processos sociais são montados e quais simbolismos e veiculação de poderes e de representação eles abarcam. No entorno de uma coletividade que esses lugares pretendem abarcar, seria pertinente analisar sobre quais memórias e de quais identidades está se tratando e quem tem legitimidade para inscrever-se publicamente, sobretudo no que se refere aos processos de violação de direitos.

A concepção sobre lugar de memória como instrumento de congregação está em convergência com a noção de que o investimento em museus, exposições, coleções, fotografias, livros e outros registros sobre Maria Martins, suas produções artísticas e suas publicações despertariam sentimentos de nacionalismo, valorização e vinculação dela com temas e contextos tão caros para a nossa cultura e um olhar elogioso sobre sua absorção dos paradigmas da arte moderna do início do século XX. Exemplo disso é a citação sobre a sala especial, reservada em homenagem a ela, na 24ª Bienal de São Paulo, em 1998: “Ela está feliz pela decisão da direção da Bienal de homenagear Maria, pois considera que a artista não é reconhecida no Brasil como merece. [...] A curadoria da Bienal tem a intenção de mostrar como o discurso da mulher atravessa a arte brasileira do século XX.” (p. 102-103).

A proposta de concepção de uma narrativa para garantia de mais uma oportunidade de conhecimento sobre Maria Martins está explicitada também numa perspectiva de inventariar ao máximo a primazia das suas experiências em registros e demonstrar a gama de atividades em

que se engajou em cena pública no Brasil e no exterior. Essa lógica do recolhimento do que fora registrado e preservado será o viés para se reelaborar uma imagem mais afirmativa sobre o potencial e a identidade dela, que abarcou a indicação de vinte e quatro nomes de pessoas “que muito me ajudaram com informações cedendo-me generosamente seu tempo” (paratexto); uma coleção de fotografias dela em alguns eventos, na companhia de artistas e intelectuais renomados, e de algumas de suas esculturas, com listagem nas páginas finais dos seus respectivos portadores como Fundações, Acervos e Coleções; e a enumeração de pessoas famosas do século XX, nas áreas política, artística e intelectual com as quais teve grande interação, como Amédée Ozenfant, Candido Portinari, Jacques Lipchitz, Murilo Mendes, Gustavo Capanema, Juscelino Kubistcheck, Getúlio Vargas, Peggy Guggenheim, Marcel Duchamp, Rufino Tamayo, Ozemfant, André Breton, Fernand Léger, Clarice Lispector, Franklim Roosevelt, Assis Chateaubriand, Yolanda Penteado, André Breton, Piet Mondrian, Nelson Rockefeller, Yves Tanguy, Max Ernst, Marc Chagall, Constantim Brancusi, Gilberto Chateaubriand, Roberto Matta, Michel Seuphor.

Ao promover essa revisitação sobre a história de Maria Martins, Callado se imbuíu do propósito de mapear sua atuante presença na esfera pública em vários âmbitos e recuperar os indícios que permitiram sobre ela visibilizar a capacidade inventiva e criativa, a posição libertária, os vínculos peculiares que estabeleceu e a vitalidade do trabalho como fatores expressivos de uma revisão de paradigmas e de uma nova feminilidade em ascensão.

Em seu texto sobre “A conquista do espaço público” (2020), Rachel Soihet relata as aspirações das mulheres brasileiras entre fins do século XIX e advento da República, como “Acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade” (p. 218) e as perseveranças mediante as fortes oposições as suas reivindicações empreendidas por políticos e autoridades. Assim, ela expõe o discurso da ciência da época, que considerava as mulheres inaptas para as atividades públicas, frágeis e limitadas intelectualmente, e a disseminação de críticas ácidas e ações que ridicularizavam as demandas femininas em produções artísticas e na imprensa (p. 219). Nesse contexto, Soihet apresenta Bertha Lutz, sua campanha pela emancipação feminina, pela supressão da norma de incapacidade civil da mulher casada, que empreende seu ativismo em torno da mobilização dos movimentos de mulheres e da elaboração de ações de militância, pois em suas atividades, estrategicamente: “organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, escrevem artigos e concedem entrevistas aos jornais. Buscam o apoio de parlamentares, autoridades políticas, educacionais e ligadas à imprensa.” (p. 220) E aponta também o tratamento prioritário de Bertha à conquista do voto e

o acesso aos direitos políticos como essenciais para obtenção de garantias para as mulheres com base na lei (p. 222), dando sustentação a criação de entidades (federações, associações) e a promoção de eventos a elas relacionados, o que resultou no sufrágio feminino, consumado com a inclusão do artigo 108, na Constituição de 1934.

Na esteira dessas conquistas, encabeçadas por Bertha Lutz e outras feministas como Maria Lacerda de Moura e Alice Tibiriçá, em que ainda se discutia a restrita inserção das mulheres na política e em outros espaços de poder, como também o direito a expansão da presença feminina no cenário político, é que analisamos a atuação de Lygia Lessa Bastos, descrita em **Lygia, a recordista: um esboço biográfico (2009)**. Em seu exercício de legislatura se ocupou, dentre outras pautas, de introduzir na agenda política questões que estavam antes restritas à esfera, supostamente despolitizada e neutra, da vida privada, trazendo para o debate público causas como: defesa da instituição do divórcio, direito da mulher a educação, a luta por reconhecimento da mulher como sujeito político, luta por visibilidade e problematização de várias questões femininas ignoradas “[...] para que o ideal feminino de obtenção da igualdade de oportunidades e responsabilidades na vida moderna possa ser atingido.” (p. 162).

No livro, é indicado que o reconhecimento da vida pública de Lygia e sua notoriedade foram garantidos pela experiência com dez legislaturas durante trinta e seis anos e pelos registros das diversas ações e projetos que desenvolveu nesse longo exercício parlamentar, os quais foram resguardados em órgãos oficiais, em arquivos pessoais e em textos da imprensa. A retomada dessas informações em um projeto biográfico representou sua busca para pôr em evidência a sua identidade política e a defesa da ascensão feminina em um setor tão discriminatório e ressalta a sua perspectiva de auto arquivar-se, pois vemos em Lygia Bastos a consciência de que “O arquivo sempre foi um penhor e como todo o penhor, um penhor de futuro” (Derrida, 2001, p. 31). A densidade da documentação entregue a AAC apela própria Lygia expressa sua preocupação em inventariar a sua história como política e professora, assim como acentua a consciência do valor do seu trabalho e da sua singularidade decorrente do posicionamento de discussão e defesa legítima em várias frentes temáticas, visto que “Embora conhecida como a candidata das professoras, sua área de atuação foi muito mais ampla que a constante preocupação com os problemas educacionais e participação em comissões em quase todos os seus mandatos” (p. 83).

A preocupação com o “uso e natureza dos acervos arquivísticos” (Cunha, 2004, p. 292) assim como com suas finalidades são aspectos discutidos em “Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo”, artigo de Olívia Maria Gomes da Cunha (2004). Nesse texto, ela traz a

história da antropóloga Ruth Landes (1908-1991), cujos estudos se fixaram na investigação sobre a imposição de fronteiras étnicas, culturais e linguísticas a grupos minoritários e destaca seu “exercício de memória” ao reconstituir a sua trajetória profissional e pessoal para a produção de um acervo e escrita de uma autobiografia, que acaba não sendo produzida:

Ativar a memória por meio de lembranças registradas em papel não parece ter sido tarefa fácil para Landes no seu quase exílio canadense. Entre 1987 e 1991, ano de sua morte, esteve devotada ao exercício quase diário de recolher marcas, fragmentos e sinais que atestassem seu pertencimento ao passado e seus vínculos e envolvimento emocional com este. Pelo menos é o que sugerem os indícios de diferentes exercícios de memória deixados nas cartas, cartões, manuscritos reescritos, diários de campo, documentos familiares e relatórios produzidos por ela ao longo de mais de 60 anos. (p. 290)

Cunha, com base nesse trabalho de Ruth Landes, analisa o quanto o arquivo ajuda a expor “uma rede de diálogos intelectuais e políticos” (p. 290), como ele abriga marcas e inscrições que possibilitam suas interpretações e incorpora múltiplas temporalidades inscritas em eventos e estruturas sociais (p. 292). Tanto Lygia quanto Ruth, num exercício de autoconsciência e de manutenção de uma autoridade intelectual sobre a concepção de suas imagens e de suas identidades, buscaram recolher as mais diversas formas de textualidade que construíram para se retextualizarem através da “escrita de suas vidas”. Mesmo o projeto autobiográfico de ambas não tendo sido realizado, o empreendimento resultou em uma produção de acervos que “transformam-se assim em lugares de observação privilegiada [...]”. (p. 295), sujeitos a múltiplas leituras e novas interpretações (p. 292) e preservação de memória.

O conjunto de documentos ordenado, selecionado, classificado e identificado por Lygia e entregue a sua biógrafa, que agregou também as longas conversas e entrevistas que a ela concedeu, reflete sua preocupação em garantir que a consistência e a estrutura das informações sejam reproduzidas, mas observamos que, por consequência, ela buscou garantir a sua capacidade de auto gerenciamento, de condução dos significados que quis dar para a sua própria história, essencialmente no que se refere a exaltação da sua longa permanência e atuação na política, um dos territórios mais hostis com as mulheres do seu tempo.

Como grande expoente de defesa ou questionamento sobre diversas causas, cuja atuação foi se expandindo da esfera municipal para a estadual e depois a federal, suas intervenções reverberavam em grandes veículos de comunicação impressa do centro-Sul do país, a exemplo de *Jornal do Commercio*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *Gazeta de Notícias*, *Correio Brasiliense*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*. Lygia teve contato intenso com artistas de várias categorias, profissionais do rádio, escritores, atores e cantores, tornando-se deles apoiadora, amiga e divulgadora dos seus trabalhos. Mantendo relações pacíficas ou conflituosas com as

gestões dos políticos Jânio Quadros, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Ângelo Mendes de Moraes, João Batista Figueiredo, Ernesto Geisel, Eurico Dutra, Getúlio Vargas, atuou em vários projetos, atividades e eventos que fizeram parte do conjunto de grandes transformações político-sociais no Brasil dos anos de 1950 a 1970.

O texto biográfico é constituído em boa parte de reprodução total ou parcial de discursos e pronunciamentos do seu cotidiano na política, visando instituir lugares de memória, os quais expressam publicamente seus questionamentos, críticas e proposições e evidenciam sua postura contundente e incisiva nos mais diversos problemas da sociedade brasileira, da valorização dos artistas, direito à educação de qualidade, oficialização dos cartórios, oficialização do divórcio, etc. Como amostras da genuína atuação feminina no legislativo, esses documentos ilustram a capacidade argumentativa, a competência informativa e a presença de sua fundamentação bem estruturada mediante as questões temáticas que estavam em pauta:

O que esta parlamentar fez no exercício de seus mandatos está registrado nos anais da Câmara de vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e da Câmara Federal. Consumiria vários volumes a descrição de todas as comissões que presidiu ou de que fez parte, os discursos que proferiu, os pareceres que deu. Aqui, o que nos resta é destacar mais alguns aspectos de seu trabalho como legisladora pouco lembrados e que darão uma ideia da extensão e da importância dos temas que se ocupou e com que se preocupou. (p. 180)

O uso dos termos “recordista” e “trajetória” para qualificar o relato sobre Lygia Maria Lessa Bastos e esmiuçar diversas informações que fizeram parte dos seus longos anos de trabalho, foi uma estratégia da biógrafa para viabilizar que ela se tornasse conhecida do grande público e ratificar seu projeto de revisão da historiografia brasileira do ponto de vista feminino. Seu empenho na construção discursiva da personagem, ao presentificar fragmentos de suas experiências privada e pública, se resguarda numa ancoragem documental e de história oral para ajudar a recompor sua identidade e seus percursos de constituição de uma subjetividade pautada em cidadania, emancipação e desenvolvimento, especialmente para as mulheres.

Um direcionamento de leitura sobre a vida de Berta Gleizer Ribeiro, enquadrado no capital social, histórico e simbólico que essa antropóloga produziu, está presente em **Berta Ribeiro: aos índios com amor. Uma biografia (2016)**. Ao apresentar o empenho e perfil dela como grande pesquisadora e acadêmica, que desenvolveu uma intensa e profícua rede de relações com intelectuais, políticos, escritores no percurso do século XX, a biógrafa objetiva construir mais um recurso que garanta a essa personagem visibilidade, valorização e justiça em torno do seu efetivo reconhecimento, principalmente do grande público:

Conheci Berta pessoalmente, mas fiquei muito espantada, ao longo de minhas pesquisas, ao verificar o incrível volume dos seus trabalhos. [...] Mas ela não ficou nisso:

criou sua própria obra. Foi a maior especialista da cultura material dos índios brasileiros que tivemos. É uma trabalhadora incansável. (p.7)

Fica explícito, através dos vários textos citados na biografia que o maior desafio em torno da justa expansão da imagem e da história de Berta seja o predomínio da história de seu esposo, Darcy Ribeiro, e dos processos de exaltação da sua figura bastante disseminados, como também da associação contínua a uma conformação de dependência, carência e conflitos emocionais de Berta em relação ao seu matrimônio com ele. Dados esses que também são bastante ilustrados no texto, sobretudo pelas falas de amigos e familiares.

A apresentação dessa pesquisadora por via biográfica se fixa como a resposta a um projeto de AAC que viabiliza a notoriedade e a valorização de mulheres por vias do reconhecimento do benefício dos seus trabalhos e das transformações e desenvolvimentos que produziram para o país. Além disso, reflete o reajustamento de suas representações, na medida em que elas se mobilizam em torno de ações e projetos de grande impacto na esfera pública, em várias instâncias e em vários percursos, como é o caso mais específico aqui descrito de Berta Ribeiro:

Os caminhos percorridos por Berta Ribeiro sempre foram amplos porque vastos eram os seus interesses: antropologia, ecologia, museologia, arte e sua principal especialidade, a cultura material indígena. Entretanto, para si mesma, as concepções eram parcas, o sustento sóbrio, pois a generosidade, o dar e dar-se aos outros pautavam o cotidiano. A identidade múltipla, acompanhava seus interesses: romena de nascimento, mineira de coração, índia por vocação. (Callado, 2016, p. 113)

O discurso de AAC está atrelado ao arquivo de Berta, mas busca reforçar a sua interpretação sobre a fixação das informações através dos depoimentos e das entrevistas, o que ocasiona a revisão e releitura dos exercícios de memória sobre ela. Em boa medida, estruturada em eixos temáticos e embasada numa sequência cronológica convencional, a biógrafa reproduz o que pesquisou na documentação produzida pela própria Berta, que está atualmente abrigada no memorial Darcy Ribeiro, o FUNDAR, no campus da UNB e elabora uma narrativa que expressa o quanto o seu arquivo incorpora de importância social. Busca reproduzir, em consonância com esses recursos de informação, a potente vinculação dela com intelectuais e políticos, quase sempre articulada pelos trabalhos que produziu e seu relacionamento pessoal e que progressivamente se desenvolvia com diferentes comunidades indígenas:

Ela costumava indagar-se sobre si mesma. Não queria viver sem trabalhar e não se reconhecia sem os índios. Frequentemente dizia: “Eu não posso ser judia, porque não tenho religião...Não tenho família, nem marido, nem filhos. Sou sozinha. Só tenho mesmo meu trabalho com os índios. Devo a eles o que sou... Eu me sinto Desâna. (p. 97)

O livro objetiva representar o que foi extraído dos seus arquivos, trazendo detalhamento de suas produções, sejam elas de pesquisa, acadêmicas, editoriais, consultorias, exposições, formação acadêmica, militância, museus, produção intelectual, publicações, vida privada, recortes de jornal, cartas, vídeos, fotografias e áudio¹⁶. As citações referentes às correspondências e aos depoimentos ilustram com bastante detalhamento as mobilizações profissionais e pessoais dessa personagem, capturam sensações e percepções sobre sua identidade e tentam mapear situações e contextos políticos, históricos, artísticos e culturais sobre a causa indígena em diversas frentes temáticas nas quais diretamente ela atuou. Em associação com a apresentação dos fatos que vivenciou na sua vida pessoal e profissional, esses arquivos auxiliam a compreendermos as situações em que foram gerados e nos ofertam um olhar mais aproximado de quem os produziu sob diferentes aspectos.

A expressiva formação de uma rede de sociabilidade vem apresentada nas suas correspondências e nos textos orais, esses últimos apresentados diretamente a biógrafa. Nesses textos, vemos um cotidiano de relatos produzidos por e sobre Berta e algumas das respostas a eles, cujo enfoque são os grandes desafios que pairam sobre os projetos das causas indígenas que assumiu, há espaço também para desabafos e reflexões a respeito de suas crises e conflitos emocionais, adentrando num grau de intimidade da sua relação conjugal com Darcy e atenção especial para os processos de concepção e desenvolvimento dos seus diversos trabalhos em suas diferentes modalidades. É reservado espaço para abordagens sobre as vivências nos exílios e os embates políticos na época da ditadura, assim como para as suas mobilizações em torno de causas políticas.

O arquivo é uma fonte de conhecimento e ao ser lido, observado, analisado, descrito e interpretado e ele está sujeito ao caráter volátil das ideologias e das transformações históricas. Ao discutir sobre arquivo, etnografia e os interesses dos antropólogos, Olívia Cunha vai apresentar procedimentos que podem ser também amplamente reconhecidos nos trabalhos de Berta Ribeiro como importante fonte de conhecimento:

Além das técnicas de ordenamento e controle de tudo aquilo que, de outra forma, estaria virtualmente sujeito ao desaparecimento e à dispersão, artefatos orientados pela mesma lógica classificatória são criados: inventários, catálogos, cronologias, classificadores e critérios de valor passam a compor um rico universo de saberes, instrumentos e técnicas arquivísticas. (p. 292)

¹⁶ Em artigo intitulado “Berta Gleizer Ribeiro: da militância ao afeto, o percurso de uma antropóloga”, Elen Cristina Monteiro Vogas realiza pesquisa documental sobre o arquivo de Berta e focaliza suas correspondências, onde apresenta uma intensa rede de colaboração com intelectuais ao longo de sua trajetória. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política** Vol. 2, Nº 1, Janeiro a Junho/2014.

A abordagem de Cunha sobre a “leitura do arquivo” traz como análises que foram possibilitadas “variadas experimentações metodológicas nos modos de se conceber e utilizar os arquivos (p. 294). Isso nos ajuda a compreender como se desenvolveram estudos sobre o trabalho antropológicos com os indígenas, que são apresentadas por Berta em suas cartas aos seus colegas pesquisadores e o perfil do trabalho nessa área que estava em pauta no Brasil. Suas manifestações sobre esses temas são selecionadas e organizadas por AAC através de um olhar meticuloso, que elencou delas diversas amostras, cujo intento é ofertar aos leitores a representação mais genuína das vozes e posicionamentos seus e de seus interlocutores.

Ana Arruda Callado procura ressaltar no caráter do trabalho desbravador, irrequieto e intensamente produtivo de Berta, que acabou alcançando uma produção de nove livros e mais de quarenta artigos publicados, uma projeção da potência feminina a partir do seu desenvolvimento intelectual e profissional. No contexto da biografia, as referências ao conjunto volumoso do seu trabalho se constituem importante recurso de transformação das perspectivas e de inspiração para construir meios de valorização do desenvolvimento histórico-cultural no nosso país mobilizado por mulheres. É possível observar também que o registro da produção acadêmica e científica da professora e pesquisadora Berta Ribeiro ajuda a direcionar o país a repensar as bases das construções dos sistemas de legitimação e referência que se cristalizaram na História do Brasil do século XX e que ainda têm predominância nos dias atuais.



CAPÍTULO 3

DIMENSÕES E CONTORNOS DAS RELAÇÕES ENTRE BIOGRAFIA FEMININA E

REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Jornalismo
Pioneira do jornalismo brasileiro, assinando biografias de mulheres que fizeram história no país

ESQUECIDAS, MAS NEM TANTO
Ana Callado, pioneira de memórias
episódios importantes no país e que os livros simplesmente ignoram

Patrícia Zaidan
Claudia - 01/2014



Por Mariana Peixoto - Estado de Minas

Publicado em: 15/07/2017 08:13 Atualizado em:



3.1 Índices do ficcional e do factual na escrita biográfica

De qualquer modo, há uma distinção entre biografia e ficção- elas se diferem na própria substância da qual são feitas. Uma é escrita com a ajuda de amigos, fatos; já a outra é criada sem quaisquer restrições, salvo aquelas que o artista, por razões que lhe parecem interessantes, escolhe obedecer. Esta é uma distinção, e há uma boa razão para pensar que, no passado, os biógrafos a encontraram não só como uma distinção, mas como uma distinção muito cruel.

(Virgínia Woolf. **A Arte da biografia**. 2012, p. 201,202)

As controversas e complexas relações entre o polo factual e o polo ficcional na escrita de biografias são questões fulcrais a serem observadas em se tratando de crítica e análise de textos desse gênero e foram também especialmente discutidas nos ensaios de Virgínia Woolf, “The New Biography¹⁷”, de 1927 e “A Arte da Biografia”, de 1939. Nesses textos, a escritora, na esteira das novas abordagens sobre as acentuadas transformações do gênero biográfico em contexto europeu, nas primeiras décadas do século XX, trouxe considerações sobre as inovações nos métodos de concepção e de perspectivas dessa escrita e sobre seu percurso em vias de superação de modelos e paradigmas já consolidados, mas em condição de desgaste. Se sua pauta se insere no contorno da expansão e notoriedade que a escrita de si adquire no mundo ocidental, ela se inscreve também nas tensões e limites do trabalho biográfico, considerando-se o caráter híbrido e os propósitos e projetos inerentes a ele.

Woolf, em seus estudos sobre o biográfico, como também em seus exercícios de escrita de biografias, evoca aspectos cruciais desses textos ao destacar-lhes como importantes em seus aspectos de reconfiguração e renovação. Assumindo o caráter de provisoriade deles, as novas modalidades, os usos plurais e o perfil perecível das personagens em suas diferentes perspectivas, ela constrói discursos que nos atualizam sobre sua visão a respeito das teorizações e das práticas renovadoras que esses textos assumem.

Inspirada na ideia de que a biografia deve visar a “transmissão verdadeira da personalidade” concebida pelo escritor Sidney Lee, que é apresentada no início do ensaio “La Nueva Biografía” (2007), Woolf ressalta os conflitos e tensões inerentes a essa frase, na medida

¹⁷ Usarei a tradução do texto em espanhol “La Nueva Biografía”, publicada em **Memoria: Revista de Estudios Biográficos**, ISSN 1696-9863, n. 3, 2007, págs. 194-198.

em que ela sintetiza verdade e personalidade como basilares de escrita biográfica. Para a escritora, as adversidades se inserem no fato de:

E se pensarmos sobre a verdade como algo tão sólido quanto o granito e com personalidade como algo tão intangível quanto o arco-íris, considerando que o objetivo de toda biografia é fundir esses dois componentes em um todo no qual as costuras não são perceptíveis, então teremos que admitir que o problema que se coloca não é trivial e não nos deve surpreender¹⁸.

Partindo da noção de que a verdade dos fatos e a verdade da ficção são atributos autênticos, mas antagônicos, ela criou uma correlação de dois conceitos “granito” e “arco-íris”, que representam respectivamente a combinação do tangível e do metafórico como recursos essenciais para a escrita de vidas em suas diversas modalidades, não desconsiderando que “a verdade dos fatos e a verdade da ficção são incompatíveis; ainda assim o biógrafo está mais do que nunca instigado a combiná-las. Pois, ao que parece, a vida que é crescentemente real para nós é a fictícia”¹⁹. Deste modo, desenvolveu um olhar crítico sobre o manejo e a arquitetura dos fatos enquanto princípio de construção da verdade sobre personagens incorporadas no “espaço biográfico”, seja pela manipulação, sombreamento ou destaque que se é dado aos mesmos.

Ao trabalhar com oposições como vida, feitos, ação versus pensamento, emoção, alma, explorou de modo recorrente a necessidade de combinação de aspectos contrastantes no texto biográfico, como sutileza e ousadia, sonho e realidade e apresentou as repercussões dos novos movimentos dessa escrita, os quais visavam agregar outras categorias de protagonistas em suas plurissignificações e movências e ressoar os novos posicionamentos do autor, que deles se aproxima com mais liberdade e familiaridade. O estímulo à imaginação deste, “de recorrer a artifícios da ficção para tentar refletir a vida real [...]” em “que um pouco de ficção que se mistura dados podem ser usados para revelar a personalidade de modo muito eficaz.”²⁰, reflete sua defesa do uso mais aprofundado de recursos da esfera ficcional e da exploração da potência crítica e criativa dos diversos aspectos das experiências dos indivíduos. No entanto, prescreve que o biógrafo deve prezar pelo equilíbrio entre essas bases tão fundamentais, para não colocar em risco a autonomia da ficção e os fundamentos da realidade.

¹⁸ WOOLF, 2007, p. 194. Tradução de “Y si pensamos en la verdad como algo tan sólido como el granito y en la personalidad como algo tan intangible como el arco iris, considerando que el objetivo de toda biografía es fundir estos dos componentes en un todo en el que no se noten las costuras, entonces tendremos que admitir que el problema que surge no es trivial y que no debería sorprendernos”.

¹⁹ WOOLF, 2007, p. 197. Tradução de “La verdad de la realidad y la verdad de la ficción son incompatibles; sin embargo se ve, ahora más que nunca, obligado a mezclarlas. Pues parecería que la vida que a nosotros nos resulta cada vez más real es la de ficción; y radica más en la personalidad que en la acción”.

²⁰ WOOLF, 2007, p. 197. Tradução de “se puede recurrir a los artificios de la ficción al tratar de reflejar la vida real. Há puesto en evidencia que un poco de ficción mezcla da con los hechos puede usarse para desvelar la personalidad de forma bien efectiva.”

No outro ensaio, “A arte da biografia” (1939), Virgínia Woolf traz reflexões mais apuradas sobre o fazer biográfico ao expor, doze anos depois, novas repercussões de um olhar mais restrito sobre inovações e experimentações nesses textos e apresentar questionamentos sobre o seu caráter artístico. Em sua indagação “a biografia é uma arte?” (Woolf, 2012, p. 201), questão bastante relevante em se tratando de criatividade e liberdade, encontramos indícios de uma projeção de análise sobre esses temas que se configura muito relevante, mesmo em tempos tão sombrios de guerra, quando este ensaio foi gerado. Focada no contexto literário britânico, Woolf destaca o pouco espaço dedicado a escrita desse gênero textual e as suas restrições, considerando a necessidade do escritor recorrer aos processos investigativos e aos indícios factuais, muitas vezes por colaboração de determinados indivíduos, o que restringe a sua capacidade de uso da imaginação, liberdade criativa e experimentação formal. Em seguida, com seu olhar voltado para as “biografias vitorianas”, mantém sua discussão sobre as distinções entre biografia e ficção, cujos conteúdos substanciais de ambas são apresentados como bem distintos.

Numa segunda etapa, já concentrada no caráter experimental das produções de Lytton Strachey, Woolf tece considerações sobre as limitações e possibilidades dessa escrita, cuja prática da liberdade e recriação sobre “vitorianos eminentes”, teve grande repercussão e se tornou notável, porque suscitou questionamentos sobre as transformações da biografia em relação as suas formas, conteúdos e funções e com qual intensidade e razões mais se aproximava da verificação e autenticação de informações: “Não poderia a biografia produzir algo da intensidade da poesia, algo da excitação do drama, e manter ainda a virtude particular que pertence ao fato- sua realidade sugestiva, sua própria criatividade?” (2012, p. 204) E, mesmo constatando a necessidade de recursos ficcionais para a construção de biografias, a ensaísta expõe uma postura contraditória ao afirmar, nesse texto, que fato e ficção se recusam a serem misturados e que a crise decorrente da tentativa de conciliação entre essas esferas é uma característica inerente à própria biografia, visto que: “Ela impõe condições que devem ser baseadas em fatos, que podem ser verificados por outras pessoas além do artista.” (2012, p. 204).

Mais adiante, expondo discrepâncias e pontos problemáticos em seu discurso, Virgínia Woolf constrói uma análise mais específica sobre o escritor artista, em que defende a concepção de personagens inventadas como um exercício autêntico de visão de mundo, empreendida exclusivamente por este e das conformações deste mundo que ele produzirá e, de certo modo, nos faz crer na importância da utilização de elementos ficcionais para a produção de biografias.

Já para o biógrafo, na condição de “artífice”, ela estabelece como meta uma postura pioneira, que possa admitir a revisão de paradigmas a partir da inserção de novos personagens em suas múltiplas perspectivas, que agreguem até mesmo “versões contraditórias a respeito de uma mesma face” (2012, p. 206), porém, que execute o seu ofício de colaborador por nos trazer o “fato sóbrio” enquanto “fato criativo; o fato fértil; o fato que sugere e gera” (2012, p. 207)

Woolf assim nos traz uma perspectiva mais preocupada com a sistematização e formalidades da escrita de biografias, cujo espelhamento é o uso do substrato da verdade nesses textos. Ao mesmo tempo que reforça neles a presença inevitável da interface dos polos factual e ficcional, exprime as tensões na combinação de ambos e a dificuldade de dimensioná-los em uma medida justa e coerente para os leitores e para os escritores, que propicie a expansão e o reconhecimento do gênero no cenário cultural britânico do início do século XX.

Em se tratando da análise desse tema, as relações entre os polo ficcional e polo factual em biografias, explorado de modo bem fundamentado por Virginia Woolf, observamos os efeitos do seu caráter contundente na escrita biográfica de Ana Arruda Callado. Esse eixo temático, que tem motivado a execução de amplas discussões no âmbito da crítica biográfica e dos estudos em história, jornalismo e literatura, é ocasionado pela presença nesses textos da concepção de um “espaço biográfico” que incorpora associações estritas com a projeção de revisão historiográfica enunciada por ela. As intenções de Callado, expressivamente reiteradas em suas declarações sobre esses livros, visam ser consolidadas através de um projeto de intervenção na cultura brasileira, cujo enfoque é a revisão de paradigmas e a reinserção do valor feminino como pauta potencialmente transformadora, visto que sua meta principal é através delas apresentar resultados de investigações sobre experiências femininas particulares e o quanto elas contribuíram para a compreensão do quadro multidimensional do Brasil do último século.

Sua produção vem assim guiada por um conjunto de questionamentos e movida por uma problemática a ser pesquisada, que busca traduzir uma vinculação da funcionalidade do mercado editorial de biografias a um viés pragmático, em atendimento a demandas identitárias e de representação de subjetividades que foram ignoradas na tradição cultural por muito tempo. Ao observarmos mais atentamente como ela caracteriza seus textos, detectamos essa carga de intencionalidades defendida e interpretada através de um discurso que se posiciona de modo incisivo, como o destacado nos seguintes tópicos de entrevistas:

“Agora, o que me interessa nas biografias que escrevo é contar mais a História do Brasil, não tenha a menor dúvida. Todas as minhas biografias são assim.” (Callado, 2017, p. 11)

“Então decidi contar episódios importantes do país por meio da vida delas.” (Zaidan, 2014, p. 2)

“Tenho interesse em contar a história contemporânea do Brasil através de um olhar feminino. Sou patriota, quero redescobrir a história desse país.” (Callado, 2010)

“De certa maneira, para querer entender o Brasil, o meu País. A história não dá conta das mulheres. Muitas delas nem são consideradas nos livros tradicionais de História.” (Callado, 2012, p. 7)

“Só faço biografias de mulheres porque acho que as mulheres estão muito ausentes da História do Brasil.” (Callado, 2017)

“[...] o que eu quero é mostrar a inserção dessas mulheres na História do Brasil” (Callado, 2017)

“[...] acrescentei ao meu objetivo inicial de saber mais sobre algumas mulheres que me despertavam curiosidade, a vontade de saber mais sobre a história recente do meu País, do ponto de vista feminino.” (Callado, 2011)

Nestes trechos, selecionados de diferentes entrevistas concedidas pela escritora, em que também procurou trazer explicações mais específicas sobre características e fundamentos das suas biografias, detectamos uma abordagem mais apurada a respeito das condições para a escolha das personagens, as circunstâncias que propiciaram a mobilização por essa escrita e uma confluência entre elas que se destaca do ponto de vista histórico-social. Nas expressões “o que me interessa”, “decidi contar”, “Tenho interesse em contar”, “para querer entender”, “acho que”, “o que eu quero”, “a vontade de saber mais”, ganha relevância a perspectiva de intervenção da biógrafa que está em evidência, pontuada sobretudo nos verbos que indicam ação e nessa presença expressiva de sua subjetividade, a qual vem manifestada como um fator de motivação para produzir biografias.

O que se destaca também nesses discursos de Callado é a preocupação em integrar o biográfico e o histórico como arcabouços de seu projeto, em que os recursos como relato e a narrativa vivencial, impregnados de teor documental e potencial cognitivo, sejam as vias essenciais para sua consolidação. Objetivando revisitar o período em seus dados e fatos mais significativos, ela reinsere a presença e a atuação das mulheres como conteúdo principal para um deslocamento das perspectivas e visões sobre o país e suas principais referências em voga. O seu direcionamento de discurso e de escrita é assim motivado a defender a potência desses textos a partir do cumprimento desse compromisso que a si atribui e tal carga intencional ajuda a conformá-los tanto metodológica, quanto tematicamente.

A inter-relação entre história, país e mulheres se estabelece como a tríade conceitual mobilizadora de toda essa escritura, associada também a um posicionamento de denúncia sobre uma conjuntura nacional embasada em processos de exclusão, omissão e emudecimento sobre o feminino, numa projeção do individual para o coletivo, demarcando o seu compromisso com o conhecimento, com o valor da nacionalidade e com o patriotismo por outras vias. Isto

ocasiona a elaboração de textos com um teor mais motivado, cujo viés informativo, de mobilização e engajamento ganha predominância sobre outros aspectos que referendem o entretenimento e a fruição proporcionados pela leitura de livros desse gênero ou sobre outras diversas apropriações da escrita biográfica.

Ao se filiar a tais questões, Callado adentra deste modo num dos territórios mais intrincados da biografia, mas que também incorpora o seu caráter mais produtivo, tanto temática quanto formal e esteticamente. Na ampla seara de múltiplas escritas que comportam o “espaço biográfico” a imperativa necessidade de conjugação dos elementos ficcionais e factuais ganha espaço significativo em decorrência dos percursos de escrita e das configurações estilísticas e temáticas que esses textos agregam.

Nesse contexto, os aspectos se situam no trânsito de múltiplos questionamentos sobre os significados e as complexidades inerentes ao exercício de contar uma “história de vida”. Se a biografia enquanto gênero textual se apresenta com um caráter transversal e multidisciplinar, que coopta as relações entre diferentes campos epistemológicos e os diálogos entre variadas fontes do conhecimento, é porque se vincula aos aspectos multirreferenciais que estruturam e compõem a vida de indivíduo. Como consequência, a dificuldade de classificação do gênero, associada aos diálogos nela intrínsecos com múltiplos campos disciplinares, como sociologia, literatura, história, antropologia, psicologia, comunicação, jornalismo, tem reverberado em intensas análises sobre temas como: a base documental, o processo criativo, o emprego da imaginação, a reconstituição histórica, o papel da subjetividade, a narrativa em análise estético-cultural, as relações entre biógrafos e biografados, a influência do contexto, o problema da narrativa biográfica totalizante, a circulação da biografia em mercados editoriais e audiovisuais, as múltiplas configurações da escrita de si.

Dessas abordagens teóricas e temáticas derivam também as análises tensas da integração e confluências entre o polo ficcional e polo factual no contexto biográfico que resultaram em aplicações conceituais como hibridismo (Dosse, 2009, p. 18, 55), amálgama, simbiose, mescla, mistura (Woolf, 2007, p. 198) e fluidez epistemológica (Avelar, 2015, p. 126) e elas concentram a tarefa hermenêutica de buscar construir sentido para a experiência vivida a partir da articulações entre individual, singular e o coletivo, entre o geral e o particular, entre o privado e o público, entre o passado e o presente, entre a memória e o esquecimento.

Mas, ao mesmo tempo em que constatamos que as conjugações entre fato e ficção são essenciais na constituição desses textos, são desenvolvidas ainda diversas discussões que tentam identificar e analisar as controvérsias em torno dos usos e da conciliação entre esses dois

polos, a partir da investigação sobre os propósitos, características, dimensão e estrutura que eles vêm apresentando em textos ficcionais e históricos. Se a biografia está ampliando significativamente e de modo privilegiado seu espaço no cenário cultural, ela também tem sido denominada por pesquisadores como “desafio”²¹, “problema”²², “problema historiográfico”²³ e “ilusão”²⁴, principalmente pelo questionamento sobre a ausência de lisura no caráter de representação ou de referencialidade que lhe é conferida pelo público, pela crítica ou pelos autores e pelos jogos de significados imbrincados nas configurações dos “eus” e na condição da autoria.

No capítulo “A biografia como problema” (1998, p. 225-249), da historiadora francesa Sabina Loriga, observamos sua análise sobre a imprecisão que marcou a fronteira entre biografia e história e a inserção dos “excluídos da memória” (p. 225) como valor do método biográfico. Em sua recapitulação sobre os diferentes momentos de produção e valorização de biografias, retratou momentos de crise do gênero e mudanças de paradigmas de representação dos protagonistas, e destacou que “[...] hoje a aposta não é mais no grande homem (conceito banido e às vezes desprezado), e sim no homem comum” (p. 244). Em mais um aspecto de sua análise, ao ressaltar o problema da produção biográfica visando construir uma coerência e uma unidade de sentido entre o contexto e a vida, numa busca de conformidade e normalidade da pessoa e do seu meio social, a historiadora adentrou numa discussão sobre as complexidades da busca de expressão das múltiplas experiências de um indivíduo. Observando o quanto elas se desenvolvem de modo múltiplo, incoerente e imprevisível, retratou que “[...] não é necessário que o indivíduo represente um caso típico; ao contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social.” (1998, p. 248)

Evidenciando a mudança de perspectiva agenciada pela micro história, tratou da crise do modelo de análise histórica, que gerou o deslocamento para o interesse na subjetividades dos indivíduos. Assim, salientou seus efeitos sobre a demarcação da singularidade e de um olhar sobre a vivência compartilhada de aspectos da vida social e cultural como um dos novos

²¹ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

²² LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

²³ REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. **História e historiografia**: exercícios críticos: Jacques Revel. Tradução de Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 235-248.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 74-82.

propósitos em revisão na biografia, em que a representatividade do indivíduo atua como conexão e modelo de categorias sociais mais abrangentes, porque:

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos ‘façam eles ou não história, moldam e modificam as relações de poder. (Loriga, 1998, p. 249)

Investigar as alterações dos percursos da biografia na história e as aproximações e distanciamentos entre elas, assim como se desenvolveram as críticas, negações, afirmações e práticas ao longo do tempo, tem sido uma abordagem desenvolvida por pesquisadores do gênero e essa é a pauta de “A biografia como problema historiográfico” (2010, p. 235-248), do historiador francês Jacques Revel. Sobre a produção biográfica, ele construiu uma análise das suas mudanças teóricas e metodológicas e indicou que o levantamento de problematizações sobre os paradigmas históricos, sociais, políticos e culturais estava associado a uma nova conjuntura científica e intelectual que trouxe impactos sobre a veiculação de modelos científicos. Ao investigar o seu uso no campo historiográfico, constatou a existência de uma variedade de públicos leitores e grande popularidade, cuja vitalidade pode ser decorrente da alteração de fronteiras habituais, transformação dos paradigmas e status de exemplaridade (p. 235, 237).

Revel mapeou diferentes paradigmas de escrita, modelos explicativos e sistematizou características dos textos biográficos na perspectiva de ilustrar como se desenvolveram os trabalhos de diferentes momentos históricos em torno desses textos e destacou sobre a larga tradição e vitalidade do gênero, que:

Apesar dos maus presságios lançados sobre ela desde a origem, a biografia se tornou um gênero histórico de larga atividade, ou antes, ela deu origem a uma família de subgêneros que compõem uma parte importante da produção historiográfica. Ela deve isso à função de exemplaridade com que investiu no momento em que a história em geral era pensada como mestra da vida. A biografia histórica não se tornou por isso um exercício livre. Ela permaneceu submissa a um duplo conjunto de pressões. As primeiras concernem às fontes [...] As seguintes interessam à forma (2010, p. 239-240)

Referindo-se à biografia como gênero historiográfico, este autor indicou que ela está limitada ao uso das fontes, pois “se inscreve na evidência”, cujas pressões reverberam no uso das fontes e nas formas de adaptação (p. 235) e que sua complexidade também se situa em analisar uma experiência singular no contexto social, em se concentrar na elaboração de uma trajetória contínua e na representação de experiências coerentes.

Tido como um projeto ambicioso e bastante cortejado, a possibilidade de uma vida individual ser historicizada passou a ser confrontada pela noção de trajetória previsível, coerente e sistemática que integra o cerne de suas características em textualizações diversas. Sobre esta vida, biógrafos e biógrafas buscam construir uma tessitura textual a partir de rastros e lacunas, pois necessitam trazer uma narrativa encorpada de coesão e coerência tanto para o leitor, quanto para instaurar a compreensão lógica dos acontecimentos de um passado num presente em estado de latência, com suas demandas e novas configurações. Uma das posições que assinalam um contraponto a essa ideia de unidade e continuidade é apresentada por Michel de Montaigne em “Sobre a inconstância de nossas ações” (2010), onde referenda a heterogeneidade, as contradições e a imprevisibilidade das experiências como consequências da volubilidade humana e de sua suscetibilidade a costumes, opiniões e circunstâncias e da ausência de uma interioridade fixa e previsível. Montaigne usa um repertório de exemplos e crivado de vocábulos como “irresolução”, “instabilidade”, “indefinido”, “instante”, “oscilação” para construir uma reflexão sobre como tentamos conhecer o homem e nos leva à constatação do quanto as prescrições ou visões de “uniformidade de comportamentos a uma ordem e uma relação infalível” (2010, p. 210) são inócuas, visto que “Somos todos feitos de peças separadas, e num arranjo tão disforme e diverso que cada peça, a todo instante, faz seu próprio jogo. E há tanta diferença entre nós e nós mesmos como entre nós e outro.” (2010, p. 207)

Aplicando neste ensaio, máximas, citações e casos, estratégia recorrente em seus textos, este ensaísta francês instaura reflexões sobre aparências, dogmas e verdades e desnuda as contradições que estão incorporadas nas vivências cotidianas. Deste modo, aponta os riscos de se conhecer uma vida superficialmente, devido à falta de continuidade, coerência e consistência das ações humanas e assim ratifica o erro de se escolher um caráter universal, pautado em referências superficiais, para construir uma imagem sobre o ser humano e interpretá-la.

No embate dessas mesmas reflexões, temos um desafio imposto aos biógrafos, de reconstituir uma trajetória individual, conforme os moldes do senso comum, ao visar compor relações inteligíveis sobre uma vida, que está no cerne do texto “A **ilusão** biográfica” (2006, pp. 183-192) do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Este nomeia como “ilusão retrospectiva” a tentativa de concatenar fatos e acontecimentos, gerir neles causalidades e implicações a partir de uma construção narrativa *a posteriori* e destaca que as vivências das personagens estão sujeitas a descontinuidades, incoerências, sobreposições, contradições. Assim como descreve este tipo de narrativa como um artifício que se assenta sobre um tempo e um espaço que esvaneceram, ele defende que não se deve definir e apregoar o texto como fonte de

informação autossuficiente, pois essa narrativa de vida associada a trajeto, percurso “fim, no duplo sentido, de término e finalidade” (2006, p. 183), nada mais é do que um meio de criação artificial de sentidos.

Ao tratar da predisposição de uma trajetória coerente, constante, linear e orientada, cujo sentido de existência é formatado pela narrativa cronológica dos acontecimentos em suas “constância diacrônica” e “unidade sincrônica” (2006, p.186), Bourdieu critica a ausência de um crivo analítico nas noções disseminadas pelos pesquisadores sociais. Neste texto, o biográfico é observado como um desafio da linguagem, em razão dele não ter condições de reconstituir totalmente a realidade através de palavras e considerando-se a noção de real como descontínuo, composto de elementos justapostos e a existência de outras possíveis dimensões de uma vida.

Identifico que a pretensão básica da biografia de representar a vida humana em um processo sequencial, ordenado, cronológico e embasado numa noção de coerência e coesão, vida essa que precisa ser contextualizada, situando-a num tempo e espaço, gera a representação do sentido teleológico para o biografado. Em caráter estratégico, é ignorado o caráter inexpugnável dos diferentes segmentos temporais e múltiplas circunstâncias que emergem dos diferentes recursos e contextos nela empregados: o entrecruzamento das experiências da personagem protagonista com a diversas personagens de sua convivência, o tempo do relato configurado em testemunho ou depoimento, as diferentes temporalidades na concepção e no recolhimento das fontes e dos arquivos, e, sobretudo, a perspectiva temporal projetada no processo enunciativo da escritora da biografia, na sua tentativa de revivificar no presente. Nesta perspectiva é que a escrita biográfica agrega o uso de diversas formas, cujos objetivos de enunciação se desdobram em pluralidades discursivas, mas reconhece como campos privilegiados o narrativo e do relato, considerando-se as suas diferentes nuances e as suas propriedades de trazerem correspondência com objetivos sociais da comunicação, a representação das diretrizes espaço-temporais da experiência humana (Schneuwly e Dolz, 2004). Apesar de apresentar esta regularidade linguístico-discursiva, no texto biográfico podem ser encontrados diferentes tipos de discurso como o explicativo, o argumentativo e o descritivo, que sinalizam as alterações epistêmicas da produção biográfica e a necessidade de pôr em circulação novos processos enunciativos.

Um outro historiador francês que também investigou e sistematizou as transformações históricas do fazer biográfico, demonstrando como esse texto adotou diferentes concepções ao longo do tempo, em relação aos seus contextos de produção, foi François Dosse, em **O desafio**

biográfico (2009, p. 55). Este optou por elaborar uma divisão metodológica das biografias, descreveu o quanto ela se tornou terreno propício de experimentação para o historiador e sinalizou a tensão entre o polo científico e o polo ficcional na disciplina história, que tem na biografia um lugar privilegiado (p. 55). Consciente que o biógrafo trabalha com esses dois planos, a verdade da ficção e a verdade dos fatos, Dosse afirma que:

O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica – pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as conviências existentes entre a literatura e as ciências humanas. (2009, p. 18)

Reverberando parcialmente as abordagens de Bourdieu em relação a “ilusão biográfica” também levanta um problema recorrente que envolve esse tipo de produção que é “a ânsia de dar sentido, de refletir a heterogeneidade e a contingência de uma vida para criar uma unidade significativa e coerente traz em si boa dose de engodo e ilusão” (2009, p. 14). Imaginação, intuição e talento criador, liberdade criativa são recursos conceituais que Dosse utiliza para ilustrar os contrastes das vertentes incorporadas nas vontades de reproduzir um vivido real passado, a partir de uma individualidade, apontando-os como inevitáveis por não se poder restituir a vida real em sua complexidade e riqueza, devido ao caráter lacunar dos documentos e aos lapsos temporais duma vida oscilante entre memória e esquecimento (2009, p. 55). Assim, por extensão, o historiador expõe e problematiza, através da investigação sobre o gênero biográfico, o estudo e crítica sobre aspectos mais atuais e desafiadores das ciências humanas e da literatura.

Ao discutir os “desafios narrativos e éticos da biografia histórica” (2010, 2014), o historiador Alexandre de Sá Avelar apresenta uma abordagem sobre as “incertezas e angústias” (2010, p. 120) decorrentes do estudo dos aspectos narrativos da biografia histórica e da confluência das dimensões factual e ficcional a ela inerentes. Ao situar a preocupação dos escritores com a oferta de um relato que busque situar o personagem o mais próximo da experiência vivida e real do passado, ele descreve o compromisso destes com o cumprimento de etapas, como pesquisa documental, elaboração explicativa e consolidação desses dados na construção textual como estratégia fundamentais. Em contrapartida, ressalta os riscos e as deficiências que surgem como consequência dessa perspectiva de elaboração, situadas na carência de informações e na problemática visão da possibilidade de se reconstituir uma história de vida como uma composição harmônica e homogênea. Se para este historiador é necessário considerar o “caráter ambivalente” (p. 161) dessa escrita, essa “encruzilhada narrativa” se

constitui uma das principais vias de observação sobre os propósitos e as características do texto biográfico, “O lugar da biografia como possibilidade de uma escrita da História” (p. 160) traz uma questão central que é tanto estética quanto epistemológica.

Segundo o historiador, que também trata do processo ético de compromisso com o público, indica ser necessário observar na escrita desses textos que:

O que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas [...] o biógrafo deve sugerir respostas para questões como o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás dos grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens da liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, entre outras (Avelar, 2010, p. 169).

Visando defender uma posição de respeito e de compreensão do personagem na sua historicidade, Avelar discute a importância da atenção aos princípios éticos na escrita biográfica, em se tratando dos processos investigativos, da relação com as fontes e das formas de elaboração, divulgação e circulação de tais informações (p. 168-169), advoga, por outro lado, acerca da apresentação dos métodos e materiais que deram subsídios à investigação e como as experiências do biografado trazem contribuições e explicações para que compreendamos o desenvolvimento dos acontecimentos (p. 202).

As análises até aqui apresentadas são amostras das discussões sobre as aproximações entre história e literatura que se tornaram matéria intensivamente debatida entre especialistas no século XX, representada por variadas concepções teóricas e autores, e elas ajudam a compreender o quanto o desenvolvimento das formas de conhecimento são mediadas e produzidas pela e na linguagem em suas diversas formas discursivas e enfatizam:

(...) a ideia da inexistência de uma realidade extralinguística inteiramente independente das representações textuais e discursivas. O real, nessa ótica, só pode nos chegar por intermédio de um texto cujos sentidos e significados não apontem diretamente para o mundo exterior, mas para outros textos e signos.” (Avelar, 2015, p. 124)

Algumas das indagações fundamentais para pesquisadores sobre história e biografia é que lugar o “real” ocupa na estrutura do discurso e a evocação da funcionalidade da narrativa. No ensaio intitulado **O discurso da História (2004)**, Roland Barthes nos apresenta o real como efeito linguístico e analisa estes aspectos correlacionando-os, com o desenvolvimento da produção de sentido, a construção da verdade no discurso histórico e o papel da narrativa como resultado dos jogos de significação através da linguagem. Sobre a busca do público por textos com um teor mais “realista”, afirma que:

O prestígio do aconteceu tem uma importância e uma amplitude verdadeiramente históricas. Há um gosto de toda a nossa civilização pelo efeito de real, atestado pelo

desenvolvimento de gêneros específicos como o romance realista, o diário íntimo, a literatura de documento, o *fait divers*, o museu histórico, a exposição de objetos antigos, e principalmente o desenvolvimento maciço da fotografia, cujo único traço pertinente (comparado ao desenho) é precisamente significar que o evento representado *realmente* se deu. (p. 178)

Ele questionou a existência de diferença entre o discurso literário e o discurso histórico, pois, centrado em estudos da linguagem ressaltou que, havendo essa separação, a sua figuração pode ser evidenciada a partir do nível de enunciação onde ela ocorria. Seus argumentos também buscaram retratar a realidade, matéria essencial da história como uma simples ocorrência do discurso, denominando-o “efeito do real” e não exatamente a realidade, visto que a noção de fato histórico também é questionável.

Pondo em debate a “autoridade de verdade” e a confiabilidade sobre o discurso histórico, o semiólogo e crítico literário francês afirmou que a concepção de fato era resultado da criação de sentido oriunda de uma perspectiva de efeito do real, visto que: “o fato só pode ser entendido de maneira tautológica: o notado procede do notável, mas o notável não é senão aquilo que é digno de memória, isto é, digno de ser notado” (p. 176). O significado do fato estaria assim associado a autoridade do discurso referencial, ou seja, fruto de uma ocorrência linguística. Portanto, o discurso histórico constitui-se mais uma elaboração ideológica e imaginária do que “verdadeira”, pois reúne e organiza mais significantes do que fatos, porque estes só têm existência linguística.

Barthes assim nos convoca a contemplar a narrativa histórica em suas dimensões práticas e atos performativos (p. 170), relacionando o sujeito da enunciação a uma ideologia e a um imaginário, pois;

(...) o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou para ser mais preciso, *imaginário*. [...] Compreende-se daí que a noção de “fato histórico” tenha muitas vezes suscitado, aqui e ali, certa desconfiança. Já dizia Nietzsche: ‘Não existe o fato em si. É sempre preciso começar por introduzir um sentido para que haja um fato’”. (p. 176)

Em consonância com os aspectos teórico-conceituais empreendidos por Barthes, o pensamento do filósofo francês Paul Ricoeur em **Tempo e narrativa**, tomo III, (2010, p. 310), busca traduzir como as vidas humanas pode adquirir mais legibilidade quando interpretadas através de histórias e discute como se tornam mais inteligíveis quando sobre elas aplicamos modelos narrativos da história ou da ficção. Enfocando o ato da leitura como o momento interpretativo e aspecto crucial na compreensão do tempo, que caracteriza tanto as narrativas históricas quanto as ficcionais, Ricoeur afirma que: “Por entre cruzamento entre história e ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude

da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando empréstimo a intencionalidade da outra.” (p. 311)

O ato de ler, que representa a concretização de uma intencionalidade através do texto, seria o responsável pela refiguração do tempo, que é comum a ambas esferas. Tratando dos *signos, rastros e figurações*, como mecanismos operadores do tempo, Ricoeur também reafirma que essas formas textuais em seus modos discursivos dialogam tanto no plano da forma quanto no do conteúdo, circulando entre o romanesco, o cômico, o trágico, o irônico, dentre outros. E sobre a inter-relações entre ambas, reforça a ideia de que:

Caso essa hipótese proceda, pode-se dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia sempre que a quase presença dos acontecimentos colocados "diante dos olhos" do leitor por uma narrativa animada suprir, por sua intuitividade e sua vivacidade, o caráter elusivo da preteridade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é por isso que se parecem com acontecimentos passados e que a ficção se parece com a história. (Ricoeur, 2010, p. 325)

Na sua abordagem, afirma que a confluência entre história e ficção ocorre se houver uma refiguração mútua dos procedimentos ligados a essas instâncias. Segundo Paul Ricoeur, a problemática se refere a reconstituição do passado histórico através do uso do caráter imaginativo, mas isto não prejudica a perspectiva realista, nem é um problema de verossimilhança, apenas sendo necessário se recorrer ao imaginário e à memória, pois o passado histórico não é observável. As reminiscências também se afiguram em sua incompletude e inconstância, visto que transformadas, servem para incluir o imaginário na perspectiva realista do passado histórico (p. 312), pois “Não devemos esquecer que o abismo entre tempo do mundo e tempo vivido só é transposto por intermédio da construção de alguns conectores específicos que tornam o tempo histórico pensável e maneável.” (p. 313)

De acordo com o filósofo, o ato de narrar se constitui sempre uma ação situada num passado e um objeto, fato ou questão do presente, elemento reverberado como vestígio, no processo de “ficcionalização da história” e este é o agente que ocasiona ou mobiliza a reconstituição de fatos transcorridos no passado e que nos auxiliam na tradução e interpretação do tempo, posto que:

(...) o caráter imaginário das atividades que medeiam e esquematizam o vestígio se comprova no quadro do pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só se lhes atribui valor de vestígio, ou seja, de efeito-signo, figurando o contexto de vida, o ambiente social e cultural, em suma, conforme a observação de Heidegger mencionada acima, o *mundo* que, hoje, *falta*, por assim dizer, em torno da relíquia. (p. 315-316)

A mistura da ficção a história promoveria a libertação retrospectiva de certas possibilidades não efetuadas do passado histórico. Assim sendo, Paul Ricoeur nos apresenta os limites do discurso da história e da ficção, as suas relações a partir dos usos dos recursos narrativos e a identificação de suas intenções distintas, conforme as apropriações epistemológicas e artísticas de que são revestidas ou mobilizadas.

Apresentando a subjetividade como questão central a ser considerada, Juan José Saer, em “O conceito de ficção” (2012, p. 1-6) assinala que é o enunciador que vai regulamentar o uso da realidade ou da ficção a partir da adoção de procedimentos estilísticos e sobre o ato de biografar ele traz um exemplo que ilustra o quanto “o biógrafo, sem intenção, vai entrando na aura do biografado, assumindo seus pontos de vista e confundindo-se pouco a pouco com sua subjetividade.” (p. 01), o que reforça o processo de reflexão sobre o real a partir do uso da ficção. Neste ensaio, Saer questiona a pretensa noção de objetividade que embasa algumas noções de representação da realidade e o quanto a verdade também estaria envolta em um aparato de construção verbal, subordinado a multiformes definições, sendo que “a verdade não é necessariamente o contrário da ficção e que, quando optamos pela prática da ficção, não o fazemos com o propósito turvo de tergiversar a verdade”. (p. 02). Sobre o gênero *non-fiction*, tão em evidência na atualidade, ele assevera que tanto na forma quanto no conteúdo este também incorpora um repertório de subjetividade, pois: “Mesmo quando a intenção de veracidade é sincera e os feitos narrados são rigorosamente exatos – o que nem sempre ocorre –, continua vigente o obstáculo da autenticidade das fontes, dos critérios interpretativos e das turbulências de sentido características de toda construção verbal.” (p. 2)

O escritor e ensaísta argentino busca chamar a atenção sobre as formas, as intervenções e as mediações que interferem na concepção de um fato consolidado em relato e do exercício de interpretação encenado na concatenação das informações que são selecionadas pelo enunciador. Deste modo, ele reforça uma via de construção e discussão central, embasada na relativização das fronteiras entre fato e ficção, ao mesmo tempo em que ressalta suas várias propriedades, como por exemplo a capacidade de apropriação da realidade objetiva:

Ao ir em direção ao não verificável, a ficção multiplica ao infinito as possibilidades de tratamento. Não nega uma suposta realidade objetiva, ao contrário, submerge-se em sua turbulência, desdenhando a atitude ingênua que consiste em pretender saber de antemão como essa realidade se conforma. Não é uma claudicação ante tal ou qual ética da verdade, mas sim a busca de uma ética um pouco menos rudimentar. (p. 03)

Ele assim defende a ficção como um lugar de experimentações onde a inevitável associação entre o empírico e o imaginário deve ocorrer e se essa esfera em dadas produções se

acoberta da falsidade, é para reforçar estrategicamente sua credibilidade, visto que “a ficção não pede para ser crível enquanto verdade, e sim enquanto ficção” (p. 03), como um atributo da sua forma específica de tratar o mundo e evocar através dela diferentes modos de contemplação do real.

Em se tratando de biografias, põe em questão o conceito verdade como pressuposto de uma determinada configuração homogênea desse texto ao reiterar que “a primeira exigência da biografia, a veracidade, atributo pretensamente científico, é nada mais do que o constructo retórico de um gênero literário” (p. 01). O projeto de Saer nesse texto é pôr em discussão as ilimitadas possibilidades em torno do discurso ficcional, em seu caráter de múltiplas experimentações, não necessariamente demarcando os seus limites de relação com as representações factuais, mas possibilitando aos leitores que desenvolvam possíveis formas de compreender como transcorre o caráter híbrido e intercambiante dessas esferas em diversos contextos de escrita através dos quais suas caracterizações são evocadas.

3.2 Análises das reproduções do factual e do ficcional no projeto biográfico de Ana Arruda Callado

Mary Del Priore caracteriza o momento de reabilitação da biografia histórica como um meio de reconstruir a história de uma época através de um indivíduo ou um grupo deles, ou um recurso a fim de continuar fazendo história por outros meios, visto que atuaria “como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.” (Priore, 2009, p. 09). Assim sendo, envolto nesse posicionamento, contemplamos o projeto biográfico de Ana Arruda Callado, cujo repertório se atrela ao escopo de trazer os reflexos das complexas, dinâmicas e pluriformes transformações do século XX que foram vivenciadas por suas biografadas e como vinculá-las a estes processos é condição essencial para afirmação do valor da mulher na sociedade brasileira.

Nesta empreitada biográfica de Ana Arruda Callado detectamos a predominância da representação nessas produções com o polo factual, que envereda pela busca prioritária de expor informações e dados que foram apreendidos, de pesquisar, organizar e interpretar documentos e testemunhos e pela concepção de tessituras textuais formatadas para registrar aspectos singulares da existência dessas mulheres. Num jogo de ambivalência, nestas biografias, a aproximação com o polo ficcional também pode ser detectada, inserida como uma forma de

operar, por meio da imaginação, da palavra e como expressa as suas percepções outros desdobramentos, outros meios e sentidos para reelaborar as formas de captação da realidade e reconstituir discursivamente essas vivências.

Em biografia histórica, visualiza-se que os destinos individuais se movimentam em torno de diversas redes que se cruzam e entre eles são estabelecidos os pontos de intercessão, pois “Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence.” (Priore, 2009, p. 10). Na narrativa **Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995)**, estes pontos de intercessão são evocados por Callado, neste caso, enunciados em boa parte pela biografada, a fim de reforçar sua presença e participação direta ou indireta no cenário político, social e econômico do Nordeste e Sudeste, onde viveu, e a inserção dessas referências consolidam a representação histórica através do texto biográfico. Dentre elas citamos: Processo de Impeachment de Fernando Collor de Melo, Massacre da Candelária, Presidência da ABI, luta contra a ditadura militar, Assembleia Constituinte, Academia Brasileira de Letras, Produção e exportação de café no Sudeste, escravidão, eventos regionais (culturais e religiosos), educação e esporte (para moças e rapazes), gripe espanhola, Josué de Castro (perseguido pela ditadura) e Nelson Chaves, pernambucanos e “grandes estudiosos do problema da desnutrição e campeões na luta contra a fome no Brasil” (Callado, 1995, p. 28), Campanha da Criança, Campanha Pernambucana Pró Infância, legião Brasileira de Assistência, Casa do pequeno Trabalhador.

Mais impregnado de subjetividade e fortemente atrelado ao perfil memorialístico, neste livro, o fio narrativo se apresenta em primeira pessoa, com a inserção de diálogos pressupostos pela narradora e a presença de alguns trechos em terceira pessoa, cujos eixos temáticos neles introduzidos parecem ter sido definidos pela própria biografada, assim como a ordem desse conteúdo. Convergingo para particularidades, peculiaridades e descrição minuciosa de situações e episódios, o destaque do texto é a centralização na figura de Dona Maria e a sua evocação das sensações, das percepções, das críticas, das realizações, ilustrada pela presença marcante de adjetivações. Com um discurso muito focado em sua rede familiar e em auto apreciação, a apresentação dos capítulos evoca a representação de mini relatos não sequenciados e com títulos sucintos que representam “o relato das lembranças de uma cidadã brasileira, testemunha e protagonista de nossa história ao longo do século XX”. (Callado, 1995, p. 110)

No livro **Maria Martins, uma biografia (2004)** o passeio por fatos históricos é extenso, ocasionado pelo abundante panorama de referências que a biógrafa buscou acolher e pela necessidade de trazer novas perspectivas de abordagem sobre Maria Martins, considerando-se que já existem algumas publicações sobre ela²⁵. Neste, são elencados como principais fatos históricos como: exposições e manifestações artísticas nacionais e internacionais de Arte Moderna, Vanguardas Europeias, governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Afonso Pena, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Eurico Gaspar Dutra, Nilo Peçanha, Café Filho, criação da OEA, fundação da ONU, ataque a Pearl Harbour, ditadura de Benito Mussolini, AI5, Construção de Brasília Fundação do MAM de SP e RJ, suicídio de Getúlio Vargas, Estado Novo, visita do rei Alberto da Bélgica, em 1920, Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial, Revolução Federalista da Rio Grande do Sul, Vanguardas Europeias, Segundo Reinado, Promulgação do Código Civil de 1916, Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, 9ª Conferência Geral da UNESCO.

Nesta biografia, Callado envereda também pela apresentação minuciosa dos acontecimentos e por isso traz pormenores com caracterizações e outros detalhes, mas não designa, no contexto da escrita, as identidades de testemunhas (só aparece uma lista de agradecimentos a pessoas que concederam as informações) ou outras fontes. O discurso é impregnado de interpretações e apreciações da biógrafa sobre atitudes, comportamentos e aspectos emocionais das personagens, cuja demarcação está representada no uso contínuo de adjetivos, em que se destaca o tom elogioso ou de exaltação. Dentre outras fontes bastante usadas, temos trechos de cartas, trechos de documentos, jornais e revistas, apresentados em poucas citações diretas e em grande medida ilustrados por citações indiretas ou discursos de reverência.

A apresentação de uma descrição esmiuçada expõe suas conjecturas sobre as matérias narradas, na pretensão de aproximar o leitor ao máximo dos fatos e acontecimentos, como se pudesse ajudá-lo a perscrutar todos os elementos em cena e os movimentos executados pelos personagens enfocados. Sugestiona também que a biógrafa adquiriu uma posição de extrema intimidade com a vivência da personagem, que lhe indique propriedade para fornecer ao leitor a possibilidade de conhecer de modo muito aproximado uma amostra das múltiplas situações

²⁵ **Maria Martins: desejo imaginante** - 1ªed. Org. Isabelle Rejeielle. Rio de Janeiro: Instituto casa de Roberto Marinho, 2022; **Maria, não esqueça que eu vim dos trópicos**. Direção Francisco C. Martins. Produção: Elisa Gomes. Pandora Filmes. Documentário. 2017, 1h17min; **Maria Martins**. Org. Charles Cosac. São Paulo, Cosac & Naify, 2010; **Maria Martins: escultora dos Trópicos**. Graça Ramos. Rio de Janeiro: Editora Artviva, 2009.

que envolveu Maria Martins e das pessoas a elas associadas, muitas delas bastante prestigiadas e reconhecidas no contexto nacional e internacional na política, artes, economia, como também expressa sua forma de apropriação de sentimentos, emoções a atitudes muito específicos e outras particularidades dos indivíduos representados no texto.

Callado escolhe estruturar o texto em capítulos por datas (com mês e ano), porém elas são alternadas, o percurso entre presente e passado (e vice e versa) é dado de modo cambaleante e não é possível detectar qual é a intenção e quais critérios adotou ao inserir esse sistema de organização da narrativa. Entretanto, essa fragmentação temporal ressalta um contraponto à noção de que a vida narrada em biografias deve ser “marcada por regularidades, repetições e permanências” (Avelar, 2010, p. 162), pois aponta que a estratégia da escritora nessa biografia coaduna com a necessidade de sobre Maria Martins: “percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscreviam. A inversão da estratégia analítica, construída agora a partir de dados fornecidos pelos arquivos, alterou significativamente a visão dos fatos. (Souza, 2007, p. 29-30 apud Avelar, 2010, p. 162)

Joan W. Scott em “A invisibilidade da experiência” (1988, pp. 297-325) enfatiza a importância do papel da história na construção da experiência e afirma que “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto separar as duas” (p. 320), ou seja, as práticas dos sujeitos são constituídas pela linguagem, vão ser sempre discursivas e devemos “Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz.” (p. 304), atentando para a necessidade de um exame crítico dos discursos na história. Na biografia de **Lygia, a recordista: um esboço biográfico (2009)**, observamos a busca da consolidação da identidade de Lygia na história do Brasil, onde a condução narrativa se concentra no “banco de dados”, documentação e outros acervos entregues pela biografada com a finalidade de dar visibilidade as suas experiências. A pesquisa e a operação com arquivos são instrumentalizados para conferir credibilidade e consistência à matéria narrativa, que predominantemente se coloca como informativa e imbuída de muita formalidade e sistematização, em se tratando da ordem cronológica, das seções temáticas e da base documental.

Ocupa-se de retratar com minúcias o transcorrer dos fatos, intercala múltiplas vozes narrativas, a sua, as de Lygia, as dos irmãos, registrando-as estas últimas entre aspas. Eles atuam como testemunhas-depoentes, que investem em maiores esclarecimentos sobre os temas em pauta, integrando suas impressões e análises sobre os aspectos levantados. O manuseio da biógrafa com as informações se atém, em boa medida, na inserção de longas citações

entremeadas de breves explicações e contextualizações, cujo arranjo em coesão e coerência está focado em estabelecer as conexões entre sua voz narrativa, a enunciação extraída dos arquivos e fontes e as vozes das testemunhas.

Procurando se posicionar com de modo fidedigno com a matéria narrada, Callado concebe, a partir dos dados selecionados por Lygia, um texto centrado em objetividade e referenciação, fortemente atrelado aos dados históricos e aos detalhes dos acontecimentos, presentes nos discursos proferidos, projetos de lei, reportagens, notícias, cartas, depoimentos e nas paráfrases que constrói a partir destas fontes, em que se destacam informações sobre: Presidências de Washington Luís, Getúlio Vargas, José Linhares, Eurico Gaspar Dutra, João Goulart, Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros, Castelo Branco, Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo; formação dos partidos UDN, Arena, MDB, ANL, PCB; AI5, Estado Novo, Constituição de 1946, criação do SNI, Rádio Nacional, LDB de 1948, participação feminina nos esportes, dentre outros.

O texto biográfico se comporta como um “inventário” do trabalho político de Lygia Maria Lessa Bastos, que mapeia suas ações, seu posicionamento político-ideológico, seus propósitos e os embates político-sociais que enfrentou. Também se reporta ao registro das percepções e reações ao trabalho da parlamentar em várias frentes temáticas, visando resgatar as afirmações e os contrapontos sobre ela. Os longos e diversificados textos citados, transcritos literalmente na biografia, externam como se constituiu a apropriação de uma abordagem discursiva feminina em território político nacional e como constituiu a configuração do trabalho dela como mulher, professora, esportista e parlamentar em suas mobilizações num país em face de intensas transformações.

Em **Berta Ribeiro: aos índios, com amor. Uma biografia (2016)**, Ana Arruda Callado visa desmitificar a imagem “de esposa do Darcy Ribeiro”²⁶ firmada no contexto brasileiro. Seu trabalho de pesquisa é bastante favorecido pela aproximação com membros da família Ribeiro e o acesso ao imponente acervo que está na Fundação Darcy Ribeiro, além das informações coletadas em encontros com amigos, colegas de trabalho e parentes de Berta. Percebe-se o interesse da biógrafa em construir uma abordagem sobre a personagem estritamente vinculada

²⁶ Na coluna intitulada “Berta G. Ribeiro: muito mais do que a mulher de Darcy Ribeiro”, publicada em 23 de março de 2022, no Jornal Folha de São Paulo, Mirian Goldemberg analisa, com um tom crítico e indignado, essa visão restrita e distorcida sobre a identidade de Berta e reforça o seu trabalho como importante antropóloga e grande referência na militância indigenista e a influência que exerceu sobre sua trajetória na antropologia. Miriam também recorre estrategicamente a citações em que Darcy exalta o grande valor intelectual de Berta, como os **Diários índios** e entrevista, para reforçar essa inversão de perspectiva que tem como viés uma questão de gênero. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/miriangoldemberg/2022/03/berta-g-ribeiro-muito-mais-do-que-a-mulher-de-darcy-ribeiro.shtml>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

as fontes, a cronologia dos fatos, com pouquíssimas intervenções suas. A pauta referente aos trabalhos, as publicações, a vida acadêmica e outras questões profissionais dela é desenvolvida a partir de um amplo conjunto de referências que são organizadas em seções temáticas para trazer um painel descritivo da sua identidade de filha, irmã, esposa, amiga, tia, cunhada, escritora, pesquisadora, trabalhadora, anfitriã, política, estudante, professora, ativista, enfim multiforme mulher que acompanhou direta e indiretamente os seguintes acontecimentos históricos: Movimento tenentista, Coluna Prestes, governos de Arthur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Costa e Silva, Revolução Constitucionalista de 1932, antissemitismo no governo Vargas, partido comunista, Estado Novo, ditadura militar, exílio, ECO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente).

No texto, costurado com muitas citações diretas, a presença da enunciação da biógrafa se fixa na apresentação das situações, dos personagens e dos temas, para contextualizar as suas inserções. O recolhimento de dados em fontes escritas é muito denso, mas o acervo de informações apresentadas oralmente tem espaço amplamente garantido e é usado para trazer esclarecimentos complementares sobre o que fora captado das fontes escritas. O extenso movimento da biógrafa para acessá-las ganha destaque, visto que traz indícios de que percorreu diversos contextos, o que lhe requisitou investimento, organização e confiança desses colaboradores, como ela afirma: “quero dizer que dediquei muito tempo e muito trabalho, sempre com prazer, exatamente para saber mais sobre esta figura admirável” (p. 07). E são estes colaboradores que se empenham em construir discursos que se fixam em descrever e explicar as peculiaridades das situações em pauta, como também apresentarem suas apreciações sobre o a subjetividade da biografada, conferindo análises comportamentais, estéticas, análises mais específicas a respeito das atividades profissionais e, principalmente, sobre os seus descompassos emocionais em consequência da relação conturbada com Darcy. O compartilhamento da voz da biógrafa com essas vozes imprime uma noção para os leitores de uma corresponsabilidade no processo de narratividade.

Outro recurso muito usado por Callado na textualização da biografia são os trechos de cartas produzidas por Berta Ribeiro. O acervo epistolar é extenso e aborda de questões pessoais muito íntimas a assuntos profissionais, o que favorece o conhecimento do perfil discursivo de Berta, traços específicos de sua personalidade e dados comportamentais que desenvolve, conforme as situações (profissionais, políticas, familiares, profissionais, conjugais) e nos fornece conteúdos muito peculiares sobre o desenvolvimento de aspectos histórico-sociais e de

gênero do período. Janet Malcom também analisou força e o caráter significativo da produção epistolar na produção biográfica e o quanto essa “bisbilhotice” denuncia um apoderamento que expõe nossas versões mais “íntimas, espontâneas e embaraçosas” (2012, p. 123), mas defende a sua importância, visto que:

As cartas são o grande fixador da experiência. O tempo pode erodir os sentimentos e criar a indiferença, mas as cartas servem para provar o quanto já estivemos envolvidos. São os fósseis dos sentimentos. É por isso que os biógrafos as valorizam tanto: são a única via que lhes permite ter algum contato sem mediação com a experiência direta. [...] Apenas quando lê as cartas de alguém o biógrafo sente sua presença plena, e só quando cita suas cartas consegue transmitir a seus leitores a sensação de apresentar-lhes a vida capturada. E algo mais: o sentimento de transgressão produzido pela leitura de cartas que não se destinavam aos seus olhos. Ele permite ao leitor ser voyeur junto com ele, bisbilhotar junto com ele, revistar gavetas, apossar-se do que não lhe pertence. (Malcom 2012, p. 122-123)

Observamos que em graduações diferentes são apresentadas as repercussões do ficcional e do factual nestes textos de Callado, que seriam ocasionadas por fatores múltiplos e também circunstanciais, como condições de acesso as fontes, relações interpessoais com as biografadas ou pessoas muito próximas, grau de confiabilidade e confidencialidade expressado nos testemunhos, depoimentos e conversas, condições de execução das pesquisas, mudança de estratégia na concepção da narrativa, entrega da voz enunciativa à biografada, dentre outros. Em algumas delas, em que predomina o resistente caráter informativo, a voz da narradora biógrafa apenas intervém para validar, ratificar ou explicar temas ou situações em pauta.

O que constatamos também é que Callado, a partir da indicação dos seus propósitos, sinaliza a elaboração desses quatro “perfis” femininos que integram ao mesmo tempo uma perspectiva comum e diferentes pactuações do biográfico. Em **Dona Maria José (1995)**, o intento é tirá-la do anonimato, ajudá-la a sair da “sombra” de primeira dama e se fazer conhecer, tornar-se visível e assim desvendar para a sociedade brasileira o valor, o trabalho e a identidade daquela mulher “com história de vida merecedora de relato” (p. 8). Em **Maria Martins (2004)**, a disposição é trazer um reagrupamento mais aprofundado de informações, enxertado de traços de especificidade e apreciação, através da inserção de novos olhares sobre seu comportamento inusitado e as particularidades dos seus relacionamentos e dos seus trabalhos, para garantir a validade da revisitação a essa personagem, cujo reconhecimento nacional e internacional já estava cancelado. No livro **Lygia, a recordista (2009)**, Callado se coloca à disposição da personagem biografada para efetivar o seu projeto que se configurava inicialmente autobiográfico. A biógrafa se torna porta-voz e intérprete dos recursos informativos ofertados por Lygia para validar a reinserção da sua “história de vida na cena pública” e, sobretudo,

explicitar os fundamentos e os princípios do seu trabalho como parlamentar e exaltar o seu engajamento em prol do desenvolvimento do país em várias áreas: política, esportiva, artística, educacional. **Berta Ribeiro. Aos índios, com amor** (2016) é a busca pelo desvendamento de uma identidade feminina que estava refém, no imaginário coletivo, da sobreposição de referências sobre o cônjuge. O compromisso firmado no livro é tirá-la do lugar de rascunho e de identidade alinhavada e garantir-lhe um espaço de auto representação, a partir de diversas vozes, textos e registros que endossam o seu talento, o seu engajamento, a sua competência em prol da preservação, respeito e valorização de causas indígenas no Brasil.

3.3 “Retrato”, “Um esboço biográfico” e “Uma biografia”: o que implicam e como se configuram?

Um dos instrumentos que expressam as intencionalidades e se ocupam de incorporar informação e caracterização dos livros biográficos para o grande público e para a crítica, é a sua nomeação. Além da inserção do nome da personagem protagonista a ser biografada e tipicamente da sua imagem, espaços reservados a títulos e subtítulos também denotam possíveis especificações e veiculam campos de representação sobre o conteúdo a ser apresentado. Assim é que, ao observar os termos “Retrato”, “Um esboço biográfico” e “Uma biografia” em quatro livros de Ana Arruda Callado, discuto seu posicionamento acerca dos propósitos e consequências advindos da nomenclatura nesses textos, em se tratando dos significados dessa classificação e das associações factuais e ficcionais que podem ser neles identificadas.

Ela se dedica a esboçar análises e atribuir configurações de suas produções biográficas, preferencialmente nas entrevistas de que participou ou eventualmente no interior dos livros, do mesmo modo que constatamos haver pouquíssimos trabalhos acadêmicos ou de pesquisa sobre essas produções²⁷, o que direciona nosso olhar para uma rede profícua de informações que ela própria apresentou, num processo de autocrítica e de auto apreciação da sua escrita. Estas abordagens se referem, em muitos momentos, aos aspectos temáticos e às informações principais sobre suas personagens, com espaço reservado, entretanto, para alguns argumentos e pareceres sobre aspectos metodológicos incorporados em suas biografias. Com um discurso reticente e cauteloso, a jornalista tem operado uma autoanálise da sua escritura, visando

²⁷ Há alguns artigos em que discutem parcialmente temas relacionados às protagonistas das biografias de Callado as relacionando a outros textos sobre essas mulheres, mas nenhum se dedicam exclusivamente aos seus livros. Informo aqui meu artigo publicado em: Simões, J. L. de J. (2022). Os direitos das mulheres, a identidade histórica e a memória na produção biográfica de Ana Arruda Callado. **Revista Espaço Acadêmico**, 27-38. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/62770>.

justificar o contraponto entre as suas intenções ao escrever e o que tem identificado como expectativas do público e da crítica.

Quando afirma que “eu sempre digo que biografia é uma coisa complicada porque a vida inteira de uma pessoa ninguém consegue narrar. Então eu faço mais perfis, perfis jornalísticos, evidentemente baseados em minha pesquisa”, (Del Priore, 2023) Callado explora questões muito sensíveis sobre este tipo de produção discutidas na atualidade, assentadas na noção da incapacidade de se reproduzir uma vida através de um relato. Ressaltando o seu grande engajamento com a profissão de jornalista, demonstra estar consciente de que o que ocorre é a seleção e recorte de acontecimentos específicos e indicados como significativos em uma forma de textualização. Deste modo, recorre ao termo perfil como designação para seus livros, cuja característica no contexto jornalístico é a de um texto de natureza biográfica que visa retratar parte da história da vida de uma pessoa, seja ela conhecida ou anônima. Na constituição do perfil visa-se recuperar acontecimentos marcantes do passado e estabelecer conexões entre o presente e o futuro cujo enfoque é a “pesquisa aprofundada, descrição de cenas e gestos, ambientação e diversos outros recursos literários” (Maia, 2013). Para defender que a parcialidade do conteúdo inerente a este discurso é resultado de uma captura e seletividade de informações, formalmente estruturada em sólida pesquisa, ela reforça o valor do uso desse gênero mais específico do jornalismo, o qual afirma ser o mais interessante, para apresentar uma individualidade entrelaçada por diferentes fluxos, inter-relações e segmentações e reafirmar a presença da interpretação e da subjetividade do escritor na seleção de momentos, de aspectos e na perspectiva do enfoque a ser dado ao protagonista. (Ramos, 2011).

Janet Malcom, também jornalista, trouxe sua imersão sobre as várias versões e os diversos repertórios em torno da vida e da morte da poetisa Sylvia Plath, em **A mulher calada (2012)**, enveredou sobre a análise de como a insegurança epistemológica manifesta-se na percepção dos leitores, seja os das escritas de si, da história ou do jornalismo e como em obras de não ficção temos quase sempre a impossibilidade de conhecer a verdade do que aconteceu, o que pode gerar dúvidas e desconfianças (p. 169-170). Neste livro, quando se refere aos modos de interpretação sobre a experiência enquanto condição informe e plural, também atribui ser tarefa complexa e conflituosa a corporificação de uma existência, diante da dificuldade de selecionar fatos de um cotidiano impregnado de ações rotineiras, porque:

E o biógrafo comete o mesmo pecado quando se propõe a esclarecer o mistério que é uma vida a partir de “dados” que não são menos escassos (quando os comparamos com a massa monstruosa que se acumula a partir das ocorrências minuto a minuto de toda uma vida) e de interpretações que são menos toscas (quando lembramos que a motivação humana é um instrumento preciso e feito sob medida. (2012, p. 152)

A insegurança epistemológica indicada por Malcom pode ser relacionada ao ponto de vista trazido por Callado sobre o fazer biográfico como uma impossibilidade, pois para ela: “Uma biografia mesmo é uma coisa impossível. Ninguém faz uma biografia. [...] Eu acho que ninguém, nunca, vai conseguir retratar uma vida inteira. Nem a própria pessoa. [...]. A gente não se lembra desses detalhes... Vai esquecer da verdade, vai falsear, vai inventar.” (2017, p. 5-6). Para reforçar esse posicionamento, reitera sua posição de criadora de perfis, cujo embasamento é oriundo de “muita pesquisa” (Del Priore, 2023), como metodologia implicada na natureza do ofício em que atuou por muitos anos. Uma vez que visa reafirmar a função informativa e social de seus livros, referenda a factualidade como esfera privilegiada na sua escritura do biográfico, o que ajuda a estruturar também as projeções para o público, ressaltando um nível menor da presença de jogos estéticos, os indícios de sua posição ideológica e a valorização do seu exercício profissional, pois na sua concepção, esse texto: “dá mais sabedoria, dá mais força [...] biografias bem lidas podem orientar muito.” (Galvão, 2023).

Numa live no canal ArteCult do Youtube, do historiador Carlos Fernando Galvão, apresentada em janeiro de 2023, ela traz novos conceitos decorrentes da sua transição profissional de jornalista para a de escritora e indica a incorporação de outros recursos e posturas no exercício da escrita como fatores essenciais nesse novo ciclo. Afirma ainda que escreveu biografias por não ter habilidades como a imaginação para escrever romances, que nomeações implicam em caracterizações que são preocupantes e que biografia é muito parecida com reportagem, pois após muitos anos de produção de matérias jornalísticas, estaria apta a escrever sobre “histórias de pessoas”, o que seria algo fascinante. Quando explica porque passou a se dedicar mais ao ofício de escritora, ela assume que

Enquanto eu fazia matéria jornalística, eu fixava só na realidade, no que no que eu via nos dados que eu coletava. Então, eu tinha paixão por isso, coletar dados corretamente. Quando cansei do jornal, já fui ficando meio velhinha, eu digo: ‘sabe de uma coisa: vou escrever agora o que eu quiser e não o que o chefe de redação mandar’. Isso foi libertação e a literatura é isso, você escreve o que tem dentro de você. (Galvão, 2023).

Ao mesmo tempo em que demonstra que as habilidades e competências desenvolvidas no exercício do jornalismo ainda estão bastante arraigadas em sua escrita e na escolha estratégica da biografia como um gênero intermediário entre a história e a literatura, já encabeça um movimento pessoal em torno da apropriação de novas bases para sua escrita que apontem mais aspectos como liberdade, imaginação e expressão maior de subjetividade, chegando ao ponto de afirmar que “Bom escritor que é, o autor tudo descreveu do seu ponto de vista, isto é, colocando-se muito na história, mesmo que dê a impressão de que foi inteiramente objetivo.”

(Callado, 2010). No entanto, oscila entre admitir que o usufruto da liberdade a ajudou a enveredar por essa nova etapa de urdidura do texto e afirmar que seus textos ainda trazem fortes reverberações de uma postura investigativa aguçada, filiada a preocupação com a credibilidade, com a informação e com a fidedignidade típicas do sistema de escrita de periódicos.

Convidada para escrever o prefácio da biografia sobre José Marques de Melo, produzida por Sérgio Mattos²⁸, seus conterrâneos, Ana Arruda Callado oportunamente apresenta um discurso bastante assentado em metalinguagem, traçando breves análises sobre questões centrais do fazer biográfico nos seguintes aspectos: a memória se apresenta como algo vulnerável, passível de construção, criação e invenção e por isso não plenamente confiável; as fontes não são íntegras, mesmo as prestadas pelo biografado; a escrita de uma vida é tarefa impossível; é necessário que o biógrafo esteja munido de embasamento teórico e de muito bom conhecimento sobre “seu objeto de estudo” (Callado, 2010); se o biografado estiver vivo, a produção do texto será inconclusiva e passível de interferências, as quais considera serem problemáticas; a escrita de biografia requer a manifestação da subjetividade do biógrafo. Ademais, em complemento e usando como pretexto a expressão de sua “alma feminista”, nesta seção também traz uma crítica ao que é relatado sobre a abdicação da esposa de Zé Marques (da formação, da profissão, da vida social) em favor do desenvolvimento dele e dos cuidados com a família.

Em se tratando das designações em seus quatro livros: “retrato”, em **Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995)**, “esboço”, em **Lygia, a recordista: um esboço biográfico (2009)** e “uma biografia”, em **Maria Martins, uma biografia (2004)** e **Berta Ribeiro: aos índios, com amor. Uma biografia (2016)**, identificamos que a adoção desses substantivos como recursos estilísticos e semânticos corresponderia aos vários formatos e tentativas de incorporação que a escritora elabora em torno das funções e intenções mais específicas no âmbito das escritas de si. No “retrato” de Dona Maria José, temos o complemento “Lembranças” como campos de definição da matéria a ser narrada que insere o propósito de retratar como descrever, pormenorizar, reproduzir episódios e acontecimentos corriqueiros numa conjugação de memória e testemunho que consolide a importância da voz discursiva de Dona Maria em razão dos temas e das imagens que recompõe em caráter fragmentário. A escolha dos termos “retrato” e “lembranças”, ressoa como um propósito de refutar as

²⁸ MATTOS, Sérgio. **O Guerreiro Midiático** – Biografia de José Marques de Melo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 206p.

expectativas em torno de uma projeção biográfica estruturada em forte aparato documental e referências histórico-sociais, pois sua configuração se assenta essencialmente nas impressões subjetivas e no repertório memorialístico da protagonista sobre o condições especiais de sua vivência e destaques de suas realizações. O termo “esboço”, empregado de modo oportuno em **Lygia, a recordista: um esboço biográfico (2009)**, sinaliza o texto como uma construção compartilhada, visto que Callado herda de Lygia o acervo documental que será amplamente empregado no livro e recebe diretamente dela e de outras testemunhas um grande conjunto de informações. O uso desse termo, cujo significado é rabisco, rascunho, traçado, traçado, corrobora a ideia de que a construção textual é resultante de um sistemático e meticuloso programa de auto apresentação previsto por Lygia, de como ela buscou construir e representar a sua vivência, mas que teve de ser adotado por Callado para sua execução, em consequência de um acordo estabelecido entre ambas. Assim, a assumpção do amparo discursivo de Callado está subsidiada pelas expectativas de Lygia e pelo repertório que ela concebeu, corroboradas em um arranjo de informações preestabelecida a partir de um vínculo construído entre ambas.

Nos títulos **Maria Martins, uma biografia (2004)** e **Berta Ribeiro: aos índios, com amor. Uma biografia (2016)**, a expressão “uma biografia”, traduz a concepção de uma escrita mais densa, amparada no entrecruzamento de informações sobre as protagonistas e seus entornos contextuais, com as representações que elas conceberam de si mesmas e das suas relações com os outros e com as suas existências e experiências numa dimensão temporal. É possível destacar, por outro lado, que o uso do termo “uma” implica a expectativa do surgimento de “outras” biografias e das personagens estarem passíveis a diversas interpretações, para ressaltar o caráter transitório e segmentário do texto, como está impresso na orelha do livro: “Esta é um esboço, uma provocação para que outros trabalhos acerca de Maria apareçam” (2004). Aqui também se situa um paradoxo presente em falas de Ana Arruda Callado sobre o fazer biográfico ser tarefa impossível, pois a adoção explícita ao termo sugere a necessidade de trazer uma titulação mais consolidada e reconhecida perante o público e a crítica e uma perspectiva de classificação mais alinhada com os parâmetros editoriais em voga.

Callado nos dois últimos anos, devido a publicação do livro **Maria Yedda: formadora de gente (2022)**, tem sido constantemente convocada a expor para o público os fundamentos de sua escrita e por consequência explicita seus impasses e conflitos decorrentes da classificação e nomeação de alguns de seus livros, assim como reapresenta informações e curiosidades sobre as personagens apresentadas em suas biografias. Traz sempre as suas ressalvas a respeito da não condição de se contemplar a amplitude de uma vida em um livro, ao

mesmo tempo que defende a necessidade de se resgatar nessas narrativas elementos significativos da atuação e identidade dessas mulheres, como assinala em:

É isso que eu digo. Toda vez que falam: ‘Você que é um escritora...’ Eu digo: ‘Calma. Eu sou jornalista que escreve perfis em forma de livro.’ É perfil. Inclusive faço questão de dizer que as minhas biografias são perfis. [...] não dá para fazer biografia e o que eu quero é mostrar a inserção dessas mulheres na História do Brasil. (Callado, 2013)

Ao expor que nas entrevistas aqui citadas que o exercício da escrita é um processo fascinante, Ana Arruda Callado expressa que, para além de classificações e designações, o engajamento do escritor e a exposição de seus propósitos, num compromisso de transparência e esclarecimentos para o público, favorecem diversos aspectos que potencializam a veiculação da literatura e do jornalismo como instrumentos mobilizadores de reflexão, conhecimento e transformação no nosso país.

3.4 Intersubjetividade, reciprocidade, atitude empática: as relações intercambiáveis entre Ana Arruda Callado e suas protagonistas

O processo de identificação de Ana Arruda Callado com suas biografadas está especialmente demarcado em discursos e análises que publicou sobre suas biografias em diversos meios. Constatamos que, ao admitir, dentre outras motivações, que sua escrita também moveu-se em torno de uma procura por si mesma ou da construção de uma auto representação através de aspectos narrados nas histórias das oito mulheres, ela buscou construir um pilar de representações sobre aspectos histórico-sociais, culturais e políticos, no qual tanto suas biografadas quanto ela mesma estavam fortemente integradas. Isto lhe serviu de meio para declarar os papéis significativos que ambas exerceram e que evocavam tanto a necessidade de serem visibilizadas quanto a criação de mecanismos e formas especiais de registro sobre isso.

O investimento numa busca de si mesma que a escritora enuncia em alguns momentos expressa um investimento na construção de um caminho de auto representação que evidencie o seu potencial ao atuar intensivamente em muitas frentes, como escritora, docente e jornalista. Esta nova via é um meio de lhe garantir que se desvencilhe da imagem de coadjuvante (a qual coaduna com a referência de esposa de escritor) que também está impregnada num imaginário coletivo sobre si, ocasionada pela ampla referência a Antônio Callado e sua consolidação como cânone na cultura e na literatura brasileiras.

É neste percurso que as suas experiências, publicizadas em seu pronunciamentos em textos orais e escritos, são tomadas como ferramentas de análise a respeito dessas mulheres

cultas e de classe média alta, pois demonstram como buscou captar, a partir de um entrecruzamento de fatos e ações, o escopo de uma mesma contextualização histórica, a pluralidade e a complexidade dessas vivências femininas, sem desconsiderar as suas particularidades. Tanto é que na recuperação de dados contextuais das biografadas percebemos um entrecruzamento de referências também requisitadas pela biógrafa, que manifestam a sua busca de compreensão da configuração de uma época da qual também fez parte e suas especificidades. Tratando de uma base histórica macroestrutural do Brasil: “Dei-me conta de que estava, nas minhas histórias de mulheres rodeando o Estado Novo, a era de Getúlio.” (Callado, 2011), a biógrafa visa concentrar informações sobre elas com o intuito de estabelecer credibilidade e consistência a um discurso que se pretende verídico e funcional, cuja administração temporal e espacial ocupa o lugar de uma dinâmica da recomposição memorialística que também se tornou sua.

Sendo o propósito amplamente anunciado por Callado o de passar a limpo o século XX sob diversas vias de análise, põe em evidência, mesmo que de modo enviesado, as suas próprias experiências, pois há aspectos nessas narrativas que refletem as convergências entre biógrafa e biografadas, visto que atuaram em um mesmo período, décadas iniciais deste século, ou seja, compartilharam, numa mesma época aspectos histórico-sociais. O conceito geração aqui empregado, relacionado as suas protagonistas, se assenta na ideia de “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência” (Motta, 2004) e de “... indivíduos que pertencem a mesma geração [...] estão ligados a uma posição comum na dimensão histórica do processo social, o que seria um indicativo de que se compõe a partir de ... um certo modo característico de pensamento e experiência e um tipo característico de ação historicamente relevante”. (Manheim, 1928, p. 135-136).

Os aspectos de compartilhamento de experiências acima citados podem ser identificados entre AAC e as biografadas, pois há interseções a se destacar, tais como: viveram e participaram de grandes fatos relacionados ao mesmo período histórico brasileiro; circularam nos mesmos meios jornalísticos, políticos, artísticos, sociais; desenvolveram relações de amizade; foram companheiras ou parentes de homens renomados que aparecem constantemente em registros historiográficos, artísticos e políticos e que eram bastante referendados da mídia da época; em sua maioria, investiram e se desenvolveram-se muito bem em mais de uma profissão; produziram algum trabalho (publicações acadêmicas, pesquisas científicas, obras de arte, livros, revistas, documentos legislativos, obras sociais, eventos, fundação de espaços acadêmicos e

artísticos) de grande evidência e distinção; e sofreram situações de confrontos pela aceitação, reconhecimento e valorização do seu trabalho, sobretudo na esfera pública, assim como intervenções de cunho discriminatório pelos temas e pelas causas que mobilizaram.

Revisitar o passado histórico brasileiro, composto de episódios tão marcantes, para AAC acaba refletindo, mesmo que inconscientemente, uma dupla finalidade, a de tentar compreender e reatualizar, com base em si mesma, como este século funcionou e quais efeitos foram produzidos em outras mulheres que também pertenceram a esse contexto. Seria como buscar ter uma definição e um esclarecimento sobre em qual proporção e como as coisas funcionaram para as outras, para assim se debruçar sobre como elas tenham funcionado para si mesma.

Construo aqui uma hipótese, a de que, como uma espécie de duplo espelhamento, ou de um jogo de autorreflexividade, é bem provável que Callado esteve bastante focada em compreender e revisitar as suas próprias experiências ao identificar, por entre as minúcias esquadrihadas em suas pesquisas, como elas viveram nos âmbitos privado e público, com quem se relacionaram, por quais experiências particulares passaram, como desenvolveram e lidaram com suas relações, em quais circuitos transitaram, de quais eventos elas participaram, quem as conheceu e como as descreveu, em quais textos de cunho pessoal ou coletivo elas aparecem inscritas, qual é o volume de atributos e características divulgado sobre elas, dentre outras informações. Seria essa a adoção de uma “relação empática”, como assim define Rachel Soihet no artigo “Mulheres e Biografia. Significados para a história”?

(...) observa-se o fortalecimento da ideia, aliás, bastante antiga, de que a compreensão da vida de uma mulher dependeria da possibilidade de uma relação empática que só poderia vir de outra mulher. Ideia que atravessa os escritos femininos, desde Christine de Pisan a Virgínia Woolf e se encontra no centro do debate biográfico proposto pelas feministas. [...] Tal atitude apresenta não somente um valor ético, como um status cognitivo, na medida que obriga o(a) pesquisador(a) a colocar como questões toda uma série de “fatos” que na história oficial tem o selo da evidência. (Soihet, 2003, p. 43)

Tais ajustes de posicionamentos dessas relações entre biógrafa e biografadas foram bastante contempladas em abordagens teóricas sob diferentes aparatos conceituais, tais como “relação empática” (Rachel Soihet, 2003), “relação de intersubjetividade”(Eleni Varikas, 2015), (Leonor Arfuch, 2019), e “relação de reciprocidade”(Margareth Rago, 2001) e acentuam o quanto esse aspecto de análise em crítica biográfica é pertinente, principalmente em se tratando das implicações que ele projeta na concepção do texto, na seleção de informações e na teatralização de diferentes subjetividades em seu entorno.

Em uma entrevista, Callado admite que a escrita mais livre permite que o escritor indiretamente produza sobre si mesmo, mesmo que sob disfarce, pois identifica que é “um

pouco de cada uma das mulheres das biografias” instigada por diferentes aspectos de associação, tanto que a opção de escrita de literatura foi um caminho para poder registrar algumas coisas sobre si mesma (Galvão, 2023) e ainda ratifica que:

Portanto, biografias são sempre reconstruções e não descrições exatas de vidas. E tem mais: estou convencida de que os biógrafos estão sempre procurando a si próprios. Como os romancistas, aliás, que só falam deles mesmos, por mais que se disfarcem em múltiplos personagens. Mesmo quando vai biografar alguém muito diferente, isto é, alguém que o biógrafo considera muito diferente de si, está também se procurando. (Callado, 2010)

Essa escritora chega a declarar-se influenciada pelas suas protagonistas, ao ponto de admitir que quando escreve sobre determinada personagem busca imaginar o que iria achar daquilo que está informando sobre ela (Galvão, 2023). Advoga que esta expressão da subjetividade do escritor é uma conquista da liberdade na escrita e um meio natural de construir uma postura de simpatia, vínculo e identificação com as personagens, o que por consequência promove mais credibilidade e um recurso que garante mais a aproximação com os leitores, visto que aspira conquistar quem se interessa por histórias de personagens cujos perfis sejam: “mulheres fortes, mulherzinhas não!” (Galvão, 2023).

Essa definição do feminino empreendida por Callado, inclusive apresentada como fundamento para a escolha de suas personagens, reside na ideia de uma representação de identidade de gênero que evoca aspectos como independência, intelectualidade, autonomia, postura arrojada, forte compromisso com o exercício profissional em diferentes atividades, participação direta e indireta nos fatos históricos nacionais e internacionais, mobilização por diferentes causas e projetos em diferentes áreas. Ao enfatizar que “resolvi escrever biografias de mulheres, e só de mulheres. Queria descobrir como saber mais de algumas colegas de gênero. Como seriam essas mulheres que me pareciam tão diferentes de mim? (Olhar o diferente é também se olhar).” (Callado, 2011), ela explica as razões para estabelecer correspondências com elas, partindo da sua necessidade de integrar as relações de identificação com suas biografadas também enquanto condução metodológica e condução ideológica do seu trabalho.

Num exame da relação estabelecida entre Margareth Rago e Luce Fabri, respectivamente biógrafa e biografada²⁹, Rachel Soihet (2003, p. 44) destaca inicialmente a contribuição peculiar das mulheres na construção da cultura e da linguagem, decorrente das diferenças de gênero e pelas especificidades de sua inserção na sociedade e na cultura. Em seguida, analisa como se configurou a intensa convivência partilhada entre ambas, através de

²⁹ RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

um relacionamento constante de anos, em que emergiu “dos escritos de Rago uma forte empatia com a biografada, desenvolvendo-se uma relação calorosa de amizade e admiração da historiadora com aquela sobre cuja vida se debruçava.” (p. 44). Se havia um significativo propósito da biógrafa de acompanhar Luce Fabri no percurso das suas memórias e registrar como ela construiu a leitura de suas próprias experiências, na visão de Rachel Soihet, este livro se consolidou como um trabalho que correspondeu “às recomendações da crítica contemporânea feminista” sobre o reconhecimento e o registro das experiências, pensamentos e atividades das mulheres (p. 44).

Na apresentação desta biografia sobre a “militante anarquista e intelectual libertária” (2001, p. 18), Margareth Rago destaca a necessidade “de contar a história das mulheres, mas contá-la no feminino”, (2001, p. 26) e, com um destaque neste movimento político, trazer “uma leitura feminina das experiências que compõem a história dessa doutrina e movimento social” (2001, p. 19), enquanto nova perspectiva de relato que é decorrente das transformações da atividade do historiador e da mudança de paradigmas dos procedimentos historiográficos. Nesse entorno, busca descrever aspectos que envolveram os encontros e o estreitamento das relações, derivados do convívio frequente entre ambas e se permitiu “pensar diferentemente” (2001, p. 26) para avaliar os impactos, as novas perspectivas que incorporou e os conhecimentos que adquiriu. Convocando o leitor para uma espécie de pacto de leitura, Rago trouxe um discurso bastante emoldurado em subjetividade e encantamento, onde construiu a contextualização dos encontros com a biógrafa, o percurso do desenvolvimento das conversações, os outros recursos utilizados, a rede de colaboradores, a cronologia dessas reuniões e a metodologia utilizada na concepção do livro:

Conhecer a vida de Luce a partir de suas memórias, narradas com muita emoção em sua aconchegante biblioteca, na Calle Juan-Jacobo Rousseau, localizada no bairro operário Unión, em Montevideu, permite-me viver uma experiência intensa de encontro com o anarquismo. (...) Antes, trago *fragmentos da memória* de uma mulher muito especial, a meu ver, cujas experiências se mostram bastante diferenciadas das de sua geração. (2001, p. 17-18)

Já o historiador Alexandre de Sá Avelar analisa a relação entre biógrafo e biografado ressaltando as questões morais ali implicadas, que se caracterizam pela dimensão ética da narrativa biográfica. (2010, p. 123). Ele afirma que o grande desafio do trabalho biográfico é que: “ao falar de seu personagem, o biógrafo, de certa forma, fala de si mesmo, projeta algo de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades.” (Avelar 2010, p. 166 Apud Borges, 2009, p. 232) e defende que o biógrafo deve explicitar as motivações, as razões da escolha do personagem a ser biografado, descrever as metodologias de trabalho, fontes e as funções do seu

texto (p. 167), isto para conferir credibilidade perante os leitores e reforçar os fundamentos da sua escrita, posto que:

(...) o biógrafo deve tentar iluminar o funcionamento concreto de determinados contextos sociais e normativos, a pluralidade existente por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em distintas épocas. (Avelar, 2015, p. 143)

Observar a conduta ética do biógrafo, pressupõe, na visão de Avelar, que o acompanhamento de uma trajetória singular pelo biógrafo pode sugerir respostas quanto ao funcionamento concreto de mecanismos sociais e sistemas normativos, possibilita reorientar nosso olhar acerca da pluralidade de grupos e instituições e viabiliza a construção discursiva dos indivíduo, respeitando-o e compreendendo-o em sua historicidade. No entanto, insere como inevitável a identificação da parcialidade e dos fundamentos ideológicos do projeto do biógrafo, assim como o uso da psicologia e da imaginação ficcional e reafirma o estabelecimento de critérios que expressem um cuidado com a divulgação e circulação de determinadas informações. (2010, p. 167).

Deste modo, Avelar discute o quanto o empreendimento biográfico deve ser cauteloso em razão dos rigores teórico metodológicos do campo historiográfico e da apresentação de trajetórias singulares, embasados na noção de acesso público e compartilhamento social do texto, o que pressupõe que haja o cuidado com normas implícitas e explícitas em torno da exploração e exposição de informações sobre uma determinada pessoa.

Janet Malcom, traz seu argumento sobre a presença de parcialidade e os indícios de comprometimento de escritores, em diversos níveis e por diversas razões, destaca os seus comportamentos em relação a elaboração, apresentação ou análise de obras e personagens e confirma haver:

(...) a impossibilidade psicológica, para um escritor, de deixar de escolher um dos lados.
(...) O ato de escrever não pode ocorrer num estado de ausência de desejo. A pose de equanimidade, a farsa do equilíbrio, a adoção de uma postura de distanciamento nunca pode ser mais que um ardil retórico; se fossem genuínas, se o escritor *realmente* não se importasse com a maneira como as coisas acabam acontecendo, não se incomodaria em representa-las. (Malcom, 2012, p. 193)

Ela assinala que o caráter intersubjetivo se manifesta na escrita a partir da construção da dimensão subjetiva de concepção dos fatos e representação dos personagens, mobilizada pelo desejo e pelo posicionamento adotado, como também das perspectivas de enunciação adotadas neste ato. E é no exercício de concepção da biografia, no exercício da interpretação

do biógrafo, que identidade e verdade são elaborados e vêm embasados em um olhar sobre determinada história de vida que está conjugado com o de quem produz a narrativa.

Eleni Varikas, ao discutir a abordagem biográfica na história das mulheres, defende a ideia de que a compreensão da vida de uma mulher depende do posicionamento de relação empática, que só pode vir de outra mulher e este pressuposto está no centro do processo biográfico defendido por feministas na atualidade, o qual atravessa escritos como os de Christine de Pisan e Virgínia Woolf (1988, p. 43). Isso decorre da desconfiança dos paradigmas tradicionais de interpretação de experiência social das mulheres, da necessidade de assumpção de um status ético-político que confronte velhos paradigmas hierarquizantes e do emprego na pesquisa de objetivos emancipatórios. A legitimidade da atitude empática seria então derivada do compartilhamento de uma mesma posição social e teria status cognitivo em se tratando da projeção de que uma “comunidade de experiência” possui pré-requisitos para a compreensão e interpretação sobre determinados sujeitos, em certos aspectos que se apresentem em condição de equivalência. (p. 44)

No momento em que discute a relação de intersubjetividade, Varikas a aponta como procedimento inevitável quando se trata de pesquisa sobre o passado, pois as representações dos sujeitos estão passíveis de suposições e interpretações derivadas deste distanciamento espaço-temporal entre biógrafa e biografada e da necessidade de vínculo com os processos ou estruturas que vão além do universo imediato de experiências desta última, sem haver um desvencilhar de abordagens críticas. O que a historiadora também explora sobre esse tema é que a propensão para entender e relatar práticas históricas de mulheres, que problematize processos opressores ou discriminatórios, é um potencial que está vinculado ao relacionamento consciente, à posição que a biógrafa ocupa e as suas estratégias adotadas sobre esses processos, associado também a um ângulo de abordagem de reflexão e reconstrução acerca do seu passado e dos fundamentos da composição da memória e da identidade na história. (p. 53)

No livro **Biografismo (2008)**, Sergio Vilas Boas afirma que “as relações do biógrafo com o biografado, com o processo biográfico, consigo mesmo etc, são de natureza reflexiva também. Ele (se) interpreta e (se) compreende.” e para consolidar isso ele transita entre conceitos como interpretação e compreensão. O autor vislumbra assim a compreensão como processo intersubjetivo, que envolve múltiplas consciências individuais o qual busca conceber, com as vivências de outras pessoas, o compartilhamento de significados e seu olhar sobre ela se assenta na ideia de que é afetiva e empática, pautada na partilha do que se pensa, se sente e como constrói os significados (p. 28-30).

É nessa projeção de partilha através da compreensão e da interpretação que Callado busca enfatizar o seu vínculo durante muitos anos no jornalismo como embasamento para a transição da sua escrita de biografias (Galvão, 2023). Quando reitera o seu forte interesse pelas mulheres selecionadas, ela acentua sua potencial mobilização e identificação ao escrever sobre essas personagens, cujas pesquisas lhe proporcionaram descobertas bastante significativas, sobretudo pela constatação da “importância enorme que elas têm na história do Brasil” (Galvão, 2023), posto que “a biografia supõe em geral a empatia, portanto, uma transposição psicológica mais ou menos regulada e dominada” (Dosse, 2009, p. 67). Sobre essa escrita biográfica, a autora busca ecoar os seus perfis de não submissão através de adjetivos como fascinante, interessante, importante, dedicada, genial, empenhada e indica ter ficado deslumbrada e ter sido um grande aprendizado a partir dessa escrita que a inspirou a poder comungar com a exposição de referências que também foram suas (Galvão, 2023).

Em se tratando da explicação sobre compromissos, motivações e consequências de um relacionamento mais aproximado com suas personagens, Callado relata que algumas aproximações a surpreenderam e serviram para desmitificar preconceitos, como no caso emblemático do seu “encontro” com Lygia Maria Lessa Bastos, descrito resumidamente a seguir:

Lygia me ajudou muito no desenho do retrato de Adalgisa e a cada encontro nosso eu ia descobrindo novas qualidades nela: a coerência, a fidelidade partidária (...), a firmeza mas não teimosia (...), a preocupação permanente com a educação e com a defesa das mulheres. pronto o livro de Adalgisa, adotei-a como amiga. (...) A ideia de registrar sua trajetória política veio bem depois. (...) Valeu a pena vencer alguns preconceitos, desvendá-la e, espero, fazê-la conhecida das novas gerações. (Callado, 2009, p. 7-9)

Sobre Maria Martins, o processo de identificação e de mobilização, que a conduziu a uma percepção de intersubjetividade, se situa não no encontro pessoal com a personagem, que já havia falecido quando o livro foi construído, mas enquadrada numa aproximação mais estrita com peculiaridades e outras nuances registradas sobre ela. Para enfatizar esse reencontro com a artista, “contemplando-a” mais de perto, ela assim nos apresenta seu contato específico com as produções artísticas de Maria:

Mas em uma sala especial, minha emoção é tocada fortemente. É a de Maria Martins, ali apresentada por 18 esculturas [...] Aquela sala vale toda a exposição, sinto imediatamente. E depois de ver, mirar, admirar, saborear cada uma daquelas peças, uma indagação me ocorre e me dá a sensação de revolta: por que, até aquele momento mágico, só ouvira falar de Maria como embaixatriz ou amante de Marcel Duchamp? (Callado, 2004, p. 1)

Ana Arruda Callado procura em um dado momento de sua exposição sobre suas biografias destacar a possibilidade de também ser representada em uma biografia (Galvão,

2023). Parece-me ser esse um projeto em pauta que passou a ser visado em algum momento de sua escrita biográfica, sendo concebido como uma necessidade que foi sendo estabelecida e alimentada na medida em que “se encontrava”, “se visualizava” em situações e aspectos que narrava sobre as oito biografadas. E isto foi reforçado tanto pela confluência de algumas características como pelas condições de existência num mesmo patamar de contextualizações e significados.

Assim, a escritora informa que permite se tornar narrativa também, consciente de que a narrativização atua como meio de perpetuação de uma existência, algo que já vem engendrando através de entrevistas e depoimentos. Num processo autorreflexivo, reitera com isso a necessidade de executar a sua própria operação na concepção de referências em arquivos, em acervos e em outras formas de registro, a fim de ajustar a sua admissão e configuração em memória, de garantir também a sua permanência num repertório de histórias no feminino e estar apta a ser incluída no reenquadramento do discurso histórico-cultural brasileiro.

O tempo dessa escritura é outro aspecto por ela já definido e será num *post mortem*, visto que, “todo mundo muda o tempo todo (...) quem fizer a minha biografia vai ter que esperar.” (Galvão, 2023). Na sua concepção, as interferências na produção de biografias de pessoas vivas é muito desafiador e muito complicado e traz como exemplo a biografia de Lygia Lessa, em que afirma: “É outro problema de quem quer fazer perfis biográficos de pessoas vivas: desagradar o biografado e/ou seus familiares ou falsificar um tanto a história? Foi um equilíbrio difícil no caso de Lygia. (Callado, 2011). Para ela, a produção de posições contraditórias sobre uma pessoa colaboram para uma concepção paradoxal de existência, algo que não cabe neste tipo de livro, reiterando uma perspectiva de reconstituição de trajetória arquitetada em linearidade, homogeneidade e coerência (Bourdieu, 1996).

Esse projeto de autobiografar-se já predeterminado por Callado para ser executado por um sobrinho (Galvão, 2023), corrobora o quanto a intersubjetividade apresentada entre ela e suas biografadas foi um grande fator que mobilizou não só a sua escrita biográfica, como acentuou a necessidade de buscar um caminho para também auto inscrever-se como repertório de memória e história no país, considerando-se as confluências entre ambas, onde o denominador comum entre ela e suas personagens é amplificado pela reverberação de uma composição identitária feminina singular e potencialmente transformadora e instrumento reflexivo para de algum modo retextualizar a sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões de Dosse (2015, p. 129), o desejo de escrever uma biografia existe em consonância com a “a ânsia de vencer o esquecimento, a finitude da existência, e o cuidado de transmitir, imortalizar a ação humana a ser perpetuada na lembrança dos pósteros, na memória coletiva”. O que Dosse assim ressalta é que o investimento na edificação da imortalidade da imagem, do nome, da história e da contextualização sobre uma pessoa na experiência midiática, cultural e literária se fixou como uma das matérias mais privilegiadas e de grande interesse público, mas foi se firmando durante um longo período em referências antes vinculadas a grupos específicos que corporificavam, na ampla esteira social e política, a arquitetura de poder e de domínio. Derivadas da ascensão de novos elementos paradigmáticos e científicos e da necessidade de se instituir novos lugares de memória, de manifestação de poder e de conhecimento, foram sendo elaboradas outras formas de leitura do passado e de interpretação e análise das relações sociais, o que ocasionou e favoreceu a expansão dos estudos sobre múltiplos participantes da vida social, sobre a escrita biográfica e, especialmente, sobre as histórias das mulheres.

Movidos por diversos propósitos, mas concentrados eminentemente na apresentação da notabilidade das mulheres, das suas capacidades de ação e luta, escritores e escritoras de biografias femininas têm buscado assimilar, através da amplitude e valor do biográfico no mercado midiático, a manifestação pujante de personagens que representem as complexas e heterogêneas relações em sociedade, nas suas capacidades de produzirem memórias e significativas transformações e deste modo ajudam a “captar melhor as causas desse ressurgimento da biografia na pesquisa feminista, como também para explorar as possibilidades e os limites dos métodos biográficos para análise das relações sociais dos sexos numa perspectiva histórica” (Varikas apud Soihet, 2003, p. 38)

Esse investimento biográfico, em vista da apreensão do modo como as mulheres se manifestam em torno da liberdade, dos meios de manifestação e de expressão, da visibilidade de suas pautas, dos seus pensamentos e realizações na composição da sociedade, tem se firmado para muito além de temas em torno de questões privadas, civis, domésticas, particulares. Isso robustece os discursos de valorização sobre o acesso a profissão, à arte, à escrita e ao saber, pois constrói novos percursos de ressignificação da memória, de fortalecimento da existência feminina para resistir ainda às políticas de ocultamento e exclusão ou outras formas de violência sobre elas, perpetradas nas suas vivências do político e do cultural no cotidiano.

O interesse por uma vida específica, afirmado por Leonor Arfuch como “o desvelamento, a exposição e o consumo viciante da vida dos outros” (2010, p. 61), ressoa em leituras sobre padrões de comportamentos sociais e sistemas culturais singulares e justifica a entusiástica relação dos espectadores com as produções biográficas ou outras das mais variadas formas de escrita de si que compõem o “espaço biográfico” (2010, p. 16). Tais fatores, ocasionados por uma textualidade que reflete a associação de diferentes campos disciplinares, ao se situarem “entre ficção e realidade histórica (Dosse, 2015, p. 12) e equilibrarem-se entre uma “verdade histórica e uma verdade literária” (Loriga, 2011, p. 18), viabilizam a busca de consolidação dessas produções como recurso para geração de informação, conhecimento e memória e vêm sendo reforçados e reatualizados pelas incorporações das mais variadas transformações epistêmicas, estéticas e estilísticas desses textos.

Estes vários aspectos estão presentes no desenvolvimento deste trabalho, que em grande medida vem fundamentado na concentração de vozes femininas, nos textos, livros das pesquisadoras elencadas e nas biografias selecionadas. Tomamos como corpus para análise, a construção do atual repertório de biografias femininas, trazendo como amostra os livros **Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995)**, **Maria Martins: uma biografia (2004)**, **Lygia: a recordista. Um esboço biográfico (2009)** e **Berta Ribeiro: aos índios, com amor. Uma Biografia (2016)**, produzidos por Ana Arruda Callado. Ao averiguar como e por quê a escritora investiu na produção de biografias sobre mulheres, visei analisar quais imagens, temas e contextos buscou recompor, com o propósito de alavancar essas personagens como emblemáticas das transformações e representações histórico-sociais, políticas e culturais do Brasil do século passado.

Em torno dessas obras apresentei o aparato de pesquisa e escrita construído por Callado, objetivando produzir mais visibilidade para essas personagens, antes anônimas da história e auxiliar na investigação do que fundamentou a sua ausência, escassez ou distorção de referências sobre elas durante muito tempo nos registros midiáticos, históricos e literários. Descrevi como a escolha da biografia se configurou *locus* textual estratégico por favorecer esse alargamento das perspectivas de representação e produção de significados sobre a identidade e a subjetividade femininas e também por atender aos novos propósitos de incorporação das mulheres enquanto categoria de análise, derivados das revisões da historiografia e da crítica, propiciando assim a ampliação de abordagens sobre questões multitemáticas relacionadas ao gênero.

Procurei oferecer, numa primeira etapa, notícias sobre a biografia de mulheres, sobre a autora e suas obras e contextualizar o cenário político-cultural de empoderamento feminino através da possibilidade de composição de suas memórias, história e identidade. Para tanto, procedi com reflexões que evidenciaram a construção dos espaços biográficos femininos associados à crescente importância da história das mulheres e discuti a necessidade fazer emergir mais olhares e representações onde a condição de poder, visibilidade, ação e discurso lhes sejam favorecidas. Assim, trouxe como enfoque, para destacar a inserção do biográfico feminino no mercado editorial brasileiro e sua importante inserção também como veiculador de novas referências culturais e históricas, a escrita biográfica de Ana Arruda Callado, com o ensejo de destacar que:

Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO, 1998, p. 92).

No capítulo dois investiguei questões alusivas ao binômio público e privado, em se tratando das associações a ele serem continuamente apresentadas nas abordagens sobre biografia e gênero. Além de caracterizá-lo, dando destaque as suas referências como basilares de uma perspectiva liberal e patriarcal, que ainda mostram forte incidência em cenários e contextos que se consolidaram no século XX, busquei analisar como índices, configurações e resquícios dessas esferas estão retratadas nas quatro biografias de Ana Arruda Callado. Ainda numa exposição teórico-conceitual sobre estes conceitos basilares da teoria política, temos um mapeamento sobre como a crítica feminista desenvolveu exames e questionamentos sobre os princípios de organização social, dos eixos paradigmáticos das relações e dos mecanismos de poder, enquadrados nas normas, nas instituições e nos sistemas, que embasam situações de desigualdade, exploração, hierarquização, marginalização de categorias sociais.

Observei como as biografias expuseram práticas, valores e parâmetros normativos embasados nas relações de gênero, como elas evidenciaram a politização do acesso e do uso dos espaços e os condicionamentos sociais derivados disso. Mais adiante, descrevi como essas produções desenvolveram de modo significativo as interpretações acerca das formas de vivência, das interações, das produções das biografadas nas respectivas esferas privada e pública, quais fatores condicionaram, durante muito tempo, suas exclusões da vida pública e como politicamente empreenderam em prol do exercício da cidadania, do acesso ao conhecimento e da garantia de direitos.

Também considerei oportuno proceder com uma discussão acerca de conceitos como registro, memória e arquivo, pois, numa análise da necessidade e da importância de se resguardar, valorizar e publicizar o que as mulheres produziram, como amostras de renovação dos sistemas de representações de vozes historicamente silenciadas e o reajustamento das narrativas convencionais dos fatos históricos e das produções artístico-culturais.

O terceiro e último capítulo concentrou-se sobre controversas e complexas relações entre o polo factual e o polo ficcional, uma das questões fulcrais relacionadas à crítica e análise de textos biográficos. Esta seção teve como pauta averiguar os discursos projetados por Callado para amparar seu projeto de intervenção na cultura brasileira a partir da publicação de biografias sobre mulheres, registrando como elas agregaram “posturas de subversão dos modelos recebidos e busca de rompimento com tradições misóginas” (Soihet, 2003, p. 39). Enfocando a análise temática e metodológica dos quatro livros elencados, o estudo prosseguiu com a identificação dos elementos ficcionais e factuais, evidenciando a ênfase dada pela escritora à exposição de informações e dados, aos percursos das pesquisas, à organização e interpretação dos documentos, arquivos, depoimentos, testemunhos e outras fontes concebidos para composição de conteúdo, formal e estilística dessas obras.

Na abordagem acerca da biografia enquanto gênero textual que se apresenta em seu caráter transversal e multidisciplinar, derivada da conjunção dos aspectos multirreferenciais que estruturam e compõem a vida de indivíduos, vimos que as graduações diferentes em que são apresentadas as repercussões do ficcional e do factual são acarretadas por fatores múltiplos e circunstanciais, como os mobilizados pelos percursos de pesquisa da biógrafa, pelos circuitos de interação com suas fontes e pelo posicionamento que buscou adotar em relação as protagonistas e aos temas que as envolviam.

Pautada na análise das interseções e interações entre a biógrafa e suas biografadas, também conceituadas como “relação empática” (Rachel Soihet, 2003), “relação de intersubjetividade” (Eleni Varikas, 2015), (Leonor Arfuch, 2019), e “relação de reciprocidade” (Margareth Rago, 2001), discuti como este aspecto ganhou destaque no contexto da crítica biográfica associado aos estudos feministas. Na averiguação sobre a configuração desses aspectos nos textos biográficos de Callado, destaquei o investimento da escritora numa empreitada de também se auto representar, sob algumas vias e meios, como entrevistas e produções audiovisuais, para reforçar a necessidade do reconhecimento e do registro das experiências, pensamentos e atividades das suas personagens, para a resistência ao apagamento de suas histórias particulares, que também apresentam reflexos de uma coletividade e que

incorporavam aspectos históricos, sociais e políticos também vivenciados por Ana Arruda Callado.

Estarmos atentos e atentas para a guerra cultural e política de hoje que abarca processos, intervenções e interdições sobre produções de diversos grupos sociais, com destaque aqui para a valorização e busca de consolidação de histórias femininas em suas respectivas contextualizações e caracterizações, compõe-se assim um dos principais mecanismos de resistência que precisa ser agenciado em vários espaços e também no ambiente acadêmico. Neste último, em que tomamos como amostra a produção dessa tese, assim como a publicação de artigo e apresentação de trabalhos em eventos científicos, visamos, sobretudo, potencializar o conhecimento sobre produções biográficas de Ana Arruda Callado e viabilizar novas frentes de pesquisa sobre suas obras, proposta ainda tão incipiente no contexto brasileiro.

A atividade intelectual feminina é o eixo temático norteador do meu trabalho, revelada através dos recursos e do repertório de escrita dessa biógrafa, da identificação das intensas e múltiplas realizações de suas biografadas. Creio que a execução de pesquisa sobre esse tema favorece o reconhecimento de novas diretrizes para o desenvolvimento da produção científica e cultural e mobiliza a propagação de novos referenciais e conteúdos sobre a história das mulheres e os estudos de gênero na atualidade, uma pauta que vem corresponder às expectativas sobre a valorização e divulgação de histórias femininas, cujos arrojo, engajamento e produtividade, como causas bastante relevantes para o país, fossem recuperadas, com destaque para a crítica feminista.

Assim como Callado denunciou a ausência de garantia do poder discursivo, de manifestação, de expressão, de identificação, de exposição de suas personagens com determinada ancoragem local e de momento histórico, acabou viabilizando a notabilidade sobre sua história e sobre seu percurso de escritora. O destaque para seu exercício de autoria no território biográfico e os itinerários de suas publicações contribuem para enriquecer a visão sobre a sua luta e o seu trabalho como parte integrante do complexo quadro de mobilização de muitas outras mulheres em torno da restauração de um espaço público e da diversidade de fontes e recursos, as quais tragam novos potenciais para se pensar um contexto histórico-cultural contemporâneo que mais e melhor identifique, valorize e propague o caráter multifuncional das lutas femininas.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. In: **Revista Estudos Feministas**. V. 20, n. 1, janeiro-abril, 2012. pp. 95-117. Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina.
- ADAM, Felipe e HOHLFELDT, Antonio. A memória do feminino: Um esboço do catálogo biográfico da Companhia das Letras e Record (1990-2020). In: **Lumina**. Revista de Pós-graduação em Comunicação da UFJF. v. 15, n. 2, mai./ago. 2021, p. 55-71.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, n. 1, 2000, p. 229-236. Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina
- ARENDT, Hannah. Os domínios público e privado. In: **A condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2017. p. 27-96.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista de Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista de História** (UFES), v. 24, p. 157-172, 2010.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 177, p. 119-148, 2015.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Um gênero nas bordas ou sobre a indistinção epistemológica da biografia. In: Altemar da Costa Muniz; Luís Carlos dos Passos Martins. (Org.). **História Política: interfaces e diálogos**. 1ed.Porto Alegre/ Fortaleza: EDIPUCRS/EDUECE, 2016, v. 1, p. 313-327.
- BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: **O Rumor da língua**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BASSENZI, Carla Pinsky e PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- BENHABIB, Seyla; CORNELL, Druscilla. (org). **Feminismo como crítica da modernidade**. Trad. Nathanael da Costa Ceixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 183-191.

- CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CORRÊA, Mariza. (2003). **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. In: **MANA**. Rio de Janeiro, 2004, p. 287-322.
- DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.
- DEL PRIORE, Mary. Clube da História. **Ana Arruda Callado- Maria Yedda: formadora de gente**. Julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JyVms4F38cs>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2024.
- DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil. 1ªED. São Paulo: Planeta, 2020.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história malcontada. In: **Revista Gênero**, vol 9, n. 2, p.11-17, 2009.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista**: leituras transversais de escritoras brasileiras. Porto Alegre, Zouk, 2020.
- FOUCAULT, Michel. Estratégias, poder-saber. In: **Ditos e Escritos (IV)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 231-232.
- FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: **Ditos e escritos (V)**. Ética, política, sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.198-199.
- GALVÃO, Carlos Fernando. Arte Cult Live: **Literatura: Livro "Maria Yedda, formadora de gente"** de Ana Arruda Callado. Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Zpap34j26A>. Acessado em 02 de fevereiro de 2024.
- GEMIS, Vanessa. La biographie genrée: le *genre* au service du genre. In: **CONTEXTES [En ligne]**: Revue de sociologie de la littérature, n. 03, 24/06/2008, p. 01-14.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/ FGV, v. 11, n. 21, 1998.

- HABERMAS, Junger. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 1990.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo Histórico: Uma reflexão sobre Arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, nº 19, 1997, p. 41-66.
- KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.
- MAIA, M. R. Perfil: a composição textual do sujeito. In: TAVARES, F. D. M.; SCHWAAB, R. (Eds.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- MONTAIGNE, M. de, 1533-1592. **Os ensaios: uma seleção**. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 610p.
- MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais. In: **Revista Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 7, n. 13, p. 71-88, 2015
- MALCOM, Janet. **A mulher calada**: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. Trad. Sérgio Flaksman. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, 1993, p. 12.
- NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Autobiografia e memória. In: GONZÁLEZ, Elena Palmero; COSER, Stelamaris. **Em torno da memória: conceitos e relações**. Porto Alegre: Letra1, 2017, p. 55-64.

- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Revista de Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008, p. 305-332.
- OTA, Maria Eduarda. **A dicotomia público/privado revisitada**- Uma crítica feminista às teorias morais. Vol.6, nº 2, Porto Alegre. 2013.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio: Paz e Terra, 1993.
- PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Teoria política feminista – textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013, p. 55-80.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005, p.11.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela Correa. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PLANTÉ, Christine. Femmes exceptionnelles: Des exceptions pour quelle règle. In: **Les Cahiers du GRIF**, nº 37-38, 1988. Le genre de l'histoire. p. 59-75. DOI: <https://doi.org/10.3406/grif.1988.1757>
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopez (Org.). **Cultura e história em debate**. São Paulo: Afiliada, 1995
- RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RAMOS, Jô Alves. <http://revistalapalegal.blogspot.com/2011/04/biografias-de-mulheres-da-escritora-e.html>. Acessado em agosto de 2020.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. **História e historiografia**: exercícios críticos: Jacques Revel. Tradução de Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 235-248.

- RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. Vol. 3. O tempo narrado. In: **Tempo e narrativa**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 310-328.
- SAER, Juan José. O conceito de ficção. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 8, julho de 2012.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Novas Perspectivas, Unesp, 1992.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.2. jul-dez. 1995.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História: **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**. Tradução Lúcia Haddad, 2012, nº16.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público** – As tiranias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SMITH, Bonnie G. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. São Paulo: Edusc, 2003.
- SOIHET, Rachel. Mulheres e biografia. Significados para a História. **Locus: Revista de História**. MG: Juiz de Fora, 2003. Vol. 09, n. 1. p. 33-48.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n. 54, dezembro, 2007, p. 281-300.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOUZA, Eneida Maria de. Notas sobre a crítica biográfica. In: **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 111-120.
- TANNO, Janete Leiko Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. In: **Patrimônio e Memória**. Assis: UNESP. FCLAs. CEDAP, 2007, V. 3, n. 1, p. 101-111.
- VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. In: **Tempo**. Rio de Janeiro. UFF, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 59-80.
- VARIKAS, Eleni. L'approche biographique dans l'histoire des femmes. In: **Le genre de l'histoire**. Les Cahiers du GRIF, nº37-38, 1988, p. 41-56.
- VILAS-BOAS, Sergio. **Biografismo: Reflexões sobre as Escritas da Vida**. São Paulo: Unesp, 2008.

WOOLF, Virginia. A arte da biografia. Trad. Norida Teotônio de Castro. Dispositiva: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas**, v.1, n.2, nov. 2012/ abr. 2013, p. 200-207.

WOOLF, Virginia. La Nueva biografia. In: **Memoria**: Revista de Estudios Biográficos, ISSN 1696-9863, n. 3, 2007, págs. 194-198.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WOOLF, Virginia. **Três Guinéus**. 1ed. São Paulo: Autêntica, 2019.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Trad.: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

ZAPPA, Regina. Estação Sabiá. **Ana Arruda Callado fala sobre a grande educadora** Maria Yedda Linhares. Youtube, 07/11/2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=JL8hNPUD_T0.

ENTREVISTAS

CALLADO, Ana Arruda. **Biografias de mulheres**. Youtube, 28/11/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofllQhgHRwg>.

CALLADO, Ana Arruda. **As paixões de Ana Arruda Callado**. Revista Cultura.RJ. 02/01/2010. <http://www.cultura.rj.gov.br/entrevistas/as-paixoes-de-ana-arruda-callado><http://www.cultura.rj.gov.br/entrevistas/as-paixoes-de-ana-arruda-callado>.

CALLADO, Ana Arruda. **ANA ARRUDA CALLADO (Jornalista e Escritora) - Uma pioneira no "Olhar Feminino do Mercado"**. Entrevista concedida a Alexandre Peconick. Revista NEWSLET, ed. 35, p. 6-7, 15/10/2012. http://www.grupolet.com/noticias_20121015_AnaArruda%20ENTREVISTA.asp.

CALLADO, Ana Arruda. **Pioneira do jornalismo brasileiro assina biografias de mulheres que fizeram história no país**. Entrevista concedida a Mariana Peixoto. <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2017/07/09/noticias-artes-e-livros,209392/pioneira-do-jornalismo-brasileiro-assina-biografias-de-mulheres-que-fi.shtml>. 09/07/2017.

CALLADO, Ana Arruda. **Ana Arruda Callado: uma mulher de sorte**. <https://doispontosblog.wordpress.com/2013/12/19/ana-arruda-callado-uma-mulher-de-sorte/>. Entrevista concedida a Paulo Chico e Francisco Uchoa. Jornal da ABI, ed. 388, p. 16-25, março de 2013.

CALLADO, Ana Arruda. **‘Não gosto de figuras óbvias, procuro o que está escondido’**, entrevista concedida a Gabriel Picanço. Portal PUC-Rio Digital. 12 de setembro de 2011. <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=10662&sid=55#.YFyuEC2l2gQ>

ZAIDAN, Patrícia. **Ana Callado: garimpeira de memórias**. Janeiro/2014. http://planetasustentavel.abril.com.br/inc/pop_print.html/. Revista Claudia.

RAMOS, Jô A. **Biografias de mulheres da escritora e jornalista Ana Arruda Callado vira documentário**. Revista Lapa Legal, 13 de abril de 2011. Disponível em: <https://revistalapalegal.blogspot.com/2011/04/biografias-de-mulheres-da-escritora-e.html>.

CALLADO, Ana Arruda. **A trajetória de um pioneiro**. https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-trajetoria-de-um-pioneiro/Edição_610, 5 de outubro de 2010. Acessado em 02 de fevereiro de 2024.